

Murilo Mendonça Oliveira de Souza
(Organizador)

agro ecologia

diversidade, movimento e resistência



agro
ecologia

diversidade, movimento e resistência



**EDITORA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE GOIÁS**

Presidente

Rafael Gonçalves Santana Borges (Reitor)

Vice-Presidente

Everton Tizo Pedroso (Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação)

Coordenadora Geral

Elisabete Tomomi Kowata

Revisão Técnica

Thalita Gabriele Lacerda Ribeiro

Revisão Linguística

César Augusto de Oliveira Casella

Foto da capa

Camponeses e camponesas do acampamento
Dom Tomás Balduino, Corumbá de Goiás, 2014.

Projeto Gráfico e capa

Adriana da Costa Almeida

Conselho Editorial

Carla Conti de Freitas (UEG)
Elizete Beatriz Azambuja (UEG)
Francisco Ramos de Melo (UEG)
Glauber Lopes Xavier (UEG)
Joana D'arc Bardella Castro (UEG)
Joelma Abadia Marciano de Paula (UEG)
Léo Carrer Nogueira (UEG)
Luciana de S. Ondeí (UEG)
Luciana Rebelo Guilherme (UEG)
Maria Aurora Neta (UEG)
Murilo Mendonça Oliveira de Souza (UEG)
Simone de Magalhães Vieira Barcelos (UEG)
Thatiana Salgado (UEG)
Vanessa Cristiane S. Amaral (UEG)
Vandervilson Alves Carneiro (UEG)

Murilo Mendonça Oliveira de Souza
(Organização)

agro ecologia

diversidade, movimento e resistência



ANÁPOLIS | 2019

© Editora UEG – 2019
© Autoras e autores – 2019

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei no 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto no 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

Catálogo na Fonte
Comissão Técnica do Sistema Integrado de Bibliotecas Regionais (SIBRE),
Universidade Estadual de Goiás

A281 Agroecologia: diversidade, movimento e resistência / Murilo Mendonça
Oliveira de Souza (Org.). _ Ed. Anápolis: Editora UEG, 2019.

252 p.

ISBN: 978-85-5582-069-4 (E-book)

1. Agroecologia. 2. Povos quilombolas. 3. Políticas de educação agrícola.
I. Título.

CDU: 631.95

Elaborada por: Ceila da Silva Rodrigues – CRB1/2218

Esta obra foi financiada com verba proveniente do Conselho Nacional
de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A exatidão das
referências, a revisão gramatical e as ideias expressas e/ou defendidas nos
textos são de inteira responsabilidade dos autores.



Editora filiada a ABEU

EDITORA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

BR-153 – Quadra Área – CEP 75.132-903 – Fone: (62) 3328-1181 – Anápolis-GO

www.editora.ueg.br / e-mail: revista.prp@ueg.br/editora@ueg.br

SUMÁRIO

Apresentação	9
Prefácio	13
Agroecologia em Goiás: diferentes perspectivas no desenho de redes agroecológicas. <i>Murilo Mendonça Oliveira de Souza</i>	15
Experiências agroecológicas dos povos indígenas do Estado de Goiás, Karajá, Avá-canoeiro e Tapuia: possibilidades para o fortalecimento sociocultural <i>Lorraine Gomes da Silva</i> <i>Edevaldo Aparecido de Souza</i> <i>Manoel Calaça</i> <i>Eunice da Rocha Moraes Rodrigues</i>	35
Saberes e fazeres dos povos quilombolas como elementos para a agroecologia. <i>Jaqueline Vilas Boas Talga</i> <i>Agnes Aparecida Santos</i>	65
Uma visão externa sobre alguns esforços e contribuições do MST aos avanços da agroecologia. <i>Leonardo Melgarejo</i>	77

Agroecologia em territórios educativos	111
<i>Joyce de Almeida Borges</i>	
Histórico das políticas de educação agrícola e o debate da agroecologia na formação profissional.	131
<i>Diogo de Souza Pinto</i>	
O cerrado e a medicina popular de plantas medicinais e remédios caseiros.	155
<i>Viviane Custódia Borges</i>	
Quintal agroecológico: produção de alimentos saudáveis no cerrado	181
<i>Fábio José da Silva</i>	
Os coroneis do território e da informação: a mídia e as esferas de poder em Goiás	193
<i>Dagmar Olmo Talga</i>	
Disputas territoriais camponesas na América Latina	209
<i>Edson Batista da Silva</i>	
Agroecología: una reflexión desde Cuba	235
<i>Fernando R. Funes Monzote</i>	
Autores.	245

APRESENTAÇÃO

Este livro propõe um diálogo entre a Agroecologia construída no Estado de Goiás e experiências científicas ou populares de outros locais. Faz também dialogar aproximações teóricas e expressões práticas da transição agroecológica. Diretamente, esta coletânea de textos resulta de atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ), da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Indiretamente, é resultado da imersão “dialogante” na realidade concreta das lutas pela Agroecologia.

O primeiro texto, *Agroecologia em Goiás: diferentes perspectivas no desenho de redes agroecológicas*, de nossa autoria, apresenta uma visão geral sobre os processos agroecológicos em desenvolvimento ou potenciais no território goiano. Situamos, para isto, a perspectiva dialética de interpretação da realidade como base filosófica para o entendimento da Agroecologia. Somente podemos compreender este paradigma no contexto do movimento histórico e das relações de poder estabelecidas em cada território. Por isso o texto passa pela consolidação do Agronegócio como modelo hegemônico de produção no campo, pelos conhecimentos históricos de povos indígenas, quilombolas e camponeses, para então atingir a discussão sobre a Agroecologia.

Seguindo uma perspectiva de valorização dos conhecimentos históricos, imersos na base cultural dos povos indígenas, o segundo texto, *Experiências agroecológicas dos Povos Indígenas do Estado de Goiás, Karajá, Avá-Canoeiro e Tapuia: possibilidades para o fortalecimento socio-cultural*, de Lorraine Gomes da Silva, Edevaldo Aparecido de Souza,

Manoel Calaça e Eunice da Rocha Moraes Rodrigues, dispõe uma análise leve, caminhando por uma abordagem cultural destes sujeitos e destacando elementos de sua base que podem contribuir na construção do conhecimento agroecológico.

O mesmo ocorre com o terceiro capítulo, *Saberes e fazeres dos povos quilombolas como elementos para a Agroecologia*, escrito por Jaqueline Vilas Boas Talga e Agnes Aparecida Santos. Este texto toma como base estrutural a fala dos homens e mulheres quilombolas territorializados no Estado de Goiás. Da *práxis* dialética estabelecida na luta pela liberdade e solidificada nos territórios quilombolas resultou uma infinidade de conhecimentos de convivência na natureza potenciais para o desenvolvimento da Agroecologia.

No quarto capítulo (*Uma visão externa sobre alguns esforços e contribuições do MST aos avanços da agroecologia*), de Leonardo Melgarejo, o autor apresenta uma reflexão aberta que relaciona o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com a construção da Agroecologia. A inserção deste movimento social na luta pela Agroecologia se revela, no texto, em uma luta mais ampla na construção de uma sociedade mais justa e liberta.

Agroecologia em territórios educativos, de autoria de Joyce de Almeida Borges (capítulo 5), e *Histórico das políticas públicas da educação agrícola e o atual debate da Agroecologia na formação profissional*, escrito por Diogo de Souza Pinto (capítulo 6), tratam da temática agroecológica em duas perspectivas do processo de educação. No entendimento dos autores, a educação é base primeira para a transição agroecológica. Estes textos nos ajudam a situar os problemas que persistem no desenho da educação agroecológica, tanto em escolas do ensino básico no campo quanto em espaços de formação profissionalizante.

Os capítulos sete e oito discutem elementos da prática agroecológica em torno da questão das plantas medicinais e dos quintais agroecológicos, respectivamente. O primeiro deles, *O Cerrado e a medicina popular de plantas medicinais e remédios caseiros*, de Viviane Custódia Borges, apresenta um estudo detalhado que une ciência e prática no debate da saúde popular. O segundo, *Quintal agroecológico: produção de*

alimentos saudáveis no Cerrado, de Fábio José da Silva, dispõe a representação de uma experiência prática, calcada na ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que parte dos conhecimentos construídos historicamente pelos povos do campo na produção de alimentos saudáveis. O acúmulo popular e científico imerso no debate das plantas medicinais e dos quintais agroecológicos apresentam saberes elementares para a transição agroecológica.

Dagmar Olmo Talga, no capítulo nove, *Os coronéis do território e da informação: a mídia e as esferas de poder em Goiás*, debate as relações entre a comunicação/grande mídia e o monopólio da terra/natureza, que sustentam o controle sobre os territórios e os meios de vida, dificultando os processos de transição agroecológica. A comunicação e o pacote tecnológico (agrotóxicos, sementes transgênicas, mecanização) compõem partes de uma unidade discursiva que apresenta o Agronegócio como única alternativa para a produção de alimentos. A autora finaliza indicando a importância da Comunicação para a construção do paradigma agroecológico.

Os textos que finalizam esta coletânea, capítulos dez e onze, trazem diálogos teóricos e práticos sobre a questão camponesa na América Latina e a Agroecologia em Cuba. *Disputas territoriais camponesas na América Latina*, de Edson Batista da Silva, promove uma reflexão sobre a centralidade do campesinato como sujeito nas disputas territoriais, que podem garantir sua afirmação como classe social, mas também sua sobrevivência imediata. Território e campesinato representam elementos também centrais para a transição agroecológica.

Agroecología: una reflexión desde Cuba, de Fernando R. Funes Monzote, texto que finaliza este livro, apresenta a história de superação do povo cubano na reconstrução da agricultura no país a partir de meados de 1990. A Agroecologia foi dialeticamente situada como base estruturante no desenho de uma nova perspectiva na produção de alimentos em Cuba. A impossibilidade de acesso ao pacote tecnológico neste período obrigou o povo cubano a uma imersão nos conhecimentos tradicionais e nas experimentações agroecológicas. Assim foi gestado, em algumas décadas, uma base de conhecimento científico e popular

em torno da Agroecologia, que sustenta desde então a agricultura e a produção de alimentos. Acreditamos ser esta uma experiência importante, que nos possibilita aprender, especialmente com os processos e metodologias desenvolvidos no diálogo entre ciência e prática popular.

Esperamos que os textos que compõem este livro possam subsidiar, de alguma forma, reflexões e ações no sentido da transição agroecológica no território goiano e fora dele. De antemão ressaltamos que este material é resultante de processos dialéticos, sendo portanto apenas *um ponto no rio do tempo* da Agroecologia em Goiás. Aprendemos muito nos diálogos, movimentos e resistências que nos permitiram compartilhar uma pequena parte dos conhecimentos ontológicos conservados pelos povos do Cerrado e por militantes que lutam pela transição agroecológica.

Murilo Mendonça Oliveira de Souza

Cidade de Goiás, no Dia Internacional da Mulher!

8 de março de 2019

PREFÁCIO

A Agroecologia tem se firmado, nos últimos anos, como estratégia de produção e vida no campo. Tanto nas práticas cotidianas de agricultores e populações tradicionais quanto no âmbito dos movimentos sociais e das Universidades, diversos processos agroecológicos vêm sendo estruturados. No Estado de Goiás a Agroecologia está em desenvolvimento há algumas décadas, sendo praticada de acordo com as características intrínsecas do bioma Cerrado, estabelecendo relações de convivência que situam uma nova lógica produtiva, mais justa e sustentável.

A Agroecologia além dos aspectos relacionados à natureza, tem o componente humano e suas relações, expandindo as definições estritamente técnicas para uma abordagem socioeconômica desses sistemas. Essa abordagem é entendida a partir das relações sociais do coletivo em sistemas de gestão de recursos naturais dinâmicos, onde a cultura e a riqueza do conhecimento tradicional garante o bem-estar dos usuários da terra em todos os níveis, sob influência das circunstâncias ecológicas, socioeconômicas, políticas e culturais da região onde se inserem.

O livro *Agroecologia: diversidade, movimento e resistência* mostra a preocupação dos autores com a diversidade cultural, tradições dos povos dos Cerrados e que são desconsiderados nas políticas públicas de desenvolvimento, que são via de regra pautadas, simplificada, em aspectos econômicos. Os principais passivos deste fato é a destruição da sociobiodiversidade do Cerrado além dos aspectos relacionados à Natureza: águas, terras no campo e na cidade. A Agroecologia, assim como

apresentado pelos textos deste livro, deve ser compreendida como base na superação dos impactos socioambientais representados pelo modelo vigente de agricultura. A diversidade representada pelas práticas agroecológicas e a resistência dos povos do campo indicam novos caminhos e novas conquistas.

Wilson Mozena Leandro

Goiânia/GO, março de 2019.

AGROECOLOGIA EM GOIÁS: DIFERENTES PERSPECTIVAS NO DESENHO DE REDES AGROECOLÓGICAS

Murilo Mendonça Oliveira de Souza

A Agroecologia tem se afirmado como contraponto dialético ao modelo de desenvolvimento calcado no agronegócio. Este, forjado sobre as bases do pacote tecnológico da Revolução Verde, nos anos 1960, e consolidado no contexto político e econômico do neoliberalismo, a partir da década de 1990, tem resultado em efeitos nocivos à natureza e à sociedade. A Agroecologia, por sua vez, vem sendo construída coletivamente, apresentando resultados consistentes tanto na produção de alimentos em bases ecológicas quanto na proposição de uma organização social, política e econômica mais justa para o campo e a cidade.

A transição agroecológica, no entanto, é processual. Para entendermos a Agroecologia como processo, é essencial visualizarmos a amplitude com que este paradigma social e produtivo tem sido construído. Portanto, é necessário tanto compreendermos seu contraponto (o agronegócio) como também a miríade de experiências práticas, no âmbito dos movimentos sociais e na ciência, que fornecem a base da Agroecologia.

Uma transição gradativa, contínua e permanente para o paradigma agroecológico deve considerar cuidadosamente as relações de poder historicamente estabelecidas em cada território. O Estado de

Goiás, inserido concreta e simbolicamente no bioma Cerrado, foi parte do cenário principal de modernização do campo no Brasil. Este processo cumpriu todas suas etapas em Goiás, situando-o como um dos territórios símbolo do agronegócio brasileiro, técnica e ideologicamente. O modelo de desenvolvimento representado pelo agronegócio, em seu processo de estruturação, trouxe ainda impactos socioambientais amplos, que representam o que Silva (1982) denominou Modernização Dolorosa.

Por outro lado, os povos indígenas, as populações tradicionais e os camponeses construíram seus processos de resistência. Em Goiás, tal resistência foi estruturada nos territórios Karajá, Avá-Canoeiro e Tapuia, que ocupam espaços aquém de suas áreas tradicionais. Estão situados nos municípios de Colinas do Sul e Minaçu (Avá-canoeiro – 38.000 ha), Nova América e Rubiataba (Tapuia – 1.743 ha) e Aruanã (Karajá – 719 ha) (CIMI, 2018). Estes grupos buscam manter suas bases históricas de formação, embora o poder e a violência colonial sigam sendo renovados cotidianamente, com destaque para os impactos do agronegócio.

Nos territórios quilombolas Kalunga e Cedro, como em outras 48 áreas reconhecidas, espaços urbanos e rurais, no Estado de Goiás (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2018), a resistência também representa uma possibilidade de construção de elementos para a Agroecologia. Esses grupos guardam conhecimentos importantes sobre a convivência na natureza e a utilização equilibrada dos bens naturais do Cerrado.

O campesinato, herdeiro dos conhecimentos indígenas, quilombolas e das populações tradicionais, também construiu seu processo de resistência na luta pela terra. A resistência destes diferentes grupos sociais fornece elementos importantes para pensarmos a Agroecologia como paradigma produtivo e social. É essencial trazermos esses conhecimentos para o diálogo com outros grupos que constroem a Agroecologia, destacadamente os Movimentos Sociais e os Grupos de Agroecologia, contraditoriamente estabelecidos nas Universidades.

Este texto tem como objetivo principal apresentar e refletir sobre experiências que contribuem na construção do paradigma agroecológico no Estado de Goiás. As reflexões conceituais e os dados dispostos aqui são resultantes das atividades desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ), em projetos executados entre 2012 e 2017, apoiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Seguimos uma perspectiva de Pesquisa Participante. Brandão (1999) ressalta a importância, na pesquisa participante, do conhecimento da realidade em seu sentido mais verdadeiro, havendo, na postura do pesquisador, uma espécie de consciência de ser funcionário da sociedade, pois se entende que este está ali como aliado do povo, armado de conhecimentos científicos que se quer unir ao posicionamento mais prático e social possível. Assim, pesquisador e pesquisados devem ser vistos como sujeitos de um mesmo processo, ainda que desenvolvendo tarefas diferentes, pois que pretendem ser um instrumento a somar na reconquista popular. Para estudarmos a Agroecologia este tipo de abordagem é essencial.

Nesse sentido, iniciamos este texto com uma discussão sobre a modernização no campo brasileiro, com destaque para Goiás, passando, na sequência, para a apresentação de algumas experiências agroecológicas desenvolvidas no Estado de Goiás. O foco está na importância dos elementos fornecidos à Agroecologia pela experiência indígena, quilombola e camponesa.

Entre a Revolução Verde/Agronegócio e a Agroecologia

A partir da década de 1960, a exemplo de outros países, as práticas agrícolas brasileiras passaram a mudar significativamente. A adesão ao pacote tecnológico da Revolução Verde¹, com base no

1 A Revolução Verde foi consolidada a partir de pesquisas com variedades de sementes em que se buscava uma maior resistência a diferentes problemas ambientais. Norman Borlaug, geneticista norte-americano, com a criação de uma variedade de trigo anão de alto rendimento e resistente a doenças, se tornou um ícone da

elevado uso de insumos químicos e na mecanização, permitiu uma transformação qualitativa na matriz agrícola brasileira. A agricultura passou a ser desenvolvida a partir dos parâmetros estabelecidos para a produção industrial.

O Brasil reproduz para as condições tropicais, o modelo da chamada Revolução Verde em que melhorias genéticas de plantas de alta resposta a fertilizantes químicos, os chamados High Yielding Varieties (HYV) para aumentar a produtividade da terra, se complementa com tecnologias de mecanização, aumentando a produtividade do trabalho. (SHIKI, 2009, p. 142)

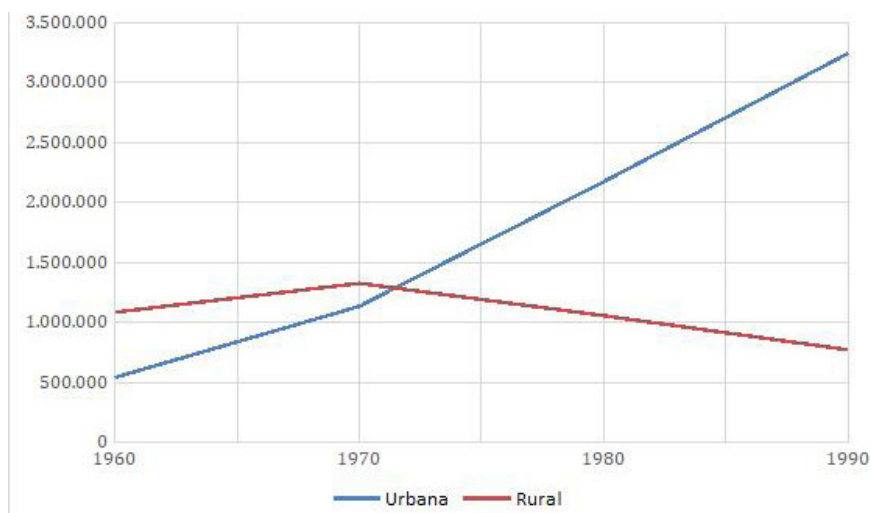
Esta nova matriz produtiva, quando alguns de seus elementos são apropriados pela indústria (entre eles a mecanização, a produção de insumos agroquímicos e a produção de sementes), passa a ser conceituada como Complexo Agroindustrial, Sistema Agroalimentar, entre outras variadas definições dadas por teorias que buscam compreender esta nova Revolução Agrícola (KAGEYAMA, 1987; MULLER, 1989; SHIKI, 2009).

No âmbito desse nascente paradigma, em território brasileiro, diversos programas de desenvolvimento agrícola foram implantados nas áreas de Cerrado, especialmente em Goiás, a partir da injeção massiva de capitais binacionais, basicamente sendo financiadores os norte-americanos e os japoneses. Um dos mais representativos destes programas (SOUZA, 1999) foi o Programa de Desenvolvimento das Áreas de Cerrado (POLOCENTRO) que, a partir de 1975, ocupou uma área de 3 milhões de hectares em 4 (quatro) estados do Cerrado, dentre os quais o território goiano. Neste estado, o processo de ocupação teve sequência com a instalação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER), em sua segunda etapa, levada a cabo em 1985 com a ocupação de 180 mil hectares (FERREIRA, 2010).

Revolução Verde, que prometia acabar com a fome no mundo. Este trabalho lhe valeu o Prêmio Nobel da Paz em 1970 (SHIKI, 2009).

Esse modelo de ocupação produtiva ocasionou efeitos significativos sobre as formas de ocupação da terra, sobre a produção de alimentos e a natureza. A Revolução Verde e o processo de modernização do campo impulsionaram, a contragosto, uma larga proporção de camponeses para as cidades, invertendo, em poucas décadas, a correlação entre a população rural e urbana. Em Goiás, por exemplo, em 1960 a população urbana do Estado representava 33,3% do total, passando a 46,1% em 1970, 67,3% em 1980 e 80,8% em 1990 (IBGE, 2018) (Gráfico 1).

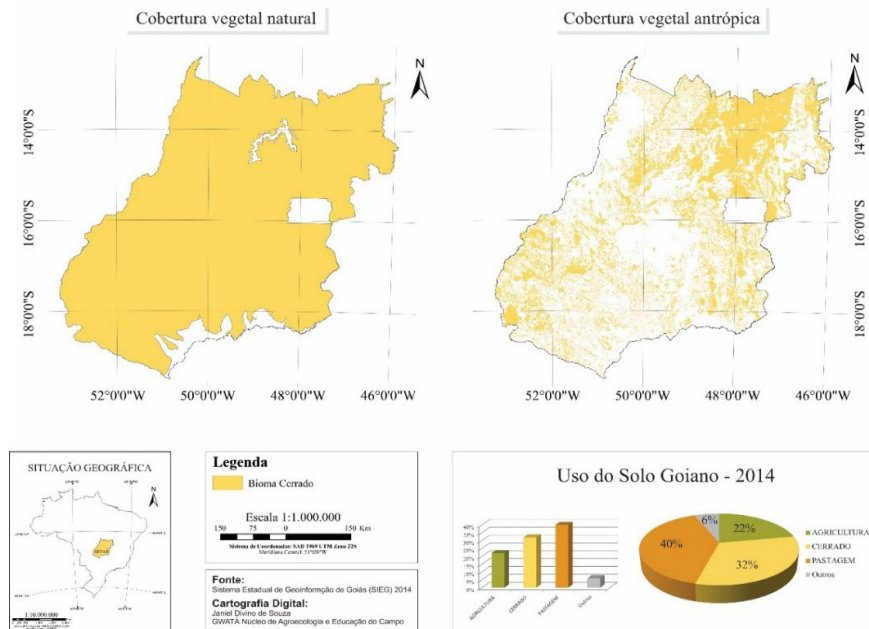
Gráfico 1 – Evolução da população rural e urbana, Estado de Goiás (1960-1990).



Fonte: IBGE, 2018.

Iniciamos a década de 1990, portanto, já com o campo goiano esvaaziado para a livre ação do Capital. Esse processo ocasionou, para além do êxodo rural, uma rápida supressão da vegetação natural do Cerrado (Mapa 1), com a implantação de pastagens e lavouras, direcionadas ao mercado externo. A base de produção, definida a partir dos projetos de modernização do campo e dos preceitos da Revolução Verde, vai ser transmutada, com a perspectiva política e econômica neoliberal, no que atualmente definimos como Agronegócio, o qual agora está focado não mais na produção de alimentos, mas sim na produção de *commodities*.

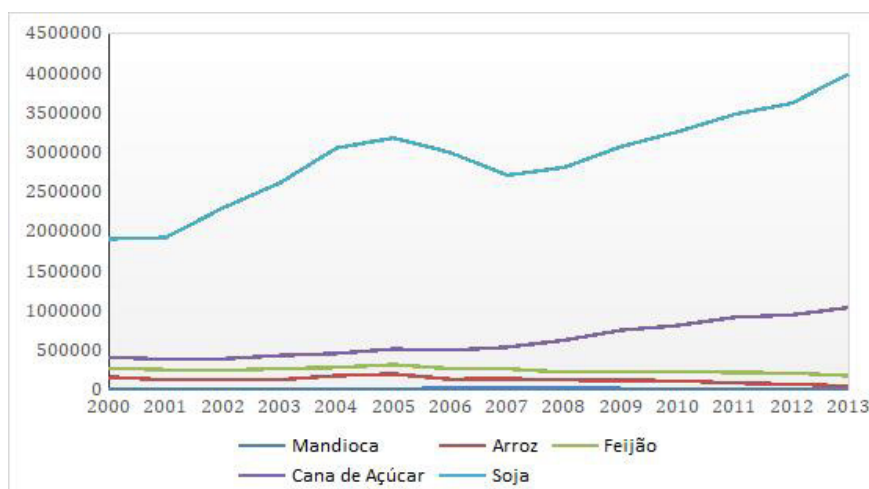
Mapa 1 – Cobertura original do Cerrado e Cobertura em 2014 (ha), Goiás, 2015.



Fonte: SIEG (2014).

A migração da população camponesa para as cidades, uma entre várias outras políticas que privilegiaram o avanço das relações capitalistas no campo, ocasionou, dentre outros problemas, a diminuição da produção de alimentos, por causa do direcionamento da produção para as *commodities*. Como podemos verificar no gráfico 2, houve um crescimento da produção destinada à exportação (Soja e Cana-de-Açúcar) e uma estabilização/declínio da área colhida em produtos alimentares, destinados, majoritariamente, ao abastecimento interno.

Gráfico 2 – Goiás: evolução da área colhida, em hectares, de mandioca, arroz, feijão, cana-de-açúcar e soja em Goiás, entre 2000 e 2013.



Fonte: IMB (2015).

O território goiano tem sido ocupado pela produção de cana-de-açúcar que, mesmo tendo um forte discurso ambiental, na prática continua degradando o Cerrado e intensificando a precarização das condições de trabalho no campo. No mesmo sentido, a perspectiva instalada pelo agronegócio tem diminuído a produção de alimentos no Estado. Os produtos destinados à exportação ou ao processamento industrial estão ocasionando, contraditoriamente, a limitação da produção de produtos destinados ao consumo interno e típicos da agricultura familiar camponesa, tal como o arroz que teve significativa diminuição de seu cultivo, em decorrência de um substancial aumento da área plantada com soja (CALAÇA, 2000).

Os impactos, causados por esta ocupação do Cerrado goiano, não foram somente historicamente excludentes pois continuam a serem incrementados. Especialmente, o avanço da produção canavieira nos últimos anos, com a conivência e o apoio das políticas públicas estaduais, vem promovendo um avassalador processo de exclusão da população camponesa e degradando, progressivamente, o ambiente natural do Estado.

Por outro lado, dialeticamente, foi gestado também um contraponto ao processo de consolidação do latifúndio/agronegócio em Goiás. Desde a década de 1980, milhares de camponeses goianos vêm lutando para resistir e/ou entrar na terra de trabalho, a despeito do intenso incentivo e da violência promovida pelo agronegócio. Este processo promoveu, em certas proporções, a reestruturação do campo goiano, com a (re)criação das formas camponesas no estado. Somente no município de Goiás, símbolo da resistência camponesa, foram criados, desde 1986, 23 Projetos de Assentamento Rural, com o assentamento de 647 famílias camponesas. O mesmo processo ocorreu, em termos semelhantes, em várias partes do estado.

Além da luta pela terra, os camponeses goianos também têm travado uma luta na terra. Nos últimos anos, esta luta tem sido focada em alternativas agroecológicas de produção. Em várias partes do estado, camponeses vêm construindo propostas de produção agropecuária baseadas em uma matriz mais sustentável, tanto ambiental como socialmente. No município de Goiás, por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) desenvolve, há alguns anos, um curso de formação em agroecologia para camponeses, o que tem resultado no aumento da produção de alimentos e redução no uso de agrotóxicos, entre outros avanços sociais e políticos na discussão agrária.

No município de Catalão, no sul do estado, grupos camponeses, com auxílio de entidades de apoio e de professores da Universidade Federal de Goiás (UFG), há alguns anos vem construindo ações e práticas agroecológicas que resultaram, entre outros avanços, como destacam Rodrigues e Mendonça (2010, p. 8), “[...] no cultivo de sementes crioulas de milho que são sementes que foram selecionadas e armazenadas pelos próprios camponeses e significam sua autonomia em relação às casas comerciais que comercializam as sementes híbridas”.

Estas formas de resistência, a partir de experiências agroecológicas, têm se fortalecido, com maior ou menor intensidade, em várias regiões de Goiás. Entendemos que a alternativa agroecológica constitui uma possibilidade relevante para o desenvolvimento, ambiental e social, equilibrado. O levantamento e o entendimento das concepções e das

práticas agroecológicas ajudará, certamente, a fortalecer o território camponês em Goiás e no país, de forma geral. Este é o debate que propomos fazer a seguir, considerando como base as experiências representadas por povos indígenas, quilombolas e camponeses territorializados em Goiás.

Alguns caminhos da Agroecologia no estado de Goiás

A Agroecologia, mantendo-se o entendimento de que ela representa o resultado histórico/dialético da atividade humana na agricultura, assume diferentes perspectivas teórico-metodológicas, assim como é construída a partir de diversificadas ações práticas. No mote conceitual que propõe a Agroecologia como *prática, movimento e ciência* (WEZEL et al., 2009) são dispostos elementos importantes na composição desta abordagem.

A leitura da Agroecologia como *prática* permite considerarmos a memória biocultural (TOLEDO; BARREIRA-BASSOLS, 2015) e as práticas históricas dos povos indígenas como base na construção do conhecimento sob este paradigma social e produtivo. Tais práticas conformam técnicas que contribuem para a garantia da fertilidade do solo, para a conservação dos bens naturais, para o desenvolvimento da agricultura orgânica ou agroecológica, assim como para uma maior reaproximação com a natureza (ROSSET; ALTIERI, 1997).

No mesmo sentido, a Agroecologia pode ser entendida como *movimento*, o que engloba desde o movimento agroecológico de um grupo local de agricultores pela ampliação da agricultura alternativa até o movimento político regional ou nacional (WEZEL et al., 2009) na construção do paradigma agroecológico. Como *movimento* a Agroecologia organiza “[...] crescentes contingentes sociais mobilizados pela defesa da justiça, da saúde coletiva, da soberania e segurança alimentar e nutricional, da economia solidária e ecológica, da equidade de gêneros e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades” (PETERSEN, 2017, não paginado).

Por fim, como *ciência*, a Agroecologia é bem mais recente. Seu caminho no campo científico tem sido também aquele com mais

obstáculos. Pensar a Agroecologia como ciência é, ao mesmo tempo, exigir seu espaço como área do conhecimento científico e colocá-la em risco no contato com a perspectiva cartesiana hegemônica concretada na Universidade. Concomitantemente, é essencial consolidar os espaços para o debate da Agroecologia no campo científico, desde uma linha técnica agrônômica e ambiental até as discussões artísticas, filosóficas e políticas.

No Estado de Goiás, é essencial pensarmos a Agroecologia também como resultado desse processo que engloba *prática, movimento e ciência*. E, por consequência, um primeiro elemento nessa reflexão é o fato de estarmos situados no bioma Cerrado. Considerando-se que o Cerrado é um bioma que atingiu seu clímax evolutivo, com aproximadamente 45 milhões de anos (BARBOSA et al., 2014), mas também que a agricultura no Cerrado data de milhares de anos, é certo situarmos os elementos basilares da Agroecologia no conhecimento historicamente construído na relação dos povos indígenas com a natureza neste bioma.

Nessa relação com a natureza os povos do Cerrado foram, gradativamente, desenvolvendo estruturas de conhecimento e sobrevivência. A ocupação do Sistema Biogeográfico do Cerrado, caracterizada pela Tradição Itaparica, tem início a partir de 11.000 anos A.P. e esteve muito ligada às formas de exploração do Cerrado. A domesticação de animais e plantas no Cerrado foi lenta, exigindo processos de experimentação e observação. As práticas agrícolas foram desenvolvidas sem o abandono das atividades de caça, coleta e pesca, atividades que, em seu conjunto, permitiram a sobrevivência e reprodução de diversos grupos humanos no Cerrado (BARBOSA et al., 2014).

A agricultura indígena no Cerrado contribuiu para a Agrobiodiversidade brasileira, pois várias espécies foram cultivadas nestas áreas. Espécies como a mandioca (*Manihot*) e amendoim (*Arachis*), além do abacaxi (*Ananas Comosus L merril*), o cacau (*Theobroma Cacao L.*) e a seringueira (*Hevea brasiliensis*) foram amplamente cultivadas e utilizadas pelos povos do Cerrado. Complementarmente, informações etnográficas indicam que algumas outras culturas podem ter acompanhado

as populações indígenas do Centro do Brasil, tais como: tabaco, batata doce, taioba, cará, mamão e tomate tapera (BARBOSA et al., 2014).

No processo de formação territorial do Brasil, estes conhecimentos foram sendo apropriados e adaptados por comunidades quilombolas e camponeses, sendo que no Cerrado, e especificamente no Estado de Goiás, isto aconteceu intensamente. Iniciado pelos povos indígenas e complementado por quilombolas, populações tradicionais e camponesas, este conjunto com uma infinidade de conhecimentos apresenta elevado potencial de contribuição com a transição agroecológica.

Atualmente, no Estado de Goiás, estão territorializados três povos indígenas, os *Tapuia*, os *Avá-canoeiro* e os *Karajá*, embora vários outros grupos habitem o Cerrado brasileiro. Esses povos tiveram na agricultura uma de suas bases de convivência no bioma. Os Karajá, atualmente territorializados nos Estados do Tocantins (Ilha do Bananal) e Goiás (Aruaná), representam povos agricultores que vivem em áreas de Cerrado. O conhecimento e a relação com a natureza, as práticas de cultivo do solo, são alguns dos conhecimentos históricos deste povo.

A agricultura praticada pelos Karajá, para além das ações estritamente agrícolas, apresenta outro elemento importante, que em nosso entendimento aproxima a agricultura indígena e a agroecologia, que é a valorização da cultura como parte integrante do processo produtivo. Por exemplo, na construção da roça Karajá a dança tinha importância significativa (como a dança Aruanã), sendo praticada no plantio e na colheita da roça. O mesmo ocorria com relação ao Calugi, bebida tradicional Karajá com base na mandioca, que compunha as celebrações relacionadas à agricultura.

A roça pro povo Karajá era tudo. Família que não tinha roça era vergonha pra família. Então quando casava, a preocupação dos avós, tios era logo fazer a roça. É a roça faz parte da vida do Karajá em tudo, mais em tudo mesmo. Ai que essa dança Aruanã, que sempre tem nas aldeias, era em cima da plantação. A dança Aruanã era feita em cima das plantações, aquele que tinha plantações grande né, boa, ai eles pegava de surpresa pra escolha, pra ser dono da festa Aruanã. Então ali era observado assim qual era a família

que tinha roça que measse assim de mais plantio, de melancia, de mandioca, do milho, do arroz [...]. Do milho fazia o Calugi, fazia tipo um mingau. E a mandioca também fazia o biju, fazia o mingau e às vezes misturava as duas partes e fazia o Calugi, que era tradição do povo Karajá. Era como si fosse o café para o homem branco. Então o Calugi não podia faltar. (*Informação Verbal*, R.H., 23 de agosto de 2014)

O conhecimento das populações autóctones sobre a natureza e a agricultura são base da memória biocultural brasileira. Contraditoriamente, os povos indígenas territorializados em Goiás sofreram com os impactos negativos do avanço da fronteira agrícola e têm se afastado, gradativamente, de seus conhecimentos tradicionais. A agricultura, realizada apenas de forma residual, não tem sido uma prática cotidiana entre tais povos. É necessário garantir o uso de seus territórios para que os processos de produção sejam novamente fortalecidos.

No mesmo sentido de relação com a natureza, da qual resultam práticas essenciais para agricultura e para pensarmos, atualmente, a Agroecologia, estão os conhecimentos estabelecidos pelos povos quilombolas durante seu processo de territorialização em diferentes partes do Brasil. No estado de Goiás resistem diversas comunidades quilombolas, entre as quais a *Comunidade do Cedro*, situada no município de Mineiros, no sudoeste goiano. Esta comunidade, entre outros elementos, se destaca pela valorização e reprodução de práticas tradicionais de agricultura.

A agricultura naquele tempo [...] não existia trator, não tinha essas coisas. Aquele tempo você ia lá no mato, você roçava, derrubava o mato e plantava. A única que você punha lá era a semente. Num punha nada contra cupim, não punha nada, nada [...]. Era a semente que punha e ali colhia muito mantimento. Colhia o arroz, colhia seu feijão, colhia o milho, a mandioca. Tudo que plantava colhia [...] e você plantava pouco e colhia muito. Porque? A terra tinha força. Pra ela produzi aqueles mantimentos [...] a única coisa que mais atingia a planta era formiga, mais o povo tinha as defesa que eles fazia. Eles plantava gergelim, eles plantava batata pras formiga largar de cortar as planta pra ir corta aquele lá. O cupim, o cupim não atingia planta. Porque ele não atingia planta? Porque

ele atinge hoje em dia porque ele precisa de comer e naquele tempo eles dirribavam roça aqueles pau ficava lá na roça ele ia apodrecer era o alimento dos cupim. Então, eles ficava naquilo lá, eles não ia atingir as planta. Porque eles tinha o que comer e hoje em dia você chega lá uma lavoura dessa aí o quê que você acha lá dentro? Então, num tem o cupim porque eu munto o veneno enriba pra acabar com eles [...] e o veneno, o veneno caba com a terra. Tanta coisa viva que tem na terra, que ela precisa dela, que o veneno acaba com tudo. Então, a tendência da terra é de morrer igualzim nois. Então, é o que nós fazia era isso. (*Informação Verbal*, H., junho de 2015)

No território quilombola do Cedro, como observado na transcrição anterior, estão mantidos elementos importantes da memória biocultural, que são utilizados na prática cotidiana do fazer na agricultura e na vida de forma geral (Fotos 1 e 2).

Fotos 1 e 2 – Paiol com sementes *Crioulas* armazenadas e raças tradicionais de suínos para reprodução, Comunidade do Cedro, Mineiros/GO, 2015.



Fonte: Acervo Gwatá, 2015.

Outros elementos culturais, que foram parcialmente perdidos, têm sido revalorizados por iniciativa da própria comunidade ou com apoio de organizações de apoio, como é o caso da EMATER/GO, do município de Mineiros. Os conhecimentos dos povos quilombola, historicamente construídos na luta de resistência, são essenciais para o fortalecimento da Agroecologia como paradigma produtivo.

Os agricultores camponeses, forjados na luta pela terra e pelo território em diferentes partes do Brasil, são herdeiros dos conhecimentos dos povos indígenas, dos quilombolas e das populações tradicionais. O campesinato, via de regra, manteve uma relação instável com a terra, visto que o território brasileiro possui entre suas bases históricas o latifúndio. A história do campesinato brasileiro é a história da luta pela terra. Em cada momento, os processos de organização em torno da luta pela terra contribuíram para a manutenção de uma estrutura mais democrática de posse da terra e de acesso aos bens naturais.

Desde a luta inicial, a resistência de povos indígenas contra a violência colonial, esse processo desigual foi multiplicado. Os casos dos Cabanos, de Canudos, Porecatu e Trombas e Formoso (MARTINS, 1983) são alguns dos exemplos históricos da luta pela terra em território brasileiro. Cada uma destas lutas representou o embate direto pela garantia da terra de trabalho. Os Sem-Terra, os do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os de vários outros movimentos sociais no campo, são os herdeiros destas lutas.

A primeira luta pela Agroecologia deve ser a luta pela terra e pelo acesso coletivo aos bens naturais. Essa tem sido, também, uma das bandeiras de luta dos movimentos sociais no Brasil. O próprio fortalecimento da Agroecologia no país tem ocorrido com base nas estratégias dos movimentos sociais do campo. No estado de Goiás a luta pela terra também passou por diferentes momentos. Destacamos, nos últimos anos, o processo em torno do Acampamento Dom Tomás Balduino, iniciado com a ocupação da Fazenda Santa Mônica, no município de Corumbá de Goiás/GO em 2014, e da ocupação da Usina Santa Helena, em Santa Helena/GO, em 2016.

A ocupação da Fazenda Santa Helena representa exatamente o contraponto entre o Agronegócio e a Agroecologia. Os agricultores e agricultoras sem-terra envolvidos nessa ação colocam em xeque os supostos benefícios sociais e econômicos do modelo de desenvolvimento baseado na monocultura e no pacote tecnológico, colocando em pauta a luta pela vida (Fotos 3 e 4). Na área ocupada em 2016, embora em espaço reduzido, tem sido gestado um modelo de agricultura baseado na Agroecologia.

Fotos 3 e 4 – Ocupação da Usina Santa Helena, Santa Helena/GO, 2016.



Fonte: Acervo Gwatá, 2017.

A proposta Agroecológica, no entanto, avançou mais no Acampamento Dom Tomás Balduino. Nesta área foi iniciado um processo de discussão da Agroecologia, em uma perspectiva orientada por princípios da reforma agrária popular, entre os quais destaca-se a cooperação,

a partir da qual buscou-se viabilizar os insumos produtivos e pensou-se a distribuição dos resultados.

Em poucas semanas, um imenso laboratório popular de agroecologia ganhou corpo. Resgate de variedades crioulas, sistemas de controle biológico, consórcios de culturas, princípios de alelopatia e mais uma gama de inovações foram sendo desenvolvidas. Rapidamente a alienação produtiva imposta pela lógica capitalista do binômio transgênicos-agrotóxicos foi superada pela criatividade e racionalidade das relações emancipadas que um acampamento promovem. (*Informação Verbal*, L. Z., fevereiro de 2015)²

A organização produtiva no Acampamento Dom Tomás Balduino foi uma estratégia importante do MST, desde que combinou a produção de alimentos saudáveis (Fotos 5 e 6), a partir da Agroecologia, com a luta pela terra. “*Nos aproximadamente 200 hectares tinha mais de 20 variedades de plantas, sem uso de venenos. A produção atendia a todos internamente e era compartilhada com a população local na forma de doação ou comercialização*” (*Informação Verbal*, L.Z., fevereiro de 2015).

As famílias despejadas do Acampamento Dom Tomás Balduino, na Fazenda Santa Mônica, em Corumbá de Goiás/GO, passaram a ocupar diferentes áreas. A maior parte do grupo está em fase de pré-assentamento, no município de Formosa/GO. Estes agricultores e agricultoras camponeses seguiram, nesta nova área, os mesmos princípios de cooperação estabelecidos durante o acampamento anterior, conservando também elementos essenciais da perspectiva socioambiental e política da Agroecologia.

E aí o nosso modo de plantar, que a gente aposta nele, que é pra alimentar não só a gente de uma forma saudável, mas alimentar toda a classe trabalhadora. É o modo com a agroecologia. Que é esse, a gente vai se relacionar com a natureza. A gente vai plantar, a gente

2 Informações acessadas em texto não publicado de Luiz Zarref e Valdir Misnerovicz.

vai preservar as nascentes, vai conseguir fazer esse consórcio, do que vai casar com o que. (*Informação Verbal*, E. C., maio de 2015)³

A valorização e a garantia de sustentação, técnica e política, dos conhecimentos de povos indígenas, de povos quilombolas, de populações tradicionais e camponeses, é base para o processo de transição agroecológica e da mudança do paradigma produtivo no campo. A luta pela terra e pelo território é a primeira luta pela Agroecologia.

Fotos 5 e 6 – Acampamento Dom Tomás Balduino, Corumbá de Goiás/GO, 2014.



Fonte: Acervo Gwatá, 2014.

3 Entrevista realizada por Dagmar Olmo Talga no Acampamento Dom Tomás Balduino, em maio de 2015.

Considerações finais

O modelo de agricultura consolidado no campo brasileiro, supostamente a título de modernização, promoveu um intenso e violento processo de expropriação de povos indígenas, dos quilombolas, das populações tradicionais e dos camponeses. Estes grupos, territorializados em diferentes regiões do país, viveram também a erosão de seus conhecimentos históricos sobre a natureza, bem como dos próprios bens naturais. Portanto, a violência contra os povos do campo foi, ao mesmo tempo, uma violência contra a natureza.

A Agroecologia deve ser pensada e praticada como um conceito dialeticamente oposto ao Agronegócio. É essencial que a transição agroecológica parta da garantia do direito de acesso à terra e ao território por indígenas, quilombolas, populações tradicionais e camponeses. A garantia ao território nos permitirá garantir também a valorização e o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais de cada grupo, reconectando assim a sociedade à natureza.

No bioma Cerrado e, mais especificamente, no Cerrado goiano, há a necessidade ainda maior (na transição agroecológica) da garantia dos territórios e do fortalecimento dos conhecimentos tradicionais. O Cerrado, estando em seu ápice evolutivo, deve ter ações de produção agrícola pensadas em uma perspectiva que entenda o dinamismo de suas formações biogeográficas. Somente a Agroecologia apresenta os elementos para isto, com conhecimentos, em sua maioria, construídos secularmente, de geração em geração, pelos povos que territorializaram sua existência nestas áreas. O processo de transição agroecológica no Estado de Goiás deve passar, necessariamente, pelo entendimento de que a Agroecologia é o resultado dialético de todas as relações já estabelecidas no Cerrado.

Referências

- BARBOSA, A. S.; TEIXEIRA NETO, A.; GOMES, H.; SCHMITZ, P. I. **O piar da Juriti Pepena: narrativa ecológica da ocupação humana do Cerrado**. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2014.
- BRANDÃO, C. R. Pesquisar Participar. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 9-16.
- CALAÇA, M. **Modernização da agricultura e dinâmica territorial no sul do estado de Goiás**. In: Anais do XV Encontro Nacional de Geografia Agrária: espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. Goiânia: UFG, 2000. p. 372-378.
- CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Terras indígenas no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/terras-indigenas/?filter_1=GO&filter_7=&filter_10=&mode=any>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- SIEG. Sistema Estadual de Geoinformação. **Atlas do Estado de Goiás**. (2014) Disponível em: <http://www.sieg.go.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- FERREIRA, L. C. G. **A evolução do setor sucroalcooleiro na microrregião Ceres (GO): dinâmica espacial e impactos socioeconômicos**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1924?locale=pt_BR> Acesso em: 26 maio 2015.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Informações quilombolas**. 2018. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-go-04122018.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Séries históricas e estatísticas. **População e demografia**. 2018. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?no=10&op=0>. Acesso em: 12 jul. 2018.
- IMB. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Estatísticas históricas, séries municipais. **Aspectos econômicos**. 2015. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2015.
- KAGEYAMA, A. (Org.). **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: Agricultura e Políticas Públicas, 1987.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrícola**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

PETERSEN, P. **A agroecologia e a restauração de metabolismos orgânicos nos sistemas agroalimentares.** 2017. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/387467820>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

RODRIGUES, G. S.; MENDONÇA, M. R. **Modernização da agricultura no cerrado:** uma reflexão crítica a partir da agroecologia e a construção de novas práticas sociais. Catalão/GO: UFG, 2010.

SHIKI, S. Impacto das inovações da agricultura tropical brasileira sobre o desenvolvimento humano. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Orgs.). **Agroecologia:** os desafios da transição agroecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 141-175.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1982.

SOUZA, M. M. O. **Programas de crédito rural orientados e o desenvolvimento da agricultura familiar no meio rural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** 1999. 58 f. Monografia (Graduação em Medicina Veterinária) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. **Agronomy for sustainable development.** 2009. Disponível em: <www.agronomy-journal.org>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. A. Agroecology versus input substitution: a fundamental contradiction of sustainable agriculture. **Society and Natural Resources**, v. 10, p. 283-295, 1997.

TOLEDO, V. M.; BARREIRA-BASSOLS, N. **A memória biocultural:** a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DOS POVOS INDÍGENAS DO ESTADO DE GOIÁS, KARAJÁ, AVÁ-CANOEIRO E TAPUIA: POSSIBILIDADES PARA O FORTALECIMENTO SOCIOCULTURAL

*Lorraine Gomes da Silva; Edevaldo Aparecido de Souza;
Manoel Calaça; Eunice da Rocha Moraes Rodrigues*

[...] dedicado, in memoriam, aos milhares (ou milhões) de seres humanos que perderam a vida, intoxicados pelos venenos e agrotóxicos produzidos pela “indústria da morte” e utilizados pelo agrotóxico através de sua agricultura. (MACHADO E MACHADO FILHO, 2014)

No que tange à presença de indígenas aldeados e de Terras Indígenas, o atual território goiano apresenta uma diversidade étnica bastante reduzida. Há, no total, três Terras Indígenas, das quais duas são descontínuas, e três povos aldeados. Esse cenário, por outro lado, aponta para um histórico de resistência dos indígenas frente aos diversos anos de invasões, expulsões, prisões, mortes e reocupação de seus territórios tradicionais.

As aldeias existentes no território goiano são caracterizadas por pequenos núcleos demográficos, os quais marcam a diversidade étnica de Goiás. Assim, cabe ressaltar a presença dos Xavante (60 pessoas aproximadamente), dos Xiguano e dos Chiquitano na cidade de Aragarças/GO, bem como dos Tapirapé, que vivem com a família Avá-Canoeiro em Minaçu/GO.

O presente texto objetiva refletir sobre a Agroecologia como uma possibilidade de fortalecimento sociocultural para a vida indígena dos povos Karajá, Tapuia e Avá-Canoeiro.

Sabe-se que a relação desses povos com a natureza e a conservação dos recursos naturais é distinta e particular, pois que envolve conhecimentos específicos, tais como os sobre rituais, hábitos alimentares, práticas de manejo, conservação e tantos outros. Compreende-se que a Agroecologia é uma forma de fazer agricultura que se contrapõe ao modelo tecnológico vigente e que ela tem sido referência e estímulo para as práticas tradicionais, com seus usos e manejos ancestrais, para muitos povos indígenas no Brasil.

As práticas agroecológicas têm tido significativo aumento da produção em pequenas parcelas de terras camponesas, sobretudo em assentamentos, assim como também tem crescido o número de trabalhos acadêmicos nessa área de produção científica. No entanto, mesmo que o respeito à natureza e os cuidados com a biodiversidade sejam muito próximos desse método de agricultura, são poucos os estudos do processo agroecológico em Terras Indígenas, bem como os de políticas públicas voltadas à Agroecologia para esses povos.

Espera-se promover, com essa reflexão, não apenas o debate acadêmico, mas também sensibilizar os órgãos competentes, no sentido das possibilidades de fortalecimento dessa prática junto aos povos indígenas, de acordo com suas particularidades e interesses.

Agroecologia: possibilidades e potencialidades

Há décadas a agricultura tem sido estruturada a partir do modelo de produção agrícola de mercado, embasada nos princípios da Revolução Verde que levou ao atual modelo do Agronegócio. Em todas as etapas do processo de implementação desse modelo, o objetivo principal foi o aumento da produção mediante a mecanização das atividades agrícolas, a especialização de técnicas e de áreas, assim como a expansão de monoculturas.

Essas práticas geraram grandes impactos ambientais e sociais, promovendo violentamente consideráveis níveis de degradação do solo e da diversidade, bem como acelerando o processo de desterritorialização de muitas famílias tradicionais do campo.

Esta agricultura está baseada na aplicação de técnicas e tecnologias de alto custo, cujos únicos fins são o aumento do volume de produção e do lucro. Para a realização desse objetivo, é intensificado o uso de insumos químicos (fungicidas, herbicidas, fertilizantes químicos sintéticos altamente poluentes) e de práticas inadequadas de manejo e cobertura do solo, o que provoca perda de matéria orgânica, erosão e compactação do solo, extinção dos inimigos naturais (controle biológico), monocultura e redução da biodiversidade, poluição e deterioração do ecossistema, erosão genética, contaminação da água, dos alimentos e da saúde, concentração de renda, descapitalização dos camponeses, exploração da mão de obra familiar, aumento das desigualdades, da exclusão social e da expulsão de famílias tradicionais de suas terras, além de uma influência significativa e de uma dependência das multinacionais fabricantes de defensivos e fertilizantes sintéticos.

Nesse contexto, de acordo com Machado e Machado Filho (2014), há que apresentar a insustentabilidade social, política, ambiental, técnica, ecossistêmica do agronegócio e de sua agricultura industrial, bem como o de seu paradigma tecnológico. Como contraposição surgem, na década de 1990, novos métodos de cultivo denominados, em seu conjunto, de Agroecologia, configurando um movimento de contestação produtiva e política àquele modelo. Um movimento que surge e se apropria de práticas centenárias de comunidades tradicionais de produção alimentar.

Para Machado e Machado Filho (2014, p. 21), “a agroecologia é uma ciência dialética. Como tal, não tem dogmas nem receitas, porém tem princípios. É o caminho mais racional para a produção de alimentos limpos”. Em outras palavras, a Agroecologia “retoma as concepções agronômicas de produção pré-revolução verde. Apropria-se dos imensos progressos da ciência e da tecnologia dos últimos 50 anos [...] com a incorporação das questões sociais, políticas, culturais, ambientais, ener-

géticas e éticas [...]” (MACHADO E MACHADO FILHO, 2014, p. 35). É uma agricultura que incorpora conhecimentos essenciais para a produção e a vida, desde os ancestrais aos atuais.

Para Altieri (2012, p. 14), a essência do método agroecológico, como saber científico, está na valorização da sabedoria camponesa (e a de todos os povos tradicionais), no intuito de elevá-la a outro nível no acervo do conhecimento, por meio do encontro simultâneo desta sabedoria com os saberes elaborados na academia.

No caso específico, os indígenas apresentam uma riquíssima experiência de relação e manejo dos elementos naturais para a sua reprodução social. Nesse viés de conhecimento cultural e de base etnográfica, a partir de uma Agroecologia indígena, segundo Fehlauser e Ayala (2007), valoriza-se o conhecimento, os modos de vida indígenas, as suas formas de organização social e política, os modos de produção/consumo baseados nos sistemas de trocas e nos padrões locais de sustentabilidade. Conforme Guadarrama-Zugasti; Trujillo-Ortega; Ramírez-Miranda (2013, p. 100):

El paradigma de La agroecología se presenta como una veta epistemológica capaz de construir estas interacciones entre la agricultura y el desarrollo. la integración de estudios de la agricultura com um enfoque ecológico y de sostenibilidad, puede ayudar a reinterpretar los caminos que sigue el desarrollo rural a través de lá crítica de los modelos de producción prevalecientes como el convencional, orgánico, transgénico, y sostenible, entre otros, y reconstruir una teoría de la agricultura que enfatice la base material y las técnicas de producción con sus consecuencias para las formas de organización del trabajo, los impactos ambientales y la reconfiguración de los paisajes rurales.

Altieri (2004, p. 23) apresenta a Agroecologia como fornecedora de uma “estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios, segundo os quais, eles funcionam”. Para o autor é uma nova abordagem que “integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à

compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo”.

Ele afirma, ainda, que a “produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes” (ALTIERI, 2004, p. 23-24). Nesse sentido, o agroecossistema torna-se produtivo e saudável, haja vista as condições de crescimento, de forma equilibrada e com plantas que permanecem resilientes.

A Agroecologia constitui-se como ciência e também como um conjunto de práticas. Para as comunidades tradicionais, ela

representa a possibilidade de acesso a terras, sementes, água, créditos e mercados locais, por meio da criação de políticas de apoio econômico, do fornecimento de incentivos financeiros, da abertura de oportunidades de mercado (cadeias curtas de comercialização) e da disponibilidade de tecnologias agroecológicas. (ALTIERI, 2012, p. 15)

Desse modo, Machado e Machado Filho (2014, p. 36) entendem a agroecologia “como um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a ‘revolução verde’ destruiu ou escondeu”, mas que não despreza os conhecimentos científicos e tecnológicos elaborados pela ciência dos últimos 50 anos. Assim, configura-se “um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, [...] é uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 36).

Para construir este novo paradigma é necessária a desconstrução dos conceitos, técnicas e processos do modelo do Agronegócio e, “em seu lugar, estudar e incorporar saberes que promovam tecnologias limpas, que respeitem os bens comuns naturais, ao mesmo tempo em que ofereçam aos produtores um caminho produtivo e positivo, econômica, financeira, social, ambiental” (MACHADO E MACHADO

FILHO, 2014, p. 38). A etapa da desconstrução pressupõe a aceitação de outra tecnologia possível e necessária, a da Agroecologia.

Sustenta Altieri (2012) que a produção de uma comunidade local é planejada a partir das necessidades alimentares e da autossuficiência de produção alimentar para abastecimento dos mercados locais, articulando as cadeias curtas de comercialização e de consumo de alimentos. Altieri apresenta três acepções da agroecologia:

1) como uma teoria crítica que elabora um questionamento radical à agricultura industrial, fornecendo simultaneamente as bases conceituais e metodológicas para o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis; 2) como uma prática social adotada explícita ou implicitamente em coerência com a teoria agroecológica; 3) como um movimento social que mobiliza atores envolvidos prática e teoricamente no desenvolvimento da Agroecologia, assim como crescentes contingentes da sociedade engajados em defesa da justiça social, da saúde ambiental, da soberania e segurança alimentar e nutricional, da economia solidária e ecológica, da equidade entre gêneros e de relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades. (ALTIERI, 2012, p. 7-8)

Não há como desvincular o conceito de Agroecologia do de soberania alimentar, pois esta promove a democratização e a humanização dos sujeitos, ocasiona o direito de decidir o que plantar, proporciona o direito de alimentar-se. Guadarrama-Zugasti, Trujillo-Ortega e Ramírez-Miranda (2013, p. 129) entendem que “la soberanía alimentaria se convierte así en una categoría integradora, em um poderoso instrumento conceptual y político que sintetiza las naciones referidas a la naturaleza y a la producción”.

Os autores enfatizam ainda que, dentro dos sistemas de produção agroecológico, promove-se o desenvolvimento local e endógeno, assim como reforça-se a resistência contra os sistemas avassaladores de destruição do campo. Para Borges e Rocha o conceito de soberania alimentar é muito mais abrangente, no que concerne à justiça social, que o conceito de segurança alimentar:

O avanço do conceito de segurança alimentar para o de soberania alimentar ocorreu devido à percepção de que apenas assegurar a alimentação não era o bastante. Diante das várias conceituações sobre soberania alimentar, procuramos adequar as definições a nossa realidade regional e principalmente aos povos indígenas do estado. Isso nos permitiu entender que soberania alimentar está além da qualidade ou da quantidade de alimentos disponíveis nas aldeias. Soberania alimentar está presente também na vida espiritual e ritualística dos povos indígenas. A soberania alimentar traz consigo a valorização regional, a sustentabilidade que se deseja e, conseqüentemente, a autonomia dos povos diante do mercado externo. (BORGES; ROCHA, 2010, p. 118)

De acordo com a declaração final do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, realizado em Havana, Cuba, no ano de 2001, o conceito de soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. Nesse contexto, entende-se por soberania alimentar o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o acesso à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção.

O documento do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar (2001) acrescenta que essas políticas públicas devem respeitar suas próprias culturas e a diversidade de modos de produção agropecuário, de comercialização e de gestão dos espaços rurais dos camponeses, pesqueiros e indígenas, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. O documento acrescenta, ainda, que a soberania alimentar deve garantir também a soberania econômica, política e cultural dos povos.

Nesse sentido, Altieri (2004, p. 24) afirma que a agroecologia busca preservar e ampliar a biodiversidade dos agroecossistemas e que “numerosas e complexas interações passam a estabelecer-se entre o solo, as plantas e os animais”, o que pode resultar em muitos efeitos benéficos. Além disto, esse processo:

Cria uma cobertura vegetal contínua para a proteção do solo; assegura constante produção de alimentos, variedade na dieta alimentar e produção de alimentos e outros produtos para o mercado; fecha os ciclos de nutrientes e garante o uso eficaz dos recursos locais; contribui para a conservação do solo e dos recursos hídricos através da cobertura morta e da proteção contra o vento; intensifica o controle biológico de pragas fornecendo um habitat para os inimigos naturais; garante uma produção sustentável das culturas sem o uso de insumos químicos que possam degradar o ambiente; aumenta a capacidade de múltiplo uso do território e assegura a permanência das famílias e povos tradicionais no campo. (ALTIERI, 2004, p. 24-26)

Desse modo, potencializa-se o resgate da cidadania das comunidades indígenas, assim como a de todas os povos tradicionais. Potencializa-se, também, a produção de alimentos saudáveis e limpos, suscitando o que Machado e Machado Filho (2014) chamam de conhecimentos para superar a monocultura e o agronegócio, seja em pequenas, médias ou grandes propriedades. É necessário substituir as monoculturas pela “rotação de culturas, proteção dos biomas com reserva de áreas [...]; sucessão animal-vegetal; proscricção definitiva do arado e da grade (não se move o solo!) restituição da fertilidade do solo sem o uso de fertilizantes de síntese química [...]” (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 37-38).

Como não poderia deixar de ser, os representantes e defensores do Agronegócio, na busca de continuar apresentando o seu modelo como a única possibilidade para o “desenvolvimento” e o “crescimento” econômico, investem em tentativas de desqualificar as práticas agroecológicas com inverdades e difamações, com alocações de que a produção agroecológica é mais cara, de que a Agroecologia é menos produtiva, de que não produz para a humanidade (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014), dentre outras.

Afirmam os autores (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 40-41) que na realidade esses discursos não procedem: “A agroecologia, ao não usar agrotóxicos e ao maximizar a captação da energia solar, tem seus custos menores que a produção convencional”.

A partir de dados de outras pesquisas, que comparam a produção agroecológica com a produção do Agronegócio, que utiliza desregradamente insumos agrícolas químicos, vê-se que, “invariavelmente, a produção agroecológica tem produtividade superior, entre 6% e 10% [...], na Andaluzia, Espanha, esta foi 32% superior” (MOONEY *apud* MACHADO; MACHADO, 2014, p. 41). Como pensar que a Agroecologia não produz para a humanidade se, em todas as partes do mundo, localmente, todas as populações tradicionais poderão se alimentar com produtos saudáveis e de qualidade e ainda abastecer os mercados locais?

Outras experiências e práticas são importantes no processo agroecológico, pois, além da utilização de insumos orgânicos no solo, têm-se: constantes estudos e formação para qualificação e aprimoramento; visitas para conhecer outras experiências; possibilidade de implantação de sistema agroflorestal, inclusive como barreiras de contenção; racionalização do uso da água; diversificação da produção; utilização de sementes crioulas; criação de cadeias curtas de comercialização; valorização do território e dos saberes tradicionais; respeito a espiritualidade e a natureza; troca de éticas e valores culturais (saber-fazer e cuidados com a terra); produção com sustentabilidade (produção alimentar priorizando as necessidades da sociedade local e do respeito ao ambiente local).

Desse modo, a Agroecologia, ao aplicar as práticas descritas acima, o faz tendo cuidados especiais para evitar danos desnecessários ou irreparáveis ao ecossistema. Em ambientes onde há doença das plantas, incidência de pragas, degradação do solo, dentre outras, o tratamento do método agroecológico é o restabelecimento do equilíbrio (ALTIERI, 2004).

Não há como retratar as atividades agroecológicas sem refletir sobre a terra e suas diversas formas de concepção e usos. A terra, na visão capitalista, tem o seu sentido voltado ao lucro, à valoração monetária, ao suposto 'desenvolvimento', mas, para grande parte dos povos indígenas, a terra é a 'mãe' que lhes fornece o sustento da vida, ela é sagrada e nela viveram seus ancestrais, habitam suas tradições, por isso a terra representa seus sentimentos e a continuidade de suas vidas para além desse mundo, bem como a de seus costumes, crenças, tradições,

além de representar a resistência e a manutenção de seus integrantes enquanto povo.

Albagli (2004, p. 26) afirma que:

Nas sociedades indígenas, o fundamental é o sentimento de identidade com a Terra-Mãe, sentimento esse baseado no conhecimento, no patrimônio cultural e nas relações sociais e religiosas que esses povos guardam com aquela parcela geográfica.

Ramos (1986, p. 13) considera que:

Para os povos indígenas, a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimentos. Não é apenas um recurso natural – é tão importante quanto este – é um recurso sociocultural.

Desse modo, compreender que a terra é a senha da dignidade indígena, o manto sagrado pelo qual as gerações mais velhas ensinam às gerações mais novas, o mito de origem, a espiritualidade, o conhecimento de plantas, os nomes dos animais e a percepção de que a sua sobrevivência material tem uma unidade com a sobrevivência espiritual e cultural, elucida que não se pode pensar os povos indígenas separados da terra, nem avaliar a terra fora do contexto territorial.

Os frutos para comer, o barro para fazer os objetos da cerâmica, as folhas para o artesanato, os peixes para alimentar, a água para banhar, a floresta para passear, as matas, os riachos e rios para cultuarem suas espiritualidades, as múltiplas espécies de plantas para curar, para adornar, para brincar, as folhas das palmáceas para proteger e para criar artefatos e utensílios domésticos, assim como o roçado, a oca, a pinguela – e outros tantos valores de uso – sinalizam a dádiva da terra, a sua importância que, ao mesmo tempo, faz referência à cosmogonia indígena e ao apetrechamento da vida diária em todos os seus sentidos.

A força da terra na consecução da vida indígena e o sentido de unidade com a cultura, notadamente com os saberes, revela que os povos indígenas geralmente desenvolvem os seus valores, a sua aprendi-

zagem e as suas significações a partir das lições do chão. Berço de origem e morada eterna, vínculo de energias múltiplas, painel de cores, plataforma sobre o qual se equilibra o corpo, útero de plantas e de animais, das águas e vertente aglutinadora do céu, o chão é proprietário das maiores lições: são nas suas trilhas, na sua superfície, no seu fundo e no seu mistério que se aprende a respeitar a vida e a dedicar a vida na vida como algo simples, merecedor apenas de cuidado e de acolhida afetiva como um seio dadivoso do qual se emerge e nunca se sai.

Nesse contexto, entende-se que a agroecologia é uma atividade que pode contribuir para o fortalecimento sociocultural dos Karajá, dos Tapuia e dos Avá-Canoeiro, preservando e cuidando da terra enquanto elemento fundamental para a vida indígena e fortalecendo a cultura, a partir das práticas desenvolvidas no decorrer das experiências agroecológicas.

Essa não é uma reflexão autoritária e externa a compreensão e aos interesses desses povos, mas sim diagnóstica de campo. Ao observar as práticas cotidianas de plantio das roças e da produção de alimentos nota-se a gama de conhecimentos tradicionais envolvidos em todos os processos e os princípios agroecológicos evidentes.

Os povos indígenas do estado de Goiás: Karajá, Tapuia, Avá-Canoeiro

A história de Goiás tem como ponto de partida o final do século XVI, com a descoberta das primeiras minas de ouro e a chegada dos colonizadores portugueses, que não se limitaram apenas à região litorânea do Brasil, deslocando-se para o centro-oeste. Nesse contato de exploração do território e de busca por riquezas, as perseguições e os extermínios de muitos povos indígenas nessa região também foram intensas e inevitáveis¹.

1 Vale lembrar que a chegada das frentes de colonização nas diversas regiões do Brasil, muitas vezes, se dava pelos rios, e, neste sentido, os conflitos aconteciam com os povos mais próximos destes. A colonização de Goiás e Tocantins pelo Rio Tocantins (e a ligação do centro-oeste até Belém) mostra bem esta questão dos conflitos.

Gomes, Teixeira Neto e Barbosa (2005, p. 49) consideram que: “O território goiano-tocantinense atual foi regionalmente constituído sobre os antigos territórios dos povos e tribos indígenas que aqui viviam antes da chegada dos colonizadores”. Assim, na região dos estados de Goiás, Tocantins e nas áreas limítrofes, o colonizador encontrou numerosos e diferentes povos indígenas, pertencentes à família linguística Jê (tronco Macro-Jê) e à família linguística Tupi-Guarani (tronco Tupi). De acordo com os estudos de Pedroso (1994, p. 18):

Os povos indígenas jê dominaram este vasto território coberto por cerrados entremeados de campos e florestas. Suas aldeias eram populosas, necessitando de grandes extensões de terra para sua sobrevivência física e cultural. Nos terrenos férteis, cobertos de matas-galerias que margeiam grandes cursos d’água, estabeleceram-se os tupis, vivendo principalmente dos recursos dos rios e da agricultura.

Segundo estudos de Pohl (1976), na região de Goiás e Tocantins, apesar da ausência de documentação, há indícios da presença de cinquenta mil indígenas na época da colonização, dentre os povos: Goya, Krixá, Kayapó, Xavante, Araés, Canoeiro, Apinajé, Capepuxi, Temimbó, Amadu, Xerente, Tapirapé, Poxeti, Karajá, Gradaú, Tece-medu, Guiaguçu, Porecramecrá, Curemecrá, Akroá e Xacriabá.

As informações históricas, referentes aos Povos Indígenas existentes na região Goiás/Tocantins na época da colonização, de acordo com Trindade (2009, p. 22), estão baseadas apenas “em relatórios de viajantes, depoimentos dos próprios índios e documentos oficiais do governo”. Dessa forma, nota-se a escassez de pesquisas e dados. Segundo Gomes, Teixeira Neto e Barbosa (2005, p. 38):

Se houvesse uma etnografia das populações indígenas quando os bandeirantes as acharam, seria possível obter uma visão da vida pré-colonial dos nativos. O que há são imagens de viajantes e etnógrafos do século XIX sobre os indígenas sobreviventes do violento impacto da colonização branca, que destruiu a sociedade nativa e criou outra, à moda dos brancos. Os hábitos, a economia e a maioria da cultura dos índios já tinham sido destruídos ou absorvidos. A etno-

grafia existente não retrata, pois, a vida dos indígenas antes da chegada dos brancos. Isso vale para as numerosas populações nativas que atacaram, desesperadas, os arraiais dos colonos, antes de serem “pacificadas”, e para as reduzidas populações aldeadas e completamente desaculturadas pelos colonizadores.

Foi justamente embasado nesses documentos, e em dados disponíveis da época da colonização, que os historiadores afirmam que, no século XVIII, os aldeamentos indígenas em Goiás começaram a declinar, especialmente em razão da considerável redução populacional indígena. Os índios remanescentes foram ‘abandonados’ e tiveram, eles mesmos, que lutar pela sobrevivência.

Com o processo de decadência da mineração, no século XIX, a economia goiana entrou em uma intensa crise, situação essa que afetou a existência indígena em Goiás, haja vista o crescente interesse por terras para uso da agricultura e da pecuária, intensificando as disputas e os conflitos também das Terras Indígenas.

Houve intensas disputas pelo monopólio da terra e a larga difusão das ideias de “inferioridade” dos povos não europeus (SCHWARCZ, 1995), isto é, negros e índios. Restou ao homem branco a utilização de sua ‘lógica’, ‘razão’ e ‘racionalidade’ para perseguir e matar os indígenas, muitas vezes, povos inteiros.

Mediante a ausência de leis e de ações governamentais públicas de proteção aos povos indígenas, Goiás adentrou o século XX sem nenhuma resolução dessa problemática que se agravou, sobretudo na região norte de Goiás, hoje área pertencente ao estado do Tocantins. Intensificou-se, assim, o processo de expropriação dos povos indígenas, das suas terras originais, em virtude da crescente incorporação dessa área aos desígnios das frentes de expansão econômica. Segundo Garcia (2010, p. 98):

Os que aqui chegaram tiveram medo dos índios de Goiás e na maioria das vezes, os enfrentamentos não raramente terminaram em mortes. Na realidade os índios foram empurrados para os lugares mais afastados, em especial quando habitavam as regiões mais férteis e cobiçadas pelos novos candidatos à ocupação. À

exceção dos aldeamentos e de algumas outras experiências de contatos amistosos, o quadro se configurava como uma fronteira difícil, sobretudo nas áreas mais disputadas pelo branco.

Ainda de acordo com os estudos de Gomes, Teixeira Neto e Barbosa (2005, p. 37):

Os bandeirantes que penetraram em Goiás-Tocantins causaram imensos prejuízos à população e à cultura Indígena. Mas, a penetração e fixação dos brancos nessas regiões são relativamente recentes, o que permitiu aos nativos sobreviverem por mais tempo; em alguns casos, até hoje.

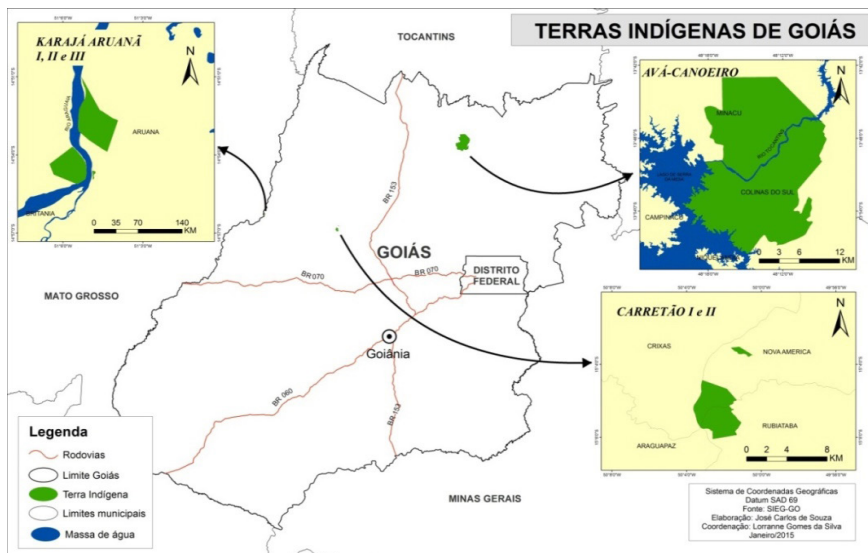
Barbosa (2008) explicita que, na área contínua do Cerrado, a população indígena encontra-se entre 44.000 e 45.118 habitantes, com aproximadamente 26 povos distribuídos em terras dos estados do Maranhão, Tocantins, Goiás, Leste de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Existe em Goiás, em 2018, apenas três Terras Indígenas: Karajá (município de Aruanã); Avá-Canoeiro (entre os municípios de Minaçu e Colinas do Sul) e Tapuia (município de Rubiataba). O mapa 01 mostra a localização das três Terras Indígenas em Goiás.

Observa-se, no mapa 01, que a espacialização das Terras Indígenas revela o histórico de ocupação do atual território goiano, a partir do sul, que foi, na gênese da colonização, a região mais povoada ao longo dos séculos, o que levou a inexistência de aldeias nesses locais.

As três Terras Indígenas de Goiás se localizam na porção norte: os Karajá estão no extremo noroeste, os Tapuia, conhecida como Terra Indígena Carretão I e II no noroeste, e os Avá-Canoeiro no extremo norte. Isso quer dizer, inicialmente, que o contexto espacial explicita que há uma lógica regional que se baseia numa conduta economicista: os lugares com maior dinamismo econômico e, portanto, portadores de terras mais valorizadas, não possuem nenhuma Terra Indígena.

Mapa 1 – Terras Indígenas em Goiás (2015).



Fonte: SIEG/GO, 2015.

Esse contexto denota o planejamento do estado de confinar os indígenas em terras improdutivas, o que ocorre desde o tempo da criação dos Aldeamentos implantados pela Coroa portuguesa, assim como foi o caso do Aldeamento Pedro III, ou Aldeamento Carretão, como afirma Rodrigues (2012, p. 7):

O Carretão foi planejado, desde a sua criação, para abrigar e civilizar os indígenas, visando a sua sedentarização. Por isso foi construído em local estratégico: à beira da estrada e sem minas de ouro por perto. Assim serviu para dar pouso aos viajantes e empregados do governo, na transição entre decadência da mineração e a implantação da agropecuária.

O povo indígena Karajá se autodenomina *Iny*, o que significa 'nós'. Karajá é um nome Tupi, cujo significado aproxima-se de "macaco grande" (ISA, 2015). Além dos Karajá, o povo indígena *Iny* abrange os Javaé e os Xambioá que, no geral, falam a mesma língua, embora apresente algumas variações.

A língua falada pelos Karajá é da família linguística Karajá, denominada por eles de *inyrybe* (ou ‘a fala dos *Iny*’), pertencente ao tronco-linguístico Macro-Jê. Somam-se 29 aldeias no total, com uma população de 3.198 pessoas (FUNASA, 2016).

As aldeias Karajá, tradicionalmente, são compostas por uma ou mais fileiras de casas ao longo das margens do rio Araguaia. De acordo com a tradição indígena, normalmente, as portas de entrada das moradias são posicionadas de frente para o rio. De acordo com Baruzzi e Pagliaro (2002, p. 1): “Os índios Karajá habitam extensa região do vale do rio Araguaia, nos estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso, com maior número de aldeias localizadas na ilha do Bananal, considerada a maior ilha fluvial do mundo”.

De acordo com dados do IBGE (2010), a população do Povo Karajá de Aruanã é de aproximadamente 267 índios aldeados, distribuídas em duas aldeias: Buridina e *BdêBure*, além de 35 desaldeados. A primeira aldeia está localizada na Terra Indígena Karajá I e a segunda na Terra Indígena Karajá III. Além dessas duas Terras Indígenas (TIs), há mais uma, a Terra Indígena Karajá II, localizada no estado de Mato Grosso, no município de Cocalinho, na margem oposta do Araguaia onde se localiza a aldeia Buridina, a principal aldeia do ponto de vista do tempo de ocupação e do número de moradores.

Com as terras demarcadas, os Karajá organizam a vida de forma que as relações estabelecidas com os não indígenas, tanto moradores do município de Aruanã quanto turistas, não solapem os costumes tradicionais de seu povo (LIMA, 2010). Para isso eles foram, ao longo dos anos de contato interétnico, ressignificando traços de sua cultura e desenvolvendo estratégias de fortalecimento, baseadas na educação indígena, nas práticas cotidianas, no artesanato e em associações.

Do grande aldeamento de 1800, com 5.000 mil índios, os Tapuia, de acordo com os estudos de Moura (2006) e com o último censo da FUNAI, restam na Aldeia Carretão, atualmente, 54 famílias que somam em torno de 276 índios aldeados, que vivem na Terra Indígena Carretão. O aumento da população não se dá apenas pelos nascimentos, mas também pelo retorno das famílias à Aldeia, conhecida

regionalmente como Fazenda dos Tapuios, situada entre a Serra Dourada (ou do Tombador) e o rio São Patrício (ou Carretão), nos municípios de Rubiataba/GO e Nova América/GO. Além destes, há índios desaldeados que moram e trabalham em cidades e fazendas vizinhas, na capital goiana e em outros estados, como por exemplo no Tocantins e no Mato Grosso.

A Terra Indígena Carretão é composta de duas glebas não contínuas: a Gleba 1, subdividindo-se em Gleba 1-A, localizada no município de Nova América, e Gleba 1-B, localizada no município de Rubiataba, as quais totalizam 1.666 hectares; e a Gleba 2, localizada também no município de Nova América; com uma área de 77 hectares. As duas glebas perfazem um total de 1.743 hectares. Reivindica-se e luta-se, na Justiça Federal, pelo território nomeado, pelos Tapuia, como Gleba III ou Área III.

O povo Tapuia sempre lutou por sua identidade étnica, tanto institucionalmente – lutando para serem reconhecidos pelo Estado como índios – como socialmente – lutando por aquilo que os fazem ser índio frente a sociedade. Marcas que são também resultado dos conflitos pela terra com os fazendeiros da região, os quais desvalorizavam a cultura indígena e, até mesmo, negavam a presença dos povos indígenas para facilitar a apropriação da terra.

Segundo estudos de Silva (2010), o povo indígena Avá-Canoeiro é fruto do movimento de dispersão dos Tupi e, como a maioria dos povos indígenas do Brasil, tem sua história marcada por extermínios e pela quase extinção da etnia. Eles estão divididos em duas famílias: uma habitando a bacia do Rio Araguaia em Tocantins, com aproximadamente 22 pessoas, e outra habitando a bacia do Rio Tocantins, em Goiás, com 08 pessoas.

A Terra Indígena Avá-Canoeiro, em Goiás, possui 38 mil hectares e se localiza ao longo do córrego Pirapitinga, entre os municípios de Minaçu e Colinas do Sul, na margem esquerda do rio Tocantins, 14 km a jusante da Usina de Serra da Mesa (administrada por FURNAS – Centrais Elétricas) e a 10 km da Usina Hidrelétrica de Cana Brava (administrada pelo grupo Tractebel Suez).

Além dos danos e dos vários impactos socioambientais locais, advindos da construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, o lago inundou 10% da Terra Indígena Avá-Canoeiro, o equivalente a 3.163 hectares da terra. Em compensação aos danos causados, na Terra Indígena Avá-Canoeiro e aos índios, Furnas, em 1992, assinou o Convênio 10.323², com vigência de cinco anos e possibilidade de prorrogação, responsabilizando-se pelos recursos necessários à execução das ações nele propostas, tais como: localização e contato dos índios Avá-Canoeiro isolados; reestudo dos limites da Terra Indígena; regularização fundiária pautada no Programa Avá-Canoeiro (PAAC) e no repasse de *royalties* (PCIAC).

A gestão dos recursos advindos desses *royalties* é realizada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sendo que a Terra Indígena Avá-Canoeiro passa a ser um território institucionalizado, gerido por órgão e empresas, cada qual com seus interesses. Os índios se tornam reféns desses recursos³ e vulneráveis a uma tutela de décadas, de acordo com Silva (2005). Apesar de milionários pelo recebimento dos *royalties*, vivem uma vida 'precarizada', sem direito a sua terra e a gestão de seus recursos.

Desse modo, nota-se que os Karajá têm suas terras e, conseqüentemente, suas vidas tensionadas pelo turismo; os Tapuia pela agropecuária e os Avá-Canoeiro por uma Usina Hidrelétrica. Essas realidades evidenciam tensão e disputa territorial por lógicas diferentes e contraditórias: a terra enquanto lugar da vida e a terra enquanto espaço de negócio.

Frente ao contexto de vulnerabilidade física e cultural em que esses povos se encontram, que alternativas e/ou que possibilidades de fortalecimento da cultura e da proteção das suas terras podem ser apresentadas? Uma delas, de acordo com Fehlauer e Ayala (2007), é a agroecologia em Terras Indígenas, a qual tem sido considerada como uma

2 Convênio que regulava as relações de Furnas com os Avá-Canoeiro, e esteve em vigor de 1992 a 2002.

3 Em 2011 e 2012, quando Furnas não fez o repasse do convênio, a família Avá-Canoeiro passou por muitas dificuldades, pois não tinham dinheiro nem mesmo para comprar comida. Esse foi um período em que foram ajudados por funcionários da FUNAI, CESAI e por moradores regionais. Em 2016 o cenário de controle, sobretudo, da gestão dos recursos ainda prevalecia.

potencial contribuição científica para o etno-desenvolvimento, objetivando a sustentabilidade social, ambiental e cultural.

Experiências agroecológicas dos Tapuia, Karajá e Avá-Canoeiro

Pelo contexto das relações dos povos indígenas com a Terra e pelas experiências dos Tapuia, dos Karajá e dos Avá-Canoeiro com processos e práticas agrícolas voltados aos manejos tradicionais de respeito ao meio ambiente, o modelo da Agroecologia pode ser uma possibilidade para o fortalecimento desses povos.

Conforme Diegues (2000), a relação com o meio natural, estabelecida pelas comunidades tradicionais ao longo de anos de adaptação, constitui-se fator fundamental para a manutenção da biodiversidade. O uso dos quintais e das roças são representações dessa relação para os Tapuia, os Karajá e os Avá-Canoeiro.

Brito e Coelho (2000) ressaltam que, no Brasil, quintal é o termo utilizado para se referir ao terreno situado ao redor da casa, definindo, na maioria das vezes, uma porção de terra próxima à residência, de acesso fácil e cômodo, na qual se cultivam, ou se mantêm, múltiplas espécies vegetais e animais que fornecem parte das necessidades nutricionais da família, bem como outros produtos, como lenha e plantas medicinais.

Já o termo roça pode significar tanto o próprio terreno de cultivo, normalmente unifamiliar, como a cultura ali plantada. É um método milenar, possivelmente transmitido por culturas como a dos Maias e a dos Incas, e que se disseminou por toda a América do Sul, sendo até hoje praticada em todas as regiões do Brasil, principalmente onde o agronegócio não transformou o campo em área industrial, como nas Terras Indígenas aqui estudadas. Conforme os estudos de Leonel (2000, p. 234):

A roça é preparada a partir da abertura de clareiras, formando corredores, seguindo-se a queimada, controlada, para evitar o excesso de calor e o dano às raízes, previamente plantadas. Caso o uso do fogo fosse descontrolado, os índios estariam destruindo seu próprio esforço de roçar e plantar, inclusive o plantio de longo prazo. O fogo é usado pelos índios no cerrado, e mais de uma vez.

No início, atei fogo controlado para a abertura dos terrenos de plantio e posteriormente a prática é repetida em menor escala, como uma técnica integrada ao conjunto de sua orientação no manejo dos recursos, com objetivos de fertilização e abertura de espaços reservados aos cultivos selecionados.

Há que se ressaltar que, no manejo adotado pelo método agroecológico, a queimada não é utilizada por ser nociva ao solo e aos microrganismos, mas que na tradição dos povos indígenas essa prática ainda é adotada. Mesmo utilizando as queimadas para limpar o terreno da roça, o manejo dos índios, de acordo com Ribeiro (1996), não era baseado apenas no fogo, mas sim na formação das roças em locais escolhidos, o que permitia a interação com a natureza circundante para a sua preservação, obtendo-se em troca a caça e a proteção contra as pragas. Destaca-se, ainda, que a roça tradicional é a roça de toco, em que a mata se recupera facilmente pois, após ser usado, o terreno é deixado para se recuperar e, por se manter os tocos, logo os brotos se tornam árvores e, assim, a mata se recupera mais rapidamente.

As roças requerem períodos adequados para a plantação, o preparo da terra, a escolha do que plantar, do como e do quando colher e, por isso, acontece em determinadas épocas do ano. Já os quintais são uma maneira mais fácil de cultivo, principalmente de alimentos e plantas medicinais de fácil acesso, e apresenta-se, regularmente, todos os meses do ano. Apesar de não tirar dali todo o sustento da família, alimentando-se ou comercializando seus produtos, esses povos têm relações valorosas com os quintais e as roças.

Conforme Carlos (2007. p. 14), “no lugar se vive, se realiza o cotidiano”. Desse modo, são as experiências com o lugar que criam, aos poucos, os vínculos de respeito e as relações diversas com os quintais e as roças enquanto lugares de vivência e fortalecimento das práticas culturais.

O quintal e as roças são, para os indígenas, lugares de saberes e aprendizagens. Ali se reproduz os seus conhecimentos com as plantas, sejam medicinais ou alimentares, os quais foram adquiridos historicamente, passados de geração em geração. Quem cultiva sabe de suas

utilidades, sabe preparar e conhece seus efeitos. Por isso, não são muitas pessoas que plantam, principalmente, as plantas medicinais, apenas as que gostam e se sentem preparadas para lidar com esse conhecimento, ou as que querem aprender.

As terras demarcadas do povo indígena Karajá em Aruanã são diminutas, não assegurando a garantia do desenvolvimento de atividades tradicionais do povo, tais como a caça, a pesca e a coleta, em quantidade suficiente para o sustento das famílias. Na Terra Indígena II há uma vegetação nativa exuberante, mas que permanece alagada por longos meses durante o período de chuva, normalmente de outubro a março. Isso compromete o uso dessa terra para os plantios. Na Terra Indígena III, desde o período de retomada deste território das mãos dos não indígenas, o desmatamento já era uma característica da área, que apresenta predomínio de pastagens, além de haver uma porção que também permanece alagada na estação chuvosa. Segundo Lima (2010, p. 112):

A adaptação ao ambiente foi desenvolvida pelos Karajá na relação com seu território tradicional, o Cerrado, ao longo de vários séculos. O surgimento da cidade sobre o território indígena os inseriu no *ethos* urbano. É aí, nestes territórios superpostos que (co) existem cultura indígena e não-indígena numa relação marcada por diferentes interesses de uso e apropriação do território. É nesta dinâmica que os Karajá vão construindo sua existência desenvolvendo mecanismos tanto de resistência, quanto de adaptabilidade, gerada pela situação de contato, no domínio do Cerrado, às margens do Araguaia.

Desse modo, as experiências agroecológicas dos Karajá de Aruanã, mesmo que reduzidas, baseiam-se na utilização dos recursos disponíveis em suas terras para a confecção de artesanato, para a caça, a pesca e a coleta, com a tentativa de pequenas roças e de cultivos de plantas medicinais nos quintais das casas (Figura 1). Um projeto de produção agroecológica para esse povo seria de vital importância, sobretudo para o período de baixa temporada do turismo, visto que a produção de alimentos saudáveis garantiria a alimentação das famílias da aldeia e ainda a venda do excedente no comércio local.

Figura 1 – Quintal Karajá na Aldeia Buridina, Aruanã/GO: Mangueira, mandioca, acerola, goiaba, mamão e pinha (2017).



Autora: Lorraine Gomes da Silva, 2017.

Os Avá-Canoeiro, assim como a maioria dos povos indígenas, respeitam a terra como uma “mãe”, pois ela significa mais que apenas um elemento de onde podem ser retirados os recursos naturais, ela significa o local em que constroem a vida de seu povo e, por esta razão, nela está gravado o passado e o presente de suas trajetórias e de sua cultura. Essa relação dos Avá-Canoeiro com a terra pode ser percebida no lugar de vivência.

Ao considerar-se as relações com o lugar de vivência, o seu modo de vida, é possível descobrir a cultura ecológica que envolve esse povo e a maneira como ele se apropria do Cerrado: a sua tática de vida, a sua temporalidade, o uso de seus objetos, seus sonhos e, especialmente, o nível de colaboração entre os membros do grupo. Nota-se que a construção do lugar está sobreposta à construção da vida. A existência do grupo se estampa no movimento do lugar e este expressa aquele movimento.

Porém, por causa da população diminuta (8 pessoas), com duas mulheres idosas e três crianças, há pouco estímulo para a caça, pesca e coleta. As roças constituíam um espaço bem representativo da organização social desse povo. Havia um cuidado especial com as escolhas do que plantar, com o plantio de milho, arroz, mandioca, limão, mamão, banana, amendoim, feijão, fumo, abóbora, melancia, entre outros. Mas, com o falecimento de Iawi em 2017 (uma das lideranças), não houve mais plantio de roças, restando apenas pequenos cultivos fragmentados pela aldeia, como mostra a figura 2.

A perda de terras atingiu consideravelmente os Tapuia que, com poucas alternativas para a subsistência, serviu-se do arrendamento (hoje não se arrenda mais), mesmo que a preço irrisório, como uma alternativa de sobrevivência. Desse modo, a terra passa a ter valores distintos para esse povo: por um lado um elemento essencial para a reprodução da vida, por outro, um elemento econômico passível de lucros e negociações. Existe o Projeto Nacional de Gestão das Terras Indígenas (PENEGATI), desenvolvido em 2018 pelo povo Tapuia do Carretão, em parceria com a Universidade Católica de Goiás-PUC, cujo objetivo é uma gestão coletiva e consciente do território Tapuia.

Os conhecimentos sobre as plantas tradicionais estão sendo cada vez mais esquecidos, não sendo utilizados pelos mais jovens, bem como ocorre com o plantio tradicional das roças, a caça, a pesca, o preparo de alimentos, as pinturas corporais e as atividades tradicionais. Todavia, há um esforço imenso, por parte da Escola Estadual Indígena Cacique J. Borges, através de seu Projeto Político Pedagógico PPP específico e diferenciado, que tem buscado a revitalização destes conhecimentos e a sua

manutenção nas gerações presentes e futuras. Ainda não é o suficiente a se fazer, mas já é algo que está germinando, uma tentativa da manutenção da cultura e dos saberes tradicionais Tapuia.

Figura 2 – Plantação de fumo, limão, abóbora e mamão em Minaçu/GO (2017).



Autora: Lorraine Gomes da Silva, 2017.

Sem a utilização de nenhum tipo de agrotóxicos, além de hortaliças, como alface, couve e cebolinha, também se cultiva mandioca (para consumo *in natura* e para fabricação de farinha) abóbora, batata-doce, milho e algumas plantas medicinais para a fabricação de remé-

dios. A horta comunitária existiu por um curto período de tempo mas, atualmente, não existe mais. Atualmente, membros da comunidade estão retomando a roça tradicional Tapuia, na qual se planta milho, melancia, abóbora, pepino, amendoim, arroz, feijão, batata, mandioca, entre outros, ora nos próprios quintais das casas, ora na época de plantação da roça coletiva (Figura 3).

Figura 3 – Plantio de jiló, abóbora, milho, gueroa, pimenta, mandioca, banana e manga em Rubiataba/GO (2018).



Autora: Lorraine Gomes da Silva, 2018.

Compreende-se, nesse contexto, que a roça comunitária é uma atividade interessante, que reflete práticas agroecológicas e que poderia ser também uma ação fortalecida, a fim de contribuir com a sobrevivência e a permanência desse povo em suas terras. De acordo com uma das lideranças (2018), todas as famílias podem participar da horta, mas cada uma deverá cumprir com o trabalho necessário para mantê-la, o que envolve desde o preparo da terra até a colheita dos alimentos.

Considerações finais

É inegável a importância da agroecologia nas práticas dos povos indígenas apresentados e o modo como esse método pode contribuir com uma maior qualidade de vida no que se refere à saúde, ao trabalho, à renda, ao fortalecimento cultural, à conservação da biodiversidade local, entre outros.

Há experiências agroecológicas no cotidiano dos Karajá, dos Tapuia e dos Avá-Canoeiro. Entretanto, não há projetos e nem políticas específicas para o fortalecimento dessas práticas junto aos indígenas, para viabilizar uma melhor estrutura, a capacitação e o conhecimento sobre essas técnicas, o que dificulta a permanência das mesmas e/ou a realização de mais atividades relacionadas a esse método de cultivo.

A falta de apoio do poder público afeta diretamente a vida indígena e fragiliza a soberania alimentar e a complementação de renda desses povos, deixando-os vulneráveis aos alimentos industrializados, envenenados, comprometendo a autonomia, a saúde e a qualidade de vida.

Desse modo, atesta-se a importância e a urgência de projetos e políticas que viabilizem o fortalecimento da soberania alimentar e nutricional, por meio da diversificação da produção, com a implementação e o manejo dos quintais e Sistemas Agroflorestais (SAFs), a criação de animais domésticos e silvestres, o enriquecimento de capoeiras com espécies de interesse, a implantação de hortas agroecológicas, o manejo de resíduos sólidos, a vigilância e o monitoramento das Terras Indígenas, entre outros.

É necessário, portanto, que esses povos indígenas elaborem propostas e projetos, de acordo com os seus interesses, com uma produção agroecológica adaptada à realidade de cada aldeia e que seja respaldada pelos órgãos competentes, com incentivos financeiros e de recursos técnicos. É preciso, também, que a academia científica se interesse mais em contribuir, com pesquisas e publicações sobre a realidade desses povos e dessa natureza.

Referências

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. BRAGA, C.; MORELLI, G.; LAGES, V. N. (Orgs.). **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: Relume Dumará Editora, 2004.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3.ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: <<https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Agroecologia-Altieri-Portugues.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BARBOSA, A. S. Ocupação indígena no sistema biogeográfico do Cerrado. In: GOMES, H. (Coord.). **Universo do Cerrado**. Goiânia: Editora UCG, 2008.

BARUZZI, R. G., PAGLIARO, H. **Os índios Karajá das aldeias de Santa Isabel do Morro e Fontoura, Ilha do Bananal**: dados populacionais dos anos de 1969 e 2002. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

BORGES, D. R.; ROCHA, F. R. M. da. Reinventando tradições em busca de soberania alimentar. In: ARAUJO, A. L. de O.; VERDUM, R. (Orgs.). **Experiências de assistência técnica e extensão rural junto aos povos indígenas**: o desafio da interculturalidade. Brasília, DF: NEAD/SAF, 2010. 334 p. (NEAD Experiências). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-2583697-3759191-It_Livro_experincias_de_-24762814.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRITO, M. A.; COELHO, M. de F. Os quintais agroflorestais em regiões tropicais: unidades autossustentáveis. **Agricultura Tropical**, v. 4, n. 1, p. 7-35, 2000.

CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. São Paulo-SP: Labur Edições/GESP, 2007.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTARIA. Declaração do Fórum Sobre Soberania Alimentar. La Havana, Cuba, 3-7 de setembro, 2001. Disponível em: <<http://cecaneparana.blogspot.com.br/2010/01/declaracao-do-forum-sobre-soberania.html>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

DIEGUES, A. C. A etnoconservação da natureza. In: _____. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** 2. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, p. 1-46, 2000.

FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE (FUNASA). **Povo Karajá.** 2016. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

GARCIA, L. F. **Goyas uma província do sertão.** Goiânia: Cãnone Editorial; Editora PUC/Goiás, 2010.

GOMES, H.; NETO, T.; BARBOSA, A. S. **Geografia: Goiás-Tocantins.** 2 ed. Goiânia: Editora da UFG, 2005.

GUADARRAMA-ZUGASTI, C.; TRUJILLO-ORTEGA, L.; RAMÍREZ-MIRANDA, C.. Agroecologia y desarrollo rural em México: bases agroecológicas, sistemas sostenibles y soberania alimentaria. In: SAUER, S. e BALESTRO, M. V. (Orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 229-260, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICO (IBGE). **Censo Demográfico dos Povos Indígenas no Brasil,** 2010.

LEONEL, M. O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura. **Revista Estudos Avançados,** v. 14, n. 40, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/ USP, p. 231-250, 2000.

LIMA, S. C. de. **A permanência do estranho: os Karajá, os Tori e as disputas territoriais do cerrado goiano.** 2010. Dissertação (Mestrado), Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da Agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MACHADO, L. C. P. As necessidades humanas, os saberes, a utopia: a agroecologia, os cerrados e sua proteção. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 229-260, 2013.

MOURA, M. C. O. de. (Coord.). **Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural.** Goiânia: Ed. da UCG; Ed. Vieira; Ed. Kelps, 2006.

PEDROSO, D. M. R. **O povo invisível: a história dos Avá-Canoeiro nos séculos XVIII e XIX.** Goiânia: Editora da UCG/FURNAS Centrais Elétricas SA, 1994.

- POHL, J. E. **Viagem no interior do Brasil**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. [Coleção Reconquista do Brasil, 14].
- RAMOS, A. R. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- RODRIGUES, E. da R. M. **Processo sócio-histórico de formação do Português Tapuia**. 2011a. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Educação Intercultural/Núcleo Takinahak, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO.
- RODRIGUES, E. da R. M. 2011b. **Relatório Final de Estágio Pedagógico**. Educação Intercultural/Núcleo Takinahak, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SILVA, C. T. **Cativando Maira**: a sobrevivência Avá-Canoeiro no Alto Rio Tocantins. 2005. Tese (Doutorado). Faculdade de Antropologia Social, Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF.
- SILVA, L. G. da. Avá-Canoeiro: guardiões do Cerrado do Norte Goiano. **Ateliê Geográfico**. v. 4, n. 1, 2010.
- TRINDADE, I. E. **O fenômeno da monotongação no Português Tapuío**. 2009. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO.

SABERES E FAZERES DOS POVOS QUILOMBOLAS COMO ELEMENTOS PARA A AGROECOLOGIA

Jaqueline Vilas Boas Talga; Agnes Aparecida Santos

“Como se diz ...” (Dito recorrente nos quilombolas em Goiás)

Durante os diálogos ouvimos com frequência a seguinte expressão: “como se diz...”, que serve como abertura do relato, da história a ser compartilhada, e depois segue a conversa. E o que significa esse “como se diz...”? Ele significa que há uma referência anterior sobre o assunto, que é o próprio coletivo. A pessoa que fala, não fala sozinha. Ela invoca a coletividade e abdica da autoridade do conhecimento.

Partimos dessa sabedoria que vem do coletivo para refletirmos sobre os dilemas e desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas do Cerrado goiano, principalmente em relação às agressões promovidas pelo Agronegócio, no tocante ao envenenamento do território, do corpo e do espírito. Também refletimos sobre os saberes e fazeres dessas comunidades, pois compreendemos que essas comunidades são guardiãs dos conhecimentos ancestrais, que elas primam pelo que concebemos enquanto Agroecologia, pelo bem viver em profunda sintonia com a terra.

Assim, o presente texto é resultado das vivências¹ e pesquisas junto às comunidades quilombolas, localizadas na região norte e sul do estado de Goiás, a saber: Comunidade quilombola de Porto Leocardio e Lavrinhas de São Sebastião, zona rural de São Luiz do Norte; Comunidade quilombola do Pombal, zona rural de Santa Rita do Novo Destino; Comunidade quilombola do Rio do Peixe, zona rural de Niquelândia; Comunidade quilombola João Borges Vieira, cidade de Uruaçu; e Comunidade quilombola do Cedro, zona rural de Mineiros.

Nos momentos em que estivemos junto aos sujeitos pertencentes às comunidades tradicionais, compreendemos que estes constroem sua existência com base em uma lógica diferente de tempo. O tempo do viver e dos modos de fazer são distintos. Prevalece a sabedoria que se perfaz pela oralidade, pela ancestralidade, que se estabelece no 'saber fazer fazendo'. Outra constante encontrada são os sorrisos e as receptividades. Entre chegadas e partidas, as acolhidas, a atenção concedida. Mesmo que o dia esteja difícil, mesmo que os familiares estejam doentes, existe um cuidado em receber e receber bem. São muitas as histórias, são muitos os enfrentamentos, são muitos os males. Mas são muitos também os sorrisos, as identidades culturais próprias, as memórias, as sabedorias, os sonhos e esperanças.

Os conhecimentos quilombolas e a Agroecologia

Ao refletir sobre os impactos promovidos pelo Agronegócio – entendido aqui enquanto um modelo de produção de *commodities* e não de alimentos, que tem sobretudo no veneno a sua forma atual de obtenção do lucro – na vida das comunidades quilombolas, compreendemos que o modelo de organização dessas comunidades se fundamenta em valores que são opostos ao defendidos/impostos pelos modelos

1 As vivências junto às comunidades quilombolas foram realizadas em duas frentes. Uma foi realizada nas ações estabelecidas pelo Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ), da Universidade Estadual de Goiás (UEG) no sul do estado de Goiás. A outra frente foi realizada nas pesquisas ações via projeto de extensão "Comunidades tradicionais em rede: criação e circulação visual no cerrado goiano", promovido pelo Instituto Federal de Educação de Goiás (IFG) em parceria com o Ministério da Cultura.

hegemônicos de produção no campo, os quais são baseados no processo de modernização conservadora da agricultura, gestada nos anos 1960 e consolidada, como Agronegócio, em meados de 1990.

As comunidades quilombolas, assim como várias outras populações tradicionais, têm sua base cultural construída a partir de uma relação íntima e profunda com seus territórios de produção e da vida. Ao contrário da terra do Agronegócio, que representa uma estrutura inerte para o crescimento das *commodities*, a terra quilombola tem seu significado relacionado à vida. Ao perguntar para o senhor Hildebrando Simão de Moraes, 76 anos de idade, da comunidade quilombola do Cedro, em Mineiros/GO, “o que a terra significa em sua vida?”, ele responde:

A terra, moço? A terra é vida rapaz! A terra é nosso ser que nós tudo é a terra. Porque o homem foi feito da terra e a terra é nossa vida, porque o tanto que eu vejo que a terra significa pra mim que se eu num tiver a terra, o quê que eu sô? Hum? O quê que eu sô se eu não tiver a terra? Aonde eu fico, o quê que eu vô come? O quê que eu vou bebe? Por que a água ela não é nascida da terra? O que eu como não é nascido da terra? Então, a terra é minha vida. Eu tenho isso aí, ela significa minha vida. (*Informação verbal* do sr. Hildebrando Simão de Moraes em Mineiros/GO, 2016)

As comunidades quilombolas, bem como faziam seus ancestrais, resistem às imposições de modelos de produção que desrespeitam a integridade e a dignidade, entre os seres e desses com o meio onde vivem. São as sabedorias das comunidades ancestrais que possibilitaram e possibilitam conhecer e interagir com as outras naturezas, são elas que mantêm viva nas memórias e nas práticas cotidianas as diversidades bioculturais e sua preservação (TOLEDO; BARRERA-BARROLS, 2015).

A terra se faz presente, seja no cotidiano daqueles que vivem nela e dela, seja no imaginário dos que passaram a viver nas cidades. A terra, ao ser cultivada por essas comunidades, adquire contornos próprios. São usos, vidas e relações que tendem a uma maior sintonia. Tanto é assim que, exatamente nos limites territoriais dessas comunidades, se encon-

tram as barreiras que resistem aos avassaladores avanços do Agronegócio e suas monoculturas envenenadas.

Ao percorrer o Cerrado percebemos, sintomaticamente, a existência de vegetações, de rios, riachos, córregos nos locais onde existem comunidades tradicionais. Há uma maior preservação da biodiversidade nos territórios quilombolas. Durante os trabalhos de campo foi perceptível a conservação das áreas naturais de Cerrado, como na comunidade em Santa Rita do Novo Destino, no estado de Goiás.

As comunidades quilombolas não se originaram necessariamente de territórios construídos por negros fugidos da situação de escravizados. Elas se constituem em torno de territórios de resistência, de modos de ser e estar no mundo, que tem como referências valores civilizatórios negro/africanos, bem como valores civilizatórios dos povos autóctones, os ameríndios, devido aos encontros culturais, ocorridos a partir da chegada dos africanos em situação de escravizados e ao longo dos quase quatrocentos anos de escravidão no Brasil.

Os modos de vida dessas comunidades são distintos dos modos de vida majoritariamente operantes. Entre as comunidades quilombolas, por exemplo, não se levantavam cercas, bastando a boa convivência, a qual ainda prevalece em muitas das comunidades. De acordo com José Borges Rodrigues, 84 anos, da comunidade quilombola urbana João Borges Vieira, de Uruaçu: “se dizia, eu fico daquela árvore ou daquele córrego em diante, não era junto igual aqui na cidade, era espalhado” (Informação verbal de José Borges Rodrigues, Uruaçu/GO, 2016).

O entendimento sobre o que vem a ser uma comunidade quilombola passou por algumas transformações. As concepções mais recentes e abrangentes consideram que:

O termo não se refere mais a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram construídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida

característicos e na consolidação de um território próprio. (O'DWYER, 2002, p. 18)

As comunidades quilombolas, em seus processos de constituição e consolidação, precisaram ser autossuficientes. Elas precisaram se adequar ao meio, conhecê-lo para habitá-lo, viver nele, dele e com ele. É curioso constatar que povos oriundos de outra realidade, de outra cultura, foram capazes de se refazer em meio ao novo, ao desconhecido. A partir das práticas ancestrais, de matrizes africanas, nas quais os africanos escravizados e seus descendentes livres e libertos estavam inseridos, tiveram a sabedoria de (re)criar, de se fazer e refazer. Assim, foram capazes de conhecer as plantas, os solos, os animais para daí viverem em meio a eles.

A vida coletiva é permeada por relações de cuidados. Ao chegar em uma comunidade de remanescentes de quilombos, em momentos rotineiros do cotidiano ou em momentos de festejos e rituais, ficamos encantados com as riquezas culturais ali presentes. Ao nos aproximarmos mais, ao ouvirmos os relatos, percebemos que esses cuidados eram mais intensos há algumas décadas atrás.

Em um dos relatos, de uma senhora pertencente a comunidade quilombola do Pombal, em Santa Rita do Novo Destino/GO, percebemos que as gerações que viveram até os anos de 1980 interagem constantemente, se encontravam em confraternizações, nos festejos e nos trabalhos. Em todos os finais de semana eles participavam das constantes festas, que ocorriam após as 'treições'. Segundo dona Albina Borges da Costa, 70 anos, da comunidade quilombola do Pombal, "antes era tambor toda semana, no meio da semana um já ia rodear o chiqueirão da casa daquele que estava precisando de ajuda em algum trabalho a ser feito na roça, para ver se tinha um porco grande para a refeição durante a treição". (Informação verbal da sra. Albina Borges da Costa, em Santa Rita do Novo Destino/GO, em 2016).

As treições e os mutirões são momentos em que a comunidade se reúne para auxiliar uma família que não esteja conseguindo realizar os trabalhos necessários em sua roça. A diferença entre treição e mutirão é

que a primeira ocorre mediante uma surpresa, já a segunda é combinada, pois um solicitante combina com os outros, dentro de uma lógica de ajuda mútua, na qual depois o solicitante auxiliará aqueles que vieram trabalhar em sua roça, em momento específico acordado. Nas treições, a comunidade se reúne e chega na roça sem o dono da roça saber, bem de madrugada. Tocando e cantando, a comunidade chega para auxiliar. O auxílio pode vir para a limpeza um rego d'água entupido, para a colheita de uma lavoura de milho ou mandioca, para a cobertura do telhado de uma casa, assim como muitos outros.

Se os relatos da permanência de treições são cada vez mais raros, muitas das práticas permanecem vivas, em velhas e novas versões. Espaços e tempos mudaram, um pouco ou muito em cada uma das comunidades, e mesmo que as comunidades estejam em uma mesma região, existem distinções significativas entre uma e outra.

De um lado do córrego, fruto das iniciativas empreendedoras de uma liderança comunitária, a comunidade tem cooperativa, maquinários, equipamentos para processar e embalar algumas das lavouras plantadas, como é o caso da mandioca, das polpas de frutas, constituindo-se uma distribuição da renda. Do outro lado do córrego, a comunidade continua a alugar o trator de alguém que o possui, a plantar na matraca ou enxada, a colher na mão, a vender seus produtos sem manufaturar.

Essa é a realidade das comunidades. Mas como elas reagem às agressões em relação à terra e à vida? Ouvimos o seguinte depoimento, de Hildebrando Simão de Moraes, sobre o passado e o presente do trabalho na terra:

Então, e é atrás disso aí tem muita coisa mais cês vai vê que naquele tempo nosso tinha muita dificuldade e tinha muita facilidade, e hoje em dia tem muita facilidade e as dificuldade tá pior, porque as dificuldade que tinha aquele tempo era umas dificuldade sobre trabalho e hoje em dia as dificuldade que tá tendo é sobre a vida do humano. Mais, o assunto que ocês que não é esse. (*Informação verbal do sr. Hildebrando Simão de Moraes em Mineiros/GO, 2016*).

E como essa diferença entre gerações se expressa no contexto da relação do ser humano com a terra?

As dificuldade cê tinha, mais só que cê tinha o prazer, que ocê prantava pouca coisa e cuia muito. E hoje cê pranta muito pra colhe pouco. [...] Tudo que ocê prantava cê colhia e você plantava pouco e colhia muito. Porque? A terra tinha força. Pra mode ela produzi aqueles mantimento que ocê prantava ocê prantava lá a única coisa que as veis mais atingia a pranta era formiga, mais o povo tinha as defesa que eles fazia. Eles prantava gergelim, eles prantava batata pras formiga larga de corta as pranta pra ir corta aquele lá. O cupim, o cupim não atingia pranta. Porque ele não atingia pranta? Porque, ele atinge hoje em dia porque ele precisa de comer e naquele tempo eles dirrubava roça aqueles pau ficava lá na roça ele ia apodrecer era o alimento dos cupim.[...] A agricultura de hoje em dia ela significa o seguinte, que ela acaba com a natureza. A agricultura hoje em dia tá acabano com a natureza. Por quê? Já não tá existino mais cerrado, já não tá existino mais nascente, porque através da agricultura o povo sai gradiano. (*Informação verbal do sr. Hildebrando Simão de Moraes em Mineiros/GO, 2016*).

Vemos que, antigamente, havia vida, força e respeito. A maneira como as comunidades tradicionais quilombolas vivem na e da terra envolve ligação, partilha, divisão e troca. Por isso, o relato identifica as mudanças ocorridas no tempo. Prevalecia uma prática, que denominamos hoje de Agroecologia, na vida cotidiana. Atualmente, porém, a manutenção dessas práticas tem sido inviabilizada pelo avanço do Agonegócio sobre o território dessas comunidades.

E em relação ao valor? Como a determinação do valor está dentro da contradição entre modos de produção e de vida? Entre o que é necessário e o que é especulação, nota-se uma grande diferença:

Agora, agricultura que eu vejo que é de futuro ela não tem valor. Que é a agricultura familiar. Porque esses cara que mexe com essas lavourona eze mexe com essas coisa, mais pra elas fica no Brasil? Então porque que é que eze meche com isso? Não é afim de dinheiro. E a agricultura familiar não é a que põe o alimento na

mesa de todo mundo. Ela tem valor? Ela num preserva a natureza?! Sim ou não? E porque que ela não tem valor? Me diz por quê. (*Informação verbal do sr. Hildebrando Simão de Moraes em Mineiros/GO, 2016*).

O campesinato e o Agronegócio são modelos de produção extremamente opostos. Se diferenciam em seus meios e fins. Enquanto a agricultura familiar produz os alimentos que vão para a mesa de toda a população, o Agronegócio produz *commodities* para serem exportados. Os países receptores desses grãos os utilizam, sobretudo, como ração de animais que são criados em sistemas de confinamento. Mediante esses direcionamentos, nos perguntamos, porque a agricultura que produz quase 80% dos alimentos que consumimos não é valorizada? Porque no sistema de produção capitalista não se valoriza a vida, em suas várias dimensões, se valoriza o lucro. Nesse modelo, a terra é vista enquanto suporte, ao passo que para as comunidades tradicionais – os camponeses, os quilombolas, os povos ameríndios – a terra é vista enquanto força de trabalho local a ser explorada.

Mesmo com o Agronegócio sendo um modelo de produção e, conseqüentemente, de vida hegemônico, as comunidades tradicionais se (re)inventam e resistem. Temos muito a aprender com elas, mas, para que isso ocorra, é preciso uma mudança epistemológica. É preciso uma epistemologia que respeite e reconheça a diversidade dos saberes, que seja capaz de dialogar e construir em sintonia com aqueles que há muito caminham. Sobre a própria noção de Agroecologia, o senhor Hildebrando, da comunidade quilombola do Cedro, ressalta:

Mais era, é sim um pouco porque o tipo que as coisa mostra era naquele tipo dos antigo porque é a agroecologia é aquelas coisa que cê fazia de primeiro que dava certo que ocê tem que ajustar ela. Que é aquele tipo, ela mostra muito aquele tipo porque é coisa que tá resgatano né, aquele tipo dos antigo que tá formando a agroecologia. Na minha cabeça né. (*Informação verbal do sr. Hildebrando Simão de Moraes em Mineiros/GO, 2016*)

Percebemos a profunda vinculação com a terra, por parte dos e das quilombolas, pois ela é vista enquanto extensão do ser, enquanto história viva e não meramente como uma mercadoria. A terra não é um recipiente gerador de lucro. Contudo, sentimos também a expulsão, a separação desses sujeitos da terra, mesmo aqueles que ainda estão nela. À expulsão do passado, feita pelos fazendeiros, se junta a expulsão do presente, agora feita por outros sofisticados fatores, que se somam para a separação. Os quilombolas, camponeses e camponesas, são sistematicamente pulverizados pelo veneno, direta e indiretamente jogados sobre eles, nas gotículas, no vento, na água e na terra. Eles são também expulsos pelos insetos e pelos pequenos animais, os quais não têm outro abrigo, em meio às grandes plantações de monoculturas, a não ser as áreas verdes das pequenas extensões territoriais das comunidades quilombolas.

As resistências dessas comunidades contribuem para a própria existência do cerrado, nas localidades onde elas estão inseridas. Pois, em todo o trajeto territorial percorrido durante o projeto, são nas comunidades quilombolas em que, majoritariamente, prevalece a existência de árvores nativas, de animais e das diversidades culturais, entre elas a alimentar.

Uma das questões que mais chamou a nossa atenção é a questão do veneno, chamado de agrotóxico, utilizado massivamente nas áreas rurais do entorno dos territórios quilombolas. Durante um dos trabalhos de campo, realizado junto às comunidades quilombolas, no município de São Luiz do Norte/GO, sentimos as gotículas de veneno, as quais caíam do avião que sobrevoava uma plantação de cana, jogando veneno nela. O território quilombola em questão se constitui em um corredor verde, sendo a única área que não tem plantação de cana ou de soja. Observamos que a área da comunidade é utilizada como local de manobra de aeronaves.

A partir dessas evidências, começamos a atentar para a observação dos impactos do uso do agrotóxico na saúde, bem como a associar as constatações com os dados levantados pelo dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, em 2015. Os impactos foram observados nas

vivências, assim como nas entrevistas concedidas por sujeitos das comunidades quilombolas rurais.

Em todas as comunidades quilombolas rurais, e nas escolas que existem, o veneno aparece nas falas dos sujeitos entrevistados. E, majoritariamente, aparece enquanto um elemento externo a eles, que prejudica a saúde de todo o território. Inclusive, em uma das falas de seu José da Silva Rocha, 72 anos, da comunidade quilombola do Rio do Peixe, localizada no município de Niquelândia/GO, há o relato de que ele deixou de plantar a sua roça de arroz e de milho, pois, segundo ele, é preciso ficar vigiando o tempo todo, para que os pássaros não comam a plantação, porque tudo em volta está cada vez mais desmatado e com plantações de soja e cana. Isso faz com que os pássaros não tenham o que comer.

Durante os diálogos, identificamos vários casos de câncer e de depressão profunda. Estudos da Abrasco permitem fazer a relação entre essas doenças e a exposição ao agrotóxico. Mesmo sabendo que estes fatos demandam uma investigação mais aprofundada, consideramos a hipótese de que essas doenças podem ser causadas pelo intenso uso de veneno no entorno das comunidades.

O aumento da produção de monoculturas, com suas dosagens cada vez maiores de veneno, tem contribuído para o desmatamento, para o desaparecimento de muitas espécies da flora e da fauna, para o envenenamento das águas, dos alimentos, do ar, do solo, dos animais, dos sujeitos e de suas culturas.

Mas, apesar de todos esses dramas, muitos quilombolas seguem resistindo e existindo. Entre eles, existem aqueles que mantém modelos de produção similares aos de seus antepassados. Outros estão com as vidas divididas entre o campo e a cidade. Outros, ainda, estão constrangidos a trabalhar como funcionários de fazendeiros e de grandes empresas, que são os mesmos que os oprimem. Existem aqueles que lutam pela organização da comunidade, em disputas por projetos coletivos de produção na terra, entre outros. Cada comunidade, a seu modo, procura resistir e viver da terra e na terra.

Considerações finais

Em meio às experiências vivenciadas, mais aprendemos do que compartilhamos. Percebemos que é preciso, primordialmente, compreender as demandas e estabelecer as ações a partir delas, ou seja, não devemos impor uma idealização inicial que não condiz totalmente com a realidade. Compreendemos que é necessário e possível estabelecer ações em conjunto, visando o bem viver, mas para que isso ocorra é fundamental o engajamento articulado com o respeito, respeitando inclusive o tempo do outro.

É imprescindível refletir e buscar juntos saídas produtivas que potencializem a Agroecologia, uma vez que a mesma existe há muito nas comunidades quilombolas. Saídas que possibilitem que essas pessoas, além de se auto sustentar por meio de suas plantações, se empoderem da comercialização. Isso possibilitaria a permanência, com qualidade de vida para aqueles que querem continuar vivendo na e da terra, e que a saída dos que desejarem ir, ou a venda da força de trabalho a outrem, sejam por escolha e não por necessidade.

Referências

- CARNEIRO, F. F. [et al.]. **Dossiê ABRASCO**. Os impactos dos usos de agrotóxicos na saúde. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Tradições da terra**. Memórias, sonhos e desafios das comunidades quilombolas do norte goiano. Goiânia: EdIFG, 2016.
- O'DWYER, E. C. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. In: O'DWYER, E.C. **O fazer antropológico e o reconhecimento de direitos constitucionais**: o caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Associação Brasileira de Antropologia, 2002.
- TOLEDO, V. M. M.; BARRERA-BARROLS, N. **Memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

UMA VISÃO EXTERNA SOBRE ALGUNS ESFORÇOS E CONTRIBUIÇÕES DO MST AOS AVANÇOS DA AGROECOLOGIA¹

Leonardo Melgarejo

As discussões atuais sobre o avanço da agroecologia no Brasil exigem atenção ao papel desempenhado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Trata-se de desafio importante, com complexidade aguçada pelo fato de que o MST se envolve, de maneira decidida nesta questão, há pouco mais de 15 anos. Muitas organizações de corte rural e urbano possuem história tão mais longa na luta pela consolidação do próprio conceito e de sua imagem pública que, seguramente, o mesmo tema, examinado desde aquelas perspectivas, permitiria outros recortes e encaminhamentos. Ademais, muitos agroecologistas orgânicos ao MST são lideranças no assunto e certamente estarão produzindo documentos bem mais esclarecedores do que tentativas pessoais e independentes que, como esta, pretendam uma leitura “externa” sobre o papel do MST na construção da agroecologia, considerando algumas de suas possíveis motivações e desafios.

Portanto, se faz necessária uma advertência: este texto reúne impressões pessoais que não pretendem ser mais do que isso. Estas impressões decorrem de leituras, conversas e observações, não possuindo ligação direta, nem validação pela organização ou seus

1 Texto elaborado em meados de 2018, para subsidiar discussões sobre o tema.

membros. Assim, eventuais nexos deste texto com sentimentos motivadores ou mesmo eventuais intencionalidades do MST, relativamente ao tema, devem ser considerados especulativos. Ainda assim, e ressaltando que todo equívoco, toda fragilidade, todo viés eventualmente contidos neste texto são de minha inteira responsabilidade, cabe expressar agradecimentos aos companheiros Álvaro Delatorre e José Maria Tardin, que – com suas opiniões pessoais, respondendo a perguntas de caráter genérico – auxiliaram de forma relevante no esclarecimento de vários pontos aqui tratados.

Uma introdução e alguns pressupostos

Um dos temas fundamentais diz respeito ao “desenvolvimento” e a equívocos relacionados a esta expressão. Aqui, o pressuposto a ser destacado associa-se à impossibilidade de estender o modelo de desenvolvimento proposto pelos países centrais e pelas transnacionais que comandam suas ações, aos povos do mundo. Avulta que, em nome deste “desenvolvimento”, têm sido conduzidas interferências civilizatórias de todo o tipo, esmagando possibilidades de soberania e autodeterminação em todos os cantos do planeta.

Os resultados, desastrosos desde várias perspectivas, são particularmente graves no foco ambiental. E a sucessão de disfarces relacionados a maquiagem de adjetivações supostamente qualificadoras, aplicadas ao “desenvolvimento”, não têm servido para ocultar o fundamental: o “desenvolvimento econômico”, o “desenvolvimento social”, o “desenvolvimento endógeno”, o “desenvolvimento local”, o “desenvolvimento global”, o “desenvolvimento sustentável” e até o “desenvolvimento humano”, todas as formas de “desenvolvimento” capitalista, estimulados por agências e bancos internacionais, se revelam ecocidas. Suas aplicações têm ampliado a fome, a miséria e a erosão de possibilidades de vida, espalhando o oposto do que pregam.

A ideia de desenvolvimento, relacionada à generalização de estilo de vida reservado à parte da população dos países centrais, baseada na lógica da competição sem limites e no uso ilimitado dos recursos naturais, está destruindo o planeta. A devastação ambiental, o esfacelamento

da biodiversidade, o descaso aos direitos humanos fundamentais, a imposição de noções de ciência e tecnologia que não atendem aos anseios da humanidade impõem a busca de alternativas.

Outro pressuposto relevante diz respeito à construção de interpretações coletivas. Assume-se, aqui, duas hipóteses. A primeira é de que qualquer interpretação individual sempre será enviesada. As análises devem ser coletivas, pois apenas estas reduzem pressões de subjetividades, na leitura da realidade. Isto é verdadeiro a tal ponto que se aplica aqui uma das máximas de lideranças do campo: “é melhor errar em grupo do que acertar sozinho”. A experiência mostra que, coletivamente, os avanços tendem a ser objetivos e consistentes.

A segunda hipótese, interligada à primeira, afirma que a prática constrói consciências e que a conscientização leva a mudanças de atitude, que tendem a ser qualificadoras das ações. Portanto, a educação como elemento de preparação para a vida deve ser imbricada nas experiências pessoais, levando em conta o ambiente onde o aprendizado ocorre. Pelo mesmo motivo, tecnologias e práticas que desconsideram o contexto local, dificultando tomadas de consciência, atuam como elementos de alienação que dificultam a construção de atitudes colaborativas, respeitadas com relação ao fato básico: precisamos de outro tipo de orientação desenvolvimentista.

Está errada a noção de que a busca do melhor para cada indivíduo contribuiria para melhorias que alcancem a todos os indivíduos. Uma interpretação correta – para o conceito de que uma mão invisível regularia mercados exigiria a imposição de condicionantes focalizados nos interesses coletivos. A noção correta, nesta interpretação, seria que de que cada um deve ser estimulado a buscar o melhor para si **E** para os demais, condicionando a procura do melhor para si à busca do melhor para todos.

O último pressuposto diz respeito aos direitos humanos e à responsabilidade de todos, com relação à defesa dos conceitos e dos avanços civilizatórios, ali contidos. Isto nos traz ao tema deste documento: a agroecologia e algumas ações determinadas, com vistas a sua consoli-

dação, por parte de organização social comprometida com a emancipação humana.

Vistas de fora, as ações do MST se orientam de maneira expressiva em defesa de direitos humanos fundamentais. No caso do direito à alimentação este Movimento avança para além da proposição da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que se restringe ao acesso a comida com referências pouco claras à autodeterminação dos povos. Assume posição da Via Campesina, com destaque para a autonomia decisória dos povos, quanto a “o que” deve ser produzido e consumido. Compreendendo que, mesmo decisões simples, de opções aparentemente individuais quanto ao que comprar para comer, ou sobre o que plantar para vender, possuem conotações políticas, que se expressam em caminhos com impactos sobre o coletivo, o MST assume que tais ações devem ser conscientes. E, entendendo que a expansão desta consciência é parte dos deveres impostos a todos, como condição de resguardo aos direitos humanos, adota o conceito de soberania alimentar.

Neste âmbito, ações voltadas à eliminação da fome devem contribuir para superação de alienação social, enfrentando processos que limitam a autonomia decisória dos povos e descartando mecanismos prejudiciais à sustentação da própria rede da vida, nas sociedades humanas como no solo, nos ambientes aquáticos e na diversificação de formas adaptativas do homem, aos vários ecossistemas, nos diferentes espaços territoriais.

A soberania alimentar

Opostamente ao que propõe as Nações Unidas em seu conceito de Segurança Alimentar², o MST defende o conceito de Soberania Alimentar. Proposto pela Via Campesina Internacional, este conceito expressa:

-
- 2 Segurança Alimentar e Nutricional é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimen-

O direito dos povos, comunidades, e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades.

Esta consigna preconiza direitos de autodeterminação e de acesso a recursos produtivos, cultural e historicamente adaptados aos diferentes ecossistemas. Envolve respeito a bens públicos e à função social da terra e dos ambientes aquáticos, estabelecendo limites que restringem seu uso às formas protetivas dos diferentes elementos que compõem os ecossistemas bem como dos consumidores do produto gerado. Portanto, coloca barreiras éticas ao crescimento pelo crescimento.

Avançando no campo das tecnologias e dos sistemas produtivos, exige que a produção de “alimentos” emergja de decisões políticas pautadas pelos direitos humanos e não pelas facilidades de mercado. Assume que no ato de alimentar sua família, qualquer cidadão estará exercendo ação política em apoio a vasta cadeia de enredos que envolvem outros cidadãos, comprometidos com atividades de produção, preparo e distribuição daqueles alimentos. Assume que a relevância daquela decisão exige que ela seja tomada com consciência a respeito das condições em que o alimento é produzido, das condições de trabalho impostas a quem o produz, das implicações do modelo produtivo adotado e das repercussões consequentes, em termos de apropriação dos resultados e sujeição aos reveses, em todas as etapas.

Além, é evidente, dos riscos embutidos no consumo, relacionados às implicações biológicas decorrentes de impactos ambientais relacionados ao sistema produtivo e à ingestão daquele alimento, pelos

tar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo.

membros de sua família. Com esta visão o conceito de Soberania sugere que, embora caiba ao Estado assegurar a circulação das informações e o acesso aos recursos necessários à sua efetivação prática, enquanto Soberania Alimentar, a questão envolve direitos e deveres de todos os cidadãos de qualquer país soberano. Desta forma a soberania alimentar se coloca como necessidade comum, associada às responsabilidades coletivas, que devem ser assumidas pelas formas organizadas em que a cidadania se expressa. Ao mesmo tempo, o conceito se opõe à definição da FAO. Ele expõe que naquela formulação se ocultam pressupostos contrários ao que há de fundamental nos direitos humanos, por permitir que alimentos sejam tratados como mercadorias comuns. Com isso, a FAO vulgariza a noção de qualidade alimentar a tal ponto que grãos transgênicos, contendo resíduos de agrotóxicos com efeitos cancerígenos, genotóxicos e teratogênicos podem ser distribuídos em programas “humanitários” de ajuda alimentar, que além destes crimes ainda contaminam bancos de sementes sobre controle dos povos tradicionais. Entendo que os direitos de propriedade sobre as sementes, bem como as patentes relacionadas aos produtos da transgenia se colocam como fatores de diferenciação básica, entre os conceitos de segurança e soberania alimentar, o MST assume este último e nega o primeiro. Como a soberania alimentar exige autodeterminação cidadã e respeito aos ecossistemas, com produção de alimentos saudáveis, ela impõe necessidade de adoção dos princípios da agroecologia. Assim, como os demais componentes da Via Campesina, o MST adota esta orientação em sua estratégia programática colocando-se contra políticas que trabalham o comércio de alimentos como mercadorias simples, de livre circulação internacional, geradas por processos tecnológicos que reforçam o controle hegemônico das corporações do agronegócio sobre sua produção, beneficiamento e agroindustrialização, avançando ainda nas áreas de circulação, distribuição e consumo.

Na dimensão imposta por este desafio, a luta pela terra, tal como produzida pelo MST desde sua constituição, precisava ser reconceituada. A fusão de capitais de diferentes origens (bancário, industrial, agrário, especulativo, comercial), que levou à aglutinação de empresas voltadas à produção primária, bem como à modificações nas bases

legais e à orientação de serviços e recursos públicos para o atendimento estabeleceu novo momento, esgotando as possibilidades de iniciativas em defesa da pequena produção por si. A luta por soberania sendo maior do que a luta pela terra exige atenção a outras demandas da sociedade, e os princípios da agroecologia contribuem para articulações neste sentido.

O neoliberalismo com discurso modernizante de que governos voltados à justiça social, à equalização de oportunidades e à democracia impediriam o desenvolvimento, porque restringiriam liberdades empresariais e com isso impediriam o “desenvolvimento”, vem obtendo enfraquecimento dos estados nação. Ocorrem desnacionalizações de recursos naturais, privatização de instituições, flexibilização de legislações e subordinação da economia nacional a e externos. No campo isto se manifesta pela fusão de empresas e generalização no uso de pacotes tecnológicos que associam indústrias químicas, mecânicas e biotecnológicas. Estes conglomerados e suas ações são difundidos como necessidade vital. O discurso oficial faz a apologia do agronegócio, enfatizando que sua contribuição para expansão na oferta de alimentos decorre da abertura da economia, em situação de livre concorrência onde aptidões e empenhos fatalmente levariam ao sucesso dos “mais eficientes” e à eliminação dos demais, em benefício de todos. Na prática, ocorre o oposto. No Brasil este movimento de caráter geral acelerou a expansão do agronegócio, e mesmo durante os governos Lula-Dilma acumulou prejuízos sociais, econômicos e ambientais. Ao mesmo tempo, e especialmente após o golpe, consolidou-se rápido desmonte do Estado e o fim do planejamento público, substituídos pela adoção de orientação empresarial focada na produção e exportação de commodities. Com amparo de políticas públicas e respaldo do congresso nacional, o país acelerou avanços no sentido de subordinação que tende a eliminar possibilidades de soberania nacional. Em vista disso, e de forma coerente com o pressuposto de Soberania Alimentar, o MST anuncia sua prioridade para a Reforma Agrária Popular.

Trata-se projeto inovador, voltado a enfrentar não apenas o latifúndio improdutivo, ou o mesmo os complexos agroindustriais do agrobusiness, mas a rede que se estende a outras formas de controle. Trata-se

de opor obstáculos ao domínio do capital financeiro sobre a vida nacional, determinante de reorganização de nossa economia, agora como colônia exportadora de matérias primas não processadas, de baixo valor agregado, às expensas do uso massivo de agrotóxicos, em total desrespeito aos direitos humanos e às possibilidades de vida digna nos territórios rurais.

A Reforma Agraria Popular

Observando insuficiência de suas estratégias de lutas por acesso a terra e crédito, focalizando justiça no campo e consolidação de unidades produtivas de pequeno porte, em um contexto onde políticas públicas subordinadas a interesses externos estimulavam o avanço do capital especulativo aplicado à produção de commodities para a exportação, o MST opta por reorganização de sua forma de trabalho. Observava-se, já nos governos Lula-Dilma, realidade extremamente adversa, com criminalização de lideranças e ausência de novos assentamentos, onde parte dos agricultores assentados revelava tendência de adotar pacotes tecnológicos do agronegócio, ou de arrendar terras para explorações deste tipo, que ao mesmo tempo também avançavam sobre territórios indígenas e de comunidades tradicionais. Ocorriam também avanços, ainda que tímidos, em alguns programas e políticas públicas de suporte à agroindustrialização e acesso a mercados, ou mesmo linhas de crédito para públicos específicos.

Colocava-se, assim, oportunidade/necessidade de articulação entre os vários grupos organizados em defesa de agricultores sem terra ou com pouca terra, bem como nações indígenas, povos e comunidades tradicionais. No grande quadro, percebia-se rápida concentração e desnacionalização de grandes extensões de terra, aumento no uso de agrotóxicos e desrespeito aos direitos trabalhistas, associados à crescentes denúncias de crimes ambientais e à emergência de doenças como o câncer, entre trabalhadores rurais e consumidores urbanos, entre outros elementos atentatórios aos direitos humanos, a exemplo de trabalhos análogos à escravidão e diversas formas de crimes e violências no campo. Neste contexto o MST passa a defender a necessidade de grande

articulação nacional pela implantação de um projeto de Reforma Agrária Popular.

Nesta concepção o MST reafirma a necessidade um novo modelo agrícola para o campo brasileiro, que além de exigir democratização no acesso a terra e respeito aos direitos dos povos e comunidades tradicionais, se coloca alternativa ao modelo de “desenvolvimento” calcado no agronegócio.

Entre as diferenças estruturais, que demarcam limites a este debate, destaca-se o compromisso com uma matriz de produção agroecológica, para a produção de alimentos saudáveis, com respeito à biodiversidade, sem o uso de agrotóxicos, voltado à agroindustrialização do campo, com ênfase à unidades de pequeno a médio porte e com vistas à soberania nacional. Este projeto aponta assentamentos de base agroecológica como fundamento para a produção de alimentos saudáveis, em larga escala e a preços justos, de forma a alimentar a população brasileira e assegurar a autonomia da agricultura familiar e camponesa. Ao mesmo tempo, o projeto reafirma a necessidade de reforma agrária massiva, de articulação entre as várias organizações do campo e destas com organizações urbanas conscientes da necessária e urgente ampliação na oferta de alimentos saudáveis. Não menos importante é a reafirmação da luta por políticas públicas e créditos agrícolas para a agroindustrialização do campo, a criação de espaços justos e solidários de comercialização, o fortalecimento de políticas de compras solidárias e alimentação escolar, como PAA e PNAE, bem como apoio à agroecologia e à expansão no número de feiras e locais para vendas direto aos consumidores, de forma a garantir melhoria das condições de vida dos camponeses com avanços concretos no rumo da soberania alimentar do País.

Estas passam a ser as principais demandas relacionadas à luta pela Reforma Agrária Integral e pela preservação de Territórios que -assume-se assim- por direito devem ser gerido pelos diferentes Povos e comunidades do Campo, das florestas e das águas. Insere-se nesta pauta vasto leque de demandas inerentes a defesa de direitos humanos, sociais, culturais, políticos e ambientais. Entre os instrumentos intermediários,

a serem buscados através de lutas e demandas objetivas, incluem-se o acesso a meios de produção (terra, equipamentos, beneficiamento e agroindustrialização, circulação e distribuição), a trabalho digno e à formação (educação formal e informal). Acesso a mecanismos de formação e escolarização adequados, ajustados à realidade, completos, públicos e gratuitos. Acesso a serviços públicos de saúde. Acesso a oportunidades de crescimento intelectual e cultural. Acesso a moradia com os benefícios da modernidade, energia, água, saneamento básico, redes de comunicação, internet e telefonia. Finalmente, acesso a políticas públicas orientadas para o sucesso da reforma agrária popular e para a consolidação da soberania alimentar, envolvendo desde mecanismos de conscientização sobre a importância do protagonismo cidadão até créditos subsidiados para transição agroecológica, bem como assistência técnica capacitada e acesso a mercados, entre outros.

Nesta visão, como já referido, o objetivo maior é a luta pelo respeito aos direitos humanos e à soberania nacional, organizando uma agricultura voltada aos interesses da população brasileira, que garanta respeito à função social da terra. Esta proposta se alicerça em experiências concretas, desenvolvidas em várias iniciativas conduzidas por diferentes organizações de vários países, com centralidade na agroecologia.

Como se inclui nesta pauta a agroecologia?

A lógica fundamental de avanço das populações humanas sobre o território natural impõe alterações nos ecossistemas. Estas alterações, que visam satisfazer as necessidades daquelas populações, tendem a ser tanto mais dramáticas quanto maior seu impacto relativo, considerada a capacidade de recomposição dos ecossistemas. No último século a adoção de tecnologias dependentes de insumos químicos introduziu, em larga escala, moléculas ofensivas à capacidade de suporte dos diferentes ecossistemas, rompendo redes tróficas responsáveis pela recomposição da fertilidade e complexificando sua capacidade de regeneração. Ao mesmo tempo, a drástica simplificação no leque de plantas e animais historicamente adaptados aos vários ecossistemas, bem como a exclusão de populações do campo, vem alterando condições de manejo e elimi-

nando as bases fundantes de equilíbrios dinâmicos essenciais para a resiliência dos agroecossistemas. Este processo, que no passado -anteriormente ao avanço da agroquímica- levou ao declínio de algumas civilizações, ao longo dos últimos quarenta anos vem operando de maneira assustadora no Brasil. Como possível agravante temos impactos ainda desconhecidos, decorrentes de milhões de hectares anualmente cobertos por plantas transgênicas, banhadas por coquetéis de agrotóxicos e tratados com produtos da nanotecnologia aplicados ao sabor dos interesses do agronegócio.

A sedução deste modelo e os apoios institucionais a ele oferecidos não passaram despercebidos do MST, que em seus primeiros anos estimulava a adoção de práticas modernizadoras dos processos produtivos. Apostava, na ocasião, que a consolidação de uma agricultura familiar bem sucedida se daria pelo acesso à terra, ao crédito subsidiado, às tecnologias modernas e aos mercados tradicionais. Naquele período, possivelmente porque a base do MST era composta especialmente por agricultores tradicionais, haveriam avanços diferenciados, de modelos contraditórios. Nesta divisão boa parte das famílias se apoiaria em saberes tradicionais, de base orgânica, enquanto outros estariam mais inclinados à adoção de pacotes modernos. Com o tempo, este grupo se fez dominante, adotando aquele modelo pernicioso, em diferentes dimensões. Os ganhos de escala oferecidos/exigidos por tais tecnologias possivelmente impulsionaram os primeiros casos de arrendamento de lotes, em áreas reformadas. Assim, mesclas de formas de produção mais ou menos “tradicionais” avançavam na agricultura brasileira, especialmente fora, mas também dentro das áreas ocupadas por assentamentos de reforma agrária. Ao mesmo tempo, prosperava o debate externo, reclamando por sistemas de produção mais ajustados às condições naturais.

Ocorreram mudanças gradativas, que agora tendem a se tornar dominantes. De início, muitas ONGs, algumas universidades e mesmo alguns governos estaduais assumiram papel de liderança neste processo, influenciando o MST a incorporar a agroecologia em sua estratégia de ação. Possivelmente aquelas iniciativas, somadas a casos de sucesso observados internamente a áreas de reforma agrária, tenham sido rele-

vantes para tal decisão do MST. Certamente o foram, também, experiências observadas na agricultura familiar de outros países, bem como a posição da Via Campesina Internacional, neste sentido.

Em algum momento da década 2000 o MST assumiu a necessidade de redefinir sua orientação e modo de ser, abandonando o modelo de “modernização” patrocinado pelo agronegócio. O foco passou da consolidação de estabelecimentos rurais produtores de alimento para produtores de cultura agrícola, de sujeitos com consciência de sua importância em relações sociais que extrapolam o espaço da produção. Com consciência de seu nexos com a natureza e da transversalidade exigida em respeito a outras dimensões do desenvolvimento humano, os assentados passaram a ser produtores de cultura, numa visão de AGRI-CULTURA.

Nesta perspectiva os conhecimentos tradicionais e o domínio das leis da natureza passaram a ser valorizados como a base de apoio ao avanço em áreas produtivas. A agroecologia e as relações do homem com os ecossistemas passaram a penetrar os vários setores da organização, interligando atividades aplicadas à produção em si, mas também à educação, à arte, à cultura.

A hipótese parece se associar à tomada de consciência, na percepção de que não seria possível, por exemplo, avançar em aspectos culturais em ambiente onde a cultura se faz tutelada, subordinada a questões financeiras determinantes do esvaziamento do campo e da depredação da natureza.

O enfrentamento do problema na sucessão familiar também estava a exigir nova orientação para atividades produtivas, já que a busca por ganhos de escala se revelava incompatível com as limitações da agricultura de pequeno porte.

Assim, a agroecologia se mostrava como única opção compatível com a necessidade de reorientação dos trabalhos de base, atendendo ao mesmo tempo demandas específicas de grupos de jovens e de mulheres do campo. Mais avançados nestas práticas, entre o conjunto das bases do MST, os jovens e as mulheres passaram a assumir espaço de relevo,

ganhando protagonismo até então menor, na organização. E de fato, já haviam muitas experiências de sucesso com agroecologia, passíveis de massificação. Organizando saberes a partir das experiências locais, sem hipervalorizar aspectos econômicos, religiosos ou tecnicismos presentes em outras bases conceituais que também se opunham ao agronegócio (como a permacultura, a agricultura biodinâmica, a agricultura natural, a agricultura orgânica, entre outros), os princípios da agroecologia contribuíram para visibilização de unidades familiares onde o papel dos jovens e das mulheres alcançava maior protagonismo, evidenciando maior qualidade de vida. Deste modo, a opção do MST pela agroecologia surgia como algo esperado e coerente com a trajetória da organização. Surpreende, de fato, que tenha ocorrido com tanto retardo, considerando a história do Movimento.

Na verdade, por se basear em princípios, ajustáveis aos vários ambientes e disciplinas acadêmicas, a agroecologia contava com forte adesão e resultados práticos, internamente ao MST e seus aliados, apresentando-se como melhor opção para a inflexão estratégica que se revelava necessária. Em momentos anteriores mas muito próximos, também surgiam no Brasil os Encontros Nacionais, as Jornadas e os Congressos Brasileiros de Agroecologia, caracterizando mobilizações similares, de grande porte, em oposição ao agronegócio. Entretanto, as bases concretas, para consolidação de avanços práticos no campo da agroecologia, talvez pela abundância de políticas e estímulos ao agronegócio, eram e ainda são incipientes no país.

Percebia-se, desde então, que as referências já consolidadas de transição para modelos de base agroecológica revelavam seu enorme potencial como dinamizadores de projeto societário mais amplo, que no MST aponta para o socialismo. Basicamente, destaca-se o fato de que a agroecologia exige conscientização da forma de trabalho realizado e suas implicações sobre a natureza e os produtos do trabalho. Neste sentido, seguindo os princípios da agroecologia o trabalhador rural atua no sentido de melhorar o ambiente e qualifica a si mesmo na medida em que compreende o resultado de suas ações e sua conexão ativa com outros elementos do ecossistema onde ele interfere. Trata-se de aplicação de método e de responsabilização dialética para superação da alie-

nação exigida pelo agronegócio, quando este impõe adoção de pacotes tecnológicos inviabilizando ações conscientes geradoras de conhecimentos acumulativos. Trata-se, também, de valorização do papel da mulher, forte impulsionadora dos processos agroecológicos na base do MST e da Via Campesina, bem como da atuação dos jovens, mais afeitos à adoção de inovações e ao teste de práticas não consolidadas.

Assim, a agroecologia assume relevância na medida, que pressupõe participação direta das famílias envolvidas e da capacidade coletiva, na superação de desafios relacionados à organização das etapas da cadeia produtiva articulando organização, participação e consciência.

Avulta também o fato de que a agroecologia permite construir pontes e articulações aproximativas, através da produção de alimentos saudáveis, com outras organizações sociais, do rural e do urbano. Ao mesmo tempo, permite estabelecer nova forma e qualidade de relação e elos de confiança mútua com os consumidores, através de mercados de circuito curto e mecanismos de distribuição de alimentos, a exemplo dos mercados institucionais e das feiras. Também, como já referido, potencializa o papel das mulheres e dos jovens enquanto sujeitos produtivos geradores de conhecimentos relevantes, ampliando níveis de sociabilidade, de cooperação e compromisso coletivo. Como é evidente, os métodos de produção de base agroecológica também conferem maior viabilidade e sustentabilidade aos processos produtivos. Eles ampliam e renovam a fertilidade do solo, contribuem para a capacidade de retenção de umidade e o fortalecimento do ciclo das águas, gerando alimentos saudáveis, de qualidade nutricional superior.

Tudo isso permite evidenciar a importância da reforma agrária e a necessidade de respeito à função social da terra e ao papel dos agricultores familiares, até aqui ameaçados pelo agronegócio e pelas políticas a seu serviço.

As biotecnologias de manipulação genética entram neste contexto como elemento de natureza oposta, que estimula o agronegócio, em sua versão contemporânea, antagônica à agroecologia.

Como reagir às novas biotecnologias/transgenia?

Evidentemente as organizações sociais bem informadas, entre elas o MST não se opõe ao avanço científico. Entretanto, percebe-se que em sua leitura, todo produto até aqui oferecido pelas biotecnologias de manipulação genética, notadamente a transgenia, têm contribuído expressivamente para a subordinação dos povos ao domínio das transnacionais. Neste sentido, assume-se que estas tecnologias se opõem ao desenvolvimento humano e devem ser enfrentadas.

De uma forma geral, observa-se que no entendimento das organizações sociais o conhecimento científico e as tecnologias resultantes devem passar por critérios de avaliação consistentes, orientando-se por valores éticos e a serviço das necessidades humanas. Não é o que ocorre com as plantas transgênicas que expressam toxinas e toleram aplicações massivas de herbicidas, atualmente cultivadas em todo o território nacional.

Não se aplicam a estas tecnologias avaliações consistentes, pautadas por critérios científicos robustos de corte independente. Ao contrário, as decisões que atestam sua inocuidade se baseiam em documentos elaborados pelas empresas interessadas no negócio. São muitas as possibilidades de conflitos de interesses entre os avaliadores e os objetos avaliados, chamando atenção a ausência de dúvidas em relação aos argumentos das empresas, sistematicamente aprovados nas agências avaliadoras de risco.

Possivelmente por conta destes e outros motivos, onde merece destaque a consciência de que estas tecnologias são sucedâneas daquelas propostas já trazidas pela revolução verde, conclui-se que estão a serviço do capital especulativos e não dos interesses e direitos humanos.

Com esta leitura o MST tem se posicionado de forma radicalmente crítica à mercantilização da ciência e à aplicação generalizada de tecnologias desumanizadoras e depredadoras da natureza, incluindo neste bojo os produtos da engenharia genética e os posicionamentos dominantes na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, que os valida sistematicamente. Radicaliza sua posição na medida que sabe

que o Brasil dispõe de capacidades e tecnologias que permitem alcançar Soberania Alimentar sob bases agroecológicas, sem adoção de mecanismos que comprometem a biodiversidade, a qualidade das águas e a vida dos solos.

Portanto, os movimentos sociais assumem que a incompatibilidade destas tecnologias que dão sustentação ao estágio atual do agronegócio, com os princípios da agroecologia, impõe sua rejeição. Qualquer tecnologia que sirva à concentração de riqueza, que se mostre socialmente excludente e ambientalmente predadora, que se baseie em monocultivos de exportação atuando como elemento padronizador de modos de ser, de produzir e de pensar, se antepõe a natureza, contribui para a alienação humana e por isso deve ser rejeitada.

No caso dos transgênicos, esta condição se agrava pelas implicações que traz ao crescente uso de agrotóxicos, acentuando a contaminação das águas, dos solos, dos alimentos, dos trabalhadores agrícolas e dos habitantes de áreas próximas as grandes plantações. Não menos relevante é a contaminação genética irreversível gerada pelo fluxo de pólen com genes exógenos, determinante de redução na produção de alimentos de qualidade e do equilíbrio dos ecossistemas.

Tomada a decisão política de adotar os princípios da agroecologia, como prática produtiva, surge o desafio de viabilizar passos consequentes, neste sentido.

Quais as possibilidades e limites de pressão política, para expansão da agroecologia?

Colocam-se, neste ponto, duas questões. De um lado, como pautar o Estado, para obter ações que contribuam para viabilizar aqueles objetivos? De outro, como assegurar avanços no sentido proposto, à revelia das movimentações de um Estado dominado por interesses corporativos?

No primeiro caso, sobre como pautar o Estado, coloca-se o desafio permanente com que se defrontam todas as organizações sociais: *como*

ampliar a capacidade de influência sobre o Estado, considerando que outros atores, com objetivos distintos, atuam no sentido inverso?

Aparentemente no caso do MST se trata de superar dilemas cotidianos, criando fatos políticos que resultem nas movimentações do Estado. Portanto, exige ações organizadas que contribuam para ampliar alianças, levando a ações mais efetivas, em seu conjunto. O tema da agroecologia se ajusta bastante bem a tais propósitos na medida que conta com prévia mobilização de redes de agentes comprometidos com aspectos de saúde humana e ambiental, parte deles inseridos no corpo do Estado.

Neste caso as ações serão de enfrentamento direto na medida que se oporão aos objetivos do agronegócio e a seus agentes, dentro de escalões dos poderes constitucionais. Também haverá que superar o impacto de campanhas midiáticas com efeitos difusos sobre o imaginário coletivo, como se percebe no esforço desenvolvido pela CNA na divulgação milionária do AGRO É POP, nos horários nobres das principais redes de mídia. Associado a este movimento do agronegócio percebem-se outros, mais sutis, como a inserção de notícias nos grandes jornais, a valorização de elementos amenizadores em novelas e programas de auditório associados à demonização de organizações sociais em geral e do MST em particular. Também surgem movimentos no sentido de descredibilização da agroecologia e seus principais difusores, por parte de atores supostamente independentes, com lançamentos de livros do tipo “AGRADEÇA AOS AGROTÓXICOS POR ESTAR VIVO”.

Nestes casos avultam as quatro estratégias mais recursivamente utilizadas por aqueles atores: (1) a da justificação, onde se enfatiza a importância e a necessidade do agronegócio e suas tecnologias, espalhando argumentos fictícios como “é necessário para acabar com a fome do mundo e para reduzir o uso de agrotóxicos; (2) a da ocultação, invisibilizando argumentos científicos e evidências de realidade que contrariam seus pressupostos e justificativas e (3) demonizando, criminalizando e tratando de desmoralizar ou descredibilizar seus oponentes (4) imobilizando seus oponentes através de processos judiciais onerosos,

que se arrastam no tempo. Tudo isto exige somas consideráveis de recursos, colocando-se como limitação às ações das organizações sociais e suas parcerias estratégicas, que ainda assim são crescentes e vencedoras em termos de credibilidade pública.

De uma forma geral percebe-se que, historicamente, as ocupações de terra e outras ações de visibilidade pública adotadas pelo MST e outras organizações se colocam como a forma direta mais radical e efetiva da luta de classes. Trata-se de evidenciar para a sociedade e de cobrar ações do Estado, frente a descumprimento de normas legais ou afrontas aos direitos humanos. Ao mesmo tempo, trata-se de assegurar atendimento de funções sociais que não estão sendo respeitados, ou para resgatar bens comuns ou de direito coletivo apropriados indevidamente, ou ainda, trata-se de tomar do capital, meios de produção em risco de dilapidação, inaugurando novas sociabilidades com vistas ao bem comum. Às ocupações de terra se somam vasto leque de iniciativas que vão desde o apoio a ações de outras organizações sociais até denúncias, marchas, bloqueios de vias de públicas ou de equipamentos de transporte, ocupação de instituições do Estado, atos públicos, feiras da Reforma Agrária, eventos artísticos-culturais, e outros tantos mecanismos de alerta e expressão pública de necessidade de ação, de recuo ou da superação de omissões por parte do Estado.

Derivam destas articulações, formas indiretas de pressão sobre os poderes constituídos, seja para influir no estabelecimento de leis e políticas públicas direcionadas ao campesinato e à classe trabalhadora, como outras, de alcance mais abrangente, relacionadas à geopolítica, a soberania e segurança nacional, bem como para impedir ou desfazer políticas que ameacem a luta das organizações sociais pela emancipação humana.

No primeiro caso, que visto de fora parece aplicado à busca de avanços no sentido proposto pela direção do movimento e com independência de atitudes do Estado, destaca-se a necessidade de ações “para dentro”. No caso da decisão de adotar a agroecologia, como base científica para estruturação das relações dos assentados entre si e com a natureza, a primeira pergunta seria óbvia: como fazer isso, se inexistem

técnicos capacitados, se não há recursos de crédito para processos de transição, nem garantia de comercialização a preços diferenciados, para a produção colhida?

A busca de profissionais para atendimento de demandas no campo da agroecologia

Aparentemente na resposta a estes desafios se percebe o maior avanço no campo da agroecologia já verificado no planeta, bem como as possibilidades de realização contidas em projeto alavancado por grupo organizado que atua sobre pauta de boa receptividade e com grande poder de mobilização de interesses coletivos, ainda que sem expressivo apoio por parte do Estado.

Na prática, há 20 anos inexistiam técnicos capacitados a trabalhar com os princípios da agroecologia. Também não existiam escolas para a formação de conhecimentos neste campo.

No ano 2000 O MST cria sua primeira turma de técnicos em agroecologia, somando-se a experiências de organizações não governamentais que já atuavam na preparação de técnicos de campo em várias abordagens antagônicas às premissas do agronegócio.

Em 2002 o MST inaugura sua primeira escola de formação em agroecologia. Até 2004 a Via Campesina já contabiliza perto de uma dezena de escolas de nível médio, trocando experiências em agroecologia, em vários países da América Latina.

No Fórum Social Mundial de 2005, em assentamento do MST, e agora atendendo a pressões da sociedade organizada, sob liderança do MST, o Governo Lula e o Governo Chaves assinam protocolo que dá base à criação da Escola Latino Americana de Agroecologia (no Paraná) e do Instituto Latino Americano de Agroecologia (na Venezuela).

No mesmo período, são criadas duas escolas de nível superior em agroecologia no Brasil, o Instituto Latino Americano de Agroecologia – IALA Guarany, no Paraguai, e o Instituto Maria Cano na Colômbia. No final da década passada consolida-se a rede de escolas de nível médio em agroecologia, chegando-se em 2015 com mais de cem unidades no

Brasil e com tratativas para implantação de unidades de nível superior, no Haiti, na Nicarágua e na Colômbia.

Ao mesmo tempo, em parceria com universidades públicas, surgem cursos de mestrado em agroecologia, onde profissionais formados nos cursos superiores já referidos, buscam respostas e produzem conhecimentos científicos no campo da agroecologia.

Assim, em menos de 15 anos após a decisão de adotar a agroecologia como fundamentação científica para a consolidação de processos de emancipação humana com apoio das áreas reformadas, os agricultores sem terra se defrontam com a possibilidade de aprendizado que partem do ensino médio e evoluem até cursos de mestrado em agroecologia, atendendo a demanda de profissionais que se colocava como limitação no ano 2000.

De um modo geral é possível afirmar que o metabolismo destas escolas do campo constitui, em si, elemento de qualificação a ser estudado. Seu objetivo compreende “promover a justiça social, a reforma agrária popular, e soberania alimentar”, nas bases já comentadas. Para tanto, o ensino parte de vivências coletivas, abarcando as experiências comunitárias e as práticas sociais exercitadas pelos alunos em seu cotidiano. Estas experiências de vida seriam os elementos fundantes de análises críticas daquelas realidades. Tomando como base os princípios da agroecologia e buscando construção coletiva de arrazoados que articulem teoria e prática, alunos e professores tratariam de qualificar suas relações interpessoais e com a natureza, em processos de conhecimento emergente. O foco passa da apropriação de conceitos teóricos para a busca de formas de ação que permitam melhorar o ambiente, produzindo alimentos saudáveis e desenvolvendo processos cooperativos e agroindustriais, como parte de um processo de auto crescimento associado ao desenvolvimento comunitário, com respeito a questões de equidade de gênero e valorizando jovens e idosos.

Trata-se, portanto, de inserção de dimensão ecológica da vida nas formas adotadas para ler o ambiente e, a partir dali, estabelecer níveis superiores de relações sociais e culturais.

Portanto, estas escolas trabalham o desenvolvimento de consciência crítica sobre o papel das relações socioculturais levando em conta as limitações do ambiente, e sua flutuação em função dos contextos e momentos históricos. O ensino destaca a importância das redes tróficas e da biodiversidade, para a capacidade de resiliência dos ecossistemas, tomando os princípios da agroecologia como base para construção de identidades territorializadas, que se opõem aos métodos e pacotes homogeneizadores do agronegócio.

Em outras palavras, na orientação estabelecida pelo MST a educação em agroecologia avança no rumo da construção de identidades. Na forma de indivíduos conscientes de suas relações com o ambiente, no contexto social e no momento histórico em que se colocam, bem como na forma de territórios com noção de identidade e pertencimento coletivos.

Que limites se colocam no cenário imediato?

Tratando-se dos limites para as ações e propósitos do MST, no âmbito da agroecologia, colocam-se dimensões em aberto. Considerando sua projeção agroecológica e seu projeto de sociedade socialista, os limites mais visíveis dizem respeito às condições do Brasil atual. Trata-se de limites comuns a todas as organizações populares. A retomada de uma economia colonial exportadora de recursos naturais e produtos primários não diferenciados, cinco séculos após o ciclo do pau brasil mostra que vivemos amplo retrocesso civilizatório. O abandono dos povos indígenas e de todos os tipos de pobres e excluídos da modernidade, a semi-escravidão dos trabalhadores rurais e a posição subalterna dos dirigentes do país, com a entrega das riquezas nacionais aos interesses externos estão de volta, metamorfoseadas de apoio à “meritocracia” e à “eficiência”, indicando escasso aprendizado histórico da população e larga vilania das camadas dirigentes.

As limitações impostas às organizações sociais empenhadas na construção de novos limites, para as possibilidades desta nação, se amarram à dificuldade de esclarecimento e divulgação de informações consistentes, para sociedade como um todo. Isto se prende ao domínio

de interesses externos sobre as instituições públicas e sobre os poderes republicanos, bem como à aliança daqueles interesses com as grandes redes de comunicação. Também merece destaque a carência de lideranças nacionalistas e o que Luis Inacio Lula da Silva chamava de “complexo de vira-latas”, condição auto-depreciativa que amortece elementos de indignação e orgulho necessários à alteração na correlação de forças sociais.

O maior desafio, neste enfrentamento, está em construir verdadeira noção de unidade de classe – aproximando segmentos do campesinato e dos trabalhadores em geral – que se imponha como agente de transformação, embasando projeto autônomo de classe para si e para o país. A identificação do inimigo comum e a ação coordenada para seu enfrentamento, visando sua superação e a construção de um projeto nacional consequente são elementos daquele desafio. No presente, após 500 anos de dominação, grupos poderosos de capitalistas locais subalternos a interesses externos mantém o controle da nação e exercem a mais elevada expressão da sua hegemonia de classe. Isto se reflete em sensação de impotência coletiva traduzida pela apatia da sociedade e pela desconsideração à maioria da população, nas ações do Estado.

As classes subalternas, compostas por diferentes tipos de trabalhadores, estão acudadas, sem capacidade de reação política ao golpe. A apatia não é abalada pelos desafios conjunturais do cotidiano, com avanço do desemprego e elevação do custo de vida nem pelas alterações estruturais aplicadas a direitos constitucionais mais amplos. Vivemos amplo descenso das lutas populares, que se agrava pela ausência de um processo articulador capaz de aglutinar as forças de reação emergentes. O Projeto Brasil Popular, que se propõem como aglutinador de forças, não permite otimismo porque também não parece estar dinamizando sinergias que permitam fazer frente a esta conjuntura.

No contexto onde o capital especulativo organiza a economia e onde não há acúmulo de forças que permitam reações de fundo, as possibilidades de avanço tendem a ser pontuais e restritas à elementos com alguma capacidade de mobilização popular. É o caso da luta pela agroecologia e pela Soberania Alimentar.

Neste sentido, as experiências que consolidam matrizes produtivas e tecnológicas baseadas na produção de alimentos limpos, se constituem como referências excepcionais, a serem amplamente valorizadas neste processo de luta contra-hegemônica. Elas se ajustam a preocupações com a saúde e a milhões de famílias confrontadas com casos de câncer entre seus conhecidos. Mas suas perspectivas de sucesso, no sentido da inflexão nas políticas públicas hoje amplamente favoráveis ao agronegócio, ainda são escassas.

Alterações na apatia resultante da inconsciência coletiva, com relação a luta de classes que vige no país não devem ser esperadas a curto prazo. Este embate poderá vir a ganhar espaço se crescer a capacidade das organizações atuantes, em dinâmicas que envolvam segmento sociais mais amplos, com estas disputas. Na luta contra os agrotóxicos e os transgênicos existem avanços não negligenciáveis. Eles se expressam nas ações da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, bem como do Fórum Nacional Contra os Agrotóxicos e Transgênicos, da Aliança pela Alimentação Saudável e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, entre outros tantos, que, em sua grande maioria, há pouco mais de uma década inexistiam ou pouco atuavam. De diferentes formas e com intensidades variadas o MST e a Via Campesina participam, ainda que eventualmente de forma indireta, da maioria destas frentes.

A participação em diferentes frentes de organização social, em suas várias pautas

A fragmentação da sociedade civil, expressa em sua ampla desarticulação e na fragilidade com que se opõem ao golpe em andamento no Brasil também se revela na multiplicidade de articulações de pequeno porte, de onde emergem demandas isoladas, por vezes com caráter corporativista.

De uma forma geral, em função de seu projeto de sociedade, o MST revela intencionalidade tática no sentido de valorizar e até certos limites apoiar a todas as formas de organização que se insurgem contra o modelo vigente. Isto parece significar uma compreensão de que

mesmo as lutas que se desenvolvem no campo, são decididas nas cidades, onde a penetração do Movimento ainda é relativamente frágil, mas onde outras organizações sociais atuam de maneira expressiva. Assim, o apoio a outras demandas, no campo e na cidade, se apresenta como elemento de articulação fundamental ao objetivo maior, de alterar o modelo de sociedade.

Neste sentido, as várias organizações do campo e da cidade envolvidas em pautas de caráter social, que se sustentam em aspectos éticos, buscando reversão ou bloqueio de injustiças, visando a manutenção de direitos ou a defesa do patrimônio, da cultura e dos preceitos constitucionais, esperam – e geralmente recebem – o apoio do MST. Trata-se de elemento relevante posto que, pela credibilidade e respeitabilidade alcançada pelo MST entre os grupos que atuam com vistas a processos emancipatórios, assumiu enorme relevância para a unidade das reivindicações sociais assemelhadas em caráter. Mesmo quando se expressa tão somente em declarações públicas, este apoio assume conotação de validação, que acaba ampliando o leque de apoios, circunstância fundamental para lutas incipientes como aquelas relacionadas ao desmonte de instituições públicas, pelo governo golpista ou por seus assemelhados em níveis estadual e municipal.

Entretanto, cumpre observar que algumas frentes de atuação urbana resultam de processo de articulação de se desenvolve há décadas, com a participação de diferentes setores do MST. Seja no campo da educação, da comunicação, ou da articulação propriamente dita. Aproximando e aglutinando atores com pautas assemelhadas, várias demandas que resultam de lenta construção histórica acabaram resultando em pautas comuns.

Neste universo estão imbricadas ações de ordem tática, como a luta por créditos específicos para a agricultura familiar, pela distribuição de merenda escolar de qualidade, em defesa de fundações públicas ou por autonomia das salas de aula, até outras de natureza estratégica, visando a unidade da classe trabalhadora. Articulações no sentido de construção do Frente Brasil Popular e seu projeto emergencial surgem como bom exemplo neste caso. Ali emergem o programa de reforma

agrária popular, a busca de soberania alimentar e a construção da agroecologia, na perspectiva de que venham a ser assumidos como necessidades nacionais, transformando-se em uma luta de todos.

De maneira simplificada é possível compreender que o esforço necessário ao apoio das diversas formas de organização social, em suas reivindicações isoladas, bem como a energia aplicada na construção coletiva de uma pauta comum, constitui ações estratégicas objetivando contribuir para emergência da consciência de classe e para a retomada de movimentos das massas populares.

Observa-se, ainda, decidido protagonismo do MST para a constituição e alimentação de articulações entre grupos de ação local, nacional e até internacional. Deste esforço tem resultando blocos de intervenção consistente e autônoma, como no caso da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. Este grupo articula amplo leque de entidades da sociedade civil, e tem realizado diferentes ações de combate aos agrotóxicos e transgênicos, seja nos planos político e da educação, como midiático e de comunicação com a sociedade em geral. Com forte protagonismo do MST, a Campanha se mostra estratégica para a divulgação de pautas relacionadas à soberania alimentar e para a consolidação da agroecologia. Indiretamente, através da Campanha, o MST participa de várias outras iniciativas, como aquelas patrocinadas pelos Fóruns Nacionais e Estaduais contra os Agrotóxicos e pela Rede Nacional de Advogados Populares, incidindo em debates e ações de natureza judicial, em defesa do meio ambiente e contra o uso de venenos agrícolas proibidos no Brasil, de forma inadequada ou através de bases de contrabando estabelecidas em favor do agronegócio.

Internamente, o MST ainda realiza a Jornada Cultural Nacional Alimentação Saudável – um Direito de Todas e Todos. Envolvendo ações em escolas do ensino fundamental, básico, médio e universitário, estas atividades abarcam temas ambientais, como promoção à agroecologia, e a análise crítica do agronegócio.

Por sua relevância para a composição destas pautas de articulação e conscientização social a respeito da importância das demandas coletivas devem ser destacadas as Feiras Nacionais da Reforma Agrária.

Realizadas em São Paulo, em periodicidade bianual e com desdobramentos em vários estados. Estas feiras trazem para a sociedade urbana evidências da importância da reforma agrária popular e de sua possibilidade concreta, quanto ao atendimento de necessidades de abastecimento alimentar. As feiras ofertam alimentos “limpos”, de base agroecológica, artesanatos, apresentações artísticas e espaços para debates científicos aprofundados, focalizando temas da atualidade.

Estas iniciativas, que tem ampliado leques de articulação com impacto sobre a população urbana, envolvem personalidades com reconhecimento nacional e internacional do meio artístico, da gastronomia natural e agroecológica, da política e da comunicação social. Tudo isto certamente contribui para a formação de consciências críticas e reforça as demandas setoriais conduzidas de forma coletiva, ou mesmo isolada, pelas organizações parceiras.

Merece comentário adicional o vasto e crescente número de feiras permanentes, espalhadas em todo o território nacional, de forma articulada à produção de base agroecológica desenvolvida nos assentamentos ligados ao MST. A isto se somam articulações, alianças e frentes parlamentares voltadas à promoção da Alimentação Saudável, bem como pressões pela implantação de programas municipais, estaduais e nacionais de produção orgânica e agroecológica. O mesmo se dá em articulações voltadas à recuperação/preservação do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos. Direcionados à alimentação escolar e ao abastecimento da população com risco de segurança alimentar e instituições público-privadas filantrópicas como hospitais, creches, asilos, APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, estes programas foram criados por pressões sociais com ampla participação do MST. Eles ofereciam majoritariamente alimentos de origem agroecológica fortalecendo a agricultura familiar e, após esvaziamento que iniciou no governo Dilma, se encontram sob ameaça de completa descaracterização no Governo Temer.

Evidentemente a contribuição do MST para a construção destas e outras políticas públicas exige articulações com o próprio Estado.

Relações com o Estado

A discussão deste tema, desde uma visão externa ao MST se mostra claramente inapropriada. Sua abordagem consequente e fundamentada exigiria entrevistas com lideranças envolvidas em processos de negociação entre o Movimento e agentes do Estado. Não sendo este o caso, com a ressalva de que os comentários a seguir carregam a fragilidade da informação escassa e o viés da interpretação distante, pode-se chamar atenção para a difícil simbiose entre a necessidade de autonomia/independência e o imperativo da presença, na formulação de demandas e execução de tarefas a elas associadas.

De um lado há o fato de que na composição dos governos participam indivíduos associados aos vários grupos e organizações com que o MST interage. Neste sentido, é possível supor que esta organização, como tantas outras com atuação na sociedade, mantém relações permanentes, embora frágeis, com o Estado. Certamente tais relações, quando identificadas como associadas a organizações sociais, terão menor influência relativa do que aquelas praticadas por organizações historicamente enraizadas no Estado, como as que representam o agronegócio ou interesses corporativos do campo financeiro. Ainda assim, existirão relações que serão simpáticas às demandas das organizações populares, ainda que limitadas em sua capacidade de incidência e restritas pelas normas operacionais do Estado.

De outro lado, a qualidade inequívoca dos quadros do MST, em termos de habilidade de formulação e confiabilidade executiva tende a fazer com que governos de esquerda demandem seu concurso, tentando atrair parte daqueles agentes, como operadores de suas políticas. Ainda que isso eventualmente ocorra, percebe-se não ser esta uma orientação do Movimento. De forma programática, mesmo que valorizando os embates no campo institucionalizado, “por dentro do governo”, a prioridades do MST se mostram focadas na construção do próprio Movimento, com destaque para o processo organizativo e suas articulações, com vistas à obter mudanças na sociedade. As prioridades, portanto, direcionam os quadros do MST para atuação no sentido da construção da Reforma Agrária Popular, na concepção anteriormente exposta,

envolvendo taticamente ações de parceria que atuem tão próximo quando possível, das várias instâncias de governo, mas não “no” governo. Colocam-se, neste ponto, relações indiretas nos planos municipal, estadual e federal.

De outra parte, no plano institucional colocam-se oportunidades relacionadas à cargos eletivos, nada desprezíveis e que eventualmente passam a ser ocupadas por pessoas oriundas do MST, quando tal se viabiliza. Trata-se, evidentemente, de situações onde aquelas pessoas expressam capacidade de atender ou contribuir para o atendimento de expectativas oriundas do amplo leque de articulações construídas com o concurso do MST. Portanto estes casos não envolvem “o MST”. Ademais, as funções em questão passam a ser desenvolvidas com independência, desligando-se os laços de compromisso simbólico originais, entre os agentes públicos e o MST. Estabelecem-se, nestes casos, novas relações, conforme imposto pela legislação vigente em decorrência do exercício daqueles cargos e funções.

Evidentemente estes espaços tendem a exercer maior atratividade e a oferecer maiores oportunidades de realizações associadas ao atendimento de demandas das classes sociais, em momentos de ascensão das forças populares. O oposto ocorre em períodos como o atual, com a criminalização do Partido dos Trabalhadores e todas as formas de organização popular, agravada pelo desmonte da máquina pública e o descaso à Constituição Federal, praticados pelas alianças que colocaram o Governo Temer no poder.

Ainda que nos planos municipais as relações pessoa a pessoa restrinjam a influência de mitologias criadas pela grande mídia, a escassez de recursos e a imperiosidade de demandas naqueles níveis administrativos estende o drama a todos os rincões, dificultando o estabelecimento de “saídas” locais.

Ademais, como o golpe avança no sentido do desmonte da constituição cidadã, afrontando direitos humanos e dilapidando patrimônios da nação, sua reversão estaria a exigir mudanças em escala nacional. Esta circunstância que parece de difícil realização, diante da forte

rejeição vivenciada pelos partidos do campo popular e democrático, coloca novos desafios às organizações sociais de cunho popular.

A crise do Partido dos Trabalhadores e a gestão Temer

Infelizmente o processo de criminalização do PT alcançou no imaginário popular grande parte das demandas e anseios populares trabalhadas pelo Partido dos Trabalhadores. Isto contaminou aquelas iniciativas e ocultou parte de seus fundamentos, confundindo a população a respeito do que está em jogo. A própria agroecologia sofre impactos destes acontecimentos, que ampliarão no tempo os reflexos da degradação nacional patrocinada pelos golpistas, em seu empenho de subjugar o país aos interesses do capital internacional.

Mais do que a crise do PT estamos vivenciando o fim de um ciclo onde parecia reascender, lentamente, a possibilidade de participação da sociedade na formulação dos caminhos nacionais. Com o golpe, a correlação de forças já amplamente assimétrica em benefício dos interesses que patrocinaram o golpe, se faz agigantada e trata de promover mudanças que perpetuem o quadro favorável a seus desejos.

Observamos a derrota do modelo neodesenvolvimentista implantado pelos Governos Lula e Dilma, que se apoiava na expansão do consumo interno, sendo praticamente nulo em prol de reformas estruturais. Esta condição de alheamento da sociedade, agravada por desejos de consumo não satisfeitos permitiu o golpe e impediu a emergência de manifestações em defesa do governo Dilma. Mesmo aqueles que se perceberam enganados, pós golpe, e que hoje sofrem consequências que entendem inesperadas, mantêm atitudes de anti-petismo, reagindo a todas iniciativas que se associam ao partido dos trabalhadores. Ainda que sabidamente enganados, aqueles setores mantêm atitudes anti-petistas e reforçam mitologias que contrariam seus próprios interesses.

Na condição atual, até mesmo setores que acreditam na possibilidade de reeditar o modelo de desenvolvimento pautado pela aliança de partidos de esquerda com setores do capital, percebem a dificuldade de equacionar o leque de contradições que isto exigiria. Entre os movimentos sociais do campo e da cidade a avaliação dominante parece

indicar a impossibilidade de reconstruir tais alianças. De um lado, a crise econômica impede distribuição de ganhos a todos os grupos, com prevalência para os representantes do capital. De outro, temos que boa parte da resistência ao PT, entre ativistas sociais decorre de atitudes dúbias e oscilações programáticas observadas nos governos Lula-Dilma, com suas concessões em nome da “governabilidade”, sem o envolvimento da população. Entende-se, ao que parece, que não sobra potencial de viabilidade política para este tipo de arranjo entre interesses opostos.

O abandono ou mero distanciamento das concepções programáticas originais, a ausência de esforços estratégicos no sentido da conscientização política e da mobilização cidadã acabaram levando ao enfraquecimento senão ao descrédito do PT, que se faz ameaçado. O crescimento paralelo de grupos menores, a desmoralização de lideranças de base, e a fragmentação das lutas sociais em miríade de temas, em seu conjunto, estariam represando qualquer possibilidade de emergência articulada das forças populares. A dificuldade de construções coletivas em torno do projeto Brasil Popular seria ilustrativa deste fenômeno.

Apesar dos evidentes e importantes avanços alcançados nos governos Lula-Dilma, com políticas públicas destinadas aos setores empobrecidos, com amplos avanços em termos sociais, o amortecimento da participação social na condução do país trouxe alheamento que facilitou o golpe e sua consolidação. Ademais, a conexão do golpe com esforços para desestabilização em outros países da América Latina claramente atende a interesses externos. Atestam isso as mudanças na política internacional assumida pelo Brasil, que abandona papel de liderança junto ao BRICS, a entrega do petróleo contido no pré-sal para transnacionais do campo energético, a venda de terras para investidores estrangeiros e o avanço do capital financeiro especulativo sobre áreas estratégicas da economia nacional entre outros atentados ao futuro da nação.

A discussão sobre corrupção e seus alcances dentro do partido dos trabalhadores são irrelevantes, no contexto global onde os partidos que exercem governo se revelam maiores culpados e exatamente por isso

claramente empenhados em suspender as investigações relacionadas à corrupção. As repercussões destes fatos dependem de fatores em andamento, que passam por estágio de indefinição. Como reagirá a população se, após a deposição de uma presidente inocente, seguida do entronamento de culpados que ampliam suas culpas de forma descarada, for mantida a prisão, sem comprovação de culpa, do maior líder popular da história deste país?

As perspectivas

O golpe não trouxe um plano de desenvolvimento com credibilidade, e as medidas adotadas não estão minimizando os problemas que, criados por condições externas e agravados por ação dos golpistas e manipulações da mídia, foram atribuídos ao governo Dilma. A desnacionalização das empresas de capital nacional, a venda de recursos estratégicos, o esfacelamento dos direitos trabalhistas, nada disso está sendo suficiente para conter a crise e atrair investimentos produtivos. Sem investimentos e com fuga de recursos não há perspectivas para a criação de empregos e a produção/venda de bens de consumo. Cresce a angústia na sociedade, com impactos sobre a aliança que sustenta o golpe, embora os ratos não se decidam diante do atual impasse em relação ao futuro. Enquetes revelam 97% de rejeição ao governo Temer, que mantém obstinação no sentido de aprovação de medidas que ampliam sua impopularidade. Ao mesmo tempo, cresce a popularidade de Lula, que em certo sentido se “descola” dos efeitos de criminalização atribuídos ao PT. Neste aspecto as eleições de 2018, caso ocorram, se apresentam como marco histórico para o futuro da América Latina.

Quais as perspectivas e possibilidades atuais?

A prisão de Lula, a rapidez com que os juízes da quarta câmara emitiram sua avaliação, as contradições entre as supostas provas de propina em reformas suntuosas, comprovadamente não realizadas, em apartamento que não pode ser associado ao presidente, e o escândalo internacional que isto implica, surgem como grande momento de nossa história recente. Aparentemente o revisor do processo teria examinado

250 mil páginas em tão pouco dias que sua eficiência de avaliação superou as duas mil páginas por hora, durante seis dias sem dormir. Claramente esta eficácia revela uma leitura destinada a dizer SIM, de forma coerente com acusação baseada em convicções, sem provas, motivadas a prender o acusado, impedindo-o de ser candidato à presidência da república.

Pode ocorrer, entretanto, que mesmo preso o ex presidente viabilize, por seu prestígio, a eleição de algum candidato de oposição ao governo ilegítimo. Nesta perspectiva, se colocam dois caminhos. No mais fácil, Lula ou o candidato de Lula trabalham no sentido de compor um governo de coalisão, visando assegurar governabilidade e fazendo pequenas concessões à programas de cunho social. Neste caso as organizações sociais mais combativas seriam perseguidas. Deve se admitir, nesta mesma linha, a possibilidade de que na eleição de 2018, ou de 2020, se os golpistas assim desejarem, tenhamos alguma surpresa com o ascenso de algum candidato que personifique o anti-petismo sem a cara de continuísmo golpista.

Aparentemente qualquer solução neste sentido redundaria em governo de composição, com pequenas concessões a programas de cunho social e amplas cautelas no sentido de evitar avanços na articulação popular. Nesta situação as organizações sociais mais combativas seriam perseguidas, talvez objetivando seu esmagamento. Certamente tais medidas não seriam bem sucedidas, embora como o fim do petismo tal perseguição pudesse se colocar como elemento midiático do interesse dos golpistas, estabelecendo no imaginário popular a ficção de combate a um suposto inimigo do estado.

No cenário mais complexo, Lula ou o candidato de Lula, uma vez eleito, trabalharia no sentido da reconstrução nacional, com participação social. Isto colocaria necessidades de enorme complexidade. Haveria, talvez, que propor uma Assembleia Nacional Constituinte, para rever os profundos estragos provocados na constituição cidadã durante o brevíssimo governo Temer. Também haveria que propor plebiscito nacional, para conscientizar a população e levá-la a participar em decisões aplicadas à revisão ou mesmo à revogação de medidas

impostas pelo governo golpista, que já comprometem as perspectivas de futuro, como a abertura do pré-sal e a desnacionalização de áreas e setores estratégicos, a paralização de investimentos na saúde e educação, entre outros.

A reforma agrária popular, o modelo de produção predominantemente conduzido pelo agronegócio, a soberania alimentar e a expansão da agroecologia certamente entrariam em pauta, disputando foco de prioridade neste governo. Como isto se coloca na perspectiva de organizações sociais como o MST? Apenas suas lideranças podem responder. Pode-se estimar que as eleições de 2018, ou 2010, assumam caráter de centralidade, para avanços na construção da Frente Brasil Popular. Neste sentido, devem ocorrer iniciativas visando construir e reforçar articulações e diálogos sobre plano emergencial para o Brasil, talvez implicando na formação de mutirões, comitês, debates, seminários e conferências descentralizadas, de cunho mobilizador e informativo.

Talvez entre os pontos básicos das atividades informativas deva-se esperar destaque para a diferenciação de projetos. Isto sugere emergência de debates mostrando que, enquanto o governo Temer e qualquer tipo de sucessão em sua linha programática tratará de transferir a crise econômica para os setores empobrecidos da sociedade, privatizando áreas que entende não serem de responsabilidade do Estado, como a saúde, a educação, a energia, a alimentação, o trabalho, a habitação e a geração de oportunidades de trabalho digno, o novo governo popular deverá assumir papel oposto.

Portanto, em visão otimista espera-se que um novo governo popular chame chamar para si tarefas que implicarão em transferir a responsabilidade e o ônus da crise desde as classes populares para setores que concentraram e centralizaram riqueza, ao longo das últimas décadas ou mesmo séculos.

Isto implicará em grandes tensões internas, porque exigirá taxaçoão de grandes fortunas, auditorias e cobranças de dívidas, fortalecimento do mercado interno, controle de importações, e suspensão de benefícios extraordinários.

Deve-se esperar enorme embate no campo da comunicação, sugerindo necessidade de revisão em todo tipo de monopólio ou concentração excessiva de mídias.

Desde a perspectiva das organizações sociais mais combativas, as eleições de 2018 se colocam como oportunidade para avançar no sentido da construção de uma nação autodeterminada, comprometida com a evolução humana e respeitosa com as condições ambientais, onde os princípios da agroecologia assumem preponderância. Ao mesmo tempo anunciam período de recrudescimento de embates, contemplando riscos e ameaças de grande monta.

Na leitura pessimista, algum grupo de direita vencerá a eleição presidencial e imporá continuidade ao governo Temer, sem Temer. Nesta eventualidade, as comoções sociais parecem inevitável. Com o tempo, isto alterará a correlação de forças, permitindo novo momento de oportunidade para avanços humanitários, neste país.

AGROECOLOGIA EM TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

Joyce de Almeida Borges

O processo de formação dos sujeitos perpassa a incorporação de saberes. Estes saberes podem ser formais, ligados às práticas escolares institucionalizadas de escolas, das mídias, de cursos preparatórios e das universidades. E saberes não formais, ou sociais como prefere Grymbowski (1996), que são saberes que brotam do convívio com a família, das práticas culturais coletivas e individuais, como as festividades, a religiosidade, o lazer, o plantio e os gestos, além do aprendizado adquirido durante as realizações de tarefas domésticas e de produção.

Entendemos que há a necessidade de se pensar um saber formal das populações rurais, construído por estes sujeitos, a partir de seus anseios e realidades, assim como Caldart (2004) aponta em relação à necessidade das escolas, dos projetos curriculares, de matrizes pedagógicas e de toda a estrutura formal escolar se adequarem à linguagem e à realidade do campo, como um direito político e uma forma de pensar a emancipação social das populações camponesas.

A Agroecologia, neste artigo, é concebida como um instrumento pedagógico e também político, de resistência, no sentido de incentivar práticas mais saudáveis, e menos danosas ao meio ambiente, no tratamento do solo, das águas, das sementes, da água e da terra, sem o uso

de veneno (agrotóxicos). Assim, entendemos por Agroecologia, para além de cultivos orgânicos, uma nova concepção de mundo, de existência e de relação com o planeta (SHIVA, 2003).

Neste sentido, pontuamos que a Educação do Campo e a Agroecologia são pressupostos para a emancipação daqueles que vivem no e do campo. Principalmente no caso dos jovens camponeses, pois estes dois elementos têm um papel central na luta pela permanência na terra e na construção de novos territórios, que fortaleçam o campesinato no Brasil e em Goiás.

Este artigo busca refletir sobre como a Educação do Campo e a Agroecologia, em Goiás, têm se materializado, bem como sobre o modo que a Agroecologia tem sido apropriada em algumas escolas urbanas. Assim, este texto divide-se em três partes, a primeira que trata da discussão de Educação do Campo e dos saberes sociais, tomados como pressupostos necessários ao desenvolvimento de práticas agroecológicas. A segunda parte ressalta algumas reflexões acerca dos pressupostos agroecológicos, de suas relações com a educação e de suas implicações no território escolar. E, na terceira parte, pontuamos como as práticas agroecológicas estão/não estão sendo vivenciadas nas escolas rurais em Goiás. Lembrando que concebemos, como práticas agroecológicas, não só e necessariamente o cultivo sem agrotóxicos, mas todas as propostas e discussões implementadas nos espaços escolares as quais possam repensar um novo modelo de sociedade, mais harmônico, seja por meio da Educação do Campo, por meio da educação ambiental ou de projetos, palestras, oficinas e aulas discutidas entre os estudantes e a comunidade escolar.

Educação do Campo e saberes sociais

É importante salientarmos que o movimento de Educação do Campo inicia-se debaixo da lona preta, no Paraná, na década de 1980, junto às necessidades dos filhos de acampados em continuar ou iniciar os seus estudos, em meio à luta pela terra. Posteriormente, a academia se apropria deste debate e o potencializa, a partir da I Conferência Nacional: Por uma educação básica do campo (I CNEC), realizada

em julho de 1998, em Luziânia/GO. Portanto, a partir desses encontros, reflexões e necessidades históricas, o MST, a Via Campesina e os demais movimentos sociais sugerem que a Escola do Campo deve ser pensada pelos camponeses. O movimento deve ocupar a escola e, junto com os educadores, construir um projeto político e pedagógico que contemple os anseios, necessidades e realidades do campo (CALDART, 2004).

Da década de 1990 até os dias atuais, algumas mudanças positivas foram alcançadas pelas escolas do campo. Da soma do apoio das universidades, do Estado e das ações dos movimentos sociais resultou a materialização de políticas públicas, como a criação de livros didáticos específicos, a chegada dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, o Projeto Saberes da Terra, o PRONERA etc. Em contrapartida, o estado brasileiro, nos últimos anos, incentivou o fechamento de escolas no campo. De 1977 a 2009 foram fechadas 65 mil escolas rurais¹, somente no Ensino Fundamental. Por quê? Para a redução de custo, pois o transporte escolar de crianças para a cidade é uma prática de custeio mais barata que pode, inclusive, ser terceirizada (CALDART et al, 2012). Em 2014, a presidente Dilma Rousseff sancionou uma Lei, no dia 14 de Março, que prevê, no artigo 28, a proibição do fechamento de escolas rurais no Brasil, sem a autorização da comunidade local:

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Contudo, sabemos que o fechamento de escolas continua a acontecer. Nos últimos anos, realizamos pesquisa em escolas rurais, em várias regiões de Goiás, e percebemos que as condições materiais das escolas são precárias, sem condições de infraestrutura (física, pedagó-

1 O FUNDEB (Fundo Nacional para a Educação Básica) não permite que as salas de aula funcionem com menos de 10 estudantes.

gica etc.) e sem grandes projetos políticos de ação junto às comunidades locais (BORGES; SILVA, 2012).

A luta por uma Educação do Campo nasce tanto do desejo de trabalhadores rurais buscarem a educação em áreas de reforma agrária, quanto do desejo de diferentes comunidades rurais, em distritos, áreas quilombolas, ribeirinhas e indígenas, de garantir a permanência das escolas do campo em seus territórios, a fim de fortalecerem suas identidades territoriais.

Na contemporaneidade, observamos que o debate da Educação do Campo se potencializa nas universidades e se aproxima dos pressupostos da Agroecologia. Portanto, consideramos necessário agregar a esta discussão algumas reflexões da Agroecologia, em parceria com os ideais de Educação do Campo, bem como sobre as produções agrícolas e agroecológicas, também projetadas e experienciadas pelos movimentos sociais. Um destes exemplos é a criação, em 2002, em Maringá/PR, da Escola de Agroecologia Milton Santos, que tem por objetivo contribuir com a formação humana dos sujeitos, tanto quanto com a formação do sujeito militante/técnico em Agroecologia.

Ainda, neste sentido, podemos dialogar com Pessoa (1998), o qual aponta algumas questões que nos auxiliam a compreender como a educação por meio da luta pode redefinir visões de mundo, além de contribuir para o entendimento de correntes filosóficas e políticas, bem como ser instrumento de luta contra atores hegemônicos, fortalecendo reivindicações, posicionamentos e contestações nos conflitos sociais do campo.

Pessoa (1998) mostra o quanto, historicamente, a educação para as populações camponesas foi desfavorável no Brasil e, de um modo geral, mostra como a escola é “controle econômico, social e político da nova ordem”, valorizando os saberes “em casa”, e os saberes “sem casa”, presentes na luta, nos enfrentamentos, no trabalho e no cotidiano. Neste sentido, o autor ressalta como os saberes não escolares podem propiciar a consciência de classe, a qual ganha elementos políticos, coletivos e de transformação social, progressivamente. Estes saberes da luta,

dos movimentos sociais coletivos, são denominados de “saberes sociais” por Grymbowski (1996).

Agroecologia: novas perspectivas por meio da educação e dos movimentos sociais

A agroecologia inclui: o cuidado e a defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional. (*Via campesina e MST*, 2009)

O termo Agroecologia surge, na década de 1930, como sinônimo de ecologia aplicada a agricultura, conforme nos explica Gliessman (2000) *apud* Guhur e Toná (2012). Posteriormente, em meados de 1980, este termo se populariza e vai ganhando força nos movimentos ambientalistas, na sociologia, na antropologia, no desenvolvimento rural e na geografia. Assim, atualmente, podemos considerar duas vertentes da Agroecologia: uma, com um viés norte americano, representada pelos trabalhos de Miguel Altieri e Stephen Gliessman; outra, conhecida como europeia, que busca interpretar os aspectos mais sociológicos do campesinato na América Latina, a qual pode ser representada, principalmente, por Eduardo Sevilla-Guzmán e Manuel Gonzalez de Molina, ambos ligados a Universidade de Córdoba, na Espanha.

No Brasil, depois da intensificação da Revolução Verde, alguns estudiosos realizaram trabalhos que contestavam o modelo implantado de Modernização Agrícola conservadora, a partir do pressuposto de uma agricultura alternativa. Entre os pioneiros, que realizaram trabalhos de denúncia do uso de agrotóxicos e críticas à Revolução Verde, destacam-se José Lutzenberger e Adilson Paschoal. Assim como Ana Primavesi, que passa a considerar o solo como organismo vivo, Sebastião Pinheiro e Luiz Carlos Pinheiro, que questionavam o uso irracional de agrotóxicos e o desenvolvimento de técnicas de produção (GUHUR; TONÀ, 2012).

As culturas milenares, com suas técnicas de cultivos baseadas em formas menos degradantes de produção, têm sido substituídas por técnicas agressivas desde a implementação do discurso da Revolução

Verde, que prometia acabar com a fome e produzir grandes porções de gêneros alimentícios. A terra, há séculos, sofre os impactos das ações humanas. Estas ações implicam em consequências que degradam intensamente os solos, os rios, as águas e o ar. O uso de técnicas agrícolas ofensivas, como o veneno (agrotóxico), traz danos à saúde humana e ao planeta. Sabemos que o uso abusivo, que estas práticas, tendem a comprometer, em curto prazo, os mananciais hídricos, as áreas agricultáveis e podem desencadear a intensificação de outros problemas ambientais, tais como a desertificação, as mudanças climáticas etc. Assim, sobre as práticas agrícolas que não respeitam a terra e não refletem sobre os seus impactos futuros, podemos dialogar com Sauer e Balestro (2009, p. 33):

A ese fenómeno contribuirá en gran medida la degradación que muchas de ellas experimentan y van a seguir experimentando de proseguir las mismas prácticas agrícolas. Se estima, por ejemplo, que el rendimiento de los cultivos en África se verán reducidos a la mitad dentro de cuarenta años si la degradación de las tierras sigue al mismo ritmo.

Neste contexto, em contrapartida ao modelo de produção que valoriza a concentração de terras, o latifúndio e a exploração, ambiental e social, de forma exacerbada, concebemos a Agroecologia como uma perspectiva para o fortalecimento de territórios camponeses:

A agroecologia é entendida como uma nova abordagem da agricultura, uma base científica que integra diversos aspectos agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos para a produção de alimentos, capaz de realizar a crítica da agricultura convencional e orientar o correto redesenho e manejo dos agroecossistemas em busca da autossustentabilidade. (MARCOS, 2007, p. 184)

O modelo agroecológico de produção, a partir do século XXI, passa a ser uma referência de luta política, ideológica, econômica e cultural para os movimentos camponeses, tais como a Via Campesina, o MST e outros. A questão passa a ser discutida intensamente, no seio destes movimentos, em congressos e eventos. Nestes debates gesta-se a

ANA (Articulação Nacional de Agroecologia) e a ABA (Associação Brasileira de Agroecologia), como também o Grupo de Trabalho de Educação em Agroecologia, coordenado por Virginia de Aguiar, a partir de 2005, além dos Seminários Nacionais em Construção do Conhecimento Agroecológico, os Fóruns Nacionais de Educação em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção. O Primeiro Seminário Nacional de Educação em Agroecologia aconteceu em 2013, em parceria com o NAC (Núcleo de Agroecologia e Campesinato) da UFPE.

O Brasil é o país com mais cursos de Agroecologia no mundo. A partir de um viés quantitativo, Balla et al. (2014) realiza um estudo exploratório acerca do número de cursos de Agroecologia no Brasil. Verifica-se a presença de 136 cursos em andamento, em 84 instituições: 108 cursos de nível técnico; 24 cursos de graduação (incluindo bacharelados e tecnológicos); 4 cursos de pós-graduação stricto sensu (3 mestrados e 1 doutorado).

Em todos eles observamos uma dificuldade comum: a falta de pesquisadores formados no enfoque agroecológico e a diversidade de concepções ideológicas e políticas. Os alunos queixam-se da falta de articulação dos conhecimentos acadêmicos aos conhecimentos tradicionais e da falta de transdisciplinaridade. Falta, também, regulamentar a profissão de agroecólogo. As experiências, no entanto, são importantes para avançar e rever os erros. Assim, verifica-se com o tempo o fortalecimento das experiências e debates.

- 1) 2005 – SC-Curso técnico em Agroecologia: MST e UFSC-parceiros;
- 2) 2006 – SP-UFSCar – Mestrado em Agroecologia em Desenvolvimento Rural;
- 3) 2008 – UFPR – Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia. Presença local de produtores em autoconsumo e subsistência com o objetivo de melhorar as condições devida da população rural;
- 4) Cursos técnicos de Agroecologia nas Efas (Amapá). A pedagogia da alternância como pilar metodológico;

- 5) Os (EM) no MT. 1 curso técnico na Cidade de Goiás. (IFG)
- 6) Dois cursos de graduação, um no DF e outro no MS;

Podemos citar a especialização e distribuição dos cursos de Agroecologia no Brasil, também segundo Balla (2014):

Região Nordeste: a região é a que tem mais cursos, em um total de 42. 10 cursos de graduação, no Maranhão mestrado em Agroecologia e doutorado também (UEMA).

Região Norte: 11 cursos técnicos, 3 cursos superiores.

Região Sudeste: 22 cursos técnicos. 2 bacharelados e um mestrado.

Região Sul: 27 cursos técnicos e 3 cursos superiores. E 1 bacharelado.

Temos consciência de que a Agroecologia, por si só, não é capaz de dar respostas à sociedade e nem de salvar a mesma dos problemas ambientais nos quais estamos envolvidos. Mas a vislumbramos como uma alternativa, junto a um Projeto de Reforma Agrária, junto a um novo modelo educacional, junto a novos hábitos de consumo. Concordamos com Gonçalves (2012): a melhor alternativa para a sociedade não deve estar em uma “agricultura sem agricultores”. Deste modo, pensamos a Agroecologia, junto a Reforma Agrária, como um mecanismo necessário para questionarmos o modelo hegemônico de produção, com base no veneno, a fim de garantir a soberania alimentar, a autonomia do trabalho e o cultivo de alimentos saudáveis em nossas mesas.

Uma reflexão acerca das práticas agroecológicas e não agroecológicas em territórios educativos

A realização de trabalhos coletivos em escolas, rurais ou urbanas, para a arborização de pátios, a colocação de cercas escolares, entre outras práticas que incentivem o plantio e o uso do verde nos espaços escolares, também é classificada aqui como iniciativas agroecológicas. Essas práticas propiciam à escola um contato maior com a natureza, dá vida ao espaço escolar, favorecendo também a experiência do plantio, das ações coletivas, o contato com a sombra, as brincadeiras em cima e embaixo das árvores etc. No entanto, em algumas escolas, como a Escola Municipal Rural São Lucas em Minaçu/GO, é necessário incen-

tivar mais o uso destas práticas agroecológicas, como ilustramos na figura 01, com fotos do Projeto “Povoado do Vicente: Território de educação do campo?”.

Figura 1 – Amplas áreas no interior dos espaços escolares sem arborização. Visita a campo na E. M. Rural São Lucas no Município de Minaçu/GO.



Autora: Joyce de Almeida Borges, 2013.

Já a Escola Municipal Salomão Coelho Bezerra, também em Minaçu, apresenta um amplo campo de futebol gramado, possui alguns pés de manga atrás das salas de aula, onde os alunos menores brincam na hora do recreio, porém há pátios e áreas extensas no interior da escola que ainda podem ser arborizadas (figura 2).

Figura 2 – Amplas áreas no interior dos espaços escolares sem arborização. Visita a campo na E. M. Rural Salomão Coelho Bezerra no Município de Minaçu/GO.



Autora: Joyce de Almeida Borges, 2013.

Para que uma Escola do Campo possa obter resultados no ensino-aprendizagem, levando em consideração os saberes do campo, é necessário um corpo docente com formação reflexiva, currículos adequados à realidade local, calendário próprio, participação ativa dos pais na cobrança de melhorias e uma gestão escolar que valorize o conhecimento engajado.

A horta agroecológica pode ser um dos exemplos a serem praticados pelas escolas do campo, como materialização dos saberes destes povos, mas não deve ser a única prática do campo presente na escola, pois a cultura do campo está além do uso de técnicas agrícolas. Contudo, defendemos a importância das hortas escolares, não só como pressuposto agroecológico e de educação do campo, mas como uma prática que contribui também para o enriquecimento nutricional das merendas, que valoriza os conhecimentos acerca de plantas de jardins e medicinais, bem como uma atividade cotidiana que envolve coletivamente a

comunidade escolar. Neste sentido, trazemos algumas reflexões acerca do processo de preparação de hortas agroecológicas:

Para a preparação da horta, o primeiro passo é a escolha do local. Como nesse tipo de horta não importa o seu tamanho, mas a sua diversidade, recomenda-se que ela seja preparada próxima à casa para facilitar o trabalho. O solo é inicialmente preparado através da construção dos canteiros, organizados de modo a permitir o plantio e colheita sem que para isso seja necessário pisá-los ou revirá-los, o que geralmente corresponde a uma forma de espiral, que permite uma melhor circulação para o manuseio dos canteiros. Em seguida passa-se à construção dos canteiros com 120 cm de largura e 50 cm de altura, bem como à instalação de um sistema de irrigação e à escolha dos produtos a serem semeados. Concluída a fase preparatória, os produtos são semeados, colocando-se em um mesmo canteiro o maior número possível de espécies. Em seguida as sementes ou mudas são cobertas com palha ou outra cobertura biodegradável. Nas bordas, aconselha-se o plantio de plantas aromáticas e flores que servem para atrair insetos benéficos, possuem função antibacteriana e afastam os nematóides e outros parasitas. Nas laterais, aconselha-se o plantio de plantas selvagens e, na parte superior, os gêneros que serão cultivados misturados entre si. Dali em diante os produtos serão cultivados sem o uso de adubo, fertilizante, pesticidas, e sem que seja realizada a movimentação do terreno, baseando-se no princípio da autofertilização do solo. (MARCOS, 2007, p. 190-191)

Pontuamos que, para uma prática agroecológica escolar de plantio, podemos aplicar diferentes formas, tais como canteiros firmados com latas de cerveja ou garrafas *pets*, canteiros longos ou curtos, de flores ou rosas, mandalas, jardins medicinais etc.

A população total do município de Minaçu é de 31.149 habitantes, de acordo com os dados do IBGE (2010). Até 1989, eram 53 escolas rurais regularizadas e em funcionamento em Minaçu. Em 2013 restam apenas 4 escolas rurais municipais, sendo elas: Escola Mun. São Salvador, Escola Mun. Beira Rio e Escola Mun. São Lucas (localizadas em assentamento) e a Escola Mun. Salomão Coelho Bezerra (localizada no Patrimônio de São Vicente, a 20 km da cidade).

Entre as escolas pesquisadas, notamos que apenas a Escola Mun. São Lucas apresenta uma horta, conforme a figura 03. No entanto, esta horta foi pensada a partir de um projeto financiado pelo Agronegócio, por multinacionais e empresas privadas, que é o projeto Agrinho, que se iniciou no Paraná, em 1995. Este projeto tem sido implantado em diferentes escolas, estando presente em um total de 87 municípios de Goiás. O projeto Agrinho realiza-se em parceria com a FAEG (Fundação da Agricultura e Pecuária de Goiás) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural).

Figura 3 – Horta na E. M. Rural São Lucas. Minaçu/GO.



Autor: Edson Batista Silva, 2013.

Neste conjunto, achamos por bem trazer os projetos agroecológicos desenvolvidos nas Escolas Famílias Agrícolas, classificadas como as escolas rurais nas quais, historicamente, há a preocupação em desenvolver técnicas agrícolas, a apicultura, a piscicultura e outras

atividades junto aos estudantes e famílias das comunidades rurais envolvidas no espaço escolar. Em Goiás, atualmente, contamos com 4 EFAs: em Orizona, em Goiás, em Padre Bernardo e em Uirapuru. Estas escolas são experiências positivas de ensino em que se busca incentivar a permanência dos jovens no campo e que, geralmente, procuram garantir a formação política dos estudantes enquanto classe social camponesa, a fim de que estes procurem se tornar lideranças ou procurem fazer uso, em suas propriedades, daquilo que se aprende na escola e entre suas famílias.

As EFAs trabalham com a Pedagogia da Alternância, que é um método em que o alternante, ou estudante, fica 15 dias na escola e 15 dias em sua propriedade. Este método surgiu na França, em *Lot et Garone*, com o padre Granereau, em 1935, e se estendeu para a Itália, Portugal e Espanha. Segundo Queiroz (1997), existem EFAs na África, na Oceania, na América Latina etc. O Brasil é o país que tem mais EFAs na América. Pudemos observar as hortas, as estufas e os manejos de irrigação, como experiências agroecológicas, na EFA de Orizona, em Goiás (figura 4).

Em Goiás/GO, distante 6 km da cidade, no Arraial do Ferreiro, foi implantada em 1994 a EFA, com o apoio da Diocese, da Associação de Pais e Alunos e dos movimentos sociais. Esta escola teve por princípio garantir o fortalecimento da agricultura familiar na região para que os jovens permanecessem na luta pela terra. É importante ressaltarmos, mais uma vez, que a ideia de Agroecologia não está presente somente na execução de hortas e das atividades agrícolas, mas também no sentido de coletividade e de práticas de resistência popular ao modelo hegemônico de produção.

Hoje, entre as principais formas de materializar a ideia de Agroecologia na EFA em Goiás, podemos observar as atividades coletivas de construção de estufas, os apiários nas comunidades de origem dos estudantes, a valorização do uso de fertilizantes naturais etc.

Figura 4 – Escola Família Agrícola de Orizona/GO (2013).

Fonte: efaorizona.blospot.com.br.

Em Itapuranga/GO, município vizinho a cidade de Goiás, também realizamos uma visita a Escola Rural Municipal Betel, para entrevistarmos alunos, professores e a direção acerca da Educação do Campo na escola, bem como das condições de infraestrutura física, além de buscar dados acerca de projetos desenvolvidos pela escola e pela comunidade escolar, ligados a Agroecologia. Notamos que nesta região, muito pais de alunos trabalham em atividades ligadas ao plantio e à ordenha leiteira. Parte dos pais dos alunos arrendam terras para usinas sucroalcooleiras ou trabalham em serviços temporários, durante o corte de cana também. Na E. M. Rural Betel, destacamos a horta construída na escola, em formato de mandala, e as atividades de produção de textos ligadas à Agroecologia (figura 5).

Figura 5 – Horta em sistema de Mandala na E. M. Rural Betel, em Itapuranga/GO.



Autora: Joyce de Almeida Borges, 2015.

A Secretaria de Educação Municipal de Goiânia realizou, em 2013/2014, o Projeto Horta Escolar no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Bem Me Quer, localizado na Vila Magali. O projeto, em seu todo, envolve 183 unidades de educação infantil e de ensino fundamental da capital goiana. Durante a visita são distribuídos adubos químicos e orgânicos, equipamento para manutenção dos canteiros, tais como pás, rastelos e tesouras, e um kit de sementes com mais de 18 tipos de hortaliças, legumes e temperos. Neste projeto são desenvolvidas falas sobre a germinação das plantas, sobre os alimentos orgânicos e os agrotóxicos, como podemos notar na figura 06, além de feiras culturais e de Ciências, com temáticas ligadas ao uso de agrotóxicos e à Agroecologia.

Figura 6 – Atividades relacionadas às práticas agroecológicas, em grupo.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação (Goiânia/GO).

Considerações finais

Gonçalves (2012) nos alerta, a partir de dados e pesquisas, que a quantidade de uso de agrotóxicos no mundo tem se multiplicado em proporções maiores do que o aumento de áreas cultivadas pela agricultura. O radical 'cida' vem do latim *cedere* e significa 'matar', assim, o uso de 'cida' em 'herbicida', 'fungicida' e 'pesticida' mostra que se trata da morte e não da vida. Há uma redução na disponibilidade de área agricultável. O número de suicídios na Índia em virtude de problemas psicológicos, trazidos pelas sequelas do uso de agrotóxicos, é terrível e, segundo Machado (2014), passa de 100 mil. A quantidade de famintos no mundo ultrapassa o número de um bilhão de pessoas.

Portanto, o modelo de produção capitalista não tem sido pensado a partir das questões sociais, culturais, políticas e ambientais, mas somente em sua dimensão econômica. Isto significa que não se trata de

um alarde exagerado de ambientalista, trata-se de um fato que compromete seriamente a água, a fauna, a flora, a terra, a sociedade e a vida.

Na realidade dos territórios educacionais em Goiás, observamos que as práticas agroecológicas ainda são incipientes, existem em poucas escolas, contudo são práticas de resistência que podem gerar resultados, criando novas percepções dos estudantes acerca do cuidado com o planeta, do uso do solo, do uso de agrotóxicos, enfim, sobre as ações territoriais que levem a práticas menos danosas ao meio ambiente e ligadas à Agroecologia. A formação política é um elemento ainda bastante capenga nos territórios educativos, esta formação necessita de maiores zelos por parte dos educadores e de setores ligados a gestão educacional.

Diante disso, nos perguntamos: O que fazer perante tantos problemas ambientais, causados principalmente por atores hegemônicos, como as empresas multinacionais, os grandes produtores agrícolas e pela negligência violenta do Estado? Como educadores, precisamos continuar acreditando que a educação é um dos elementos necessários para repensar as práticas agrícolas no mundo. Acreditamos que a Agroecologia pode ser um caminho, uma alternativa de resistência, contra as práticas destrutivas do Agronegócio, bem como uma emancipação coletiva.

Assim, as práticas agroecológicas são fortalecidas com atividades ligadas aos Cursos de Formação, em nível técnico, médio, superior e de pós-graduação, a fim de se obter novos conhecimentos, que propiciem o desenvolvimento da Agroecologia na perspectiva da transformação social, do engajamento político e como mecanismo de mudança nos padrões de produção de alimentos e produtos mais saudáveis para nós mesmos. A Educação do Campo pode ser uma das alternativas, junto às formas de educação nos movimentos sociais, nos sindicatos, que somadas, enfim, podem gerar bons frutos.

Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3^o ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- ARROYO, M. G. et al (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BALLA, J. V. Q. Panorama dos cursos de Agroecologia no Brasil. **Revista brasileira de Agroecologia**, vol. 09, n. 02, p. 03-14, Jul. 2014.
- BORGES, J. de A.; SILVA, E. B. da. A educação do/no campo em Minaçu-Goiás: uma realidade de descaso no cenário educacional brasileiro. **Revista Elisée Reclus**, vol. 01, n. 01, p. 157-175, Jan/Jun 2012.
- CADERNO DE RESIDENCIA AGRARIA. **Matrizes produtivas da vida no campo**. N^o 01. Brasília: UNB, 2014.
- CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. et al. (Orgs.). **Dicionário de Educação do campo**. RJ: Expressão Popular, 2012.
- CAPORAL, F. R. E; COSTABEBER, J. A. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, Jul/Set 2002.
- CANDIOTTO, L. Z. P. et al. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- GRZYBOWSKI, C. Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. **Revista Contexto e Educação**. Ijuí, ano 01, n. 4, p. 47-59, Out/Dez, 1996.
- GONÇALVES, C. W. P. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3^oed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MARCOS, V. de. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 07, p. 182-210, 2007.

MENDONÇA, M. (Org). **Agroecologia: práticas e saberes**. Catalão: Gráfica Modelo, 2012.

MIRANDA, D. J. P. Agroecologia, saberes locais e geografia cultural: representações simbólicas do território da Educação do Campo geografizadas pela proposta educacional da Casa Familiar Rural de Pe. Haruo Sasaki no município de Sapopema (PR). **Revista Ateliê Geográfico**, v. 05, n. 2, p. 68-87, Agosto, 2011.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção por uma Educação do Campo, v. 4).

PESSOA, J. Saber e ensinar no cotidiano de assentados rurais em Goiás. **Revista Brasileira de Educação: XXI Reunião geral da Anped**, Caxambu, 1998.

QUEIROZ, J. B. **O processo de implantação da Escola Família Agrícola de Goiás. (EFAGO)**. 1997. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia/GO.

SAUER, S. BALESTRO, M. V. (Orgs.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, F. E. et al. (Orgs.). **Geografia e Educação do Campo: para que e para quem serve a educação no campo do estado de Goiás?** Goiânia: Vieira, 2010.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA E O DEBATE DA AGROECOLOGIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Diogo de Souza Pinto

Este texto pretende discutir o histórico das políticas públicas para o ensino agrícola no Brasil, baseando-se nos principais acontecimentos que culminaram na atual conjuntura em que se encontra este ramo de ensino e suas diversas instituições. As reflexões, apontadas neste capítulo, nos levam a compreender as estruturas que sustentam este campo de disputa política, muito influenciada pelo setor econômico e pelas ideias de desenvolvimento rural. Tudo isso se reflete em uma dicotomia: um ensino para atender a lógica de produção capitalista e de formação de capital humano se contrapondo a uma proposta de educação mais complexa, fruto dos avanços no debate da Agroecologia. Aqui apenas se introduz esta discussão, tão mais profunda, sobre a educação agrícola e a Agroecologia, trazendo-se elementos para se pensar sobre as interfaces dessa relação.

Temos registrado como o primeiro curso de agricultura no Brasil aquele inaugurado em 1812 por D. João VI, no horto real da Bahia. Com a chegada da família real ao Brasil, no início do século XIX, houve a preocupação com a formação profissional e com as inovações nas técnicas agrícolas, o que levou D. João a criar hortos reais, sendo o primeiro no Rio de Janeiro (atual Jardim Botânico). Desde o princípio, então, a educação agrícola se configura numa lógica utilitarista, visando

a formação de mão de obra para atender as novas exigências da colônia. Tal como se deu na criação da Fazenda Normal de Agricultura, em abril de 1836 em São Paulo, destinada a meninos órfãos e rapazes pobres; na da Escola de Agricultura, na Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas, Rio de Janeiro, criada em 1848; na do Asilo Agrícola, fundado pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, em 1864, e destinado aos órfãos; e na da Escola de Santa Cruz, fundada em 1885 por D. Pedro II, com a finalidade de profissionalizar os filhos dos ex-escravos da corte (SOARES, 2003).

De acordo com Bomeny (2001), a educação básica não era uma questão que sensibilizasse a elite brasileira, no contexto de uma sociedade com mais de 80% da população rural, entre 1870 e 1900, e com quase 80% de analfabetos. Segundo a autora, a educação foi, ao longo da história republicana, um bem escasso, um privilégio de poucos e a população rural não dispunha de mecanismos organizados para expressar suas insatisfações e exigir seus direitos.

Soares (2011) aponta que a ausência de uma proposta de ensino, voltada para os interesses da sociedade camponesa, estava interligada a falta da consciência do valor da educação na formação cidadã, uma vez que os valores da cidadania não eram aplicados à classe social dos trabalhadores rurais e que as técnicas arcaicas de cultivo da época nem sequer exigiam alguma preparação profissional. Este pensamento levou a uma separação: de um lado a educação escolar para as classes médias emergentes das metrópoles; de outro a negligência da educação para a população rural.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo ruralismo pedagógico, através da incorporação do debate sobre a importância da educação rural para conter o movimento migratório e para elevar a produtividade do campo. Neste período, também se inicia um movimento, marcado pelas reformas de instrução pública e sistematizada pelos intitulados Pioneiros da Educação brasileira, cujo principal objetivo era inserir no debate político a organização de um sistema educacional para o país.

Ocorre uma segmentação da educação, pois, entre 1911 e 1925, a administração escolar do ensino básico fica a cargo do Conselho Superior do Ensino, de jurisdição do Ministério da Justiça, enquanto o ensino profissionalizante, desde 1906, passa a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (BOMENY, 2001; SOARES 2003;). Esta dualidade entre o ensino profissionalizante e a formação intelectual marca as raízes e as características formadoras da mão de obra pelo ensino profissionalizante, em todas as categorias. Na questão agrária, este período é caracterizado pela estruturação do cerne da organização do ensino agrícola no país, revelando o discurso propedêutico da formação para o trabalho, numa dimensão capitalista e com suas relações de poder sobre a classe trabalhadora.

A ideia de progresso era a força condutora que impregnava os discursos no início do século XX e, assim, a educação, em um cenário marcado por uma classe trabalhadora mestiça, dividida entre negros libertos e imigrantes com alta taxa de analfabetismo, estimula a criação e o aprimoramento das Escolas Técnicas e do Ensino Profissional (BOMENI, 2001).

Neste sentido, são criadas 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, destinadas à formação intelectual da classe operária, conforme o Decreto nº 7.566, de 1909, em que se formaliza a dualidade estrutural do ensino profissionalizante, numa perspectiva moralizadora, como se pode observar no documento pela expressão “formar cidadãos úteis à nação”. Tal iniciativa, ao passo que marca o início da configuração do ensino técnico no Brasil, nos revela as raízes das relações de educação e trabalho na formação profissional.

O ensino agrícola, sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, começa a se configurar no país em uma lógica voltada para o atendimento das demandas da burguesia agrária brasileira. Esta formação de mão de obra que permeava o ensino profissionalizante da época, justificada em nome da Educação e da legitimação e preservação da estrutura agrária latifundiária, levou à criação dos Aprendizados Agrícolas (AAs) e dos Patronatos Agrícolas (PAs).

Os Aprendizados Agrícolas tinham como público-alvo os jovens, entre 14 e 18 anos de idade, filhos de pequenos agricultores e de trabalhadores rurais. Funcionavam sob o regime de internato e eram dotados de instalações similares as de uma propriedade agrícola. Ofertavam um curso elementar de dois anos, visando à formação para os diferentes serviços agropecuários, com um ensino eminentemente prático e de formação para o trabalho rural. Também constava de um curso primário, destinado àqueles que não o possuíam (SOARES, 2003).

Segundo Mendonça (2006), o Ministério manteve, nos anos de 1911 à 1930, entre cinco e oito Aprendizados, espalhados por diferentes regiões do país, matriculando entre 150 e 250 jovens, anualmente. Para a autora:

[...] a importância dos Aprendizados residiu em difundir os princípios do *ensino agrícola* como instrumento do poder, material e simbólico, dos grupos dominantes agrários sobre o trabalhador rural, já que, colocando à porta do *rurícula* um saber presidido pela noção de progresso, naturalizava-se a oposição entre uma agricultura “moderna” e outra “arcaica”, bem como a subordinação desta à primeira, sendo ambas despidas de seu conteúdo de classe. (MENDONÇA, 2006, p. 92, grifo da autora)

Como podemos observar neste contexto, a lógica do ensino agrícola se apresenta, desde então, desvinculada da realidade da sociedade camponesa, sendo que o pequeno agricultor é formado para atender a uma agricultura que está sob a lógica do capital latifundiário. A educação agrícola, então, não se apresentava em uma perspectiva emancipadora do trabalhador rural, mas sim se configurava em um ensino profissionalizante, para a formação de mão de obra. A educação, tratada neste sentido, reforça a ideologia das classes dominantes, apresentando a educação profissional como uma forma de qualificar para o trabalho e não como forma de educar para a vida, tratando o ser humano com um sujeito reprodutor de uma técnica e não como pensador e protagonista de suas atividades.

Para Soares (2011), tal configuração se torna evidente na criação dos Patronatos Agrícolas, em 1918, destinados aos menores pobres das

regiões rurais e à infância órfã desvalida dos centros urbanos. Tais instituições tinham como finalidade a garantia de uma contribuição ao desenvolvimento agrícola e a transformação de “crianças indigentes em cidadãos prestimosos”, em uma perspectiva higienista. Na realidade, porém, tratava-se de uma alternativa às instituições prisionais urbanas, visto a conjuntura social gerada pela Primeira Guerra Mundial. Estas instituições eram núcleos de ensino profissional, destinados a habilitar às práticas agrícolas os seus internos, menores entre 10 a 16 anos, recrutados pela polícia e pelos juizes da capital federal. Entre os anos de 1918 e 1930, foram criados um total de 98 PAs, distribuídos por quase todos os estados da Federação. Os patronatos, a partir de 1919, se transformam numa espécie de orfanato, destinada a oferecer o curso primário e o profissional, de forma simultânea, aos menores desvalidos (MENDONÇA, 2006).

Tais instituições se prestavam ao controle que as elites pretendiam exercer sobre os trabalhadores. Esta perspectiva salvacionista de ensino profissional associava educação e trabalho e encarava este último como purificação e disciplina. Como nos coloca Bomeny (2001): “A ‘educação moral dos trabalhadores’ funcionava como um recurso de controle à participação e à reivindicação de seus direitos sociais”. Para esta autora, a origem do ensino profissionalizante nasce associada aos cidadãos de “segunda classe”, aos miseráveis, aos “necessitados de misericórdia pública”.

Temos, como quadro histórico da educação na Primeira República, as escolas primárias e o ensino profissional destinados à educação do povo, enquanto as escolas secundárias acadêmicas e as escolas superiores serviam para a educação das classes dominantes. Por outro lado, a década de 1920 é marcada pelo movimento dos reformadores, conhecido como Escola Nova, vigente nos Estados Unidos e na Europa. Com a criação da ABE – Associação Brasileira de Educação, em 1924, iniciam-se os debates em torno de um modelo de educação integral, em que o lema não é mais a simples luta contra o analfabetismo (BOMENY, 2001).

A década de 1930 foi marcada por grandes mudanças no âmbito político e na organização do ensino agrícola. Como nos descreve Mendonça (2006), com a criação do Ministério da Educação e Saúde, nesta época, se inicia uma disputa, entre este e o Ministério da Agricultura, acerca do ensino agrícola, considerando-se que as escolas primárias do campo deveriam se afastar do ensino técnico. O Decreto-Lei nº 23.979, de 1933, enquadra os Aprendizados Agrícolas como Escolas Agrícolas Básicas, destinados a oferecer três tipos de cursos distintos:

a) o ensino agrícola básico – com três anos de duração e destinado a formar *capatazes* valendo-se de clientela composta por jovens a partir de 14 anos [...]; b) o ensino rural – com duração de dois anos e formador de *trabalhadores rurais*, a partir de um público de crianças com mais de 12 anos [...] totalmente baseado em aulas práticas; e finalmente; c) os cursos de adaptação... (MENDONÇA, 2006, p. 96-97, grifo da autora)

Os cursos de adaptação eram uma inovação: tinham como público-alvo os trabalhadores em geral, não havia diplomação, eram organizados sem calendários formais e em rápida duração. Em 1938 é criado, no Ministério da Agricultura, um órgão especialmente voltado para os assuntos educacionais: a Superintendência do Ensino Agrícola (SEA) que, em 1940, torna-se a SEAV (Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário), com o objetivo de orientar e fiscalizar tais ramos de ensino, bem como o de registrar e reconhecer os diplomas de agrônomos (MENDONÇA, 2006).

No período pós-guerra, as relações entre Brasil e Estados Unidos se estreitaram, através do Institute of Inter-American Affairs (IIAA), criado em 1942, que funcionava como uma entidade mobilizada por projetos de assistência técnica, destinados a melhorar as condições de saúde, de educação e de agricultura da América Latina. Isto inseria no debate político um ideal de 'desenvolvimento' que formulava estratégias de cooperação com o Terceiro Mundo. Para Mendonça (2007), este processo de desenvolvimento não foi concebido como um processo cultural, pois procedia de forma a caracterizar o analfabeto, o subdesen-

volvido, o pequeno lavrador como “anormalidades” que garantiam a permanente necessidade de reformas.

Uma das ações, realizadas em ‘cooperação’ entre o Ministério da Agricultura e uma entidade privada americana, no âmbito do ensino agrícola, foi a criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação para as Populações Rurais (CBAR), que tinha, dentre suas atribuições, a de criação do Centro de Treinamento – para trabalhadores rurais – e a dos Clubes Agrícolas – para jovens e crianças. Tal iniciativa tinha por objetivo contribuir na formação de técnicos especializados, numa perspectiva de ‘fixar’ o trabalhador rural no campo, dentro da dinâmica de modernização da produção agrícola (MENDONÇA, 2007).

Com a aprovação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (LOEA), em 1946, este passa a ser organizado em dois ciclos. O primeiro ciclo era composto pelo *básico agrícola*, com quatro anos de duração, e pelo *mestria*, com duração de dois anos. O segundo ciclo era composto pelos cursos *técnicos* em: agricultura, horticultura, zootecnia, prática veterinária, indústrias agrícolas, laticínios e mecânica agrícola, com duração de três anos. E havia cursos de caráter pedagógico em *economia rural doméstica*, com duração de dois anos, em *didática de ensino agrícola* e em *administração do ensino agrícola*, com duração de um ano (SOARES, 2003).

Um ano após a promulgação da LOEA, as Instituições de Ensino Agrícola foram organizadas pelo Decreto nº 22505, de 1947, e divididas em cinco modalidades: a) Escolas de Iniciação Agrícola – destinadas ao ensino elementar de primeiro ciclo do ensino agrícola, incumbidas de formar o *operário agrícola qualificado*; b) Escolas Agrícolas – ofereciam cursos de primeiro ciclo, de *mestria agrícola* e de *iniciação agrícola*; c) Escolas Agrotécnicas – responsáveis pelos segundo ciclo na formação de técnicos e pedagogos de ensino agrícola; d) Cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão – cursos regulares dos quadros de carreira do Ministério da Agricultura, além de cursos avulsos; e) Centros de Treinamento (CTs) – incumbidos da formação de trabalhadores rurais (SOARES, 2003; MENDONÇA, 2006).

A presença norte-americana na educação rural do Brasil é consideravelmente ampliada na década de 1950. Dentre as suas ações, destacamos a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), criada em 1953, e a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), destinadas a alfabetizar a população rural. Mendonça (2007) destaca que estas ações utilizavam as mesmas cartilhas que eram destinadas às escolas urbanas, com o princípio de “difundir o princípio do desenvolvimento comunitário”. A autora destaca, também, a implementação de práticas extensionistas voltadas para a difusão de conhecimentos acerca de técnicas de cultivo específico, consolidando o Extensionismo Rural no Brasil.

No cenário econômico, a passagem do modelo agroexportador para o da economia industrial marca o início da modernização conservadora, no campo da produção agropecuária. Neste sentido, de tal data em diante, crescem as bases produtivas para a produção de máquinas e de implementos agrícolas, bem como de fertilizantes e defensivos (SOARES, 2003).

Tal configuração culmina na criação, em 1955, do ETA – Escritório Técnico da Agricultura, dentro do Ministério da Agricultura, inspirado nas experiências extensionistas vigentes nos EUA, que tinham como eixo “outro tipo de ação educativa”: a Extensão Rural. Tudo dentro de uma lógica de desenvolvimento, com a concessão de crédito agrícola para o acesso às novas tecnologias.

Estas ações, por parte do Ministério da Agricultura e de suas relações com o mercado internacional, com a injeção da lógica de produção industrial no campo, foram fundamentais para a incorporação dos princípios da Revolução Verde no âmbito da produção agropecuária brasileira.

Com a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de dezembro de 1961, o ensino é novamente reestruturado em ensino *primário* e ensino *médio*, sendo este último dividido em dois ciclos: um denominado *ginásio* e o outro *colegial*. O colegial era dividido em dois ramos, um *secundário* e outro *técnico profissionalizante*. O ensino

profissionalizante previa quatro modalidades: agrícola, industrial, comercial e normal.

Quanto às instituições de ensino agrícola, as Escolas de Iniciação Agrícola e as Escolas Agrícolas passaram a ministrar o ciclo ginásial em quatro séries, conferindo o diploma de Mestre Agrícola. Enquanto as Escolas Agrotécnicas se tornaram os Colégios Agrícolas, oferecendo o ciclo colegial de três séries, conferindo o diploma de Técnico em Agricultura.

Ensino agrícola pós Revolução Verde

Esta cooperação norte-americana foi estratégica na preparação do país para receber os pacotes tecnológicos da Revolução Verde, caracterizada pelos investimentos nos insumos químicos agrícolas, nas sementes híbridas e na moto-mecanização. Fortalecida pela política difusionista da extensão rural, começa a se configurar uma forte tendência ao ensino agrícola para atender este modelo desenvolvimentista, em prol do progresso. Sabemos que este modelo de produção agravou o êxodo rural e vem gerando sério impactos socioambientais aos recursos naturais e para a vida no campo.

Pelo Decreto nº 60.731, de 1967, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário é transferida, do Ministério da Agricultura, para o Ministério da Educação e Cultura. Assim, o ensino agrícola fica a cargo do MEC, junto aos outros cursos de educação profissionalizante. De acordo com Sobral (2009), determinadas políticas foram marcantes, no sentido de reformular a filosofia do ensino agrícola. Uma delas foi a adoção do sistema escola-fazenda, baseada no princípio 'aprender a fazer e fazer para aprender'. Tal sistema tinha por objetivo conciliar educação, trabalho e produção, integrando o processo ensino-aprendizagem, bem como efetivar a vivência da realidade produtiva e econômica das atividades rurais.

O período que corresponde às décadas de 1960 e 1970 é marcado pela ideia do 'capital humano', pretendendo-se que a formação profissional qualificada seria a principal responsável pelo desenvolvimento do país. A Revolução Verde foi mais do que um pacote tecnológico do

Banco Mundial, pois tinha como missão trazer os países de Terceiro Mundo para a área de influência dos EUA. Como afirma Sobral (2009), esta ação “subordinou a agricultura dos países ‘em desenvolvimento’ aos complexos agroindustriais multinacionais e, ao mesmo tempo, contribuiu para a despolitização do problema agrário” (p. 87).

É assim que, a partir deste período, muitos Colégios Agrícolas foram criados, com o objetivo de atender a necessidade de desenvolvimento econômico e baseando-se no ideário do capital humano. A Diretoria do Ensino Agrícola (DEA) do MEC relacionava o desenvolvimento do país com a preparação técnica, bem como apresentava o sistema escola-fazenda como a grande solução para o ensino agrícola.

Ao mesmo tempo, começa a se configurar no seio da sociedade camponesa, potencializada pelos movimentos sociais, uma política de formação através da criação da Escola Família Agrícola (EFA), a partir de 1969, em que a Pedagogia da Alternância, oriunda de experiências das escolas do campo na Itália e na França, começa a ser adotada. A EFA é um sistema educativo que tem a formação por alternância como base metodológica específica. Apresenta conexões com a pedagogia libertadora de Paulo Freire, que compreende a ‘educação como processo de conscientização’. Para Paulo Freire, aprender tem sentido quando nos envolvemos no compromisso de transformar a realidade, neste sentido, o educador e o educando aprendem e ensinam ao mesmo tempo (BEGNAMI, 2004).

Nesta pedagogia, a formação acontece em espaços alternados: entre o *tempo escola*, quando o educando dialoga com a prática científica e se apropria de saberes teóricos e o *tempo comunidade*, quando o educando coloca em prática seu aprendizado e busca contextualizar seus conhecimentos na realidade. Neste ir e vir do saber/fazer, o educando vai dando sentido à teorização, enquanto o educador exerce o diálogo com a realidade desses sujeitos, buscando alternativas para a transformação mediada pela práxis. Percebe-se um processo dialético, no qual os sujeitos são desafiados a desenvolver sua autonomia, na medida do possível, estabelecendo uma ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e as suas experiências sociais,

assim como, na perspectiva de Paulo Freire, há o respeito aos saberes do educando na pedagogia da autonomia.

O ensino profissional sofre uma mudança elementar com a aprovação da Lei 5.692, de 1971. Partindo da lógica da importância da formação profissional para o desenvolvimento econômico do país, a estrutura do ensino passa a apresentar dois graus, sendo que o primeiro grau é a junção entre o curso primário e o ginásial, com duração de oito anos e obrigatório, sendo ofertado para uma faixa etária entre 07 e 14 anos. O segundo grau é voltado para a habilitação profissional, conferindo o diploma de técnico. Tal lei tinha, como pretensão, que o egresso deixasse o sistema escolar com uma qualificação profissional, de nível técnico, permitindo, se ele desejasse, que ele pudesse continuar seus estudos em grau superior (SOARES, 2003).

Outro fato, marcante na história do ensino agrícola, foi a criação da COAGRI – Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola, em 1973, para o Sistema de Ensino Agrícola Federal, composto por 33 escolas. Esta ação proporcionou grandes transformações na administração e na manutenção das Escolas Agrícolas, o que possibilitou uma revitalização do ensino agropecuário.

De acordo com Curvello (1998), durante a existência da COAGRI o ensino agrícola passa a ser tratado com uma política séria e consistente, havendo um significativo avanço na estruturação das instituições de ensino agrícola e na qualificação de seu quadro docente. A COAGRI foi importante, também, na consolidação do sistema escola-fazenda e na constituição de uma identidade desta modalidade de ensino no país.

Sob a perspectiva da teoria do capital humano, tal Coordenadoria estava ligada à vigência do III Plano Nacional de Desenvolvimento, responsável pelo crescimento econômico e pelo fomento da educação no meio rural. A criação da COAGRI, neste sentido, potencializa a infraestrutura e a qualificação de recursos humanos no ensino agropecuário, ao passo que consolida um ensino agrícola voltado para o atendimento do modelo econômico da agricultura industrial. Para Soares (2003), neste período a formação do técnico agrícola se baseava na vertente extensionista das inovações tecnológicas, visando o desen-

volvimento da produção rural dentro da lógica do sistema global econômico agroexportador.

Neste contexto, o sistema escola-fazenda, apresentado com tanto entusiasmo, reforça a identidade 'monocultural' de um modelo agrícola. Em uma análise crítica deste sistema, podemos observar que os muros, que se estabeleceram em uma instituição que ao mesmo tempo ensina e produz, não revelavam a diversidade existente na cultura agrária do país, configurando-se em um sistema instalador de um modelo, um padrão de produção embasado nos moldes da agricultura capitalista e internacional. Como coloca Curvello (1998), tal filosofia de ensino, visando uma aproximação do espaço de construção intelectual ao processo de produção, a partir de seu próprio espaço, restringe a sua dimensão ao limite de suas estruturas.

O período conhecido como 'milagre econômico brasileiro' consolida uma vertente tecnicista dos cursos profissionalizantes que, no caso das ciências agrárias, não questionou os impactos socioambientais. Até hoje temos referências desta fase dentro das instituições educacionais: um ensino consolidado com a tecnicização da agricultura para o Agrog-negócio, a emergência de pesquisas financiadas pelo setor privado para a elaboração e uso de agroquímicos.

A chamada modernização da agricultura, anunciada pelos Planos de Desenvolvimento Econômico, após o período dito de 'estabilização da economia', convoca as Escolas Agrícolas e as Universidades Rurais a vincularem seus processos formativos aos valores da produção material e da produção de bens de serviço [...] (CORDEIRO E OLIVEIRA, 2002, p. 280, grifo da autora).

Em 1979 as instituições de ensino técnico agrícola passam a compor uma rede de escolas, denominada de Escolas Agrotécnicas Federais pelo Decreto nº 83.935. Em 1986, com a extinção da COAGRI, o ensino agrotécnico de 2º grau passa a ser subordinado à Secretaria de Ensino de Segundo Grau – SESG.

A década de 1980 traz como configuração e modelação o projeto da globalização, em que, cada vez mais, o poder hegemônico e as rela-

ções internacionais se apresentam atuantes sobre o capital econômico do país. Neste período, as políticas de desenvolvimento atendem às exigências dos organismos financeiros internacionais, agravando cada vez mais o quadro de injustiça social. Neste cenário, aumentam as relações de investimento no ensino técnico agrícola, com projetos financiados por organizações privadas de cunho monopolista. Mas, também, é neste período que surgem os mais variados movimentos sociais, em todos os âmbitos sindicais, marcando o fim do longo Regime Militar iniciado em 1964.

Em 1990, o ensino técnico agrícola passou a ser subordinado à Secretaria Nacional de Educação e Tecnologia (SENTEC), a qual, posteriormente, passou a ser a Secretaria de Educação Média e Tecnológica, responsável por estabelecer uma política de diretrizes de educação tecnológica no país. O período em questão corresponde, no quadro econômico, à emergência da tecnologia e aos padrões de desenvolvimento moderno. Enquanto, no âmbito da educação, este período remete a elaboração da nova LDB, promulgada em 1996.

Em março de 1996, o Projeto de Lei 1.603 propõe três níveis de ensino técnico: o básico, o técnico e o tecnológico. Há, ainda, a introdução de um sistema modular na organização curricular dos níveis técnico e tecnológico, sendo que os cursos técnicos são organizados independentemente do nível médio.

Nesta época, no interior das instituições de ensino e dentro dos sindicatos de profissionais ligados à educação, ganha espaço a discussão sobre uma nova proposta de formação profissional, embasada na formação politécnica. Porém, o Decreto nº 2.208 de 1997, que institui a base para a reforma do ensino profissionalizante e regulamenta o PL 1.603, repõe a dualidade estrutural do ensino médio, impossibilitando as tentativas de se construir o projeto sobre currículo integrado que estava em debate no interior das Escolas Técnicas e Agrotécnicas. Tal documento

[...] configura uma proposta que separa a formação acadêmica da Educação Profissional, aproximando-se muito mais dos interesses imediatistas dos empresários e das recomendações dos órgãos internacionais do que das perspectivas democratizantes inerentes

aos projetos defendidos pelas entidades da sociedade civil. (SOBRAL, 2009, p. 92)

O autor comenta, também, que a implantação desta política no ensino profissional visava atender o grande capital, que demandava a formação de profissionais polivalentes para atender às tecnologias de ponta. Tal proposta acarretou no crescimento das grandes agroindústrias e reforçou o modelo de formação tecnicista. Como citam Curvello (1998) e Soares (2003), a Lei nº 8.948 de 1994, mesmo antes da LDB de 1996, prevê a transformação das Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Amparado pelo discurso modernizante, o projeto de ensino de tais instituições separa a prática da teoria, o fazer do pensar, pautando-se em um currículo fragmentado e reforçando o caráter dualista, desde sempre existente na história da educação profissional.

Nas propostas do governo, pelo que se vê no Plano Nacional da Educação da época, além das transformações das escolas técnicas em CEFETs, inclui-se também a sua expansão, duplicando-se o número de centros a cada cinco anos, configurando uma tendência de oferta de cursos tecnológicos de nível superior.

Diante das posições contrárias ao Decreto de 1997, imposto de forma autoritária às instituições, o Governo Federal propõe novas medidas para a educação profissional, através do Decreto nº 5.154 de 2004, modificando o anterior. Segundo Sobral (2009), retoma-se a discussão sobre a construção um projeto politécnico de formação profissional. O conceito de qualidade social passa a fazer parte dos novos projetos de curso e a formação profissional, orientada exclusivamente para o mercado de trabalho, é revisada.

A partir deste momento, as instituições encontram um terreno fértil para discutir os caminhos da educação agrícola na Rede Federal de ensino. Com a sua expansão pelos municípios interioranos, a partir de 2006, com o objetivo de sintonizar os novos arranjos produtivos e socioculturais. Esta ação é concretizada com a criação dos Institutos Federais, em 2008, que potencializam a educação profissional no seio

da sociedade, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento humano e cultural, apresentando-se como um projeto de reorientação do ensino agrícola.

Também em 2008, é constituído um Grupo de Trabalho (GT), denominado GT do Ensino Agrícola, por iniciativa da SETEC/MEC e diante da necessidade de se repensar o modelo de ensino predominante nas instituições de ensino técnico agrícola, levando em consideração as novas configurações dos processos produtivos e as transformações da sociedade. Foram promovidos Seminários Regionais, com a participação de todas as Escolas Agrotécnicas Federais e dos Colégios Agrícolas vinculados às Universidades Federais, onde a proposta de formação politécnica foi apontada como necessidade nesse novo cenário (SOBRAL, 2009).

Os eventos culminaram na elaboração do documento *(Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*, que apresenta as sínteses dos Seminários Regionais e do Seminário Nacional do Ensino Agrícola. As discussões evidenciaram que as transformações, ocorridas em todas as áreas das atividades humanas e na sociedade, através de novas formas de pensar, de agir e de produzir, impõem a necessidade de se repensar e reestruturar essa modalidade de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SETEC, 2009).

O documento coloca a Agroecologia como uma alternativa norteadora para o ensino agropecuário, capaz de guiar a estratégia do desenvolvimento sustentável. Em regiões onde predominam a agricultura familiar e as áreas de assentamento, este modelo técnico-científico de produção pode atender às necessidades sociais da população, norteador uma produção com o mínimo de impacto ambiental, com retorno sócio/econômico/financeiro mais adequado e com uma relativa autonomia (MEC/SETEC, 2009).

Este momento marca um novo rumo na filosofia de produção inserida nestas instituições, pois o documento propõe uma nova concepção de ensino técnico agropecuário, orientando para uma perspectiva que impulse o crescimento econômico e priorizando a Agricultura Fami-

liar, os arranjos produtivos culturais e locais, como elementos de referência para a dinâmica produtiva da Agroecologia.

Desta maneira, a Agroecologia se configura no ensino formal agrícola, com a criação de cursos em diferentes níveis de ensino profissional. Como o próprio documento (MEC/SETEC, 2009) caracteriza, a formação dos professores que atuam nos cursos das Ciências Agrárias sempre esteve fundamentada no modelo da agricultura moderna. Para se consolidar o ensino da Agroecologia é preciso uma capacitação, ou formação, dos profissionais que atuam na educação agrícola.

Como observamos na trajetória histórica do ensino agrícola, a dualidade sempre foi uma marca das propostas legislativas, em detrimento de outras práticas educacionais das Instituições. Por isso, o movimento em prol da Agroecologia não se finda apenas no reconhecimento da importância deste paradigma, inserido no ensino agropecuário. As estratégias para consolidar tal proposta vêm sendo dialogadas entre os movimentos instituintes e institucionais, envolvendo a participação das comunidades acadêmica, científica, popular e sindical.

A diversidade existente entre os cursos de Agroecologia passa a ser objeto de interesse nas pesquisas sobre a formação agroecológica. Visando entender os processos de origem, de implantação, de desenvolvimento e as perspectivas desses cursos é que este estudo vem se desenhando. No momento há diversos cursos, cada qual com suas particularidades, dependendo dos níveis e das modalidades, bem como de suas origens e do público-alvo.

Acreditamos que a aproximação da Agroecologia, da Educação do Campo e da cultura popular, atreladas ao saber científico em bases ecológicas, só tem a contribuir com a emancipação dos sujeitos, colocando-se contra o modo de produção e de socialização hegemônico, alicerçado na estrutura agrária do latifúndio e da grande empresa agrícola, que prosperou no Brasil com a distribuição desigual da terra, da renda e com a degradação ambiental.

Observamos, anteriormente, que os cursos técnicos agroecológicos são oferecidos em diferentes modalidades e com diferentes meto-

dologias, tais como: cursos concomitantes com o ensino médio, cursos pós-médio, presenciais, a distância, na modalidade EJA, alguns mediados pela Pedagogia da Alternância etc. Encontramos registros de cursos criados para atender demandas específicas regionais, bem como de movimentos sociais do campo, além de outros vinculados a projetos de extensão ou ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

A criação desses cursos, vinculados aos Movimentos Sociais, encontra-se no bojo do movimento de luta pelo direito à educação dos sujeitos assentados, potencializada pela luta por Reforma Agrária, pela luta por uma Educação do Campo e pela construção de um Projeto Popular de Desenvolvimento para o Campo (GUHUR e SILVA, 2010).

Como podemos observar, a Agroecologia no Brasil vem se desdobrando, em meio a processos de resistência, intimamente ligados às lutas camponesas. Esta ciência passa a ser discutida pelos movimentos sociais do campo, como estratégia de formação e para o desenvolvimento da autonomia na produção de alimentos.

A educação escolar no campo, durante seu processo histórico, sofreu com a negligência do poder colonial, inspirada nos princípios de contrarreforma. Nas primeiras décadas do Século XX, percebendo a importância da educação para o discurso de contenção do movimento migratório e de elevação da produtividade no campo, se introduziu a educação rural na ordem jurídica brasileira, ainda que se tratasse de escolas com pedagogias bancárias, importadas do paradigma urbano (PEREIRA, 2009).

Somente após a década de 1990 os movimentos sociais do campo se organizaram e fizeram surgir, no cenário brasileiro, a Educação do Campo. O marco deste processo foi o *1º Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA*, em junho de 1997, evento realizado em uma parceria do GT-RA (Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária) da Universidade de Brasília, com o MST e o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Neste contexto, em abril de 1998, nasce o Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária – PRONERA, com o objetivo de fortalecer a educação

nas áreas de reforma agrária, promovendo o acesso de trabalhadores rurais à educação formal, em todos os níveis, utilizando de metodologias voltadas para as especificidades do campo (PEREIRA, 2009).

Posteriormente, em junho de 1998, ocorreu em Luziânia/GO, a *I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo*, em que a bandeira da educação se consolida, em uma dimensão indissociável daquela da luta pela Reforma Agrária. A conferência impulsionou o debate pela construção e implementação de políticas públicas de Educação do Campo nos assentamentos dos trabalhadores sem-terra. Desde então, os movimentos sociais organizados do campo estão avançando, significativamente, em suas lutas por uma Educação do Campo que de fato articule e favoreça a implementação de um projeto agroecológico de desenvolvimento, não só para o campo mas também para o processo produtivo como um todo (FOERSTE et al., 2008).

No início do PRONERA predominavam os cursos voltados para a alfabetização e a escolarização primária de assentados. Posteriormente, foram sendo incorporados ao programa ações que integrassem outras áreas do conhecimento, com o desenvolvimento de ações de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de cursos profissionalizantes de nível médio, superior e de especialização. Neste sentido, o programa buscou o envolvimento de instituições representativas, como os Institutos Federais e as Universidades, estimulando projetos de educação profissional, principalmente no campo das Ciências Agrárias, dada a importância desse tema para a consolidação produtiva dos assentamentos.

Os movimentos sociais do campo, no contexto de insatisfação e de insustentabilidade do modelo tecnológico de produção, vêm se articulando ao movimento de construção do conhecimento agroecológico, junto às instituições. Tendo no horizonte a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o campo, os movimentos sociais encontram na perspectiva agroecológica uma formação que orienta a reafirmação da identidade camponesa no enfrentamento ao Agronegócio e ao poder hegemônico. O marco deste processo foi o *V Congresso Nacional do MST*, realizado em 2000, em que a Agroecologia se converte em objetivo estratégico no Movimento (GUHUR e SILVA, 2010).

A agroecologia, vista a partir de uma forma de organização de vida social e produtiva, torna-se capaz de promover a construção de conhecimentos estruturantes voltados a criar condições intelectuais e objetivas de sujeitos orgânicos dos movimentos sociais que participam das lutas por reforma agrária. No entanto para que estes saberes, consolidados nas experiências cotidianas dos sujeitos e atores políticos do campo sejam incorporados na formação, fez-se condição a construção de uma filosofia e metodologia de formação, que por muitos vem sendo denominada de 'alternância'. (OLIVEIRA E LOPES, 2011, p. 33)

Dentre as teorias pedagógicas adotadas pelos movimentos sociais populares como estratégia de formação, a alternância se destaca no ensino da Agroecologia, pois o diálogo com os saberes do campo é fundamental para o desenvolvimento desta ciência. Sendo assim, muitas experiências de Educação do Campo têm optado por esta metodologia, como afirma Oliveira et al. (2012), por se tratar de uma proposta socioeducativa que pressupõe um processo de gestão participativa e de organicidade política que entrelaçam abordagens críticas, configurando novos espaços de capacitação e de cultura.

Entendemos que a aproximação entre os saberes da Agroecologia à Educação do Campo se dá no sentido de uma formação não somente técnica, mas de uma construção política e social da realidade do campo, através de um processo educativo amparado em metodologias específicas, a exemplo da alternância, para que haja o diálogo de saberes na construção do conhecimento.

Os movimentos sociais associados ao desenvolvimento do novo paradigma agroecológico e a prática produtiva do meio rural não são senão parte de um movimento mais amplo e complexo orientado em defesa da transformação do Estado e da ordem econômica dominantes. (LEFF, 2002, p. 47)

Para o autor, a interação dos saberes científicos com os movimentos do campo se constitui em uma articulação para uma economia global sustentável, em um processo de reapropriação social da natureza, uma vez que a ciência tem tirado de nós o sentimento de 'fazer parte' da

natureza, como seres orgânicos, e tem nos colocado como seres manipuladores da mesma, numa racionalidade econômica 'contra natura'. Leff (2002) descreve a necessidade da construção de uma "racionalidade ambiental" e aponta a Agroecologia como uma ciência que permite a interação dos processos sociais, naturais, culturais e econômicos, articulando-os ao processo de transformação social.

Entendemos a Agroecologia dentro do campo da filosofia, como uma ciência oriunda de um sistema social que se questiona sobre as degradações ambientais, ocorridas devido a massiva intervenção do homem sobre a natureza. A formação por alternância destaca-se como um modelo curricular e de educação integral, útil para a socialização, a problematização e a transformação da realidade, não se limitando somente a atividades de profissionalização para ensinar indivíduos a plantarem orgânicos. Nos cursos agroecológicos, os fundamentos e a metodologia de cada experiência dos atores políticos vão dando sentido a instrumentalização didática, em contextualizações locais/regionais feitas pelos sujeitos que, cotidianamente, travam a luta social pela terra.

A Educação do Campo, por sua tendência crítico-dialética, adota novos espaços de conhecimento socioambiental e cultural a partir das experiências dos atores e sujeitos (OLIVEIRA; LOPES, 2011). Assim, o estreitamento que acontece, na pedagogia da alternância, entre os saberes científicos e os populares, entre a teoria e a prática, vai dando força para a articulação da Agroecologia e configurando uma nova tendência de formação. São experiências, oriundas dos movimentos sociais do campo e de instituições de ensino, que visam a construção de um modelo de formação orientado pela reflexão crítica do processo produtivo e do sistema social em que vivemos.

Como pudemos observar, a Agroecologia propõe uma nova abordagem do sistema de ensino, uma tendência que vai ser desenhada pelas experiências, sem perder de vista os seus princípios, mas orientada por metodologias ainda em processo de experimentação. Certamente, todos esses fatores geram uma demanda na formação docente para o ensino da Agroecologia e acreditamos que as pesquisas sobre as experiências neste paradigma na educação formal podem auxiliar na formulação de

propostas, as quais orientem as Políticas Públicas e as diretrizes para o ensino agroecológico.

Paradigma da Agroecologia no campo da educação

No campo do ensino agrícola fica evidente, hoje, o embate entre duas perspectivas de formação. De um lado, há uma perspectiva fundamentada na agricultura moderna, nos moldes da Revolução Verde e preconizada pelo agronegócio. De outro lado, contraposto, há um modelo que aborda e pratica a produção segundo os conceitos ecológicos e a justiça social, visando o desenho de agrossistemas sustentáveis: a Agroecologia.

Sem ser ainda compreendida como um saber/fazer unificado e amplamente adotado pela academia, esta ciência se configura a partir das experiências de trabalho, geradas na organicidade dos movimentos sociais, e também de práticas agrícolas muito antigas que, ao serem negligenciadas pela ciência moderna, foram se perdendo como saberes. Jesus (1996, p. 1) considera “... a agroecologia como um novo paradigma ainda em construção, apoiando-se em recentes descobertas científicas e incorporando os conhecimentos tradicionais dos agricultores”.

Recentemente, começaram a surgir os cursos de Agroecologia no Brasil, na medida em que foram surgindo políticas públicas de fortalecimento da Educação do Campo e do movimento da Agroecologia, com o investimento de recursos para a estruturação de espaços de educação, pesquisa e extensão. Como exemplo, temos os editais de criação dos Núcleos de Agroecologia, bem como os editais de pesquisas e projetos fomentados pelo CNPq que abordam o tema. Estas iniciativas têm permitido, aos movimentos sociais do campo, a conquista de espaços políticos, em âmbito institucional, e o fortalecimento destas articulações.

A inserção da Agroecologia na educação formal começou a ser debatida por estudantes e educadores na década de 1980, a partir de questionamentos de sujeitos que não concordavam com uma agricultura baseada na adoção de técnicas e com o modo de produção agressivo ao ambiente natural, o qual vinha destruindo os grandes biomas. De acordo com Aguiar (2010), este processo vem sendo desenhado

pelos centros acadêmicos, pelos grupos de agricultura alternativa e pelos grupos de estudos, os quais conduzem as iniciativas e procuram manter a discussão sobre Agroecologia dentro das instituições.

Considerações finais

A Agroecologia tem figurado no campo da educação formal de muitas formas, nos últimos anos, principalmente a partir dos anos 2000. As principais formas de institucionalização têm se dado pela oferta de uma ou outra disciplina nos cursos ligados às Ciências Agrárias ou, ainda, no oferecimento de cursos de Agroecologia de nível médio/técnico, superior e de pós-graduação.

As formas compartimentadas de ver e estudar a realidade não contemplam a formação agroecológica, pois esta busca integrar os saberes históricos dos agricultores aos conhecimentos de diferentes ciências, numa abordagem transdisciplinar. Neste sentido, fica exposto que esta perspectiva preza uma reestruturação dos moldes da formação profissional, prevalecendo uma abordagem holística, uma proposta de uma nova pedagogia, baseada na análise crítica, na prática e na teorização dos processos agrícolas. Ela nos apresenta a importância dos princípios científicos no processo de formação, porém não se reduz a eles. O que fica claro, neste sentido, é que tal processo é uma ruptura e uma transformação da formação tradicional, observando-se a opção de construir em uma nova proposta de currículo os cursos de Agroecologia.

O poder político e econômico não deve ser ignorado, uma vez que o financiamento de pesquisas, pelo setor privado nas universidades públicas, gerou a criação de laboratórios que realizam estudos para as empresas multinacionais agrícolas de adubos químicos, de agrotóxicos e de espécies transgênicas. Toda essa estrutura é incompatível com os pressupostos da Agroecologia, que visa a autonomia do agricultor, sem a necessidade de aporte de insumos e de energia externa. Outra questão diz respeito à cultura institucional, o reduzido envolvimento do corpo docente com trabalhos de extensão, o que enfraquece o diálogo entre o saber científico e o saber tradicional, sendo que esta é a base da construção do conhecimento agroecológico.

Observa-se, ao decorrer desta leitura e de suas reflexões, que temos grandes desafios pela frente, visando consolidar de fato os princípios da Agroecologia no ensino agrícola. E isto só será possível a partir de uma articulação entre as instituições de ensino e o apoio dos movimentos sociais.

Referências

AGUIAR, M. V. A. Educação em Agroecologia: que formação para sustentabilidade? **Revista Agriculturas**, v. 7, n. 4, p. 4-6, Dez., 2010.

BEGNAMI, J. B. Uma geografia da Pedagogia da Alternância no Brasil. Série Documentos Pedagógicos. Brasília: UNEFAB, 2004. p. 3-20.

BOMENY, H. M. B. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CURVELLO, M. A. O enfoque agroecológico em Currículo de Curso Técnico Agrícola. 1998. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), Rio de Janeiro/RJ.

FOERSTE, E; FOERST, G. M. S; DUARTE, L. M. S. **Projeto Político Pedagógico de Educação do Campo**. Vitória/ES: Programa de Pós-Graduação em Educação – UFES, 2008. [Por uma Educação do Campo, v. 6]

GUHUR, D. M. P; SILVA, I. M. S. **Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em agroecologia no MST**. II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009_2010/pdf/2010/015.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2012.

JESUS, E. L. de. Perfil do profissional para atuar em Agroecologia: um novo desafio às Escolas de Ciências Agrárias. In: **Formação profissional do Engenheiro Agrônomo**. Cruz das Almas/BA: FEAB-UNE-CONFEA, 1996. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/o/887008>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. In: **Agroecologia Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABQigAI/agroecologia-saber-ambiental>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

MEC/SETEC. **(Re)significação do ensino agrícola da rede federal de educação profissional e tecnológica**. Brasília/DF: Ministério da Educação? 2009.

MENDONÇA, S. R. de. A dupla dicotomia do ensino agrícola no Brasil (1930-1960), **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 14, n. 01, p. 88-113. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2006. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/index.php?cA=db&aI=259&cVT=da&vA=19>>. Acesso em: 09 jan. 2013.

MENDONÇA, S. R. de. **Estado e Educação Rural no Brasil**: alguns escritos. Niterói: Vício de Leitura; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2007.

OLIVEIRA, L. M. T.; LOPES, C. A. Alternância e agroecologia: estratégias de formação do campo com jovens dos movimentos sociais. In: SILVA, I. O.; OLIVEIRA, L. M. T.; BENEVENUTO, M. A. D. R. (Orgs.). **Cadernos de discussão**: juventude, educação do campo e agroecologia. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2011.

OLIVEIRA, L. M. T.; PINTO, D. S.; PEREIRA, M. G. R. Educação do Campo, movimentos sociais e universidade: novas configurações identitárias? In: RIZO, G.; PLETSCHE, M. D. (Orgs.), **Universidade e formação**: reflexões contemporâneas. Seropédica: EDUR, 2012.

PEREIRA, A. A. **Pedagogia do movimento camponês na Paraíba**: das ligas aos assentamentos rurais. João Pessoa: Idéia/Editora Universitária, 2009.

SOARES, A. M. D. **Política educacional e configurações dos currículos de formação de técnicos em agropecuária, nos anos 90**: regulação ou emancipação? 2003. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRJ, Rio de Janeiro/RJ.

SOARES, E. A. L. **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Relatório do CEB/CNE – MEC, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2012.

SOBRAL, F. J. M. Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 02, n. 02, p. 78-95, 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/125057948/Revista-Mec>>. Acesso em: 17 mar. 2013.

O CERRADO E A MEDICINA POPULAR DE PLANTAS MEDICINAIS E REMÉDIOS CASEIROS

Viviane Custódia Borges

Gente simples, fazendo coisas pequenas, em lugares pouco importantes, conseguem mudanças extraordinárias.

(Provérbio Africano)

O uso de plantas medicinais no tratamento de doenças é tão antigo quanto a existência humana. Hoje, esse saber simboliza, muitas vezes, o único recurso terapêutico de muitas comunidades e de grupos étnicos. Assim, em Goiás/GO¹, ao se indagar sobre o uso de plantas medicinais do Cerrado a um determinado número de sujeitos que ali moram, a referência foi o trabalho e as 'farmacinhas'² da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO.

As conversas, ou melhor, as prosas que foram travadas, evidenciaram aspectos interessantes da pastoral, como a sua formação, que perpassa mais de duas décadas. Além disso, ela atua como multiplicadora, com vários grupos que difundem a fitoterapia popular, com espé-

1 Oficialmente esse município denomina-se Goiás/GO. Porém, é mais habitual entre seus moradores, e entre vários outros sujeitos sociais, a denominação Cidade de Goiás/GO. Há, ainda, aqueles que o chamam de Goiás Velho/GO.

2 Essa denominação, 'farmacinha', é carinhosamente atribuída pelos membros da Pastoral da Saúde da Diocese de Goiás/GO.

cies que incluem as do Cerrado. Por esses motivos, decidi constituir este texto como estudo de caso.

Enfatizo que tenho o entendimento de que a rica biodiversidade do Cerrado é intrínseca a uma cultura, compartilhando as ideias dos trabalhos de Diegues (2000) e de Almeida (2003).

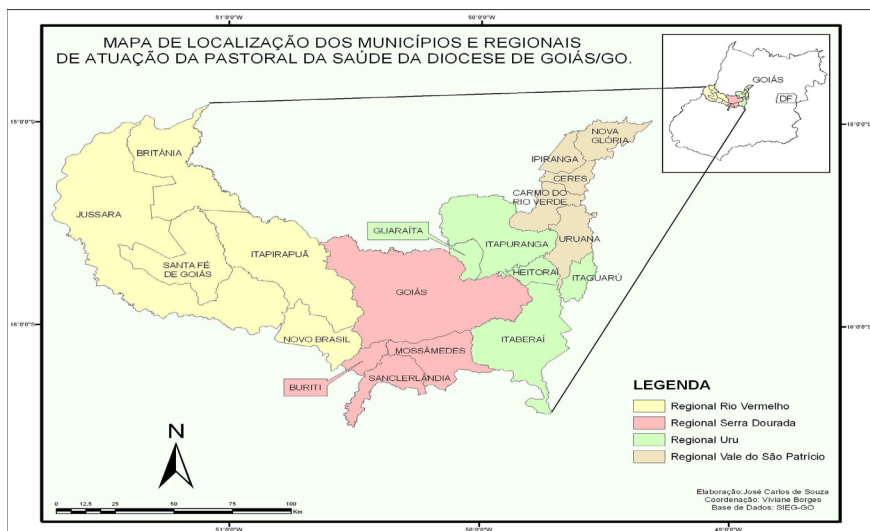
Dentre as atividades da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO, ocorrem as visitas nas comunidades rurais e urbanas, nas quais se obtém o aprendizado de como se usar e fazer os remédios caseiros, além do da utilização das plantas medicinais, concomitantemente à educação para a saúde e a cidadania. Há um fluxo de informações e conhecimentos, formando redes de sociabilidade.

Existem também as farmacinhas, com a comercialização e/ou a doação de vários produtos da fitoterapia popular, os quais são reconhecidos como eficazes e de baixo custo. Eles propiciam à comunidade carente, principalmente, uma alternativa no tratamento de saúde.

A Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO é conectada à Igreja Católica, que faz parte das milhares de Dioceses espalhadas pelo Brasil. Tal instituição religiosa possui a sua própria delimitação político espacial, seus territórios. Para a pastoral em questão, sua demarcação envolve 4 regionais, englobando 20 municípios (figura 1). Apesar de pertencerem à Igreja, as suas práticas não estão centradas em curas espirituais. Os atores que integram sua territorialidade têm na fitoterapia um dos principais instrumentos de trabalho.

Para prosseguir, começa-se por abordar o território que se forma na Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO a partir de suas redes de sociabilidade, as quais demarcam principalmente um território de resistência frente aos grandes grupos multinacionais das indústrias farmacêuticas de alopáticos.

Figura 1 – Mapa de Localização da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO.



Fonte: SIEG.

Fitoterapia popular do Cerrado: a territorialidade da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO

O território da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO constitui sua delimitação político espacial com as 4 regionais³ de sua abrangência (figura 1). Rosendahl (2005, p. 12933) salienta:

A diocese é evocada como território religioso verdadeiramente presente e atuante no processo de regulação e religiosidade católica. A referência primordial é a comunidade de crentes, que constitui no espaço de aproximação entre o regional e o universal, isto é, entre as ações de controle pastoral regional e as ações na escala do mundo. Lembremos que o território favorece o exercício da fé e da identidade religiosa do devoto. Sendo assim, a paróquia é sempre evocada como território principal da vida das comunidades locais.

A Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO possui uma hierarquia estrutural: o bispo controla e dispõe, especificamente, de uma

3 As regionais possuem vários grupos nucleados.

coordenadora, a qual se apoia em suas voluntárias. Dentre essas, há aquelas que, dadas suas características, tornaram-se líderes em suas comunidades. Cerca de 99% dos voluntários são mulheres. Nas reuniões, nas comunidades, também são elas que dominam. De acordo com Capra (1987, p. 118), “a prática da medicina popular tem sido tradicionalmente uma prerrogativa das mulheres, uma vez que a arte de curar, na família, está usualmente associada às tarefas e ao espírito da maternidade”.

Assim, no trabalho, sobretudo de voluntárias, uma territorialidade de solidariedade surgiu. Existem aquelas que estão desde a implantação oficial do grupo, há 17 anos, em 1994. O fluxo de participantes, no entanto, é contínuo: umas ingressando, outras deixando de participar ou, ainda, umas que não são tão frequentes.

Anteriormente a sua fundação, consta que, em 1978, a Diocese de Goiás/GO começou um movimento de reflexão com seus fiéis, que se encontravam em péssimas condições de moradia, de saúde, de alimentação, de educação etc., com um dos objetivos sendo o de atenuar esses problemas. A partir dessa iniciativa, a diocese almejava que os próprios fiéis reivindicassem seus direitos de cidadãos, tornando-se protagonistas de suas histórias. Um período que foi denominado, pelos envolvidos, de ‘Meio Grito’. “Estávamos na ditadura e éramos poucos ainda, podíamos dar meio grito, quando estiver mais gente conscientizada seremos mais forte e vamos dar um grito inteiro” (Informação verbal de voluntária da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO, em Goiás/GO, 02/02/2009).

Nessa época, a Diocese de Goiás/GO, sob a coordenação de Dom Tomás Balduino, solicitou uma pesquisa socioeconômica e cultural⁴ que foi denominada Lamparina. A ideia era a de ‘levar uma luz’, contribuir para melhorar a realidade dos sujeitos sociais excluídos. A pesquisa detectou que uma das carências, na assistência em saúde, era a de aquisição dos medicamentos. “Ficou claro naquele tempo que, às vezes, as pessoas até conseguiam a consultar, mais só se fizessem o chá com a consulta do remédio; eles não tinham dinheiro e não conseguiam

4 Essa pesquisa foi coordenada pelo pesquisador Carlos Rodrigues Brandão.

remédio” (Informação verbal da Coordenadora Diocesana da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás (CDPSDG), em Goiás/GO, 02/08/2009).

Frente a tal realidade, começou o trabalho da Pastoral da Saúde da Diocese de Goiás/GO, principalmente com uma intervenção da fitoterapia popular. Uma valorização da cultura do povo Cerradeiro, já que havia, entre as várias gerações, essa tradição.

Nas visitas, em muitas casas, viu que muitas pessoas tomavam muito chá de plantas medicinais. Então pensou de levar até as comunidades a fitoterapia. Vamos resgatar isso que eles já tem. Algumas pessoas estavam abandonando essa prática porque quando iam aos médicos, eles falavam que aquilo não valia nada. Então, eles estavam ficando com medo e achavam que o chá não valia mais nada. (Informação verbal da CDPSDG, em Goiás/GO, 02/08/2009).

Sobre o conceito de tradição, Bornheim (1987, p. 18) esclarece que o termo

[...] vem do latim: traditio. O verbo é tradire, e significa precipuamente entregar, designa o ato de passar algo para outra pessoa, ou passar de uma geração a outra geração. Em segundo lugar, os dicionaristas referem a relação do verbo tradire com o conhecimento oral e escrito. Isso quer dizer que, através da tradição, algo é dito e o dito é entregue de geração a geração.

Vale pontuar, como lembra Giddens (2000, p. 48), que considerar a tradição impermeável à mudança é um mito: “[...]as tradições evoluem com a passagem lenta do tempo, mas também podem ser transformadas ou alteradas de maneira bastante rápida. Se assim posso dizer, são inventadas e reinventadas”. Carvalho (1989) discute que não é possível compreender tradição sem compreender inovação. A inovação/reelaboração é um elemento inerente a toda tradição, o que o pensamento dicotômico (tradição/modernidade) insiste em negar.

Uma menção dever ser feita: a Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO, ao iniciar suas atividades, recorreu ao hospital São Pio X, localizado em Ceres/GO, uma entidade filantrópica que lhe pertence.

O hospital foi uma de suas principais bases e os conhecimentos técnicos dos médicos fitoterápicos foram essenciais. Além disto, contaram com outros profissionais, com formação acadêmica diversa: uma farmacêutica e um biólogo botânico, professor da Universidade Federal de Goiás – UFG.

Assim, há indicações de que o trabalho da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO, desde o início, foi respaldado pelo conhecimento científico. Por outro lado, conciliou esse conhecimento com o saber tradicional, pois os/as raizeiros/as também somaram nesse processo, em uma prática que procura conciliar o diálogo e o respeito às diferenças.

Os apontamentos históricos expostos, sobre a pastoral, somam na busca do entendimento de seu território pois, como ressalta Haesbaert (2004, p. 82), “enquanto relação social, uma das características mais importantes do território é sua historicidade”.

Os atores da pastoral, a princípio, tinham e continuam a ter como meta formar seus grupos e mantê-los. Para tanto, devem fortalecer a formação de seus membros, gerando multiplicadores. Há um fluxo de conhecimento popular, em que esses atores são produtores e reprodutores, são portadores de conhecimento na área da saúde, principalmente sobre as plantas medicinais e os remédios caseiros. “A rede aparece como o instrumento que viabiliza exatamente essas duas estratégias: circular e comunicar” (DIAS, 1995, p. 147).

A Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO e suas redes de sociabilidade: o aprender, o ensinar e o fazer nas comunidades

A estrutura territorial da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO, com várias igrejas, em diferentes municípios e comunidades, está entrelaçada por conexões aglutinadoras, as suas redes de sociabilidade. As redes são um fenômeno tipicamente contemporâneo e a forma mais democrática de organização, como observa Castells (1999). Os fluxos de conhecimentos, de informação e os contatos ‘fluidos’ são suas características. Blanco (2007, p. 56-57) argumenta:

Una mirada sobre los principales componentes del espacio geográfico sería incompleta si no considera el movimiento, la circulación, la interacción, en definitiva, las redes. La perspectiva de las redes coloca en primer plano las relaciones, los flujos que conectan distintos sujetos-actores-territorios formando un conjunto articulado. Desde la geografía interesan flujos de distintos tipos: de personas, de bienes, de ideas, de información, de capitales.

Baseada nos trabalhos de autores que analisaram a questão da rede (ROCHEFORT, 1998; CASTELLS, 1999; SANTOS; SILVEIRA, 2001), Cruz (2007, p. 28) afirma que as “redes pressupõem fluxos e fluxos podem ser tanto materiais como imateriais”.

O termo rede⁵ é usado em diversos campos disciplinares –(na organização social/grupos, em instituições ou firmas, nas questões urbanas, transacionais, econômicas e políticas)– e, sobretudo, é usado no campo semântico da técnica (rede de ferrovias, de rodovias, de telegrafia, de telefonia, de teleinformática etc.) (DIAS, 2007).

As redes sociais ou de sociabilidade, segundo Serpa (2005), devem contar, na base de sua formulação, com uma estratégia de ação coletiva. Entender suas conexões é essencial: “[...] a análise de redes sociais baseia-se no pressuposto da importância das relações entre unidades que interagem” (BARBOSA et al., 2000, p. 1). Além do mais, de acordo com Barnes (1987, p. 167), “a rede social é um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam certos indivíduos a outros”.

Destarte, o trabalho da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO é para servir a comunidade e, ao mesmo tempo, ela própria se constitui como grupo, tendo seus fluxos. “A rede, como qualquer outra invenção humana, é uma construção social. Indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem [...] e se organizam em rede” (DIAS, 2007, p. 23).

5 A palavra rede surgiu no século XII e provém do latim *retis*, significando o conjunto de fios entrelaçados, linhas e nós. Contudo, o significado de ‘rede’ aparece, deste a antiguidade, como a técnica de tecelagem, composta de fios regularmente entrelaçados, que era útil para capturar pequenos animais (DIAS, 2007).

A principal atuação da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO é na área de Educação Popular de Saúde. Seus atores sociais, ou melhor, os agentes da saúde, são os maiores incumbidos das ações. Eles traçam como meta serem úteis em suas comunidades e são identificados por esse trabalho, que possui como base a fitoterapia popular. Assim, na rede de sociabilidade dessa instituição, há uma vinculação aos sentimentos de territorialidade e de identidade cultural, pois os sujeitos compartilham a mesma cultura e os mesmos propósitos. A respeito disso, Claval (1995) discute que é pela cultura, ou por meio de atributos culturais, que as populações fazem mediação com o mundo e constroem um modo de vida particular, além de se enraizarem no território.

Um território que funde conhecimentos e no qual, no desenrolar das atividades nas comunidades, há a introdução de um assunto teórico, de temática intrínseca à saúde e, depois, um momento prático, com a produção de remédios caseiros em sistema de mutirão. Ressalto que, nesses encontros nas comunidades, há também discussões de temas ligados à cidadania. A rede de sociabilidade contribui para reflexões amplas, que envolvem a saúde ligada à moradia, ao saneamento básico, à alimentação digna etc. As famílias carentes constituem a população-alvo de suas ações básicas. Como nota Rodrigues (2007), as organizações religiosas reúnem o maior número de articulações e formas de solidariedade no Brasil.

Em relação às oficinas dos remédios caseiros, a interação é uma constante pois grande parte dos sujeitos participa delas. Há diferentes fluxos: o saber-fazer e o aprender-fazer. Na discussão, tanto da parte teórica quanto da parte prática, ocorre, sobretudo, um fluxo de informações, havendo uma reciprocidade de comunicação entre os participantes, em que todos são emissores e receptores. Cada sujeito social aprende e ensina, relata as experiências, próprias ou de terceiros, sobre os efeitos do uso de plantas medicinais e dos remédios caseiros. Os atores, então, “não se opõem; agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles” (RAFFESTANI, 1993, p. 156).

As relações de proximidade contribuem para a consolidação dos trabalhos da pastoral e, conseqüentemente, valorizam o saber-fazer dos remédios caseiros, as “[...] conexões aglutinadoras como as relações de proximidade, as trocas de saberes entre amigos e vizinhos, parentes e o compadrio que denotam processos de criação alternativas à permanência” (MENEZES, 2009, p. 37).

Além do mais, os atores da rede de sociabilidade da Pastoral de Saúde Diocese de Goiás/GO enfatizam que as suas relações abrangem vários tipos de trocas: “nós não trocamos apenas receitas de remédios, trocamos respeito e carinho” (Informação verbal de CDPSDG, em Goiás/GO, 02/08/2009). Assim, na territorialidade da rede, as relações de proximidade acarretam sentimentos de pertencimento, os quais contribuem para o crescimento da identidade territorial, a qual contém atributos simbólicos que articulam as redes ao território. Importa, diante disso, transcrever a noção de relações de proximidade, as quais:

[...] não se limitam a uma mera definição de distâncias; ela tem que ver com a contiguidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações. Não devendo ser apreendidas em uma análise da situação de vizinhança somente as relações econômicas, mas sua totalidade. Essas relações de proximidade poderão criar solidariedade, laços culturais e conseqüentemente fortalecer a identidade. (SANTOS, 1996, p. 255)

Assim, o trabalho com as plantas medicinais e os remédios caseiros leva também a valorização de outros aspectos da cultura do Povo Cerradeiro: “A gente resgata uma série de coisas a partir desse processo, não só a cultura dos remédios, mas uma série de coisas que tava perdido no passado, a catira, as fiandeiras que fiam, tecem...” (Informação verbal de CDPSDG, em Goiás/GO, 11/12/2009).

O Povo Cerradeiro que, como é sabido, possui uma grande variedade de modos de vida, a qual tem sido impactada pelo modelo de modernização do campo que se implantou, principalmente, a partir da década de 1970.

No que tange ao custeio, os trabalhos da rede de sociabilidade da Pastoral da Saúde da Diocese de Goiás/GO contaram, em 1993, com uma ajuda substancial da agência Desenvolvimento e Paz, do Canadá, e da Dreikonigsakition, da Áustria. Os recursos financeiros, provenientes destas instituições, estavam findando e não haveria continuação. Assim, para gerar renda, surgiu a ideia de formar as farmacinhas comunitárias em cada regional da diocese. Cabe ainda marcar que, além destas farmacinhas, alguns atores da rede possuem as suas farmacinhas caseiras⁶, em suas residências, e comercializam ou doam seus produtos, tornando-se também referências em suas comunidades, no quesito terapia popular de plantas medicinais.

As farmacinhas da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO: referência de resistência do território

Desta maneira, alicerçadas na rede de sociabilidade da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO, surgiram as farmacinhas, em que há a socialização de dificuldades, dos desafios, das conquistas, dos sucessos, bem como os fluxos de experiências, sobre o saber-fazer de seus remédios caseiros e do tratamento das enfermidades locais.

Há de se sublinhar que as farmacinhas servem para dar mais visibilidade ao trabalho com plantas medicinais e à fitoterapia popular, referência no território da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO. O saber-fazer de remédios caseiros segue uma tradição intrínseca à cultura do Povo Cerradeiro, pois “[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das

6 A farmacinha caseira utiliza o mesmo espaço da cozinha doméstica da família, com algumas adaptações ao se preparar os remédios caseiros. Esses espaços contam com uma estrutura básica, composta de mesa, pia com água corrente, fogão. Os utensílios, os materiais e os insumos geralmente são separados dos utilizados na cozinha da família. A farmacinha comunitária possui praticamente as mesmas características da caseira, mas se diferencia por possuir um espaço próprio, aberto ao público, em local específico na comunidade. Como nas farmacinhas caseiras, a estrutura utilizada é simples e, geralmente adaptada: um ou dois cômodos e um banheiro, além de uma horta de plantas medicinais. (FARMACOPEIA POPULAR DO CERRADO, 2009, p. 44)

relações econômicas-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem estritamente cultural”(HAESBERT, 2004, p. 79).

Destarte, as farmacinhas são uma resistência, um poder, frente às multinacionais, às indústrias farmacêuticas e, em alguns casos, até mesmo às farmácias de manipulação de fitoterápicos. Inclusive, em determinados lugares de abrangência da Pastoral da Saúde Diocese/GO, há a presença desse último tipo de comércio e ocorre que os seus empresários consideram as farmacinhas como suas concorrentes.

A visão restrita, ou a falta de informações, impede o entendimento de que as farmacinhas têm servido também como guardiãs de um conhecimento popular. Existe uma erosão cultural, pois são poucos os raizeiros/as no Cerrado e os jovens não estão interessados no ofício. Os próprios raizeiros, que participam desta pastoral, comungam a opinião de que as farmacinhas são uma opção que garantirá o saber-fazer de seus remédios, para além de seus familiares.

A Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO dispõe de seis farmacinhas em funcionamento⁷: Carmo do Rio Verde/GO, Ceres/GO, Goiás/GO, Buriti/GO, Itaberaí/GO e Itapuranga/GO. Em certas visitas, constatei a importância da rede de sociabilidade para o seu funcionamento. Os fluxos de informações, por meio de cursos de formação, e os encontros direcionados especificamente por esta instituição, possibilitaram certas padronizações. Praticamente os mesmos tipos de remédios estão presentes em todas as farmacinhas e, na produção, similarmente, procuram atender determinadas exigências de manipulação, de embalagem e rotulagem. As trocas ainda permanecem, os atores da rede, ao aprendem algo novo, repassam as informações, seja por meio da coordenadora da pastoral, que difunde esse conhecimento, seja como novidades repassadas nos encontros que acontecem.

Portanto, por estarem em uma territorialidade que aglutinou as redes de sociabilidade, as farmacinhas da Pastoral da Saúde Diocese de

7 Outras quatro foram fechadas (Sanclerlândia/GO, Britânia/GO, Santa Fé de Goiás/GO e Itaguarú/GO). A falta de gerenciamento adequado foi o motivo alegado.

Goiás/GO possuem muitas características em comum. A seguir, apresento as farmacinhas de Goiás/GO e de Buriti/GO. Espero, a partir desse recorte, reforçar a importância delas no saber-fazer dos remédios caseiros, na valorização da biodiversidade do Cerrado, seja quanto ao uso das espécies de sua flora, seja como uma prática cultural.

A farmacinha de Goiás/GO

A farmacinha de Goiás/GO iniciou suas atividades em 1998. A princípio, vendia dois produtos: a multimistura e o xarope. A comercialização ocorria em um dos espaços da Igreja Católica. Em 2004, alugou-se o prédio onde se localizam desde então. A mudança representou a consolidação do trabalho, permitindo maior visibilidade dos produtos.

A farmacinha é gerida pela Coordenadora Diocesana da Pastoral da Saúde de Goiás/GO. Além dela, há duas funcionárias, mas a figura do profissional farmacêutico – uma exigência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA – é ausente.

O conhecimento sobre as plantas medicinais do Cerrado, por parte da coordenadora, é atribuído a certos saberes que ela já tinha adquirido através de gerações. Os cursos de formação que recebeu da pastoral também foram destacados por ela. Com relação às duas funcionárias, grande parte de seus aprendizados sobre plantas medicinais e remédios caseiros estão vinculados ao contato diário com a coordenadora. Tais ensinamentos ocorrem, principalmente, na produção da fitoterapia popular. Funde-se a teoria e a prática, no contexto de um saber-fazer.

As farmacinhas se constituem em verdadeiros laboratórios culturais, onde são cotidianamente experimentados e confirmados conhecimentos tradicionais como fórmulas de remédios caseiros, diagnóstico popular de doenças, processos de cura, entre outros. (FARMACOPEIA POPULAR DO CERRADO, 2009, p. 49)

A preparação e o armazenamento dos remédios caseiros ocorrem no mesmo prédio de sua comercialização. De sua produção, a farmacinha dispõe de garrafada, tintura, composto, xarope, pomada, creme, sabonete, pílula, bala medicinal, óleo medicado, pó, chá (planta seca) e

multimistura, perfazendo aproximadamente 52 tipos de produtos. Os remédios caseiros, segundo as funcionárias, procuram atender a certas exigências de manipulação, como a de embalagens específicas para cada tipo de produto, a rotulação com as indicações dos nomes das plantas utilizadas, a quantidade de dosagem, o prazo de validade e o preço.

O atendimento a certas exigências de manipulação foi possível com o apoio de profissionais técnicos. “Toda a questão que envolve embalagens, rótulos, prazo de validade, pesagem, higienização e outras coisas mais, contamos com a formação inicial de médicos e farmacêutica da farmacinha do hospital da diocese, em Ceres/GO”. (Informação verbal da CDPSDG, em Goiás/GO, 12/09/2009). Porém, ressalte-se que o saber-fazer dos remédios caseiros da rede de sociabilidade da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO é intrínseco à cultura popular.

Por outro lado, como destacam Ribeiro, Leite & Danta-Barros (2005), os critérios utilizados pela legislação brasileira de fitoterápicos desvalorizam a medicina popular, já que a maior parte das plantas, utilizadas tradicionalmente pela população, ainda não foi avaliada do ponto de vista toxicológico e farmacológico, o que proíbe o seu registro como fitoterápico. Ainda de acordo com tais autores:

[...] se por um lado a legislação consegue reforçar o critério de segurança e eficácia dos fitoterápicos registrados no Brasil, ela também privilegia de certa forma a incorporação, no nosso mercado farmacêutico, daquelas plantas consideradas exóticas, uma vez que a maioria das obras na literatura colocada como referência não contempla estudos clínicos de plantas da flora brasileira utilizadas na medicina popular. Vale ressaltar que os resultados de segurança e eficácia clínica aceitos pela legislação para o registro dessas drogas vegetais foram obtidos em estudos realizados com população de perfil epidemiológico diferente da brasileira, colocando em questão a necessidade de cautela na transposição desses resultados para nossa população (RIBIEIRO; LEITE; DANTA-BARROS, 2005, s/n).

Para detalhar o exposto, para a comprovação e o lançamento de um fitoterápico no mercado nacional, existem três diferentes opções. A

primeira consiste na realização de testes de segurança (toxicologia pré-clínica e clínica) e de eficácia terapêutica (farmacologia pré-clínica e clínica) do medicamento. Dentre as opções, essa é a menos recorrentemente usada pelas indústrias, uma vez que é mais onerosa (RIBIEIRO; LEITE; DANTA-BARROS, 2005).

A segunda opção é a apresentação de monografias sobre a droga vegetal presente na formulação do medicamento, atestando os estudos. Nesse caso, a ANVISA publicou uma lista de referências bibliográficas para a avaliação de segurança e de eficácia de medicamentos fitoterápicos, as quais estão dentro de um elenco de pontuação. Para comprovar a segurança e a eficácia do fitoterápico, por meio da apresentação de estudos descritos nessas obras, o produto deve atingir, no mínimo, seis pontos (BRASIL, 2004a). “Nesse caso, grande parte das obras refere-se a compêndios internacionais que contemplam estudos realizados principalmente com plantas oriundas de países europeus” (RIBIEIRO; LEITE; DANTA-BARROS, 2005, s/n).

Como terceira opção, há a apresentação de levantamento etnofarmacológico ou de documentações técnico-científicas que avaliem a indicação de uso, a coerência com relação às indicações terapêuticas propostas, a ausência de risco tóxico ao usuário e a comprovação de uso seguro por um período igual ou superior a 20 anos (BRASIL, 2004b).

Mesmo sem dispor dessas opções para registrar seus remédios caseiros, a farmacinha de Goiás/GO resiste e segue valorizando a cultura popular do Povo Cerradeiro. De sua produção terapêutica, aproximadamente 43% são provenientes da rica flora do Cerrado (Quadro 1).

Quadro 1 – Principais remédios caseiros da farmacinha de Goiás/GO.

Remédio caseiro	Planta utilizada (nome popular)
Amaroleite em pó	Amaroleite
Composto chapéu-de-couro	Cavalinha, chapéu-de-couro
Composto de Boldo	Boldo, camomila e carqueja
Composto de cânfora	Limão, cânfora, buchinha e gengibre
Composto de Erva Santa-Maria	Erva Santa-Maria, Semente de abobará, hortelã (pimenta) e semente de mamão
Composto de melissa	Melissa, mulungu, camomila e maracujina
Composto de quebra-pedra	Quebra-pedra, cavalinha, carqueja, tansagem e erva-tostão.
Composto Sanativo	Angico, barbatimão e aroeira
Elixir de hortelã	Hortelã-pimenta
Espinheira-Santa em pó	Espinheira-Santa
Garrafada Mil em Ramas	Mil-em-ramas, boldo, gengibre, sálvia, algodão e canela
Garrafada afrodisíaca	Marapuama, catuaba (amazônica), cravos, canelas, folha de abacate, melissa, sálvia, nó-de-cachorro
Garrafada de Baru	Baru
Garrafada de reumatismo	Chapéu-de-couro, unha-de-gato, mentrasto e mano-cá
Garrafada depurativa	Velame-branco, mama-cadela, unha-de-gato, boldo, carobinha, algodãozinho
Garrafada para cisto no ovário	Velame, algodãozinho, unha-de-gato e uxi-amarelo
Garrafada para engravidar	Pé-de-perdiz, cavalinho, João-da-costa, Artemísia, velame-branco
Garrafada para infecção	Velame-branco, unha-de-gato, alfazema, João-da-Costa, eucalipto, salsaparilha e erva-tostão

Remédio caseiro	Planta utilizada (nome popular)
Gengibre cristalizado	Gengibre
Multimistura (Gérmén)	Farelo de trigo, farelo de arroz, gérmén de trigo, pó de ostra, folhas de mandioca e batata-taioba
Óleo de angico	Angico e girassol
Óleo de Buriti	Buriti
Óleo de copaíba	Óleo-de-copaíba
Pacote de sementes de abobará	Sementes de abobará
Pílula de babosa	Babosa
Pomada de Confrei	Confrei e tansagem
Pomada milagrosa	Folha de algodão, guiné, Santa-Maria, jaborandi, alfavaca, arnica, abacate e eucalipto
Pomada para hemorroidas	Erva-de-bicho, confrei, tansagem, babosa e cânfora
Pomada Pacari	Pacari e cânfora
Pomada rachadura de pé	Flor-de-pequi, tansagem e confrei
Solução de açafão	Açafão
Solução de jequitibá	Jequitibá
Tintura Artemisia	Artemisia
Tintura Barbatimão	Barbatimão
Tintura calunga	Calunga
Tintura da Babosa	Aloe-Vera
Tintura de abate	Abacateiro
Tintura de alho	Alho

Remédio caseiro	Planta utilizada (nome popular)
Tintura de Amora	Amora
Tintura de carqueja	Carqueja-amarga
Tintura de colônia	Flor de colônia
Tintura de ipê-roxo	Ipê-roxo
Tintura de mentrasto	Mentrasto
Tintura de Roma	Romã
Tintura de Sálvia	Sálvia
Tintura jatobá	Jatobá
Tintura mulungu	Mulungu
Tintura Pacari	Pacari
Tintura Pata-vaca	Pata-vaca
Tintura tansagem	Tansagem
Vinagre de maçã	Maçã
Xarope	Abacaxi, guaco, assa-peixe, cravo, canela, hortelã, açafraão, angico, erva-de-Santa-Maria e tansagem.

Fonte: Pesquisa de campo, Agosto de 2009 e Setembro de 2010.

O uso dos produtos ajuda a manter a tradição e a farmacinha de Goiás/GO tem um fluxo mensal, médio, de 450 sujeitos sociais. Há uma procura maior pelos seguintes remédios caseiros: Garrafadas de Baru, Infecção e Reumatismo; Pó de Espinheira-Santa e Amaroleite; Vinagre de Maçã; Composto de Boldo; Solução de Jequitibá; Tintura de Jatobá; Composto de Melissa; Bala de Gengibre, Multimistura e Xarope. Com relação aos dois últimos, eles são vendidos praticamente todos os dias.

De acordo com a coordenadora da farmacinha, predomina a clientela de baixa renda. Contudo, nos últimos anos, aumentou a procura dos produtos pela classe média. Independentemente do público, o consumo dos produtos se acentuou.

Apesar da contribuição à medicina popular, a farmacinha não dispõe de ajuda financeira de nenhuma instituição governamental e apresenta uma série de dificuldades para continuar seu trabalho. Nesse sentido, foi relatado que se eles tivessem de adotar todas as exigências da ANVISA, seria impossível seu funcionamento:

Andamos na contra mão da história, se você percebe a ANVISA. A gente tem tentado assim fazer as coisas com muita boa qualidade e com toda a higiene necessária. Mas nós não temos o aval da ANVISA, que pode fechar a farmacinha a qualquer momento e comprometer todo esse trabalho. Eles querem comparar uma farmacinha – com seu jeito tradicional e sem perder de vista a qualidade de seus remédios – com uma multinacional. É meio discrepante isso aí, o tratamento não pode ser igual. Exigir de nós equipamentos caríssimos nós não damos conta de comprar. (Informação verbal de CDPSDG, em Goiás/GO, 03/09/2009)

Parte do problema consiste na ausência de políticas públicas de autorregulação da medicina popular, que apresenta um saber-fazer específico. Além disto, a ANVISA ainda não incorporou uma fiscalização que reconheça as práticas dos conhecimentos populares.

A farmacinha de Buriti/GO

Em Buriti/GO, a Pastoral da Saúde e a farmacinha são coordenadas por uma mulher de 56 anos, à frente do cargo há mais de 13 anos. Trata-se de uma pessoa com muita determinação e coragem, que tem o reconhecimento do seu trabalho pela comunidade local e pela própria instituição.

Nesse tempo de atuação, a pastoral constituiu-se em um referencial no atendimento aos mais pobres, uma singularidade que passou a ser reconhecida e tornou-se uma identidade. Lembro que “[...] identi-

dades territoriais escolhem-se (ou concomitantemente, reconstroem) espaços e tempos. Geografia e história para moldar uma identidade” (HAESBAERT, 2007, p. 44).

A fim de consolidar e de proporcionar o crescimento das atividades da Pastoral da Saúde Diocese de Buriti/GO, a sua coordenadora doou um terreno, no centro de Buriti/GO, e conduziu a construção de um prédio próprio, com obra finalizada em 2006. Todavia, quando as atividades se iniciaram, em 1996, com a venda da multimistura, do xarope e das garrafadas, contou-se com o espaço oferecido dentro da própria Igreja Católica, assim como a farmacinha de Goiás/ GO.

O material de construção para a edificação do prédio foi custeado por doações e, principalmente, pelo trabalho das mulheres que participam e participavam da pastoral. Os recursos financeiros, acumulados por elas, eram provenientes de um convênio com a prefeitura local, que adquiria os remédios de diabetes e hipertensão produzidos pela farmacinha de Buriti/GO. Oliveira (2008, p. 56), também escreveu sobre isso:

Desde 2005, a farmacinha fornecia 50% dos remédios que eram doados a portadores e portadoras de diabetes e hipertensão. A outra metade era composta por medicamentos alopáticos do SUS. Para a prefeitura, a compra de remédios da farmacinha apresentou-se como uma solução eficaz e barata para os problemas de aquisição de remédios para o município, além de valorizar a cultura e a economia local.

O convênio foi rompido em 2009 e, para a coordenadora da Pastoral da Saúde de Buriti/GO, isto está relacionado ao fato de que,

Nas últimas eleições meu marido, que já foi vereador da cidade, saiu candidato a vice-prefeito e perdemos. Trabalhei muito para ajudar ele e, para afetar minha pessoa, os que estão agora no controle não querem saber de nada que venha da pastoral. (Informação verbal da Coordenadora da Farmacinha de Buriti/ GO, em Buriti/GO, 18/08/2009)

Ações como essa já se tornaram habituais na realidade de administrações públicas brasileiras. Em alguns municípios, não se dá prosseguimento a determinados *labores* da gestão da oposição derrotada após as eleições. No caso envolvendo a Pastoral da Saúde de Buriti/GO, rompeu-se um trabalho de aproximadamente quatro anos. Dentre os ônus gerados, podemos enumerar: perda econômica para os cofres públicos municipais, desvalorização de uma atividade financeira endógena e de uma cultura local (por meio de saber-fazer dos remédios caseiros), e, por fim, diminuição da qualidade de vida dos sujeitos que recorriam a essa opção terapêutica, que apresenta menos efeitos colaterais para o organismo.

Os remédios para diabetes e para hipertensão da Pastoral da Saúde de Buriti/GO demonstram eficácia. Por um período, foram capazes de controlar os transtornos dessas enfermidades. Uma referência que poderia servir para ajudar a regulamentar seu uso em escala nacional, uma ação pontual que merece uma atenção especial.

Ainda, no que diz respeito ao novo prédio da Pastoral de Saúde de Buriti/GO, é oportuno esclarecer que não houve preocupação em ter uma área comercial. Existem indicações de que isso seja por causa da pouca procura por compras. Não que haja ausência de consumo, o que ocorre é uma particularidade: grande parte dos remédios caseiros produzidos são doados. “As pessoas não têm dinheiro para comprar, então a gente então doa” (Informação verbal da Coordenadora da Farmacinha de Buriti/GO, em Buriti/GO, 18/08/2009).

O espaço interno da farmacinha de Buriti/GO possui uma parte separada para o armazenamento e outra para a manipulação de seus remédios caseiros. Há, como na farmacinha de Goiás/GO, uma preocupação em atender certas exigências de produção, principalmente nas embalagens. Expande similitudes no tipo de produção da terapia popular com a rede de sociabilidade da Pastoral da Saúde Goiás/GO.

Uma particularidade da coordenadora da Farmacinha de Buriti/GO é a sua capacidade de ‘inventar’ novas fórmulas de remédios e a de valorizar alguns rituais. Antes de ser voluntária da pastoral, ela tinha certo conhecimento sobre as plantas medicinais, adquirido por meio de

seus pais. Ao participar do curso de formação, a partir da rede de sociabilidade, e começar a fazer os remédios, resgatou lembranças de tempos pretéritos sobre a interferência da lua no processo do saber-fazer.

A farmacinha de Buriti/GO não tem funcionários/as e cerca de seis mulheres voluntárias realizam as tarefas. Elas se reúnem, semanalmente, e fazem os remédios caseiros em sistema de mutirão. No saber-fazer do ofício, há um fluxo de experiências diversas, que inclui desde o próprio fazer tradicional até o entrelaçamento com os relatos dos resultados alcançados na cura pelo uso de certos remédios caseiros. Assim, esses momentos também fortalecem essas mulheres, propiciando a elas confiança para continuarem e/ou indicarem a fitoterapia popular que praticam.

Os poucos lucros obtidos com a comercialização dos produtos da farmacinha de Buriti/GO são divididos entre as suas voluntárias. Segundo seus depoimentos, a renda é insignificante e não permite a contratação do profissional farmacêutico. A coordenadora salientou, ainda, que o lugar não atende todas as exigências da ANVISA. “Existe gente que só pode contar com o trabalho da pastoral aqui na cidade, em se tratando de saúde. Os fiscais acabam fazendo vista grossa” (Informação verbal da Coordenadora da farmacinha de Buriti/GO, em Buriti/GO, 18/08/2009). Há, no lugar, uma territorialidade em que o tecido social se constitui pela solidariedade, tão benéfica que os representantes legais preferem omitir as irregularidades.

Com relação à ANVISA e às farmácias populares, Oliveira (2008, p. 61), argumenta:

[...] algumas das medidas exigidas pela Agência são fora da realidade das farmacinhas visitadas e extremamente dispendiosas se implementadas. O “fetiche” de adequar as farmacinhas a essas medidas sanitárias é justamente para atuarem dentro da ‘legalidade’ federal que gera um ideal de “farmácia modelo”. Criar uma “farmácia modelo” se assemelha a um processo civilizador. No fundo, trata-se de domesticar a “magia” da medicina popular, purificá-la de suas imperfeições ameaçadoras e transformá-la em ciência.

Realmente, a necessidade de se adequar à modelos de farmácias, para atender as atuais normas e parâmetros da lei, merece críticas e necessita de uma urgente revisão. As farmacinhas populares da territorialidade da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO possuem realidades culturais diferentes e orçamentos financeiros escassos.

Em oposição a ANVISA, a Farmacopeia Popular do Cerrado (2009, p. 46), apresenta 3 critérios básicos para a prática da medicina popular, desenvolvida em uma farmacinha caseira ou comunitária:

- 1) a qualidade de uma planta medicinal de ser certificada pela sua história de origem, através da avaliação de todas as etapas pelas quais a planta passou desde o seu cultivo ou extrativismo sustentável, até o seu beneficiamento para ser transformada em remédio caseiro;
- 2) as boas práticas populares adotadas dentro de uma farmacinha devem abranger desde os procedimentos para se preparar cada tipo de remédio caseiro, até as condições da estrutura da farmacinha e os equipamentos e utensílios utilizados;
- 3) a indicação de uso de uma planta medicinal para se preparar um remédio caseiro deve ser necessariamente validada pelo conhecimento tradicional de geração em geração.

Esses critérios apresentam questões interessantes para uma proposta de autorregulação da medicina popular, no contexto das farmacinhas. Existe uma preocupação que abrange desde a qualidade da planta, o preparo do remédio e até a sua indicação, não descaracterizando um saber-fazer tradicional. “A elaboração de critérios para as atividades de uma farmacinha não deve interferir na diversidade cultural dos ‘modos de fazer’ e, principalmente não deve modificar as receitas tradicionais dos remédios caseiros” (FARMACOPEIA POPULAR DO CERRADO, 2009, p. 49).

Informadas, e procurando atingir a almejada autorregulação, as voluntárias da farmacinha de Buriti/GO, dentre suas atividades, possuem também uma horta, formada, principalmente, de espécies medicinais. Nela foram plantadas algumas espécies exóticas e do

Cerrado, com uma opção por aquelas mais recorrentes para tratar as enfermidades vividas localmente. Também há, próximo ao prédio, uma área doada pela prefeitura de Buriti/GO, em que foram plantadas, ao longo dos anos, sobretudo espécies do Cerrado, para uso na fitoterapia popular.

Palavras que encerram

O Cerrado, a sua gente, a sua flora, a sua fauna, são tradicionalmente vistos como um sertão longínquo e inóspito. Porém, ao nos debruçarmos sobre esse espaço geográfico vemos que ali coexistem uma multivariada forma de vida e de cultura, uma rica biodiversidade.

Uma biodiversidade tão abundante que é expressa na medicina popular de plantas medicinais. Destarte, sobre a importância dessa medicina podemos enumerar: a variedade cultural do Povo Cerradeiro, com as diferentes maneiras do saber-fazer de seus remédios caseiros; a grande quantidade de espécies vegetais medicinais; a potencialidade de áreas gestadas para a conservação da biodiversidade com finalidade terapêutica; o valor econômico que ela representa, pelo seu baixo custo; as pesquisas científicas que indicam que elas possuem menos efeitos colaterais para o organismo; a única opção de cura para muitos sujeitos sociais.

Com sensibilidade para algumas dessas características, a Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO buscou na medicina popular de plantas medicinais uma das bases de seu trabalho, seja nas atividades de educação e saúde que desenvolvem em suas comunidades, seja nas suas farmacinhas. Um território, com suas redes de sociabilidades e seus vários fluxos, que contribuem para sua perpetuação ao longo do tempo, uma forma de resistência às megaestruturas do setor produtivo, das indústrias farmacêuticas e uma afirmação de valores tradicionais.

Não se pode negar que é latente a repercussão e o uso das plantas medicinais e dos fitoterápicos no Brasil, constituindo um novo nicho de mercado. Paradoxalmente, a valorização dos vários grupos e sujeitos que fazem a medicina popular de plantas medicinais, sobretudo no Cerrado, é ínfima.

O imediatismo não permite vislumbrar que as farmacinhas da Pastoral da Saúde Diocese de Goiás/GO servem também como guardiãs dos conhecimentos tradicionais sobre as plantas medicinais. Os mais jovens, por viverem em realidades socioambientais diferentes, não estão muito interessados em aprender e em lidar com o ofício de raizeiro/a. Há uma escassez, no Cerrado, daqueles que se dedicam a esse *labor*. Entendo que é preciso uma atenção maior, por parte das autoridades públicas, e não apenas ações punitivas, como o fechamento das farmacinhas.

Para garantir o saber-fazer dos remédios das farmacinhas populares, o padrão da biomedicina, em que vigora uma série de exigências relacionadas com a comprovação da eficácia, da segurança e da especificação da qualidade, as quais envolvem aspectos da matéria-prima, do processamento tecnológico e do produto final, precisa ser rompido para atender a realidade de uma terapia de conhecimentos tradicionais. A autorregulação da medicina popular se faz urgente.

Referências

- ALMEIDA, M. G. Cultura ecológica e biodiversidade. **Mercator** Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, ano 2, n. 3, p. 71-82, 2003.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN BIANCO, B. (Org.). **A antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987.
- BARBOSA, M. T. S. et al. Modelos dinâmicos e redes sociais: revisão e reflexões a respeito de sua contribuição para o entendimento da epidemia do HIV. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 16 (Sup. 1), p. 37-51, 2000.
- BLANCO, J. Espacio y territorio: Elementos teórico-conceptuales implicados en el análisis geográfico. In: CASO, M. V. F. (Coor.) **Geografía: Nuevos temas, nuevas preguntas: Un temario para su enseñanza**. Buenos Aires: Eb. Biblos, 2007.
- BORNHEIM, G. A. O conceito de tradição. In: BORNHEIM, G. A. et al. **Cultura brasileira: tradição/contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RE n° 88 de 16 de março de 2004. Determina a publicação da Lista de referências bibliográficas

para a avaliação de segurança e eficácia de fitoterápicos. **Diário Oficial**, Brasília, 18 mar. 2004a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC nº 48 de 16 de março de 2004. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos. **Diário Oficial**, Brasília, 18 mar. 2004b.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1987.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. Tradução: Roneide Venâncio Majer. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARVALHO, J. J. **O lugar da Cultura tradicional na sociedade moderna**. Brasília: UNB, 1989. [Série Antropológica, n. 77]

CLAVAL, P. **La géographie culturelle**. Paris: Nathan, 1995.

CRUZ, R. C. A. As redes, o território e o turismo. In: SABINO, A. L.; MOLINA, F. S.; CHAGAS, R. P (Orgs.). **Geografia do turismo**: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.). **Redes, sociedades e territórios**. 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

FARMACÓPEIA POPULAR DO CERRADO. **Farmacopéia Popular do Cerrado**. Goiás/GO: Articulação Pacari, 2009.

GIDDENS, A. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

OLIVEIRA, E. L. **Os Saberes tradicionais de raizeiras e raizeiros na região central de Goiás**: farmacinhas populares e políticas públicas de preservação do conhecimento. 2008. 90 f. Monografia (Graduação). Instituto de Ciências Sociais/ Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF, 2008.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B.; HAESBAERT, R. (Orgs.). **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007.

_____. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MENEZES, S. de S. M. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do território das fabriquetas de queijo sergipano.** 2009. Tese (Doutorado). Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão/SE.

RAFFESTINI, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, A. Q.; LEITE, J. P. V.; DANTAS-BARROS, A. M. Perfil de utilização de fitoterápicos em farmácias comunitárias de Belo Horizonte sob a influência da legislação nacional. **Revista Brasileira de Farmacognosia.** João Pessoa, v. 15, n. 01, Jan/Mar., 2005.

RODRIGUES, M L. **Mulheres da Rede Fitovida: Ervas medicinais, envelhecimento e associativo.** 2007. 163 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro/RJ.

ROSENDAHL, Z. Território e Territorialidade: Uma perspectiva Geográfica para o Estudo da Religião. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, p. 12928-12942. São Paulo, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SERPA, A. Mergulhando num mar de relações: redes sociais como agentes de transformação em bairros populares. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n. 2, p. 211-222, 2005.

QUINTAL AGROECOLÓGICO: PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS NO CERRADO

Fábio José da Silva

A produção de alimentos básicos e saudáveis têm diminuído a cada ano, e isso não é por acaso. A agricultura convencional, dinamizada e impulsionada pela chamada Revolução Verde, tem como base de desenvolvimento os agroquímicos, os maquinários, o material genético e o financiamento. Este modelo de agricultura, como o próprio nome sugere, convencionou um padrão de procedimentos a serem executados em todo o processo de produção, em qualquer cultura, em qualquer região, para todos os agricultores/as.

A falta de rentabilidade, resultante deste processo e deste ciclo, tem feito com que muitos agricultores/as, principalmente os pequenos, da agricultura familiar camponesa, abandonem o campo e sigam para a cidade, pois não conseguem mais, com base no processo produtivo, os recursos financeiros que assegurem a qualidade de vida as suas famílias.

Em contraposição a este modelo destruidor, sob todos os aspectos, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) propôs e desenvolve, junto com agricultores/as, o projeto dos quintais agroecológicos, pois entende que respeitar o meio ambiente e propiciar a soberania alimentar são grandes contribuições da agricultura camponesa. Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo apresentar a experiência com os quintais agroecoló-

gicos como um instrumento para a construção de territórios sustentados a partir da agricultura familiar camponesa, gerando alimentos e permitindo uma transição autônoma para um novo paradigma de produção e de vida.

A origem da agricultura camponesa brasileira

A agricultura camponesa brasileira surge nas contradições do latifúndio. Nas propriedades da monocultura não se produzia (e ainda não se produz) de fato alimentos básicos, mas sim produtos para exportação. O crescimento das principais cidades do país, assim como a posterior consolidação da indústria, eleva a demanda por alimentos básicos. Ao redor destes centros, e também de algumas fazendas de monocultivos, a história da agricultura camponesa brasileira começa a ser construída.

Pagando parte de sua produção para os proprietários de terra, os arrendatários e meeiros, constituídos por famílias, começam a desenvolver uma agricultura diferenciada daquela até então conhecida no Brasil. Utilizando o trabalho familiar e produzindo alimentos para abastecer o mercado interno, estas famílias começam a constituir a agricultura camponesa. Desprezada politicamente durante toda a sua história, ela produziu alimentos para a nação, mesmo sem a grande maioria dos camponeses terem terra para fazê-lo. Como menciona Görgen (2004, p. 23): “Apesar do abandono, da falta de apoio e da ausência de políticas públicas de Estado, de repressão, da negação da Reforma Agrária, foi a agricultura camponesa que alimentou de fato o povo brasileiro durante toda a sua história”.

Revolução Verde: mudanças na forma de produzir alimentos

Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, algumas empresas viram na agricultura um espaço importante para o comércio de mercadorias industriais. Com o discurso de que as inovações tecnológicas propostas contribuiriam significativamente para esverdear o planeta, daí o nome de Revolução Verde, e para acabar com a fome no mundo, as empresas inseriram na agricultura seus pacotes tecnológicos. Fundamentada na utilização de maquinários, de agroquímicos

e de biotecnologia, a Revolução Verde começa a ser vista como a salvação para um mundo destruído e que precisava de alimentos. Como afirmam Capitani e Ghisi (2011, p. 3): “A chamada Revolução Verde abriu caminho para as sementes geneticamente modificadas, a mecanização do processo, a produção de commodities e a dependência de fertilizantes e agrotóxicos”.

Entretanto, a Revolução Verde insere na agricultura, através de uma de suas bases de sustentação, os princípios ativos químicos residuais da guerra, que foram, inclusive, utilizados para dizimar as populações, renomeados como defensivos agrícola, para combater insetos e controlar doenças das culturas.

Os/as camponeses/as passaram a assimilar estas tecnologias sem saber o que havia por trás do discurso a eles/as apresentado. Estes/as, que para produzir alimentos não necessitavam de insumos externos à propriedade, passam a ser dependentes de tecnologias que não estão mais sob o seu controle, tornando-se dependentes, perdendo a sua autonomia no processo produtivo e comprometendo a sua segurança alimentar, como argumenta Ploeg (2006, p. 25): “É claro que não é impossível se engajar em relações mercantis para ampliar a base de recursos. Entretanto, quando isso ocorre, o modo de vida camponês se converte em um modo de vida empresarial”.

Este modelo revolucionário de agricultura de fato mudou o processo e a forma de vida daqueles que fazem agricultura de verdade. A agricultura camponesa, que produzia alimentos básicos saudáveis, respeitando o meio ambiente e as relações sociais, cede, em grande parte dos territórios, espaço a uma agricultura empresarial, capitalista, que produz monocultivos, desemprego, exclusão, fome e degradação dos recursos naturais.

E aquelas que lucraram e continuam lucrando com este modelo de agricultura industrial, hoje denominado de Agronegócio, são algumas poucas multinacionais, oriundas das empresas promotoras da Revolução Verde, que monopolizaram, a partir da lei de patentes, as sementes e, associadas a elas, os agroquímicos.

A agricultura convencional, industrial ou empresarial, como pode ser denominada, tem deixado um legado muito caro para a humanidade. A agricultura está, hoje e de maneira geral, convencionada a produzir alimentos utilizando-se das técnicas existentes, pertencentes aos pacotes tecnológicos vendidos aos agricultores/as e latifundiários/as, dentre as quais os agrotóxicos são o grande carro-chefe.

Os agrotóxicos ou agroquímicos, apresentados pela indústria como defensivos agrícolas, incluem os pesticidas, os inseticidas, os fungicidas, os herbicidas e outros. Merece aqui o maior destaque, diante do tema abordado, que os agrotóxicos ou 'agrovenenos', expressão que vem ganhando força por traduzir o que de fato eles são: venenos, contaminam o solo e a água, matando microrganismos benéficos ao solo, aos peixes e outras formas de vida aquática.

Eles contaminam também os/as agricultores/as e assalariados/as do campo, que estão cotidianamente no processo produtivo, manipulando e aplicando agrotóxicos, muitas das vezes destituídos de qualquer equipamento de proteção individual. Os casos de intoxicação e de óbito, por decorrências diversas, têm aumentado consideravelmente, segundo os dados do SINITOX – Sistema Nacional das Informações Tóxico-Farmacológicas da Fiocruz. Nas tabelas que tratam dos Casos de Intoxicação e de Óbitos por Agrotóxicos de Uso Agrícola por Unidade Federada, Segundo Circunstâncias Registrado, em 2009, aponta-se a ocorrência de 5.253 casos de intoxicação e de 171 casos de óbitos, ante 4.334 intoxicações e 159 óbitos, em 2008.

No pior eixo da contaminação estão os alimentos, que são consumidos diariamente, no campo e na cidade, para suprir as demandas fisiológicas e nutricionais do organismo. Eles, que são essenciais a nossa vida, têm, ao contrário, contribuído para o surgimento de complicações graves a saúde física e psíquica, como menciona a Comissão Pastoral da Terra (Agenda 2012):

Agrotóxicos causam: má formação fetal, dor de cabeça, diarreia, vômitos, desmaios, náuseas, problemas nos rins, doenças de pele, irritação ocular e auditiva, depressão, câncer, problemas hormonais, neurológicos e reprodutivos, entre outros.

Os quintais agroecológicos e a produção de alimentos saudáveis

A construção dos quintais agroecológicos surge da preocupação da Comissão Pastoral da Terra, Regional Goiás, com a realidade da produção de alimentos, principalmente para o consumo das famílias, em que a maioria não se alimentava com diversidade e qualidade. Segundo a Comissão Pastoral da Terra, do Rio Grande do Sul, “em relação à saúde, é notável a redução da qualidade alimentar nas famílias camponesas e da população [...]” (2006, p. 14).

Neste sentido, surge a ideia de se fazer um trabalho, mais concreto, de incentivo à diversificação da produção de alimentos, com foco na subsistência. Entretanto, estava claro que não seriam desenvolvidas iniciativas para, simplesmente, aumentar e diversificar a produção, mas para que houvesse, sobretudo, a recuperação e a preservação dos recursos naturais, para que se respeitasse a saúde do/a agricultor/a e para que se produzisse alimentos básicos saudáveis, desenvolvendo-se e fortalecendo-se a Agroecologia, um modelo de agricultura que é ecologicamente sustentável e economicamente viável. Como menciona Altieri (1989, p. 28): “[...] a agroecologia geralmente incorpora ideias mais ambientais e de sentimento social acerca da agricultura, focando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção”.

O projeto é, então, denominado quintal agroecológico, uma experiência que começa a ser construída levando-se em conta a realidade de nossa região, das propriedades e das famílias de agricultores/as, buscando-se encontrar a forma mais adequada e motivadora de fazer com que o espaço ao redor da casa se torne um espaço de produção de alimentos saudáveis, de fartura, tal como antigamente. Como menciona Pessoa (1999, p. 36): “[...] o tempo antigo, era o tempo da fartura, com uma economia de subsistência”.

Como também destacado por Filho e Silva (2010, p. 67):

Incentivar a produção de alimentos utilizando-se de princípios agroecológicos e favorecer a segurança alimentar com qualidade e

variedade, é, sem dúvidas, resgatar a tradição da fartura no campo, abandonada em função da monocultura da atividade leiteira.

O quintal agroecológico não tem um formato definido ou padrão. A partir do diálogo com a família e das observações técnicas, feitas pelos agentes da equipe da CPT, vai se construindo os rumos das experiências, que então passam a ser desenvolvidas, levando-se em consideração, principalmente, a aptidão e o desejo da família na definição das atividades produtivas.

Os quintais, que começaram a ser construídos desde o segundo semestre de 2009, têm hoje elementos diversificados, tais como as estufas para a produção de hortaliças, a criação de alevinos integrada com hortifrutigranjeiros, a criação de aves para corte e postura e a de suínos.

A integração e a inter-relação destas atividades produtivas tem possibilitado a produção de alimentos básicos saudáveis, com baixos custos, contribuindo para o sustento da família e gerando excedentes para o comércio, aumentando a autonomia produtiva e econômica das famílias e, sobretudo, permitindo uma melhoria na qualidade de vida, como menciona Filho e Silva (2010, p. 67): “Basicamente, os quintais contemplaram plantas frutíferas, hortaliças em geral, grãos e animais de pequeno porte, como peixes, aves e suínos, num processo de inter-relação da cadeia alimentar”.

As transformações provocadas pelos quintais, nas propriedades e nas comunidades, são perceptíveis qualitativa e quantitativamente. Para melhor analisá-las, prosseguiremos o nosso exame a partir de quatro aspectos.

O primeiro é o social. A implantação e o desenvolvimento das experiências dos quintais agroecológicos têm, em muitos casos, mudado algumas relações, principalmente dentro da família. Os agricultores, homens, que dificilmente contribuíam na construção de hortas caseiras, vindo daí um dos motivos para a realidade da existência de poucas delas, estão hoje contribuindo nesta ação com as agricultoras, mulheres, de forma singular.

Isto se dá por vários motivos, o primeiro a se destacar é o fato deles compreenderem melhor as relações de gênero, depois a necessidade de uma alimentação mais rica em diversidade e qualidade e, por fim, por perceberem nas hortas uma fonte a mais de renda para a família, em alguns casos.

Neste sentido, as mulheres estão se tornando sujeitos sociais, dentro e fora da propriedade: trabalham, produzem, comercializam nas feiras e nos programas do Governo Federal, geram receitas e as administram com autonomia, tornando-se menos dependentes dos homens e quebrando a estrutura patriarcal da família.

Na comunidade, as famílias beneficiadas com o projeto têm valorizado cada vez mais as relações de fraternidade, de solidariedade, de partilha, de amizade e de coletividade, conseguindo romper um pouco com o individualismo e o isolamento.

O segundo aspecto é o político. Deste ponto de vista, os quintais têm dado uma importante contribuição para a organização dos/as agricultores/as e, conseqüentemente, também para eles/as próprios/as. Com o início ou o aumento da produção nos quintais, que geram excedentes, as famílias têm buscado espaços para a comercialização, através de associações de feirantes da agricultura familiar e de cooperativas familiares de agricultores/as.

Para estas organizações, o fortalecimento político só acontece mediante a representatividade que possuem e, sendo assim, o aumento do número de associados e de cooperados fazem com que elas ganhem peso político nas negociações de interesse da categoria. Para as cooperativas, o aumento do número de filiados e de produtos, negociados através de seus canais de comercialização, as fortalecem também financeiramente.

É através deste mecanismo de cooperação, sobretudo, que os/as agricultores/as conseguiram acessar os programas de comercialização do Governo Federal, como o Programa de Compra da Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Do ponto de vista individual, as pessoas têm se tornando mais preparadas politicamente para o debate em torno das questões que

envolvem os interesses da classe camponesa e da própria Agroecologia. É importante ressaltar, também, que a autonomia que os/as agricultores/as estão conseguindo construir dentro do processo produtivo, com as experiências agroecológicas, tem os colocados numa posição de certa independência do modelo tecnológico imposto pelo capital, fortalecendo a agricultura camponesa.

O terceiro aspecto é o ambiental. As transformações que os quintais têm provocado, neste sentido, devem ser mencionadas de modo a demonstrar os benefícios mais importantes da prática agroecológica, no aspecto da produção.

A redução do uso de agrotóxicos e de fertilizantes químicos na produção de hortifrutigranjeiras aparece como o resultado mais importante da prática agroecológica, pois a diminuição do uso de químicos é uma forma de respeito à biodiversidade, à saúde do/a agricultor/a e do/a consumidor/a.

A diversificação na produção de alimentos, que ocorre dentro dos quintais, principalmente nos de origem vegetal, se dá a partir do aumento da diversidade de espécies de plantas cultivadas e de animais criados, um importante auxílio para a biodiversidade.

A utilização de práticas de recuperação e de conservação de solo, dentro dos quintais, tem contribuído para o aumento dos microrganismos benéficos, que contribuem para a ciclagem de nutrientes, reduzindo os resíduos sólidos, principalmente os das atividades pecuárias.

Em alguns quintais, com a montagem de sistemas de irrigação com níveis tecnológicos mais avançados, ocorre uma redução significativa do uso de água para a produção de alimentos.

O quarto aspecto é o econômico. Este está relacionado diretamente à qualidade e à dignidade da vida da família, se apresentando como um fator muito importante para a permanência dela no campo.

Grande parte dos quintais tem contribuído na renda mensal das famílias, principalmente daquelas que estão participando de programas de comercialização do Governo Federal. Pelo Programa de Compra da Agricultura Familiar tem-se assinado contratos anuais de R\$

4.500,00 (limite do programa), conforme projeto aprovado pela Cooperativa Mista de Agricultores/as Familiares do Município de Goiás e Região (COOPAR), na safra 2010/2011, e há fornecimento de alimentos também para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O quintal já é considerado a principal fonte de renda para algumas famílias.

O quintal, e toda uma dinâmica criada por algumas famílias, tem aberto possibilidades para que os filhos participem da renda, contribuindo, assim, para o interesse do jovem em permanecer no campo.

Outro benefício econômico direto da prática agroecológica nos quintais é a redução de despesas com a aquisição de agroquímicos, o que aumenta o lucro líquido das atividades e, conseqüentemente, a renda da família. Além disto, a produção de alimentos no quintal tem contribuído significativamente para a diminuição das despesas da família com supermercado, principalmente com frutas e verduras.

A consolidação desta, e de outras experiências, nos leva à certeza de que, de fato, os quintais têm provocado algumas mudanças, por mais que sejam pequenas. Estas mudanças são significativas, pois estão fundamentadas na concepção agroecológica, a qual respeita os recursos naturais, o homem e suas diversas relações, permitindo que elas sejam sustentáveis, ecologicamente, economicamente e politicamente.

É possível afirmar que os quintais agroecológicos têm contribuído para a segurança alimentar das famílias, para a melhoria da qualidade da alimentação, para o aumento da renda e da qualidade de vida, bem como vem abrindo perspectivas para a permanência de jovens no campo.

Considerações finais

As transformações só existem porque há desafios a serem superados. E eles vão surgindo a cada dia. A construção de bancos de sementes crioulas, para fomentar os cultivos agroecológicos de hortaliças e cereais, principalmente, é um deles.

Outro desafio importante a ser superado é o de fazer com que os agentes, que prestam assistência técnica pública aos/às agricultores/as,

assimilem ideologicamente o projeto e assumam a continuidade da dinâmica teórica/prática que tem sido construída nos quintais.

A prática dos/as agricultores/as, produzindo alimentos de forma agroecológica, deve servir de exemplo para outros/as agricultores/as nas comunidades, mostrando que é possível produzir alimentos de forma sustentável.

A experiência dos quintais, com os resultados obtidos até o presente momento, conforme os aspectos analisados anteriormente, tem somado para a construção e consolidação de uma agricultura de base agroecológica.

Referências

O POPULAR. **Escassez de terra e água cria risco**. Goiânia. Novembro. 2011. Alimentos. p. 19.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. 1ª ed. Rio de Janeiro: Clip Produções Gráficas e Jornalísticas Ltda, 1989.

ANGELES, N. de L. Aumento da produtividade esbarra em velhos entraves. O Brasil tem papel fundamental no desafio de ajudar a alimentar o planeta, mas precisa melhorar aspectos como assistência técnica. **O Popular**. Goiânia. p. 18-24. Novembro, 2011. [Suplemento do campo]

CAPITANI, R.; GHISI, E. Agronegócio ameaça a soberania alimentar: na semente está o início da vida e, hoje, um dos principais objetos da disputa entre agroecologia e agronegócio. **Brasil de fato**. São Paulo. Maio/Junho. 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DO RIO GRANDE DO SUL. **Conhecendo e resgatando sementes crioulas**. 1ª ed. Porto Alegre: Evangraf, 2006.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/REGIONAL GOIÁS. Agenda 2012. Goiânia: Gráfica e Editora América Ltda, 2012.

FILHO, A. L. F.; SILVA, F. J. Diversificação da produção de alimentos. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA REGIONAL GOIÁS. **Realidade e conflitos no campo**: Goiás 2009. 1ª ed. Goiânia: Gráfica Visual. 2010.

GORGEN, F. S. A. ofm. **Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa**. 2ª ed. Porto Alegre: Frei Sérgio Gorgen, 2004. <http://vida.planetavida.org/2011/12/10/escassez-de-terra-e-agua-coloca-em-risco-a-alimentacao/>

PESSOA, J. de M. **A revanche camponesa**. 1ª ed. Goiânia: Editora UFG, 1999.

TRÊS HISTÓRIAS E UMA TERRA. Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo. Goiânia, 2010. p. 25.

EMBRAPA. **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. 1ª ed. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

SCHNEIDER, S. Introdução. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

PLOEG, J. D. V. der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

PLOEG, J. D. V. der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSON, P. (Org.). **A agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

OS CORONEIS DO TERRITORIO E DA INFORMAÇÃO: A MIDIA E AS ESFERAS DE PODER EM GOIAS

Dagmar Olmo Talga

Não esquecer que aqui é a terra de Ronaldo Caiado. Dizem por algumas pessoas, que o próprio Distrito Federal foi gestado aqui, e os coronéis estavam acostumados, quer dizer, eu até diria o seguinte: Os coronéis aqui, não precisavam ser violentos, eles mandavam tanto que, para você ter uma ideia, eu mesmo quando pesquisei aqui em 1972, a minha dissertação de mestrado sobre negro em Goiás, eu entrevistei vários negros, que moravam em casas de famílias mais ricas e não ganhavam nada, trabalhavam em troca de comida. Quer dizer, um sistema de escravidão disfarçado, inclusive beijava a mão dos seus patrões, porque tinham um quartinho pra dormir. Eu me lembro de eu conversar, e o negro dizer: não, eu trabalho aqui em troco de bóia. “Patrão é muito bão, de vez em quando me dá botina, compra uma roupa pra mim”. Desse jeito. O Delmiro Caiado, o Totó Caiado foi um Coronel, quase carniceiro, tinha poderes aqui, como à gente vê pelo Brasil afora. Como Gabriela na TV Globo. [SIC] (Informação verbal de Carlos Rodrigues Brandão, em Goiás/GO, 2015)¹

-
- 1 Carlos Rodrigues Brandão é antropólogo, psicólogo, escritor e pesquisador, professor Emérito da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua principalmente na área de antropologia rural, com pesquisas e escritos voltados para a cultura e a educação popular. Foi entrevistado pela autora no dia 12 de dezembro de 2015 em Goiás/GO.

Pensar a comunicação dos grandes meios é pensar na estrutura que o cerca, a conjuntura do local ou da região, a fronteira territorial e os seus desdobramentos, bem como pensar nas tradicionais representações da comunicação e da luta pela terra brasileira, moldada pelo capital financeiro.

No Brasil, o processo comunicativo feito através da comunicação dos grandes meios é um espetáculo, seduz a maioria da população pela estética e pela qualidade, desativando-a do pensamento crítico. Nas palavras de Néstor Garcia Canclini (2013, p. 28): “[...] parece que procuram desativar-nos: somos cada vez menos responsáveis, sem capacidade para intervir nos espetáculos de que desfrutamos ou na informação que selecionam para nós”.

Ao mesmo tempo, o carácter ideológico da informação está presente em todo o sistema de comunicação e, por consequência, na linguagem da informação. Ainda que, no discurso jornalístico, busque-se, a todo o momento, demonstrar-se neutralidade e imparcialidade na apresentação da notícia, na verdade, os grandes meios de comunicação estão associados aos interesses de grandes grupos empresariais, de políticos e de latifundiários, entre outros. O que faz com que eles estejam cada vez mais fortes e concentrados, impondo suas pautas à sociedade, diariamente.

Neste sentido, a mídia se apresenta como um importante instrumento de manutenção do consenso de interesses políticos, econômicos, sociais e culturais que, na realidade, configura-se no processo de construção das informações, cujas mensagens transmitidas informam e formam a opinião pública sobre os acontecimentos. E, por isso mesmo, cabe destacar que, segundo Tuzzo (2005), a opinião pública nunca foi formada pela massa, mas sim “colocada para a massa”, a partir de ideias pré-determinadas:

A opinião pública não é a expressão da massa, mas, a visão daqueles que podem ter expressão na massa. A partir de uma exposição de ideias desses grupos, pela mídia, por exemplo, são extraídas da massa as ideias que ela conseguir articular, e recolocadas na mídia como reafirmação daquilo que grupos minoritários e articulados,

inclusive no tocante à política, desejam que se acredite ser a opinião de toda a sociedade. (TUZZO, 2005, p. 72)

A violência imposta pela mídia, bem como suas estratégias e os elementos responsáveis pela manutenção da manipulação da massa, recaem, principalmente, sobre a população não letrada criticamente, cuja leitura crítica sociológica foi usurpada pela falta de uma educação questionadora de seu universo. Um 'oprimido midiático', prontamente quieto frente ao seu opressor. E, “na medida em que, para dominar, se esforçam por deter a ânsia de busca, a inquietação, o poder de criar, que caracterizam a vida, os opressores matam a vida” (FREIRE, 1978, p. 50). Nesse avanço do capitalismo na informação, os grandes meios de comunicação se apropriam do questionamento:

Daí que vão se apropriando, cada vez mais, da ciência também, como instrumento para suas finalidades. Da tecnologia, que usam como força indiscutível de manutenção da “ordem opressora”, com a qual manipulam e esmagam. Os oprimidos, como objetos, como quase “coisas”, não tem finalidades. As suas, são as finalidades que lhes prescrevem os opressores. (FREIRE, 1978, p. 50)

A mídia acompanhou, ao longo dos séculos por assim dizer, mesmo tendo sido proibida no Brasil qualquer publicação antes de 1808, todo o processo de instalação dos grandes projetos de ocupação e apropriação territorial do Cerrado, historicamente criados pelas alianças entre os grandes grupos familiares da elite escravocrata, o Império, o Estado, os conglomerados econômicos e, por fim, as corporações transnacionais. Na atualidade, para entender o papel da mídia é preciso refletir e expor as estruturas, as relações e as correlações desse universo comunicacional de poder.

Neste contexto, a comunicação no Cerrado sintetiza todo um sistema de poder em duas direções: a concentração da imprensa e a resistência frente a esta imprensa, uma resistência frente ao domínio que vem desde os tempos das invasões dos Bandeirantes.

Em *Das terras goianas, os coronéis do território e da informação: a mídia e as esferas de poder*, busca-se produzir uma breve linha histórica,

construída a partir de referências bibliográficas, de entrevistas secundárias e primárias feitas pela autora, das questões referentes à comunicação como mantenedora dos discursos hegemônicos que estão no domínio dos territórios, dos ecossistemas, da biodiversidade, do judiciário, do legislativo, da cultura, das populações indígenas, das populações tradicionais, dos camponeses, da sociedade etc., no estado de Goiás, linha histórica que pode contribuir na construção das narrativas buscadas neste processo.

A produção e distribuição de sentidos

Desde os tempos imperiais do Padre comunicador Antônio Luiz da Silva e Souza (1764-1840), citado no *Dossiê 200 anos da imprensa no Brasil*, de Rosana Maria Ribeiro Borges e Angelita Pereira de Lima (2008), a imprensa Goiana, em sua genealogia, expressa uma história construída a partir dos domínios, registrados por sujeitos e ideologias ao seu tempo. Historicamente, os meios de comunicação goianos seguem uma linha de bastante concentração hegemônica. Mas havia também os órgãos de resistência.

As autoras Borges e Lima (2008) trazem muitos exemplos de impressos produzidos em Goiás que seguiram o lado oposto. O primeiro jornal goiano, o *Matutina Meyapontense*, de Pirenópolis, tinha em sua base ideológica o fenômeno de resistência política e cultural de sua época.

Dentre as muitas produções, Borges e Lima (2008) expõem como exemplos da dualidade: o jornal *Zumbi*, da antiga capital de Goiás, com uma única edição, feita por Francisco Sabino Alves, expoente e líder do movimento da Sabinada na Bahia; o *Monitor Goiano*, do jornalista e político Antônio Félix de Bulhões; o *O Libertador*; o *Tribuna Livre*; o *O Goiano*; a *Voz de Artista*; o *O Democrata*, fundado pelo Coronel e político Antônio Ramos Caiado (Totó Caiado); o *O Lar*, de Jayme Câmara; o *Folha de Goiaz*, pertencente aos *Diários Associados*, cadeia dirigida pelo jornalista Assis Chateaubriand; o *O Jornal do Povo*, sob a direção de Alfredo Nasser e Salomão de Faria, que foi, durante a sua existência, um porta-voz da União Democrática Nacional (UDN); o *Jornal Opção*; o jornal *O Popular*, dentre outros.

No Dossiê da Imprensa se vê que, mesmo antes da transferência da Capital do Estado, da Cidade de Goiás para Goiânia, as oligarquias impressas já remontavam a duas forças conservadoras, vigentes nas terras usurpadas pelo Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera. Assim, por volta da década de 1940, em Goiás, “um processo histórico importante desencadeava-se a partir da ruptura de um grupo hegemônico, oriundo dos Bulhões e de que derivariam duas grandes oligarquias: os Caiado e os Ludovico” (BORGES; LIMA, 2008, p. 77).

A partir de então, intelectuais, políticos e até mesmo os jornais dividiram-se em favor de uma ou de outra. Na capital, por exemplo, o jornal *O Democrata*, de Antônio Ramos Caiado, tinha como antagonista o jornal *A Voz do Povo*, de Pedro Ludovico. O embate entre as duas oligarquias culminou na transferência da capital para Goiânia. Neste processo de mudança de poder, podemos analisar o nascedouro do quarto período da história da imprensa goiana, tendo em vista que praticamente todos os veículos de comunicação, as instituições e pessoas que ocupavam alguma posição social ou se relacionavam profissionalmente com o Estado acompanharam Pedro Ludovico. Era um homem de grandes artimanhas políticas, como a estrada de ferro construída no sul do Estado, que, por onde passava, movimentava as cidades, fomentava o comércio e levava o tão sonhado “desenvolvimento” ou mesmo a mudança da capital para Goiânia. Talvez essa tenha sido sua principal cartada diante da desarticulação que se promoveu no caiadismo, cujo berço era a cidade de Goiás. (BORGES; LIMA, 2008, p. 77-78)

As oligarquias familiares sempre estiveram presentes na imprensa goiana, como forma expressa de manifestação política monopolista de poder, mantendo sempre as mesmas práticas e atuações. É o caso da oligarquia Caiado.

Desde que foi organizado, em Goiás, um partido de reação à oligarquia dos Caiados, aquele Estado tem sido teatro de muitas cenas, que devem causar à gente civilizada uma dolorosa impressão. Em desespero de causa, os Caiados cometem arbitrariedades de toda sorte. Damos a seguir, como exemplo, algumas notícias

colhidas a esmo, de fatos ocorridos, recentemente, naquela terra, e que bem mostrara a envergadura dos políticos que ali fizeram o seu campo de ação: “Vandalismo – na manhã de 6 do corrente, o senador Ramos Caiado viajava em auto do Estado de sua fazenda Lages para esta capital. Adiante de s. Exa., conduzia o seu caminhão o Sr, Vicente Pedatella. O senador, não querendo suportar o pó e achando que era desaforo um qualquer mortal se atrever a viajar em sua vanguarda, mandou o “chauffeur” Domingos Penna “fonfonar”, em sinal de parada ao “atrevido” veículo da frente, dando diversos tiros para o intimidar ou despertar. Mas Pedatella, ou quer fosse surdo, ou porque se fizesse de surdo, não ouviu. Em consequência, ao parar em Areias, onde há a célebre cancela do governo, afim de pagar a taxa itinerária, foi alcançado e agredido brutalmente pelo senador Caiado, que por diversas vezes, tentou bater-lhe com o coice de uma carabina, arma predileta e inseparável, de cujas pancadas o agredido procurava se defender. (DIÁRIO NACIONAL, 24/08/1928, p. 5)

Segundo as autoras Borges e Lima (2008), com o golpe militar de 1964, desencadeou-se outros processos históricos na imprensa goiana, tais como a opressão vinda dos militares, bem como de seus apoiadores, aos jornais e jornalistas que não apoiavam o governo. Assim, a ditadura, “[...] como é sabido, ressuscitou antigas práticas de censura, inclusive prévia, e fomentou o fortalecimento de alguns veículos e conglomerados de comunicação dentro da política desenvolvimentista da difusão da comunicação no País” (BORGES; LIMA, 2008, p. 81). Esse processo, de restrição e de opressão, continua desafiando os meios de comunicação de Goiás.

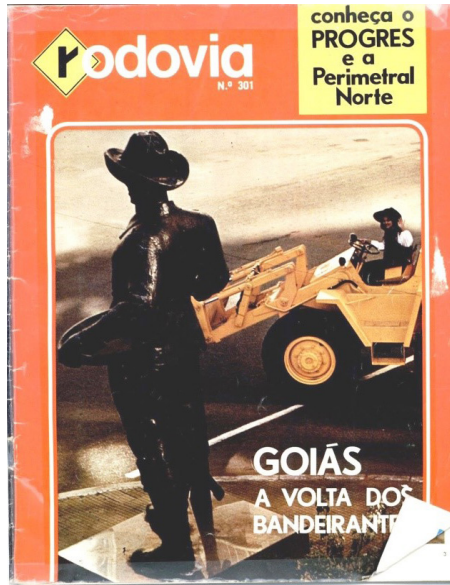
Anos após o final do regime militar, a imprensa goiana ainda sofre com o medo de questionar e publicar, até mesmo pelas diversas formas e manifestações da censura que ocorre via financiamento privado e governamental, ou até mesmo autocensura dos empresários do ramo e dos próprios jornalistas. Além disso, a imprensa goiana é marcada ainda pelo encolhimento da circulação de jornais diários e pela baixa qualidade apresentada por estes a partir do momento em que adotaram um modelo comercial de jornalismo, pouco adepto do compromisso público que a atividade requer. (BORGES; LIMA, 2008, p. 85)

Com o processo de desenvolvimento da região Centro-Oeste, impulsionado pelas políticas e por incentivos, a partir do Governo Vargas, a política de produção na imprensa também muda. Neste sentido, de acordo com Nilton José dos Reis Rocha², foi a partir da década de 1970, através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do Governo Civil-Militar, em especial do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), que a estrutura da região foi alterada.

A inauguração de Goiânia como a nova capital de Goiás, em 1937, representou, entre outras coisas, um grande estímulo à migração para a região. Com fortes anúncios de 'terra prometida', como os que se veem nas fotos 01 e 02, em que se enfatiza, nas manchetes, a volta do bandeirante e do progresso. Assim, de fato, milhares de pessoas, oriundas de diversas regiões do país, vieram para o Centro-Oeste. Entretanto, a economia voltada para o capital financeiro, para a expansão da fronteira agrícola com a monocultura extensiva, para a concentração fundiária, o êxodo rural e os conflitos pela terra, afinavam o tom do *allure* do progresso que viria para o Cerrado brasileiro.

2 Nilton José dos Reis Rocha. Jornalista, professor de Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG), em entrevista a autora, em 22 de junho de 2016, em Goiânia/GO.

Foto 1 – Goiás: a volta dos Bandeirantes. Revista *Rodovia*. 1973.



Fonte: Acervo Revista *Rodovia Brasil*/DNER.

Foto 2 – Goiás: A conquista do coração do Brasil. Revista *Rodovia*. 1973.



Fonte: Acervo Revista *Rodovia Brasil*/DNER.

Colonizar espaços e territórios: os bens simbólicos do poder

Em retrospectiva, a imprensa goiana, juntamente aos novos projetos de colonização no Cerrado, marcou a unidade dessas duas frentes de manutenção do capital hegemônico. Elas apresentam linhas convergentes na história política, econômica, social e cultural. Os valores, as concepções e as práticas partidárias eram retratadas nos jornais, bem como as relações de grupos em torno do jornal. As formações discursivas apresentavam uma linguagem que entoava o tom do debate concentrado e monopolizado, traduzindo e constituindo-se a cultura política do estado de Goiás do século XX, um palco de disputa pelo poder. Nilton José dos Reis Rocha (2016) narra a retórica da imprensa nesses anos.

A grande mídia, lógico ela era sustentada por esse capital, urbano. Então, você tinha esse capital urbano! Os conflitos se dão, por essa lógica, e o Irapuan (Irapuan Costa Júnior – Governador de Goiás – 1975/1979) era vinculado às empreiteiras, às construtoras. Quando vem o governo Ary Valadão (Ary Ribeiro Valadão – Governador de Goiás – 1970/1983), na sequência que havia uma disputa interna, enquanto o Irapuan representava e estava ligado ao capital da especulação, do capital urbano, o Ary Valadão era ligado ao capital rural. Então, você vai ver bem um confronto interno. Isso vai refletir nas políticas, e na mídia. Foi o período em que Goiânia teve mais diário. Você tinha o *Diário da manhã*, você tinha a *Folha de Goiás*, tinha o *Popular*, o *Opção Diário*. Então, era muito claro, que: o *Opção* estava ligado ao grupo Irapuan, e continua ligado até hoje! Hoje você pode ver que o Irapuan escreve uma coluna até hoje! Foi quando surgiu o *Diário da Manhã*, muito vinculado ao Governo do Estado do Ary Valadão, e que trouxe uma grande equipe. Primeiro foi o Carlos Alberto, depois o Washington Novaes. O *Opção* surge antes, mas defendendo o ponto de vista do capital urbano. [SIC] (Informação verbal de Nilton José dos Reis Rocha, em Goiânia/GO, 2016)

De acordo com Rocha (2016), essa disputa entre os meios de comunicação fez nascer, na época, mais meios jornalísticos e, conseqüentemente, deu uma abertura para os movimentos sociais. Segundo

o autor, o jornal *Opção* fazia enfrentamentos e atacava o Governo de Ary Valadão e, embora não se quisesse um jornal sem sentido, suas pautas eram destinadas a criminalizar as ações do Estado. Já o *Diário da Manhã*, afirma o entrevistado, apoiava 100% o Governo mas cobria todos os fatos, independentemente de quais fossem.

Chegou a tal ponto que o Ary Valadão teria dito numa reunião que ele não censurava jornais, não podia era falar mal dele nem da Dona Maria Valadão, nem do Ibsen que era o secretário da fazenda que pagava os jornais. Então, o Ary Valadão foi muito generoso, despejou rios de dinheiros. [...] Então, você tinha até o *Top News*, que era um jornal de distribuição gratuita, onde até trabalhei um período lá. E nós fizemos uma notinha assim que o patrão quase demitiu a gente. Fazíamos uma crítica à mídia já nessa época. Então, era uma turma muito debochada e que um dia fez uma notinha assim, dizendo: Por qual a razão do governo estadual botar muito dinheiro nos jornais? [SIC] (Informação verbal de Nilton José dos Reis Rocha, em Goiânia/GO, 2016)

A batalha pela informação está nas entrelinhas das pautas dominadas pelos interesses particulares. No campo da comunicação social, o histórico monopólio brasileiro, com sua clara função ideológica de defesa dos interesses do capital, deixa de lado os princípios da informação ética e verdadeira. A imprensa de Goiás sustentou os interesses políticos e econômicos dos grandes empreendimentos socioeconômicos ao logo de sua existência, o que permanece nos dias atuais. As frentes perdidas da politização e da informação se esquivam diante dos oligopólios antidemocráticos e tendenciosos.

Segundo Nilton Rocha (2016), a imprensa no Estado de Goiás era cooptada e, muitas vezes, andava junta nas propostas governamentais.

Algumas coisas você estabelece um vínculo. Isso vai refluir muito com o Governo Iris (Iris Rezende Machado – 1983/1986 – 1991/1994). O Iris não só fechou os jornais, como também, perseguia colocando os fiscais na contabilidade. Então foi muito duro. Mas a secretária de comunicação aplicou mais ou menos um projeto que o Valadão tentou colocar, que o Maluf colocou lá em

São Paulo. Tentasse dar verbas, para seduzir. Você dá final de semana em Caldas Novas, pago tudo com o dinheiro do Governo do Estado. Então, você tem uma cumplicidade aí extremamente curiosa! E, o jornal que não cedia você estrangulava! E chegou ao ponto de estrangular. Por exemplo, o *Diário da Manhã* teve que fechar, ficou um período fora do ar. Enquanto não fez concessões não abriu. No Governo do Iris em que isso era uma política, nós tínhamos uma cooperativa. Tínhamos um professor que era presidente da cooperativa e era o correspondente do JB. Aí, ele num debate, o secretário de comunicação do Governo prometeu publicamente apoiar o projeto da cooperativa, porque garantia emprego e tudo isso. Quando o professor foi a CECOM negociar, o secretário foi claro: Lógico vamos ajudar a cooperativa, mas, o seu trabalho no JB tem que estar vinculado a essa ajuda. Quer dizer que a partir de hoje você só vai escrever no JB, o que interessa ao governo! Enquanto o Valadão fazia uma repressão do campo, o Iris aumentava uma repressão na cidade. [SIC] (Informação verbal de Nilton José dos Reis Rocha, em Goiânia/GO, 2016)

No entanto, afirma Rocha, nem todos os jornalistas compactuavam com a repressão e muitos perderam o emprego, foram perseguidos e levaram tiros. “O jornal é um campo também de luta de classes! Que às vezes nós jornalistas não percebemos muito claramente em determinados momentos, sobretudo, de bonança salarial” (Informação verbal de Nilton José dos Reis Rocha, em Goiânia/GO, 2016).

Na medida em que a mídia empresarial, como esses jornais da capital de Goiás, luta por hegemonia, disputa a cena política, constrói os seus discursos autorais nas relações de poder, dissolve a conjuntura, todas as “verdades” são por ela construídas.

[...] os meios sempre venderam essa cidade, esse modelo como a cidade dos sonhos. O Polo-Centro, como a saída da salvação para nossa economia, preparando principalmente o campo para a chegada do agronegócio. Na verdade, existia o Polo-Centro, e o Governo faz seus *lobbies*, faz sua teia! As verbas para a revista *Ruralidade* era assim: havia uma empresa chamada Sotave, e acho que ela existe ainda, ela é de um pessoal da Paraíba muito ligada ao

Jaime Câmara. Eu sei que o Jaime Câmara passava as férias na Paraíba, nos espaços do pessoal da Sotave. Então, a Sotave vendia insumos e financiou essa revista *Ruralidade*. Não era uma revista truculenta, era um jornalismo bem feito, bem sutil, mais que defendia bem essas causas. Porque a Sotave tinha inclusive um porto pra receber insumos externos na Paraíba! Então, era gente muito ligada à estrutura de poder, inclusive, fala-se que o coronel Herbert Moraes, que foi secretário de segurança pública, que é um goiano, que fez grande carreira no exército. Que, quando secretário de segurança pública, reprimiu muitos posseiros urbanos! O coronel Herbert também passava as férias com a família Sotave lá no na Paraíba. Então, você tinha uma certa cumplicidade no poder de Estado, da segurança repressiva, dos meios de comunicação. Quer dizer, o próprio Jaime Câmara cumpriu um papel muito bem feito. A *Ruralidade* era uma revista muito bem editada, muito bonita, colorida, e naquela época era caríssimo. Mas você vê que aí as pessoas que estavam cuidando da repressão sobre os movimentos urbanos e rurais. Os interesses específicos do negócio no campo, da importação de insumos. Essas coisas que a Sotave fazia muito bem e os meios de comunicação ajudavam essa proximidade entre os Câmara e a família Sotave. [SIC] (Informação verbal de Nilton José dos Reis Rocha, em Goiânia/GO, 2016)

Toda a leitura dos grandes meios de comunicação, segundo o professor, foi a de defender o Agronegócio e a de criminalizar os movimentos sociais do campo no Cerrado, “[...] tanto que o Bispo Dom Tomás Balduino, denunciou o ex-Governador do Estado, o Irapuan, por tortura a trabalhadores do campo, inclusive crianças no interior de Goiás” (Informação verbal de Nilton José dos Reis Rocha, em Goiânia/GO, 2016).

Qual foi a tarefa que esses meios assumiram para colaborar com essa destruição? E fizeram com muita competência. Primeiro divulgando as maravilhas do Polo-Centro, depois divulgando as maravilhas do agronegócio, escondendo informação, mentindo muito. Tanto é que, os ecologistas, os ambientalistas, eram acusados durante a ditadura de barbudinhos, de esquerdistas. Os meios de comunicação ajudaram a vender uma grande mentira. E

os meios de comunicação não estão separados do capital, e nós precisamos dizer que os meios convencionais, os grandes meios, eles são ponta de lança do capital. Eles existem, eles continuam, eles enriquecem, desde que, eles cumpram esse papel de defender exclusivamente os interesses do capital. O Sílvio Marcondes fala bem isso: para parecer que ele é democrático ele fala em crise, ele faz uma denúncia de vez em quando, mais no fundo, ele cumpre esse papel, de defender os interesses do capital. Então era fundamental defender a incorporação do Cerrado como frente agrícola, não importava que preço. Era fundamental o Cerrado oferecer produtos para abastecer as metrópoles, e não importava o custo disso, humano, ecológico, político, cultural. Aí você constrói um discurso tentando passar por cima dos povos originais. Destruir esses conhecimentos que são fundamentais. A que preço tudo isso? [SIC] (Informação verbal de Nilton José dos Reis Rocha, em Goiás/GO, 2016)

A imposição de informações pelos meios de comunicação se acentua nos jornais da grande imprensa Goiana, contribuindo, aqui no Cerrado, para o processo de aperfeiçoamento do capitalismo industrial, tecnológico, expansivo e excludente. A mídia atua, ainda, na repressão e na criminalização dos povos sem-terra, transformando em postura 'natural' a perspectiva conservadora da elite.

O jornalista Washington Novaes evidencia essa postura da imprensa Goiana, atualmente:

Mas então eu começo por aí, tentando ser autônomo, para exatamente preservar a independência, e tratar dos temas. O que também não é fácil, eu já sai de 10, 20 lugares por conta disso. Recentemente agora o *Popular* cortou meus artigos, não quer mais. E, eu sei que a resistência lá era grande por causa exatamente desse setor, a agricultura e da agropecuária. (Informação verbal de Washington Novaes, em Goiânia/GO, 2016)

A imprensa, quando dá visibilidade ao poder, acreditando nesse poder, na verdade absoluta, deixa de cumprir o seu papel, o de garantir os direitos dos cidadãos através das informações. É mais grave ainda quando

pensamos que toda essa conjuntura, creditada ao capital, é permanente. São tão escusas quanto inerentes nos valores humanos esperados.

Considerações finais

Na história da imprensa no Estado de Goiás vê-se que, ao longo das décadas, tenta-se reproduzir o mundo dos valores de uma única classe, a classe dos dominantes e dos influenciadores. Os truques que se usam, para garantir esse molde, cristalizado desde os tempos dos antigos Coronéis da antiga Vila Boa de Goiás, demonstram quem é que impera, midiaticamente, nesse território, até os dias atuais.

Sodré (2014, p. 123) diz que “[...] uma vez mais, torna-se aqui pertinente à associação do mundo, portanto, ao mundo em que a prevalência dos ativos intangíveis transforma a comunicação nessa mesma mercadoria volátil”. Desta maneira, o consumismo se torna fundamental à manutenção do sistema econômico vigente, pois ele articula as esferas da cultura e da informação, bem como eleva a comunicação a um posto central no modelo neoliberal.

Neste esteio, a articulação entre os meios de comunicação e a questão agrária é utilizada como a base conceitual sobre a qual se assentam as discussões aqui empreendidas. Acreditamos, neste sentido, que tais debates não ocorrem de forma paralela, mas, ao contrário, são partes de um mesmo processo contínuo. É nessa perspectiva que está inserida a nossa reflexão, ou seja, procuramos entender como os processos de comunicação influenciam na luta pelos territórios, pelas identidades, pela Agroecologia, por direitos humanos, pela pluralidade da vida, pelas aspirações coletivas populares, entre tantas outras em Goiás.

Referências

- BORGES, R. M. R. B.; LIMA, A. P. de. História da imprensa goiana: dos velhos tempos da Colônia à modernidade. **Revista UFG**, v. 5 n. 5, p. 68-86, Goiânia/GO, Dezembro, 2008.
- BRANDÃO, C. R. **Carlos Rodrigues Brandão**: entrevista [Dez. 2015]. Entrevistador: Dagmar Olmo Talga. Goiás/GO.

CANCLINI, N. G. **Leitores, espectadores e internautas**. Tradução: Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2018, (1. Reimp. 2013).

DIÁRIO NACIONAL, Rio de Janeiro, p. 5, 24 de Ago. 1928.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOVAES, W. **Washington Novaes**: entrevista [20 de Jul. 2016]. Entrevistador: Dagmar Olmo Talga. Goiânia/GO.

ROCHA, N. J. dos R. Nilton José dos Reis Rocha: entrevista [22 de Jun. 2016]. Entrevistador: Dagmar Olmo Talga. Goiânia/GO.

SODRÉ, M. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TUZZO, S. A. **Deslumbramento coletivo**: opinião pública, mídia e diversidade. São Paulo: Annablume, 2005.

DISPUTAS TERRITORIAIS CAMPONESAS NA AMÉRICA LATINA

Edson Batista da Silva

O inconformismo é crucial para as resistências, impele o pensamento a imaginar outros projetos, pois a realidade sócio/histórica é uma construção, um campo de possibilidades, e os seres humanos são capazes de elaborar outras realidades (ZEMELMAM, 2011). Nesse processo, os sujeitos sociais se fazem a partir de suas experiências, de suas necessidades, ou seja, são projetos, não seres perfeitos e acabados. Eles podem negar a economia política hegemônica e criar outras estruturas, outros espaços, que questionem a lógica do poder a partir das extremidades (ZEMELMAM, 2011).

Nesse ínterim, como pensar a classe na América Latina, especificamente o campesinato? Vinculado a isso, como pensar o território? Além disso, quais processos materializados neste espaço tem inconformado os camponeses? Quais resistências eles têm articulado, com o respectivo nível de organização e força, para a construção do espaço contra-hegemônico? Assim, o objetivo deste artigo é analisar as disputas territoriais camponesas na América Latina, especificamente no Brasil e no México. Para atingi-lo, procedeu-se ao levantamento, à leitura e ao fichamento de referências, principalmente daquelas utilizadas na disciplina *Tópicos em Geografia: As lutas sociais pela terra e pelo território na América Latina*.

Além disto, explorou-se os resultados do trabalho de campo desenvolvido na disciplina em questão, em fevereiro de 2016.

Na apresentação das falas adotou-se nomes fictícios, tendo em vista a integridade dos interlocutores. A discussão proposta visa oferecer subsídios para a leitura da recriação diferenciada do campesinato, a partir das disputas territoriais e, conseqüentemente, a constituição da classe camponesa na macroescala, com vistas a emancipação diante do cercamento do capital. O artigo está dividido em três partes: na primeira discute-se os conceitos de território e campesinato; na segunda aborda-se as disputas territoriais camponesas na América Latina e na terceira se discute as lutas camponesas no Brasil. No item que segue, então, discute-se as categorias campesinato e território.

Campesinato e território: o fazer-se da classe e a tessitura do espaço

A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se. (THOMPSON, 1987, p. 9)

A classe, entendida como categoria e estrutura, elimina a sua percepção como fenômeno histórico e, além do mais, a sua compreensão não deve ser matemática e estática (THOMPSON, 1987). Sendo assim, elaborá-la pelos critérios estatísticos de renda, pela avaliação da estrutura ou pelos papéis condicionados na sociedade, omite a formação histórica, as experiências, a consciência compartilhada e as relações sociais. Com isso, conforme Thompson (1987, p. 10): “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns, [...] sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses (e geralmente se opõem) dos seus.”.

Essa concepção de classe é plausível no estudo do campesinato, pois não recai numa fixação de mensuração, em uma espécie de “campesinometro”. Shanin (1983), por exemplo, defende que, historicamente, os camponeses têm atuado como classe, a partir de sua cultura específica, de suas experiências compartilhadas e de sua consciência coletiva. Eles têm enfrentado os grandes fazendeiros, os grupos urbanos

e o Estado. A sua ação política tem se perpetrado de três formas: no exercício político dirigido por um grupo externo, na rebelião espontânea por meio dos motins e na passividade camponesa.

Contudo, a unidade de classe tem sido fragilizada pela segmentação em grupos locais, pela debilidade dos objetivos comuns e pela reclusão na autossuficiência e na autarquia (SHANIN, 1983). Além do que, há os sectarismos e as posturas isolacionistas, que facilitam a submissão aos propósitos de outras classes. Portanto, o campesinato é uma classe em processo, em seu próprio fazer-se. O sucesso de suas ações depende da capacidade de agir em uníssono, com homogeneidade ideológica.

Não obstante, a unidade subjetiva representa o estofa para tecer a coesão camponesa (SHANIN, 1983). O costume, a título de exemplo, produz uma ambiência, uma mentalidade, uma expectativa, um conjunto de usos, de direitos, de práticas, de normas e de regras, que se rebelam e resistem às imposições da globalização neoliberal. As noções alternativas de posse conflitam com aquelas estabelecidas pelo direito de propriedade capitalista. A economia moral, com normas, práticas e usos sustentados no costume e nos papéis morais, entra em disputa com a economia de livre mercado (THOMPSON, 1998). De acordo com Bartra (2011), trata-se da identidade profunda do campesinato, que sobrevive a sua trajetória errante e emerge nos momentos de ameaça.

Segundo esse autor, o campesinato é uma classe histórica, periférica, complexa, diversa e mutável, vista como pré-moderna, anacrônica e prescindível. Nela, os sujeitos sociais compartilham sociabilidades, costumes, projetos e o passado em comum, além de *slogans* globais. Trata-se de um *ethos* vivo e diverso quanto a atividade produtiva e a forma de inserção no capitalismo. Na América Latina, Bartra (2011) assinala o colonialismo como a cicatriz da especificidade camponesa. Em vista disso, mesmo em condições econômicas e de origens diferenciadas, os latino-americanos compartilham sociabilidades e inimigos comuns. A colonialidade do poder lhes impingiu a opressão de classe e de raça.

Eles descobriram na origem indígena a raiz profunda e se tornaram campesíndios. Dessa forma, a vocação continental pode fortalecê-los

nas lutas de macroescala, como são aquelas conduzidas pela *Via Campesina*. Para o debate em voga, é lúcido o entendimento de Bartra (2011): as classes são constituintes e constituídas pelas relações sociais. Desse modo, as lutas ao longo da história têm efeitos sociais, políticos, econômicos e culturais nos camponeses. Mas a compreensão da classe camponesa no seu fazer-se, na sua processualidade, também problematiza a discussão dos usos, das apropriações, da tessitura dos nós, dos limites, das redes, ou seja, do território.

Isso implica questionar se há um território do campesinato ou um fazer-se o território do(s) campesinato(s), construído a partir das disputas materiais/simbólicas, dado que, na geografia agrária, observa-se uma polissemia de territórios. Fernandes (1999 e 2008), por exemplo, menciona que há territórios quilombolas, territórios das multinacionais e do campesinato. Esse autor apresenta uma ordem tipológica, que parte do território de governança, passa pelo território propriedade, pelo território relacional e culmina no território imaterial. Nessa elaboração há combinações e intersecções.

Oliveira (1995), por sua vez, afirma que as relações sociais de produção configuram o território e são estabelecidas por três classes fundamentais: burguesia, proprietários de terra e proletariado. O território se torna a unidade dialética espacial que as classes criam. No campo, a industrialização da agricultura proporciona a territorialização do capital e, contraditoriamente, permite a expansão da agricultura camponesa. Assim, segundo ele:

[...] o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/ distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais, [...] onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. É pois, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. [...] o território não é um *príus* ou um *a priori* mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. (OLIVEIRA, 1995, p. 26-27)

Os dois autores entendem que o território é produto das disputas de classe, embora Fernandes também o conceba numa dimensão tipológica e imaterial. A sua menção aos territórios não capitalistas, aos territórios do campesinato e das multinacionais incita indagações, pois se o poder é sinônimo de relação social, ele também implica estabelecer limites, usos, nós etc. Dessa maneira, se o território é do campesinato, esse se encontra ‘no seu fazer-se’ ou ‘está elaborado’? Porque o que se denota de tal acepção é que esse sujeito social, no conjunto das relações sociais, consegue conformar limites e usos. Portanto, o território torna-se um fato acabado, liberto das imposições e da correlação de forças e, com isso, invalida-se a análise relacional e se elimina a disputa territorial.

Ademais, o entendimento de que há territórios não capitalistas camponeses dentro do capitalismo incorre na reafirmação do marxismo positivista/evolucionista. Repete-se a tese do campesinato como sujeito social de fora do capitalismo, como resquício. O equívoco é tomar a relação social não capitalista sem observar a contradição que a vincula à reprodução ampliada do capital. Portanto, no ensejo de superação do modo de produção vigente, a relação social não capitalista torna-se território, o que nega o capitalismo e suprime a contradição. Nesse sentido, Souza (2013) é razoável: o território é também um campo de forças, a eliminação da disputa territorial suprime o território.

Embora discorde-se da compreensão desse autor, de que o substrato material seja apenas uma referência, sendo o território uma capa invisível dele, entende-se a materialidade como o resultado do trabalho, que produz conhecimento e, logo, possibilidade de transformação. Com isso, a consciência é um produto sócio/histórico, resultado da interdependência da infraestrutura e da superestrutura, (MARX, [1945] 1999). O ser humano resulta de determinados tipos de sociedade. A produção do território envolve concepções e experiências produzidas em contextos sócio-históricos específicos.

Portanto, neste texto, hesita-se em afirmar que há um território do campesinato. Em razão de que isso invisibiliza as disputas territoriais de classe, assim como as dissidências intraclasse. Anexo a isso, corre-se o

risco, assumido pelos marxistas ortodoxos proletaristas que consideram o proletariado classe em si, de tomar o campesinato como classe para si. Assim, na disputa territorial, por meio da correlação de forças, deve-se atentar para a formação da classe para si, o que implica discutir o desenvolvimento das forças materiais de produção, os momentos da consciência política e a correlação de forças militares (GRAMSCI, 2010).

Portanto, é importante mostrar os pontos de menor resistência e os de maior força, observar o nível de organização e analisar a conjuntura (GRAMSCI, 2010). Óbvio que há espaços de domínio precário dos camponeses, mas há que se reconhecer a força bárbara da globalização neoliberal, com os megaprojetos do Estado e com o modelo extrativo agroexportador (SVAMPA, 2010). Dessa maneira, acredita-se que o território (i)material, efeito da interdependência da infraestrutura e da superestrutura, da subjetividade subversiva é um fazer-se coetâneo ao da classe camponesa, além disso, não é absoluto e imutável. Essa processualidade se manifesta nas disputas territoriais na América Latina, notadamente no México, objeto de atenção do próximo item.

As disputas territoriais campesíndias na América Latina: breve exposição da realidade mexicana

A conjuntura da América Latina, no século XXI, é a de intensificação do setor primário, devido à demanda asiática e o desmonte do modelo de substituição de importações (SVAMPA, 2010; PETRAS; VELTMAYER, 2013;). Os países latino-americanos sempre exportaram bens primários mas, na divisão territorial do trabalho atual, esse papel é acentuado. Com isso, eles se aliam às corporações para o equilíbrio da balança de pagamentos e para a obtenção de rendas. Segundo Petras & Veltmeyer (2013), no cenário atual, vive-se a síndrome da estabilidade. As instituições financeiras internacionais e os atores globais instituem, inclusive nos governos progressistas, a política neoliberal que desregula o setor extrativo e afeta as comunidades originárias.

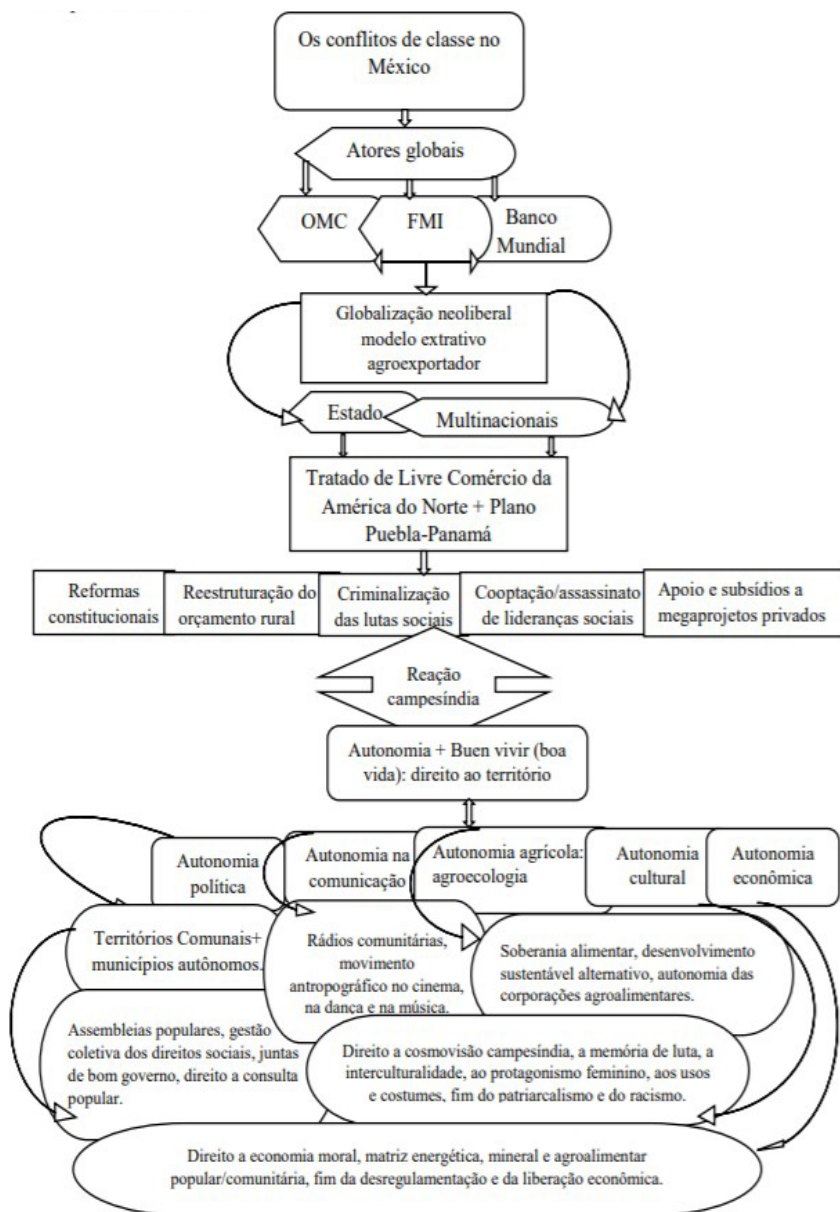
Nesse quadro, esses governos cooptam lideranças e implantam políticas territoriais. No entanto, como destacam os autores, essa conjuntura apresenta fragilidades, o que é perceptível na concentração

da propriedade e da renda, nas isenções de impostos, na fuga de divisas e nas regalias dadas às multinacionais. Além da ampliação das economias de enclave, das disparidades salariais, do esgarçamento do tecido social, do aumento da migração, das doenças ocupacionais, da fragmentação do trabalho, associado à enfermização da população, dos ecossistemas e à debilitação da economia local. Dessa forma, as disputas, dos setores hegemônicos com as populações originárias, se alastram na América Latina, até mesmo no México, como se nota no Fluxograma 1.

Nele se observa que os pobres aprenderam que a forma que se tem para forçar a burguesia a lhes ouvir é torcer-lhe o braço (THOMPSON, 1998). Logo, eles se contrapõem à globalização neoliberal e ao projeto extrativo agroexportador, articulado pelo Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Nessa contraposição, revela-se a luta pela autonomia dos territórios e pela racionalidade do *Buen Vivir* (boa vida). Segundo Concheiro Bórquez & Rodríguez (2014), o *Buen Vivir* representa outra modernidade, outra proposta civilizatória, com uma cosmovisão alternativa, onde exista um mundo em que caiba outros mundos.

Trata-se do México profundo e invisível, que exige direito ao território. Concheiro Bórquez & Berlanga (2014) destacam que o projeto campesíndio, apresentado no Fluxograma 1, se origina da experiência histórica de luta pela terra. Na disputa travada com os atores hegemônicos, eles conquistaram a propriedade social, as legislações favoráveis à reforma agrária e, por conseguinte, a revisão da propriedade da terra. Mas, com o Nafta, o Estado mexicano fortaleceu a política de contrar-reforma agrária, debilitou a política agrícola camponesa, procedeu à desregulamentação tarifária e à privatização da infraestrutura logística, bem como endossou a prática de *dumping* estadunidense. Com isso, o aporte aos latifundiários e às corporações multinacionais intensificou a migração e conformou um campo envelhecido e feminizado. No Fluxograma 1, porém, se observa avanços na consciência política dos campesíndios mexicanos.

Fluxograma 1 – As disputas de classe no México – atores hegemônicos versus campesindios (2016).



Fonte: La Jornada Del Campo 2010a, 2010b, 2010c, 2010d, 2011a, 2011b, 2011c, 2011d, 2012, 2013, 2014a, 2014b, CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano; RODRÍGUEZ, Violeta Núñez (2014). **Elaboração:** SILVA, E. B. da.

De acordo com Flores Lúa & Paré et al (1988), após 1970, as organizações camponesas se dividiram em: aliadas ao Estado; independentes e vinculadas aos partidos políticos. As primeiras, como a Confederação Nacional Camponesa (CNC), defenderam os grupos políticos no poder e a contenção da base. As segundas, como a Coordenadoria Nacional Plano de Ayala, lutaram pelo acesso à terra, contra as políticas anticamponesas e a repressão. Já as terceiras, como a Central Independente de Trabalhadores Agrícolas e Camponeses (CIOAC), pregaram o direito a sindicalização e a luta pela terra.

De acordo com as autoras, apesar das dissidências, da heterogeneidade e dos sectarismos, há o amadurecimento da consciência de classe, com a percepção da necessidade de unidade da luta, embora deva-se superar os meros atos declarativos. Svampa (2010) destaca que há, na América Latina, diferenças de concepções políticas entre os movimentos sociais de matriz indígena comunitária, os quais exigem o direito a autonomia, ao território e ao Estado plurinacional, frente aos de origem nacional/popular, os quais pregam a participação controlada/subordinada das massas. Assim como ocorre entre os da esquerda tradicional, que visam a construção do socialismo, e os de narrativa autonomista, que acreditam na democracia de consenso, na ação direta e nas instituições próprias.

Como menciona Svampa (2010), a crise da globalização neoliberal colocou os movimentos como protagonistas da cena política, mas há divergências que precisam ser superadas. No México, Concheiro Bórquez & Rodríguez (2014) destacam a unidade da classe campesíndia no movimento *O Campo Não Aguenta Mais*, na campanha nacional *Sem Milho Não há País* e no *Plano de Ayala para o Século XXI*. Além disso, Concheiro Borquéz & Berlanga (2014) destacam a insurreição zapatista do Exército de Libertação Nacional (EZLN), além dos embates regionais contra os megaprojetos energéticos, os petrolíferos, os de mineração e os de infraestrutura.

Quijano (2004) afirma que a crise, produzida pela privatização e pela desnacionalização do Estado oligárquico, colocou em xeque o colonialismo e a colonialidade do poder na América Latina. Os movimentos

sociais têm refutado a racialização das relações sociais e o eurocentrismo das relações intersubjetivas. Ademais, discordam da rejeição da nacionalidade, da democracia e da cidadania aos campesíndios. No México, se nota no Fluxograma 1, eles lutam pela autonomia de seus territórios, de seus municípios, pela gestão autóctone. Como estratégias utilizam os direitos humanos, o direito a consulta popular e a criação de instituições próprias.

Assim como utilizam a Agroecologia, com o embate pela soberania alimentar, pelo respeito a mãe terra e pela autonomia das sementes. Também defendem os usos e costumes comuns na gestão da propriedade, a produção por meio da *milpa*¹ e a realização do trabalho coletivo. Os campesíndios mexicanos se contrapõe ao patriarcalismo e acreditam no protagonismo feminino, bem como na interculturalidade, na memória oral, no desenvolvimento sustentável alternativo e no movimento cultural antropográfico artístico. Também, lutam por sistemas comunitários de comunicação e de matriz energética, tecnológica e alimentar. E intercedem pelos princípios da economia moral e do direito consuetudinário.

Portanto, no México, a acumulação primitiva instalou e ampliou conflitos. Neles o fazer-se do campesíndios se tornou interdependente ao fazer-se do território. Isso se manifesta na luta contra a privatização dos recursos naturais, contra o tempo disciplinado, a desterritorialização e o mito do mercado neutro. Alia-se a isto a defesa do valor moral do trabalho e o uso comunal dos recursos naturais. Sendo assim, eles lutam para que a privatização manietada do capital não os torne estranhos em sua própria terra (THOMPSON, 1998). A questão que interessa é saber como isso se desdobra no Brasil, especificamente em Goiás, tema de discussão do próximo tópico.

1 Segundo Concheiro Bórquez & Rodriguez (2014), a *milpa* é uma forma de produção de alimentos transformadora, em que convivem uma diversidade de plantas, de forma complementar. Ela é um espaço sagrado de recriação da cosmovisão dos campesíndios, é o coração de outro viver, ela representa um modo de vida.

Os conflitos camponeses no Brasil: a análise do Sudeste goiano

Há uma modernização do território goiano que antecede a modernização conservadora da agricultura (MENDONÇA, 2004). Como exemplos desse processo temos a construção da Ferrovia Goiás, a edificação de Goiânia, a Marcha para o Oeste e a fundação de Brasília. Essas formas instalaram uma nova divisão territorial do trabalho, o que imprimiu a reocupação e a constituição de novos usos. O fato é que esta modernização criou contradições, o que suscitou conflitos em Goiás (LOUREIRO, 1982).

Isso ficou evidente no trabalho de campo, desenvolvido no Sudeste goiano, em 25, 26 e 27 de fevereiro de 2016. No itinerário, notou-se paisagens homogêneas, com o uso seletivo, excludente e monótono do espaço. No pacto de economia política do Agronegócio, a aliança dos latifundiários com o Estado e com as corporações multinacionais promoveu a retração da produção policultora do(s) campesinato(s) (DELGADO, 2013). Em Silvania/GO, contudo, a comunidade João de Deus representa uma reexistência, ou seja, uma resistência articulada pelos valores, pelas atitudes e pelas sociabilidades solidárias, para continuar a existir no campo (MENDONÇA, 2004).

Na Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Silvânia (COOPERSIL), a Sr.^a Rita destacou que a denominação da comunidade se originou do fato da terra ter sido ocupada por posseiros após a morte do antigo proprietário, que não deixou descendentes, os quais, posteriormente, regularizaram a área. Mas as políticas territoriais do Estado complicaram a sucessão rural, com o fechamento das escolas no campo e a negação da Educação do Campo. A interlocutora destacou o deslocamento dos jovens para a cidade, sendo que o Estado poderia ter construído instituições educacionais neste lugar.

O fato é que o deslocamento para o ambiente urbano eliminou a sociabilidade camponesa. A educação é utilizada pela classe dominante para a reprodução da ideologia dominante, mas a educação também está no dia a dia dos homens, na prática da vida, na aquisição do processo de fazer e de pensar cotidiano (LOUREIRO, 1982). Assim, a entrevistada destacou que a resistência se originou num grupo de

mulheres, a partir do anseio de desenvolver a agricultura, em vista do fato de que os homens se dedicavam a produção leiteira. No entanto, os insucessos as aproximaram da Comissão Pastoral da Terra (CPT). As práticas educativas levaram-nas a adotar a produção agroecológica.

Com isso, elas implantaram o quintal agroecológico, as barreiras ecológicas, a produção de calda bordalesa, de compostagem e de biofertilizantes. Além do mais, elas promoveram a recuperação de nascentes, o uso das plantas medicinais e das sementes crioulas. A Sr.^a Rita apresentou o viés educativo da CPT e os seus resultados correlatos: “Foi um trabalho de paciência da CPT [a transmissão das práticas agroecológicas], nada forçado é bom, produz resultado. [...] Aprendemos que não existe terra ruim, mas solo fraco”. O trabalho dessa entidade liberou as mulheres da monocultura mental, por meio da prática social educativa autonomista (LOUREIRO, 1982).

Tanto assim que elas formaram uma associação, se inseriram no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), acessaram a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e, logo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Atualmente, elas planejam entregar parte da produção em Goiânia, mas enfrentam dificuldades com os consumidores, por causa da desinformação sobre os produtos orgânicos, além da falta de assistência técnica, dado o sucateamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás (EMATER), bem como estão preocupadas com o agronegócio limítrofe, por causa da pulverização aérea de agrotóxicos e dos ataques da mosca branca.

Anexo a isso, o protagonismo feminino conflita com a cultura machista. Segundo a entrevistada, mesmo com a discussão de gênero, os homens insistem em defender a sua forma de produção. Elas também são esquecidas pela COOPERSIL, que prioriza a comercialização do leite, além de enfrentarem a burocracia e a corrupção no Estado, em que há desvios dos produtos da merenda escolar para outros fins, bem como a norma vigente que impede a concessão da DAP a aposentados. Contudo, elas fornecem 75% da alimentação escolar e permanecem em luta para manutenção da produção agroecológica.

O cercamento, produzido pela monocultura material e mental, se repete na comunidade de Santana, em Vianópolis/GO. A Sr.^a Maria destacou o ataque da mosca branca a olericultura e o embaraço de produzir semente frente aos plantios transgênicos. Neste lugar, a resistência é articulada pelo Movimento Camponês Popular (MCP). Na 'prosa' a camponesa destacou que o acesso à casa permitiu o entendimento do conceito de moradia. Ela apontou a ação educativa para a formação do quintal, do corredor agroecológico e da produção e domínio da semente (Figura 1), assim como para o uso de adubos verdes, tais como a Crotalária (*Crotalaria*), o Girassol (*Helianthus annuus*), o Feijão de porco (*Canavalia ensiformis*) e a Mucuna (*Mucuna aterrima*).

Figura 1 – Comunidade do Santana, Vianópolis/GO: produção de sementes crioulas e do corredor agroecológico.



Autor: SILVA, E. B. (Fev. 2016).

A proposta do MCP é pactuada com grupos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A entrevistada mencionou os cursos de formação, com pesquisadores dessa instituição, para a produção de sementes de hortaliças, de milho e de adubos verdes. Ela ainda relatou que a comercialização das sementes é realizada com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A despeito disso, os cinco participantes do MCP em Vianópolis enfrentam desafios. Além do encurralamento pelo agronegócio, há a precariedade de acesso a políticas públicas como o PNAE, o PAA e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

À burocratização do acesso a essas políticas se soma o momento da consciência política dos camponeses. A Sr.^a Maria destaca a delicada organização do MCP em Vianópolis, pois setenta e cinco famílias participam do programa de moradia rural, mas somente cinco aderem às discussões propostas, o que faz com que até as formas de trabalho coletivo sejam fragilizadas. Mas a sua menção à realização de mutirões para a festa religiosa de Santana denota as contradições. O que se depreende disso é que o MCP necessita observar o ritmo de conscientização política do campesinato e os mecanismos passíveis de serem adotados para a adesão dos reticentes (LOUREIRO, 1982; GRAMSCI, 2010).

Entretanto, as experiências no MCP desenvolveram na entrevistada conhecimentos e explicações vinculadas aos seus interesses. Nesse sentido, a título de exemplo, ela relata a oposição aos dirigentes da Cooperativa de Vianópolis: “Os presidente daqui só que pra si, não pra todos”. Ela também questiona o destino de R\$ 100.000,00, recebidos como premiação por essa organização, bem como haver somente o direito ao plano de saúde por ser cooperada. Além de tudo, ela reitera a necessidade de organização dos camponeses para transformar a realidade. Portanto, ela nega o consenso proposto pela classe hegemônica e explica o mundo a partir de seus objetivos de classe (LOUREIRO, 1982).

Nesse ínterim, a entrevistada aponta o tratamento desfavorável do setor financeiro ao campesinato e o equívoco de conceber a tecnologia do Agronegócio como a panaceia para a produção camponesa. A resis-

tência se manifesta na policultura, com a produção de arroz, de milho, de suínos e de mandioca, que se transforma em polvilho para a venda. A interlocutora também defende a Educação do Campo, sendo que a sua filha frequentou a Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI), destino provável do filho mais jovem.

No que se refere a essa instituição, segundo relato colhido no trabalho de campo em Orizona, a sua formação se deveu a uma aliança política entre a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a entidade belga Desenvolvimento e Paz. As atividades foram iniciadas em 1999, num prédio provisório, e posteriormente conduzidas para uma nova infraestrutura. A sua manutenção tem sido assegurada por convênios com a Secretaria Estadual de Educação, Desporto e Cultura (SEDUCE), com a prefeitura municipal de Orizona, além de contar com as contribuições da Associação de Pais e com os dividendos do aluguel de um hospital. A escola adota, como princípios político-pedagógicos, a associação, a pedagogia da alternância, o desenvolvimento do meio e a formação integral.

A coordenadora pedagógica e o representante da Associação Goiana das Escolas Família Agrícola, entre outros membros da EFAORI, mencionaram as complicações para se atingir tais princípios. Nesse sentido, eles destacaram a rotatividade dos professores fornecidos pela SEDUCE, o que fragiliza a pedagogia da alternância. Eles relataram, também, a existência dos cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que difundem a perspectiva do Agronegócio. Além, disto, citam a posição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que adota uma postura relutante quanto a proposta pedagógica, ao contrário da postura receptiva da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG).

Os interlocutores defenderam a necessidade de que a EFAORI possua autonomia administrativa e financeira, tendo em vista a sua constituição como instituição pública popular comunitária. Essa compreensão comparece na fala que segue: “Essa escola é uma escola do nem, nem do estado, nem da prefeitura, nem das famílias. Essa escola tinha de ter autonomia de dinheiro”. Quanto as famílias, além da inex-

periência democrática, um dos interpelados destacou a migração do campo para a cidade, o envelhecimento da população camponesa e a urbanização como motivos do enfraquecimento da EFAORI. Ainda assim, ela está melhor estruturada que as Escolas Família Agrícola de Goiás e de Uirapuru, que dependem de financiamento externo e não têm apoio do município.

Os discentes egressos afirmaram a importância da escola na constituição da sociabilidade coletiva, na retomada de tradições, no conhecimento do Cerrado e na aproximação da Agroecologia. Além disto, os membros do corpo diretivo destacaram a avaliação positiva no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Para os entrevistados, a escola transformou a realidade do campo em Orizona. A proposta da EFAORI evidencia o aspecto político da educação e a postura do Estado, com concepções contrapostas aos setores hegemônicos e desejosos do consenso no tecido social.

No entanto, Orizona tem uma trajetória de luta camponesa. Loureiro (1982) destaca a luta pela diminuição da taxa do arrendo, entre 1948 e 1952. Segundo a autora, com a expansão da Ferrovia Goiás e a consequente articulação da divisão territorial do trabalho, Goiás intensifica o papel de fornecedor de produtos primários ao Sudeste. Com isso, instala-se no Sudeste goiano a frente pioneira e, consequentemente, há a asfixia e a expropriação camponesa. As contradições propiciam a disputa territorial entre fazendeiros e camponeses, manietada pela ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Nesse sentido, as visitas do PCB às residências na região de Campo Limpo avançaram para reuniões ampliadas e formaram as ligas camponesas. Mas o despeito do PCB conseguiu deteriorar a ideologia do compadrio e diminuir a taxa do arrendo. A sua defesa da eliminação dos restos feudais e a sua concepção do campesinato como atraso ocasionaram opressão aos rebelados e os camponeses foram entregues à própria sorte (LOUREIRO, 1982). Isto fortaleceu o esquecimento da memória de luta pela permanência na terra. A retomada dela foi articulada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Bezerra (2003) menciona que, além da Igreja da Caminhada, foi importante a ação da EMATER e a do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Orizona (STRs). No trabalho de campo, na Associação dos Pequenos Agricultores da Mata Velha, Água Branca e Coqueiros (APAMAC), os associados confirmaram essa assertiva. Assim, no final de 1980, os camponeses formaram vinte e sete associações, entre elas a APAMAC, e, em 1992, as mesmas constituíram a Central das Associações dos Pequenos Produtores Rurais de Orizona (CEAPRO). Segundo o presidente da APAMAC, as associações visavam acessar o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), para a aquisição do pacote da Revolução Verde. Lemes & Mendes (2011) mencionam que a Revolução Verde atingiu Orizona em 1980.

O pacote da Revolução Verde foi um ajuste espacial capitalista para o campo, com a destruição criativa da paisagem geográfica para a acumulação do capital (HARVEY, 2004). O fato é que a reestruturação espacial em Orizona produziu dívidas, com a extinção de quase todas as associações. Segundo os integrantes da APAMAC, a sua reprodução ocorreu graças a venda de parte do capital constante e a importância da sociabilidade camponesa, pois não tiveram ainda acesso ao PNAE, entre outras políticas públicas. O fato é que, em Orizona, o ajuste espacial resultou na especialização na atividade leiteira. Os camponeses se inseriram no mercado monopolizado do setor lácteo e, por conseguinte, na seara da competição internacional da produção em escala.

Nos relatos feitos na APAMAC, os interlocutores destacaram as consequências da globalização neoliberal, seja no sucateamento da assistência técnica, seja na ampliação dos custos com a mão de obra, com a energia elétrica e com os insumos. Ademais, eles mencionaram as consequências do cercamento do Agronegócio, com a pulverização de agrotóxicos, o que impossibilita a apicultura, provoca doenças nas pastagens plantadas, elimina os cultivos na olericultura e lança resíduos nos cursos hídricos, ainda elimina áreas de preservação permanente, embora os camponeses reconheçam a necessidade de práticas conservacionistas em suas próprias propriedades.

O discurso da globalização neoliberal oculta mudanças no papel do Estado que, submetido ao controle do capital financeiro, concede subvenções aos setores hegemônicos e se torna mais intervencionista, por exemplo, por meio dos megaprojetos. No cenário atual, também se amplia o controle sobre o trabalho (HARVEY, 2004). Apesar disso, os camponeses da APAMAC reexistem por meio dos laços de amizade, dos de parentesco, pela vizinhança ou pelas criações de animais e pelos cultivos agrícolas para autoconsumo, pelo uso de tanques comunitários e pelas práticas de trabalho coletivo, como o mutirão para a produção de silagem (Figura 2). Assim como reexistem pela reza do terço, pela dança do catira, da mazurca e pelo jogo de truco (LEMES & MENDES, 2011).

Figura 2 – APAMAC, Orizona/GO: mutirão para produção de silagem.



Autor: SILVA, E. B. (Fev. 2016).

Contrariamente ao argumento de Bezerra (2003), de que a crise do associativismo e a intensificação da especialização em Orizona se relaciona ao não reconhecimento, pela sociedade, do capital social acumulado, acredita-se que esse processo se vincula à lógica de realização da acumulação capitalista. O Estado intensifica, pós-1990, os preceitos da

política neoliberal, com a desregulamentação da economia e a precarização da política agrícola destinada para a agricultura familiar camponesa. Com isso, a despeito dos conflitos internos, as associações são enfraquecidas em sua capacidade de mediação política. Os camponeses são inseridos nos liames da competição internacional, seus corpos são pressionados pela captura da renda da terra. Por isso, bem como pela captura do desejo para o consumismo e para o modo de vida urbano, os braços mais jovens evadem (HARVEY, 2004).

No trabalho de campo outros projetos de luta camponesa para a permanência na terra foram observados. Esse é o caso da Cooperativa de Crédito Solidário de Orizona (CRESOL). Os diretores relataram que o surgimento ocorreu pela dificuldade de acesso ao crédito, via Banco do Brasil. Assim, procuraram o STRs de Orizona que, por meio da FETAEG, contatou a CRESOL. Com isso, depois de cinco anos de aproximação, se deu a formação a Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar (CREDIFERRO). Nela, priorizou-se a gestão por camponeses cooperados, com decisões efetuadas em pré-assembleias e assembleias, dando atenção as necessidades dos cooperados.

Os diretores destacaram, como vantagens da CRESOL, o acesso ao crédito com taxas de juros e de manutenção da conta menores, quando comparadas às das corporações do sistema financeiro, aliado aos melhores rendimentos do capital investido. Eles mencionam, também, o fortalecimento da assistência técnica e da extensão rural, assim como o incentivo ao desenvolvimento local. Desse modo, a CRESOL representa uma alternativa para o campesinato, permitindo a fuga das garras do capital financeiro monopolizado.

Mas o pacto de economia política do Agronegócio ficou claro no trabalho de campo na Fazenda Santa Brígida, cuja constituição ocorreu pelo comodato da proprietária para a Jonh Deer, além de uma parceria com a EMBRAPA. Isto porque a multinacional tinha interesse em suprimir as denúncias de desmatamento na Amazônia, a EMBRAPA visava transformar a propriedade em um campo de demonstração de tecnologias e a proprietária queria o acesso ao pacote da segunda Revolução Verde. Na visita de campo, o responsável

técnico declarou que isso permitiu o acesso a tecnologias indisponíveis no mercado (Figura 3).

Segundo ele, entre as tecnologias adotadas se destacam: o plantio direto, a palha de cobertura, a rotação de culturas e a integração lavoura/pecuária/floresta. Estas técnicas permitiram a diminuição de doenças e a ampliação da produtividade. Há a realização de três produções durante o ano agrícola, com o plantio de soja, de milho e a criação de bovinos, além do cultivo de eucaliptos. A adoção da monocultura da soja se relaciona com a demanda do mercado, principalmente o asiático. Já o milho se vincula à utilização na produção de etanol, nos EUA, e o rebanho bovino está ligado à ampliação da exportação brasileira.

Figura 3 – Fazenda Santa Brígida, Ipameri/GO: espalhador de fertilizantes.



Autor: SILVA, E. B. (Fev. 2016).

O interlocutor destacou que a soja teve um custo de produção, por saca, em 2015, de R\$ 30,00 e que foi vendida, de forma antecipada, por valores entre R\$ 56,00 e R\$ 62,00. O rebanho bovino alcançou um custo de R\$ 58,00 a arroba, tendo sido negociado acima de R\$ 120,00 no mercado. Dessa maneira, a pecuária se tornou mais rentável que a agricultura. Ainda assim, apesar de aplicar o pacote da agricultura intensiva, a Fazenda Santa Brígida utilizou algumas

práticas da produção agroecológica. No entanto, há fracassos no modelo defendido, pois o entrevistado afirmou o infortúnio agrônômico no manejo de 'pragas'.

Isso se amplia com a pressão das multinacionais e o descontrole na aplicação de venenos. De modo que as resistências surgem, inclusive nos cultivos transgênicos. O interpelado destacou a resistência da lagarta falsa medideira e da ferrugem asiática na soja, bem como a da lagarta do cartucho no milho. Também relatou o problema da proliferação da mosca branca, que provoca o mosaico dourado no feijão. Mas, de modo contraditório, destacou que o Brasil possui um controle extremo na liberação de agrotóxicos, sendo que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2012) relatou a presença de agrotóxicos não autorizados em alimentos. O fato é que, dada a ineficácia destes princípios ativos, muitas corporações têm investido nas tecnologias de controle biológico.

Na fazenda Santa Brígida, mesmo com os custos do pacote da segunda Revolução Verde, houve um lucro bruto de R\$ 10.000.000,00, em 2015, embora haja vínculos frágeis com a economia local. Segundo o interlocutor, os insumos utilizados foram adquiridos em municípios goianos, tal como Catalão, e em alguns do Oeste de Minas Gerais e do estado de São Paulo. Associado a isso, o número atual de empregados é irrisório, cerca de vinte, o que inclui vaqueiros, operadores de máquinas, gerentes e técnicos. Assim, a fazenda demonstra a heterogeneidade, a complexidade e a precariedade do trabalho na fase do capitalismo atual (MENDONÇA, 2004).

No entanto, há também resistências articuladas dentro do Estado. No trabalho de campo, na Fazenda da Universidade Estadual de Goiás/ Campus Ipameri, o entrevistado destacou as experiências agroecológicas, realizadas há dez anos, para o melhoramento de espécies frutíferas do Cerrado, tais como: mangaba, cagaita, murici e gabirola. Além de produção de sementes crioulas e de mel. Ele destacou, também, as dificuldades de pensar a Agroecologia para a produção em escala, devido aos poucos investimentos em pesquisa.

Considerações finais

A contradição é o motor que impulsiona a lutas de classes. Na América Latina a classe camponesa se faz à medida que desvenda o domínio dos bens comuns por agentes privados e, por conseguinte, nota a apropriação desigual do resultado do trabalho. No seu fazer-se, a classe camponesa reafirma os costumes em comum e a subjetividade profunda, se recria como projeto, como sujeitos em processo, em devir. As disputas entre as classes se manifestam no fazer-se do território, ou seja, na tessitura dos nós, dos limites, das redes, dos usos e das apropriações do espaço.

No México, as frações do campesinato se aliam contra a globalização neoliberal, que manietta a apropriação de bens comuns, com a produção de benefícios privados e de malefícios coletivos. A despeito do momento atual de consciência política, que torna esporádica a unidade, eles se articulam na luta pelo território e pelo *Buen Vivir*. No Brasil, o(s) campesinato(s) se aliam à Igreja da Caminhada, aos funcionários libertários do Estado, aos membros do proletariado e engrossam as fileiras dos movimentos sociais, com vistas a luta contra a monocultura material/mental do Agronegócio, que captura os espaços e as mentalidades, engendrando a perspectiva do fim da história.

O cercamento, agudizado pela intensificação da acumulação primitiva do capital, revela a necessidade de escapar às posturas sectárias e isolacionistas, com vistas a constituição da unidade na diversidade. Na correlação de forças, é possível aos camponeses latino-americanos descobrirem a sua condição subalterna e, conseqüentemente, a exploração da política neoliberal. O reconhecimento das mãos, dos rostos, da corporeidade afligida pela acumulação, assim como das experiências, dos costumes e da sociabilidade em comum, representa a possibilidade de autonomia e de negação da desterritorialização na mobilidade/imobilidade.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **Programa de Análise de Resíduos em Agrotóxicos, PARA**. Brasília: ANVISA, 2012. Disponível em: <www.portal.anvisa.gov.br>. Acesso em: 08 mar. 2015.

BARTRA, A. **Campesíndios**: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. Equador: Ediciones La Tierra, 2011.

BEZERRA, L. M. C. **Associativismo rural em Orizona (GO)**: a associação dos pequenos agricultores de Mata Velha, Agua Grande e Coqueiros-APAMAC. 2003. 149 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia, 2003.

CONCHEIRO BÓRQUEZ, L.; BERLANGA, H. R. Tierra, territorio y poder a cien años de la reforma agraria en México: lucha y resistencia campesindia frente al capital. In: ALMEYRA, G.; CONCHEIRO BÓRQUEZ, L. (Orgs.). **Capitalismo**: tierra y poder en América Latina (1982-2012), Vol. III. Buenos Aires: Ediciones Continente/Clacso. 2014.

CONCHEIRO BÓRQUEZ, L.; VIOLETA, N. R. El “buen vivir” en México: fundamento para una perspectiva revolucionaria? In: CARLOS, G. C. D. **Buena Vida, Buen Vivir**: imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2014.

DELGADO, G. da C. Economia do agronegócio (2000) como pacto de poder com os donos da terra. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, vol. 01, n. 01, p. 60-68, 2013. [Edição especial]

FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista Cultura Vozes**. Petrópolis/RJ, v. 93, n. 02, p. 11-31, 1999.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2008.

FLORES LÚA, G.; PARÉ, L. et al. La lucha campesina por la tierra. In: _____. **Las voces del campo movimiento campesino y política agraria (1979-1984)**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1988.

GRAMSCI, A. **Análise das situações**: correlações de forças. 2010. Disponível em: <<http://www.fundacaolaurocampos.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LEMES, K. da C.; MENDES, E. de P. P. Produção familiar em Orizona (GO): desafios e perspectivas frente a modernização agrícola. **Espaço em Revista**, Catalão, n. 2, v. 13, p. 150-169, Jul./Dez. 2011.

MARX, K. **As teses sobre Feuerbach (1845)**. Tradução de Nélon Jahr Garcia. São Paulo: Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <www.jahr.org>. Acesso em: 09 jan. 2016.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. 2004. 458 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus Presidente Prudente da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Presidente Prudente, 2004.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teorética**, v. 25, n. 49-50, p. 15-58, 1995.

LOUREIRO, W. N. **O aspecto educativo da prática política: a luta do arrendo em Orizona**. 1982. 166 p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Estudos Avançados em Educação, Departamento de Filosofia em Educação, Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro, 1982.

PETRAS, J.; VELTMEYER, H. Surgimiento e muerte del capitalismo extractivo. Tradução de Luis Rodolfo Morán Quiroz. **Observatorio del desarrollo**, Costa Rica, n. 09, v. 3, p. 19-25, 2013.

QUIJANO, A. El movimiento indígena y las cuestiones pendientes em América Latina. **Política externa**, São Paulo, n. 04, v. 12, p. 77-97 Marc./Abr., 2004.

SHANIN, T. **La clase incómoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Russia 1910-1925)**. Tradução de Fernando Andrada Tapia. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

LA JORNADA DEL CAMPO. **El Derecho a Tierra**. México/DF, n. 31, ano III, p. 1-20, Abr., 2010.

_____. **Campesinos Los mil rostros de la ruralidad**. México/DF, n. 32, ano III, p. 1-20, Mai., 2010.

_____. **El agro en países del continente y el caribe**. México/DF, n. 33, ano III, p. 1-20, Jun., 2010.

_____. **Cancún 2010**. México/DF, n. 39, ano IV, p. 1-20, Dez., 2010.

_____. **Carnaval de resistencias**. México/DF, n. 44, ano VI, p. 1-20, Mai., 2011.

_____. **Jóv@ns del campo? Relevo generacional?** México/DF, n. 45, ano IV, p. 1-20, Jun., 2011.

_____. **Lo que se viene miradas al futuro del campo lo que se viene**. México/DF, n. 48, ano IV, p. 1-20, Set., 2011.

- _____. **Racismo**. México/DF, n. 49, ano V, p. 1-20, Out., 2011.
- _____. **Agua va!** México/DF, n. 57, ano V, p. 1-20, Jun., 2012.
- _____. **Tierra arrasada**. México/DF, n. 67, ano VI, p. 1-20, Abr., 2013.
- _____. **Ñoras**. México/DF, n. 79, ano VII, p. 1-20, Abr., 2014
- _____. **Pueblos en vilo: por la tierra, el agua y la vida**. México/DF, n. 84, ano VII, p. 1-20, Set., 2014.
- SOUZA, M. L. de. Território e (des)territorialização. In: _____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SVAMPA, M. **Movimientos sociales, matrices socio-políticas y nuevos escenarios en América Latina**. Alemanha: Editorial Board, 2010.
- TOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. Tradução de Denis Bottmann. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Tradução de Rosaura Eichemberg. 8 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ZEMELMAM, H. Implicaciones epistémicas del pensar histórico desde la perspectiva del sujeto. **Desacatos**, México/Distrito Federal, n. 37, p. 33-48 , Set./Dez., 2011.

AGROECOLOGÍA: UNA REFLEXIÓN DESDE CUBA

Fernando R. Funes Monzote

En Cuba ha ocurrido una transformación sin precedentes. La transformación radical de un modelo agrícola que llegó a tener una alta intensidad en el uso de insumos energéticos a otro que se transforma sobre bases agroecológicas. Una agricultura industrial basada en monocultivos como la caña de azúcar y la ganadería. Este constituye el modelo predominante en los países latinoamericanos, sometidos por más de 500 años al colonialismo y al extra-activismo.

Ese modelo tuvo en Cuba una máxima expresión, exacerbando todos los males que acarrea el uso inadecuado de los recursos naturales, entre ellos la inequidad social. Una de las motivaciones de la revolución cubana fue precisamente la eliminación del latifundio y la erradicación de la inequidad. La revolución tuvo inequívocamente un carácter agrario, debido a que los problemas más grandes, fundamentales, estaban precisamente en el campo. La mayoría del consumo de alimentos se había reportado en las ciudades; sin embargo, la pobreza, la desnutrición, la exclusión eran más propias del campo, generando contradicciones profundas e irreconciliables. La propia situación en el ámbito rural fue una motivación para que los rebeldes y el movimiento revolucionario cubano se reunieran y fueran a la lucha para la conquista de la tierra y de una sociedad más justa.

Cuando triunfa la revolución, en el año 1959, el propósito fundamental del gobierno, de los jóvenes revolucionarios, porque en aquel momento eran muy jóvenes, (mucho más jóvenes de lo que soy yo en este momento). Fidel Castro cuando asaltó el cuartel Moncada tenía 33 años y eso fue en el año 1953. Todos eran muy jóvenes, eran revolucionarios que estaban pensando, sobre todo en romper el oprobio de una dictadura que sometía al pueblo. Una de las primeras medidas que tomó la revolución cubana fue precisamente la ley de reforma agraria que se firmó en la Comandancia de La Plata, Sierra Maestra, donde se habían alzado los revolucionarios. Fue un proceso que se expandió por toda la isla para entregar la tierra a los que la trabajaban, a los campesinos. Esta ley tuvo una marcada relevancia en el carácter de la revolución, el carácter hacia el respeto del campesinado, que en su aplicación práctica fue tomando diversos rumbos.

Se reconocía, en esos primeros años, que era necesario diversificar la agricultura de pequeña y mediana escala para diversificar la industria nacional y reducir la dependencia del monocultivo.

La historia cuenta como en aquella época había una gran efervescencia para la restauración de un sistema agrícola nacional, con una estructura basada en el campesinado y el rechazo a los grandes latifundios, la confiscación de enormes extensiones de tierra. Sin embargo, debido a las grandes diferencias en la tenencia de la tierra, en una primera instancia, en la Primera Ley de Reforma Agraria se reduce el tamaño máximo de la tenencia de la tierra a 400 hectáreas. Y en una Segunda Ley de Reforma Agraria, en el año 63, se reduce a 67 hectáreas el tamaño máximo de la propiedad. Esto fue muy relevante en la historia cubana, una historia marcada por el monocultivo. Sin embargo, con las alianzas que hizo el gobierno cubano con el campo socialista de Europa del Este esta situación cambió radicalmente. Y el modelo de reducción de la escala de diversificación y de apoyo al campesino se transformó en una agricultura de cooperativas o de empresas estatales. Esta fue una tendencia que se dio alrededor de 25 años, desde el año 1965 hasta el año 1990. Y durante esta etapa se experimentó un cambio nuevamente en el sistema agrario. A los campesinos se les pedía que se cooperativizaran para poder hacer una agricultura más tecnificada, para poder

utilizar mejor la tierra, y siempre con el objetivo fundamental del gobierno, revolucionario, de proporcionar mejores condiciones a la población, producir alimentos para cubrir las necesidades nutritivas y además de producir alimentos para la exportación y así cumplir con los compromisos que Cuba contrajo con el campo socialista de Europa del Este. Ellos nos exportaban tecnología y productos elaborados y nosotros le mandábamos materias primas fundamentalmente. También se desarrolló, con tecnología europea socialista, una industria de procesamiento de alimentos, industria de fabricación de maquinarias, etc. Era un trato equitativo entre el campo socialista europeo y un pequeño país en el Caribe, el cual emergía como una muestra de lo que podía hacerse en el intercambio entre potencias desarrolladas y un país sub-desarrollado.

Sin embargo, esta relación tuvo consecuencias realmente desastrosas en términos ecológicos para la agricultura cubana porque, durante esta etapa, se profundizó cada vez más el modelo de monocultivo, convencional, de uso intensivo de la tierra, uso indiscriminado de fertilizantes, pesticidas... todo el paquete tecnológico de una producción agrícola intensiva. Todo este desarrollo conllevó a que continuara el proceso de destrucción del medio natural cubano que ya venía con la época de la colonia, y, posteriormente, el período neocolonial con la penetración de las empresas norteamericanas en la primera mitad del siglo XX. No obstante, tener objetivos nobles, una revolución que tenía objetivos para el bienestar del pueblo, tuvo también un resultado negativo en el manejo de los recursos naturales y un resultado degradativo con respecto a las bases fundamentales de recursos naturales y la cultura agraria. Los campesinos, como es lógico, tuvieron que emigrar a las ciudades y de tener una proporción de 75 % de la población en el campo, pasamos a tener 75% de la población en la ciudad y del 25 % que quedó en el campo, tenemos que alrededor de 11 % trabajaba la agricultura, lo demás era población rural, y de ese por ciento que trabajaba la agricultura, solamente el 4 o el 5 por ciento estaba directamente trabajando el campo. Es decir, fue un proceso duro, profundo de descampesinización de la agricultura cubana; hay varios documentales, mucha información que muestra ese desarraigo de los campesinos en Cuba y todavía está por documentar mucho mejor.

Habría que continuar desglosando toda esta situación para entender mejor cuáles han sido las consecuencias de haber optado por un modelo tan depredador de recursos naturales durante esta época revolucionaria, desde el año 1965 hasta 1990. Entre los principales problemas ambientales identificados por el Ministerio de Ciencia, Tecnología y Medio Ambiente de Cuba se encuentra la degradación de los suelos, la pérdida de biodiversidad, la deforestación y la reducción de la disponibilidad y calidad del agua. En términos socio económicos el desarraigo del campo generó una pérdida de identidad cultural y a la vez de la capacidad de reproducción de la vida campesina como única manera de garantizar un futuro del sistema agroalimentario sobre bases realmente sustentables.

Por azar de la historia, el año 1990 nos impuso un nuevo reto a Cuba, que fue otra vez transformar su modelo agrícola. Y fue por la caída del campo socialista de Europa del Este, que se produjo la crisis más severa que ha sufrido Cuba en su historia, y un pueblo de 11 millones de habitantes se vio abocado a una hambruna, a una hambruna por la incapacidad del sistema convencional de mantenerse produciendo alimentos sin insumos externos. Es una característica básica de los sistemas industriales: estos son, por principio, dependientes, frágiles, y si no tiene esos insumos de los cuales depende, colapsa. Precisamente esto ocurrió con la agricultura cubana, los modelos establecidos con relación con el campo socialista de Europa del Este colapsaron, los tractores dejaron de funcionar por falta de petróleo, la producción agrícola se redujo drásticamente, las vacas de alto potencial morían en los potreros, los cultivos se quedaban en los campos por falta de capacidades para la recolección. No se podía mantener esas grandes áreas de tierra sin maquinaria, y todo esto conllevó a un deterioro súbito de la producción agrícola y pecuaria. También se deterioraron, como es lógico, las exportaciones y, fundamentalmente, la capacidad que tenía el país de producir alimentos para su población. En ese momento se evidenció que teníamos una baja soberanía alimentaria... podíamos tener mucha soberanía política, pero al final se demostró que la soberanía política también dependía de la soberanía tecnológica para producir alimentos.

En este momento fue que se ocurrió un cambio sin precedentes en la historia de la humanidad, de una agricultura intensiva, de altos insumos e industrial, a una agricultura extensiva de menor uso de recursos externos y más ligada al conocimiento de los agricultores. No ha ocurrido antes de esta manera, que a escala de un país haya llegado a un nivel alto en la aplicación de un modelo industrial y que, de pronto se realizara una transición a modelos de baja intensidad, forzando a reestructurar la producción agrícola en cuanto a la escala y formas de producción más centradas en el empleo de los recursos naturales y el conocimiento agrícola tradicional combinado con prácticas agroecológicas y de agricultura orgánica, en muchos casos con alta intensidad de fuerza de trabajo humana.

Ha sido un proceso realmente complejo, porque transformar un modelo agrícola desde un modelo intensivo industrial a otro de bajos insumos y descentralizados requiere de una cantidad de recursos que permitan reestructurar la infraestructura y reubicar a toda esa masa de trabajadores en el campo. Podemos decir que llevamos 20 años de proceso, estos 20 años nos han servido de una gran lección de cómo recuperar parte de lo perdido, porque no se puede recuperar todo, y cómo poner al servicio de un nuevo modelo agrícola la investigación, los agricultores y la política. En esta trilogía entre agricultores, investigación y política hay muchos retos, muchas cuestiones que se están vislumbrando como caminos a seguir en diferentes países de América latina y el mundo como la única solución que tenemos para solucionar los problemas de la agricultura. No es posible que haya un divorcio entre el sector de los productores con los políticos, a veces los políticos no saben qué decisiones tomar porque no tienen una retroalimentación de los agricultores, porque hay un divorcio total. Y también un divorcio total con las universidades, los académicos, los investigadores.

Precisamente, uno de los mayores éxitos que ha tenido el movimiento agroecológico cubano es que en cierta medida, ha logrado una interacción cada vez mayor entre estos tres componentes básicos de la sociedad para responder a los retos actuales de la agricultura y la alimentación. Tenemos muchísimas experiencias que se han demostrado ser válidas en la aplicación de los conceptos y los principios de la agricul-

tura en Cuba, que sirven también como inspiración para otros países de América Latina, sin embargo tenemos que decir que todavía queda muchísimo por hacer.

Estos 20 años han sido todavía el comienzo para poder rediseñar el modelo agrario cubano que todavía tiene muchos retos por delante. Recientemente, en el año 2008, el gobierno, en un segundo intento por profundizar este proceso en la reestructuración de la agricultura cubana, promulgó una ley fundamental que es el decreto ley 259 que entrega tierras ociosas que quedaban en manos del gobierno y de cooperativas que nos las estaban trabajando. El gobierno decidió que todo el que quisiera trabajar la tierra tenía acceso a ella en usufructo. Y solamente en tres años se distribuyeron un millón y medio de hectáreas alrededor de ciento veinte mil agricultores. Este proceso de entregas de tierras ha continuado y como una política del Estado hasta cubrir toda la tierra en Cuba, pero tenemos un gran reto ante nosotros: no basta con tener la tierra, no basta con tener una voluntad, o una política de Estado, sino cambiamos la mentalidad de las personas que se resisten al cambio. Estos son procesos sociales a largo plazo y aunque incluso tuviéramos la voluntad, como lo ha expresado el gobierno cubano en su política, hay muchas barreras desde el punto de vista social, desde el punto de vista de la proyección de las personas y la proyección de diferentes grupos humanos que tienen diferentes ideas de cómo emprender una agricultura productiva y eficiente.

Otra cuestión a la que nos enfrentamos como reto fundamental es la carencia de recursos, porque no podemos pensar que la agroecología va expandirse como criterio de uso de los recursos naturales y de vida en el campo si no se invierte en recursos financieros en este proceso. Hay que invertir recursos financieros para reestructurar la agricultura, para llevar a esos lugares donde están las fincas agroecológicas, llevar los componentes importantes para el bienestar humano como las vías, electricidad...

Y también, otro reto grande que tenemos es continuar innovando en los diseños de sistemas agroecológicos más adaptables para cada situación determinada. Lo cual quiere decir que todavía nos queda

muchísimo por delante. La sociedad cubana, consideramos que está preparada para dar este paso, sin embargo, en intercambios por América Latina y otros países siempre me plantean que Cuba tiene una situación excepcional y que por eso es que allí ha progresado más el movimiento agroecológico. Yo insisto en que en Cuba tenemos problemas como los tiene cualquier otro país y que todavía está por verse que el movimiento agroecológico en Cuba tenga el impacto social que estamos aspirando. Que sea una sociedad que realmente reciba los beneficios de la agroecología, beneficios de todo tipo, y tenemos que trabajar en los circuitos de comercialización cortos, y tenemos que trabajar en el involucramiento de los agricultores en estas concepciones y también en el regreso de la gente al campo y después que la gente que vive en la ciudades tenga una mayor percepción de la importancia que tiene esto para el medio ambiente y para su vida, aunque viva en la ciudad, a través de diferentes actividades de capacitación, educación, agroturismo... todas estas tendencias de la agroecología que también se dan en Cuba, de una manera u otra, y que tiene las mismas dificultades y que tiene los mismos desafíos para vencer que en cualquier otro país de la región o el mundo.

Siempre hay una gran expectativa sobre Cuba. Sigue siendo para América Latina un ejemplo por su revolución, por lo que hemos logrado hacer como país al enfrentarnos básicamente al imperio que tenemos ahí cerca, y defender nuestra soberanía como país. El pueblo cubano es realmente el que ha sufrido más todas las calamidades que han emergido del enfrentamiento con los Estados Unidos. El hecho de que uno tenga ese respeto detrás por un pueblo, ayuda mucho cuando uno anda por América latina impartiendo cursos de agroecología. Sin embargo, yo intento, generalmente, de poner en la perspectiva de que es un mundo real, no es un lugar idílico, Cuba no es un país idílico ni nada por el estilo. Nosotros tenemos muchas contradicciones al interno de nuestra sociedad y la agroecología no está exenta de esas contradicciones.

Tenemos todavía que avanzar mucho como sociedad para vencer esos desafíos, y en mis presentaciones e intercambios por América latina, yo no puedo esconder todas esas paradojas o todas esas grandes barreras que tenemos por vencer. Por ejemplo, recientemente en el año 2008 se

liberó una variedad de maíz transgénico en Cuba y fue una decisión de Estado, una decisión basada en argumentos poco confiables, en argumentos muy débiles. No se sometió a una consulta popular, y yo soy parte de un grupo de personas, porque ni siquiera podemos decir que es un movimiento, es un grupo de personas que nos hemos opuesto a esta decisión del Estado, hemos abierto varios espacios de intercambio, discusión, con todo el respeto que se merecen las instituciones que han estado detrás de todas estas investigaciones, pero no es aceptable que por esa racionalidad positivista de que los transgénicos van a solucionar los problemas del hambre, la alimentación... tengamos que optar por una tecnología tan riesgosa e innecesaria para Cuba. Hemos demostrado en investigaciones que Cuba, con alrededor de siete millones de hectáreas de tierra agrícola en llanuras podría alimentar su población. Que serían suficientes, incluso, un millón de hectáreas para alimentar la población cubana, si pensamos que con una hectárea de tierra se puede alimentar alrededor de 10 o 12 personas, desde el punto de vista energético y proteico.

Pero, para ser más conservadores, sostenemos que con sistemas de baja o media intensidad, en tres millones de hectáreas de tierra cultivables, con buenas características para la agricultura, se podría alimentar la población cubana. De hecho Fidel Castro en su alegato de autodefensa "La historia me absolverá", señalaba este tema. Él situaba en perspectiva a la agricultura y a los campesinos y lo que podía significar para Cuba en términos de alimentación un sistema agrícola basado en el trabajo. Hoy no falta la tecnología para lograr estos objetivos, los investigadores, las instituciones... han generado suficientes tecnología para los principales problemas que tenemos en la agricultura cubana. También tenemos una gran masa de campesinos que se quedo en el campo a pesar de todas las presiones que tuvieron en un momento determinado, tenemos un fuerte movimiento de agricultores pequeños, más de 500 mil personas que se han incorporado a la agricultura urbana y los recientes nuevos campesinos que son ya casi 200 mil.

Es decir, en este momento hay una gran masa de agricultores, todavía hay personas que piensan que no hay suficientes personas en el campo y nosotros sostenemos que si hay suficientes personas en el

campo, lo que tienen que tener es mejores condiciones de trabajo, más apoyo, tienen que tener más prioridad para los problemas en el campo, y así podremos avanzar hacia el fortalecimiento de un modelo agroecológico. Sostenemos también que el modelo de altos insumos industrial de transgénicos y de monocultivos que desde algunos sectores de la producción agrícola y de la política en Cuba se están queriendo retomar, aún conscientes de todos los problemas que tuvimos, probablemente, tengamos que esperar más tiempo y trabajo para lograr otra mentalidad hacia la agricultura. Pero todavía no hay razón por la cual se tomen ese tipo de decisiones de manera tan vertical, sabiendo que Cuba posee un sistema democrático en capacidad de tomar decisiones en colectivo.

En este momento podría decirte el concepto clásico, que la agroecología es la ciencia que aplica los principios de la ecología para el diseño y manejo de sistemas agrícolas sustentables, podría decirte el concepto de un campesino cubano que dice que la agroecología es la forma de convivir con la naturaleza sin perjudicar a nada ni a nadie, pero desde la perspectiva actual que tengo como investigador y agricultor, porque hace un año y medio renuncié a mi cargo como investigador en la universidad y me convertí en agricultor, ahora estoy enfocado a producir la tierra y a investigar allí en mi finca, además de promover la agroecología en América Latina a través de la sociedad científica latinoamericana de agroecología. Desde esa perspectiva, la agroecología es un compromiso con la gente, con el medio ambiente y con el territorio donde estamos desarrollando nuestras vidas, para que sea más sano y sean portadoras de un futuro prometedor para las generaciones futuras.

Cuando hablamos así de una manera tan amplia, se podría confundir incluso con la sustentabilidad, que son proyectos difíciles de poner en números, son conceptos que dependen de la persona que los miren y esa, por un parte es una fortaleza de la agroecología en su diversidad, su heterogeneidad, en la oportunidad que tiene cualquier agricultor de ser agroecológico si está cumpliendo con principios que rigen la agroecología, sin embargo toma muchas formas diferentes de acuerdo al contexto donde se realiza. Por eso es que yo pienso que la agroecología debe ser muy contextual, muy específica a cada uno de los lugares donde se realiza, con arreglo al contexto socioeconómico,

de esa manera, la agroecología puede ser interpretada por todos de maneras diferentes.

De esa misma manera, también la agroecología tiene... digamos, peligros, por tener una concepción tan abierta, tan amplia porque desde diferentes sectores, desde la investigación, de la política, incluso agricultores que toman la agroecología como bandera, violan una serie de principios y, yo diría que se apartan de la concepción básica de la defensa del territorio, de la concepción agroecológica que está claramente en contra del monocultivo y por la inclusión social, por la participación de los movimientos sociales y por hacer una agricultura inclusiva, participativa... hay personas e instituciones que promueven la agroecología con otros principios que no son estos, que están claros desde el movimiento agroecológico desde sus inicios en América Latina.

AUTORES

AGNES APARECIDA SANTOS – Graduada em Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado), com ênfase em Sociologia do Trabalho e discussão das identidades, em especial na categoria dos trabalhadores em telecomunicação. Estudos na área do gênero e da religião. Durante a trajetória acadêmica atuou junto ao movimento estudantil e os movimentos de luta pela terra, com experiência no campo da economia solidária. Atualmente cursa Cinema no Instituto Federal de Goiás (IFG) na cidade de Goiás e integra o Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ). **E-mail:** agnes.sociologia@gmail.com

DAGMAR OLMO TALGA – Graduada em Comunicação Social pelo Centro Universitário do Triângulo Mineiro (UNITRI). Especialista em Gênero e Diversidade na Escola e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ), da Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil e do Coletivo Magnífica Mundi. Coordenadora do ESSÁ Filmes. **E-mail:** ddtalga@hotmail.com

DIOGO DE SOUZA PINTO – Professor de Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG/Campus Cidade de Goiás). Técnico em Agropecuária pela Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho e Licenciado em Ciências Agrícolas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). **E-mail:** diogomococa@yahoo.com.br

EDEVALDO APARECIDO DE SOUZA – Pós-Doutor pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/Campus Três Lagoas), em 2016. Doutor pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU/Campus Uberlândia), em 2013. É professor titular da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Quirinópolis) e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia pela Universidade do Estado de Goiás (UNEMAT). **E-mail:** edieug@gmail.com

EDSON BATISTA DA SILVA – Professor do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus de Itapuranga) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Mestre e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). **E-mail:** edson_bat_silva@hotmail.com

EUNICE DA ROCHA MORAES RODRIGUES – Possui graduação Intercultural para Formação e Habilitação de Educadores Indígenas pela Universidade Federal de Goiás (UFG/2011). Mestranda em Performance Cultural pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é professora indígena – Secretária da Educação de Goiás. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nos temas de educação, educação intercultural e sustentabilidade linguística. **E-mail:** eunicetapuia@hotmail.com

FÁBIO JOSÉ DA SILVA – Secretário de Meio Ambiente no município de Goiás/GO. Possui curso técnico em agropecuária e graduação em Administração de Empresas pela Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Sanclerlândia). Tem experiência em processos formativos em Agroecologia e Questão Agrária. **E-mail:** fabio_cpt@yahoo.com.br

FERNANDO R. FUNES MONZOTE – Mestre em Agroecología y Desarrollo Rural Sostenible na Universidade Internacional da Andalucia, Espanha. Membro da Sociedade Latinoamericana de Agroecologia (SOCLA) e agricultor agroecológico em Cuba. **E-mail:** mgahonam@enet.cu

JAQUELINE VILAS BOAS TALGA – Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia UFU (2006), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia UFG (2013) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP (2018). Atualmente é Educadora na Universidade Federal de Goiás (UFG) e Pesquisadora e extensionista do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATA/UEG). **E-mail:** jtalga@yahoo.com.br

JOYCE DE ALMEIDA BORGES – Professora do Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Itapuranga). Mestre em Geografia e Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). **E-mail:** joycealbo@yahoo.com.br

LEONARDO MELGAREJO – Graduado em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1976, com Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1990) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000). Atualmente é professor colaborador do Mestrado Profissional em Agroecossistemas da UFSC e vice-presidente da Associação Brasileira de Agroecologia para a região Sul. E-mail: melgarejo.leonardo@gmail.com

LORRANNE GOMES DA SILVA – Doutora em Geografia, professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Cora Coralina), atuando no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Geografia e no curso de Licenciatura Plena em Geografia. **E-mail:** lorrannegomes@gmail.com

MANOEL CALAÇA – Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), em 1993. Atualmente é professor titular no Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG). **E-mail:** manoelcalaca@yahoo.com.br

MURILO MENDONÇA OLIVEIRA DE SOUZA – Professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Campus Cora Coralina), dos Programas de Pós-graduação em Recursos Naturais do Cerrado (RENAC) e Geografia (PPGEO). Membro do Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (GWATÁ) e da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA). **E-mail:** murilosouza@hotmail.com

VIVIANE CUSTÓDIA BORGES – Bacharel e licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mestre em Geografia na mesma instituição e doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é professora colaboradora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina (UEL). **E-mail:** vivianecborges@hotmail.com

SOBRE O LIVRO

Formato: 15,5x23 cm
Tipologia: Minion Pro
Número de Páginas: 248
Suporte do livro: E-book

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
BR-153 – Quadra Área, Km 99 – 75.132-903 – Anápolis-GO
www.ueg.br / Fone: (62) 3328-1181

2019
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Esperamos que os textos que compõem este livro possam subsidiar, de alguma forma, reflexões e ações no sentido da transição agroecológica no território goiano e fora dele. De antemão ressaltamos que este material é resultante de processos dialéticos, sendo portanto apenas um ponto no rio do tempo da Agroecologia em Goiás. Aprendemos muito nos diálogos, movimentos e resistências que nos permitiram compartilhar uma pequena parte dos conhecimentos ontológicos conservados pelos povos do Cerrado e por militantes que lutam pela transição agroecológica.

Murilo Mendonça Oliveira de Souza

Cidade de Goiás, abril de 2018.

ISBN 978-85-5582-068-7

GWATÁ
agroecologia e educação do campo

Câmpus
Cora Coralina



Universidade
Estadual de Goiás

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

EDITORA
UEG